Transportes
Ferrovias alcançam participação recorde de 26,9% na movimentação de cargas no país, diz Paulo Resende A16



Constituição Federal
STF forma maioria contra interpretação que conferiria 'poder moderador' às Forças Armadas A12



Educação on-line
Fluency Academy compra a startup Awari. "São negócios complementares", diz Rhavi Carneiro B2


Terça-feira, 2 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5971 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Enel: governo pede abertura de processo

Murillo Camarotto, Rafael Bitencourt, Fábio Couto e Robson Rodrigues
De Brasília, do Rio e de São Paulo

O ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a abertura de processo disciplinar contra a distribuidora Enel São Paulo. O procedimento pode, em tese, levar à caducidade (cancelamento) do contrato de concessão da empresa. Em reunião com a agência, o ministro disse que a Enel "passou dos limites" e que "todas as possibilidades" de punição devem ser consideradas pela Aneel. Para especialistas, a caducidade é improvável, mas os problemas da companhia podem dificultar a renovação da concessão, que vence em 2026. Em nota, a Enel afirma que cumpre com todas as suas obrigações. **Páginas A3 e A4**

Dólar supera R$ 5,05 e Banco Central fará intervenção no mercado de câmbio

Volatilidade A autoridade monetária anunciou um leilão extraordinário de swap cambial que pode girar US$ 1 bi; moeda americana sobe 4,26% ante o real no ano

Arthur Cagliari e Victor Rezende
De São Paulo

O dólar iniciou o segundo trimestre sob forte pressão, negociado acima de R$ 5,05, maior cotação desde outubro do ano passado. Dados econômicos mais fortes que o esperado nos Estados Unidos, além de declarações de dirigentes do Federal Reserve, aumentaram a apreensão dos investidores com um cenário de juros altos por mais tempo no país, o que impulsionou a cotação da moeda americana em todo o mundo.

No momento mais tenso do dia, a cotação chegou a R$ 5,07, para encerrar as operações a R$ 5,059, com valorização de 0,87%. No ano, o dólar acumula alta de 4,26% ante a divisa brasileira. Nesse cenário, o Banco Central anunciou sua primeira intervenção no mercado de câmbio desde dezembro de 2022.

A autoridade monetária fará hoje um leilão extraordinário de até 20 mil contratos de swap cambial, equivalente a US$ 1 bilhão. Este é um instrumento utilizado pelo BC para tentar trazer maior normalidade ao mercado quando o câmbio está oscilando muito, de forma considerada atípica. Fatores domésticos também tiveram peso, a destacar a proximidade do vencimento de títulos públicos atrelados à variação do dólar (NTN-As).

Ontem o real teve o pior desempenho na comparação com as moedas mais líquidas da América Latina. O dólar avançou 0,58% frente ao peso chileno; 0,36% ante o peso mexicano; e 0,05% contra o peso colombiano. "Dadas as características do Brasil, que tem contas externas bem arrumadas e ainda sustenta um diferencial de juros elevado, poderíamos esperar que o câmbio estivesse se valorizando, mas isso não tem acontecido. O real ficou para trás", diz Luciano Sobral, da Neo Investimentos.

O gestor de moedas da BlueLine, Marcel Yagui, afirma que "da mesma forma que, quando o mercado está otimista, o investidor releva muita coisa, quando está cético qualquer coisa acaba atrapalhando". "Fora que há saída forte [de recursos] da bolsa e uma frustração em torno da precificação de cortes de juros por aqui." **Página C1**

Brasil avança em fundos de emergentes

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Apesar da recente saída de recursos externos, os ativos brasileiros têm ganhado espaço na carteira de fundos dedicados a países emergentes. Dados da EPFR mostram que o Brasil passou de cerca de 6,32% para 7,5% em um ano, segundo números do fim de janeiro. No ano passado, o direcionamento de capital externo para as ações locais ajudou nesse processo. Mas 2024 tem sido marcado pela saída de estrangeiros, que já tiraram cerca de R$ 22 bilhões da bolsa de valores. Ou seja, se esse fluxo não se alterar, o país pode perder a fatia que tinha conquistado. "A América Latina fica de fora de ruídos geopolíticos. E há um investimento estrutural em energia e infraestrutura", diz Mariana Cahen Margulies, do Santander. **Página C3**

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR



Discurso dos investidores sobre a América Latina tem sido favorável "como há muito não se via", diz Mariana Margulies, da corretora do Santander

Captações externas já ultrapassam US$ 10 bi no ano

Rita Azevedo e Fernanda Guimarães
De São Paulo

O interesse de investidores estrangeiros por títulos de dívida de empresas brasileiras abriu uma janela de captação, com três companhias iniciando reuniões para emissão de bônus no mercado internacional ("bonds"). O **Valor** apurou que BTG Pactual e Nexa devem emitir US$ 500 milhões cada um em operações com vencimentos em cinco anos e dez anos, respectivamente. A Movida trabalha em oferta de títulos, entre US$ 500 milhões e US$ 750 milhões, com prazo de cinco a sete anos. Considerando as operações já colocadas, o volume neste ano já supera US$ 10 bilhões, em dez emissões, ante US$ 15,5 bilhões em 2023. De acordo com banqueiros, o ambiente é favorecido pela percepção de redução do risco e spreads menores — a diferença da taxa paga pela empresa em relação aos títulos americanos. **Página C2**

Destaques

Corrida multibilionária da IA
Na disputa pela dianteira no desenvolvimento da inteligência artificial (IA) generativa, Microsoft e Amazon prometem investimentos de centenas de bilhões de dólares nos próximos anos na construção de centros de dados e supercomputadores. **B6**

Hapvida retoma investimentos
Após reduzir seu endividamento, a Hapvida, maior operadora verticalizada de planos de saúde do país, investirá R$ 1,5 bilhão na construção de três hospitais — em São Paulo, no Rio e Recife — e na reabertura do Hospital Anália Franco, na capital paulista. **B2**

Indicadores

Ibovespa	1/abr/24	-0,87 % R$ 20,3 bi
Selic (meta)	1/abr/24	10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	1/abr/24	10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	1/abr/24	5,0526/5,0532
Dólar comercial (mercado)	1/abr/24	5,0585/5,0591
Dólar turismo (mercado)	1/abr/24	5,0902/5,2702
Euro comercial (BC)	1/abr/24	5,4225/5,4236
Euro comercial (mercado)	1/abr/24	5,4338/5,4344
Euro turismo (mercado)	1/abr/24	5,5070/5,6870



Metrô e trens ainda sofrem com efeito da pandemia

Taís Hirata
De São Paulo

Quatro anos após a chegada da covid-19 ao Brasil, o movimento nos metrôs e trens urbanos do país segue 24% menor do que antes da pandemia. No ano passado foram 2,48 bilhões de viagens, alta de 6% sobre 2022, mas ainda inferior a 2019, segundo a Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos).

A adoção do home office nas empresas é apontada como a principal causa para a queda da demanda, uma vez que 65% das viagens estão relacionadas a trabalho. "A retomada varia de acordo com a linha. Há locais com crescimento maior, que já chegaram a 90% do período anterior à pandemia. Mas não temos uma projeção de volta a 100% do que era antes", diz Joubert Flores, presidente da entidade. **Página B4**

Projeto muda IR para pessoa física na bolsa

Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo pretende facilitar a vida do pequeno investidor na bolsa de valores ao permitir que o IR sobre as vendas seja apurado a cada trimestre e não mensalmente, como é hoje. A mudança consta de projeto de lei que será encaminhado nos próximos dias ao Congresso. A proposta também aumenta de forma proporcional o limite de isenção nessas operações, que passa de R$ 20 mil por mês para R$ 60 mil por trimestre. **Página C4**

Lugar certo

GABRIEL REIS/VALOR



"Brasil é o 'sweet spot' [lugar certo] para a indústria global de celulose", disse ao "Valor" Praveen Singhavi, CEO da Bracell, controlada pelo grupo asiático Royal Golden Eagle (RGE). Página B1

Relator vota a favor de Moro no TRE-PR

Lilian Venturini
De São Paulo

O julgamento das ações que podem levar à cassação do senador Sergio Moro (União-PR) começou ontem no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) e foi suspenso por pedido de vista após o voto do relator do caso, o desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, que se manifestou contrariamente à perda do mandato. A alegação do PL e da federação formada por PT, PV e PCdoB é de abuso de poder econômico na campanha de 2022. A sessão será retomada amanhã, com os votos de outros seis desembargadores. **Página A10**

A matéria-prima da inovação não é a tecnologia, é a audição
Rony Meisler B2

Protagonismo das emendas parlamentares veio para ficar



Luiz Schymura

A o longo dos últimos anos, um tema vem despontando no debate público: o crescimento do papel do Congresso Nacional na alocação de recursos no Orçamento público. Na prática, o que se tem visto é uma perda de protagonismo do Executivo em prol do Legislativo. Naturalmente, essa importante mudança institucional tem várias implicações. Diante dessa nova realidade, existem aqueles que creem que houve uma deterioração no modelo, enquanto há outros que acreditam que a direção a ser seguida está correta. Embora haja necessidade de ajustes, esta coluna advoga favoravelmente ao aumento do papel do Legislativo.

Para começar, é oportuno quantificar o encolhimento do Executivo no Orçamento público. Na verdade, fica mais fácil construir indicadores a partir do mecanismo que propiciou a ascensão do Legislativo: o aumento no volume das emendas parlamentares. Em termos nominais, as emendas saíram de R$ 6,14 bilhões em valores empenhados em 2014 para um montante autorizado de R$ 44,67 bilhões em 2024. Com isso, as emendas dos congressistas, que correspondiam a pouco menos de 4% do conjunto das despesas discricionárias em 2014, devem alcançar cerca de 20% no corrente ano. Salto bastante expressivo.

Ainda nessa toada, ao se analisarem as transferências federais diretas para Estados, municípios e entidades privadas — isto é, os recursos discricionários não executados diretamente pela União —, em 2014, 83% foram provenientes de políticas do Executivo federal, ficando os restantes 17% a cargo do Legislativo (esses valores não incluem fundos de participação). Em 2023, as transferências do Executivo foram 54% do total, logo as do Legislativo (emendas) corresponderam a 46%. Como se vê, os dados também corroboram o entendimento de aumento relativo da atuação dos congressistas junto aos municípios.

Em função do crescimento da participação do Legislativo na execução e elaboração do Orçamento público surge a questão: em que medida essa dinâmica é benéfica para o país?

Na visão de muitos analistas políticos, a multiplicação das emendas pulveriza o dinheiro público em ações paroquiais, em vez de se integrarem numa estratégia nacional de atuação do Estado.

Essa crítica subentende que, através do instituto das emendas parlamentares, o Congresso Nacional não consegue atingir um nível de eficiência na alocação dos recursos equiparável àquele na qual o Executivo lidera as ações. De fato, parece que essa crítica procede. A percepção é a de que as emendas parlamentares estão produzindo uma "colcha de retalhos". Ao que tudo indica, há uma tendência dos legisladores/propositores das emendas de buscar soluções para as suas bases eleitorais pulverizadas, sem focar numa ação política mais articulada em escala global. Dessa forma, as ações dos congressistas podem estar sendo promovidas em detrimento de um projeto mais bem orquestrado.

Por outro lado, é igualmente verdade que, em boa parte das democracias mais maduras do mundo, o Legislativo também participa do processo de definição de prioridades para a aplicação do dinheiro público. Inclusive, essa participação é um dos aspectos do funcionamento das instituições democráticas que confere legitimidade política ao Orçamento público.

Além disso, em países cujo orçamento é impositivo, o processo legislativo orçamentário é forte e coordenado, e nele é contemplada a restrição macroeconômica a ser preservada nas negociações entre Executivo e Legislativo na montagem do cronograma anual de gasto público. A partir do orçamento fechado, o processo se torna impositivo, na medida em que o Executivo executa o que foi orçado, sem discricionariedade e sem contingenciamento.

Como se vê, à luz das boas práticas internacionais, o caminho escolhido pelo Brasil está na direção correta. Afinal, países com democracia avançada apontam que há um papel importante do Poder Legislativo, em ação conjunta com o Poder Executivo, na coordenação do orçamento público federal. No entanto, existem ajustes importantes a serem feitos no modelo de emendas parlamentares hoje em vigor no país. Como um primeiro passo, é fundamental que a percepção de um orçamento estruturado como "colcha de retalhos" desapareça. Mas, para isso, é importante que algumas medidas sejam tomadas quanto ao tratamento das emendas parlamentares, tais como aumentar significativamente a transparência da destinação e do uso das verbas; e, aprimorar os critérios técnicos de elegibilidade para obtenção dos recursos.

Para Manoel Pires, Carolina Resende e Bráulio Borges, do Centro de Política Fiscal e Orçamento do FGV Ibre, outra forma de abordar essa questão é encarar a atual situação como um processo em que o Congresso precisa definir de maneira mais clara seu papel na gestão orçamentária. E, nesse processo, corrigir vícios de atuação, definir as prioridades alocativas, monitorar a execução do Orçamento e avaliar o que está sendo executado.

Em síntese, embora o modelo atual de fortalecimento das emendas parlamentares apresente inúmeros problemas, aboli-lo não é nem realista nem desejável. Isso corresponderia a retornar a um período em que o Congresso, de forma infantilizada, não tinha participação quase nenhuma no processo orçamentário efetivo e trocava votos por emendas irrelevantes em seu conjunto. Todas as mudanças e conflitos entre Executivo e Legislativo em torno das emendas parlamentares nos últimos dez a 15 anos refletem, na verdade, um Congresso que demanda a sua devida participação no processo orçamentário, o que, como já mencionado, é positivo para evolução democrática do país.

Por outro lado, para cumprir esse papel, é fundamental que o Legislativo esteja técnica e institucionalmente equipado para que o uso dos recursos públicos se integre à lógica de um projeto de país. Afinal, como aponta o provérbio popularizado pelos quadrinhos do Homem-Aranha: "Com grandes poderes vêm grandes responsabilidades". É nesse sentido que o Brasil deve caminhar para uma nova cultura orçamentária.

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre e escreve mensalmente
E-mail luiz.schymura@fgv.br

Energia Após impasse com o Paraguai, estatal que faz o acerto de contas entra na Justiça para recolher valores da produção de janeiro

Sem tarifa definida, Itaipu recebe pagamento em juízo

Robson Rodrigues
De São Paulo

Diante do impasse entre Brasil e Paraguai em relação à definição da tarifa da hidrelétrica de Itaipu Binacional para o ano de 2024, a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar) entrou na Justiça federal do Paraná para realizar o pagamento de US$ 59,39 milhões (R$ 295,8 milhões, considerando o câmbio do dia 13 de março) referente à energia produzida pela usina em janeiro.

A ENBPar é a estatal brasileira controladora de Itaipu e responsável pela comercialização da energia da usina binacional que abastece o lado brasileiro. Ela repassa para Itaipu o resultado dessa venda. Esse repasse é lastreado por um "termo compromisso", nome dado ao contrato de compra e venda entre as partes.

Na ação a qual o **Valor** teve acesso, ficou atestado que o pagamento a Itaipu, referente à potência contratada, acordada de forma provisória, e considerando o custo unitário dos serviços de eletricidade (Cuse) provisório em US$ 16,71 por quilowatt (kW), será feito em três parcelas de US$ 52,1 milhões, totalizando US$ 156,3 milhões.

Além disso, foi atestado pela comercialização da ENBPar, o pagamento para Itaipu referente ao montante de energia cedida do Paraguai ao Brasil em janeiro de 2024 no valor total de US$ 7,28 milhões. Os valores somados, da primeira parcela e da energia cedida, totalizam US$ 59,39 milhões.

Apagões

Os administradores da ENBPar dizem que necessitam de maior segurança institucional, comercial, regulatória e jurídica, visando realizar o pagamento de forma correta e sem risco. Eles alertam que o impasse poderia potencialmente resultar em apagões.

"A não resolução do presente impasse diplomático ora se impõe pode gerar, por consequência, eventual prejuízo e até descontinuidade na prestação do serviço, o que pode não só majorar a tarifa ou até nos sujeitarmos a eventuais apagões, algo que Vossa Excelência. e nenhum brasileiro espera e deseja", diz o documento encaminhado à seção judiciária de Curitiba.

A ENBPar alerta ainda para riscos em não propor a ação de consignação judicial, tais como incorrer em mora, variação cambial, combinações legais pela retenção indevida, exposição dos administradores da ENBPar, provável ação de cobrança de Itaipu e considerável de fiscalizações dos órgãos de controle.

> Técnicos da ENBPar acreditam que falta de segurança jurídica na questão pode levar a apagões

Procurada, a empresa disse que a vigência do último termo de compromisso expirou em 31 de dezembro de 2023. Itaipu, no entanto, continuou gerando energia e a ENBPar seguiu negociando com as distribuidoras, sem que houvesse amparo legal e contratual para o repasse do resultado dessa comercialização. A ENBPar diz que não pode ficar com o valor arrecadado, por isso, a única alternativa foi a ação de consignação.

"Importante ressaltar que a ação só foi distribuída agora porque há um prazo de dois meses entre a comercialização e o repasse dos recursos arrecadados. Assim, o arrecadado com a energia vendida em janeiro só teria de ser enviado a Itaipu em março. Assim que a diplomacia e Altas Partes de Brasil e Paraguai assinarem novo termo de compromisso a ação perde o objeto e se encerra", disse a empresa, em nota enviada ao **Valor**.

Há cinco meses, os países travam uma queda de braço sobre a definição da tarifa de Itaipu para 2024, mas a falta de um lastro contratual impede a ENBPar de repassar os valores pagos pelos brasileiros à Itaipu. Cerca de 85% da energia da usina é paga por mais de 100 milhões de brasileiros do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, isso ocorre porque o Paraguai não consome toda a energia que tem direito e, como pelo tratado a binacional tem que estar 100% contratada, é o Brasil que tem que consumir e pagar por esse excedente.

O impasse entre os países se intensificou em fevereiro, quando o Paraguai travou o orçamento da usina como forma de pressionar o Brasil a aumentar o valor pago pela energia. Porém, em uma reunião de diretoria executiva (RDE), Brasil e Paraguai concordaram em desbloquear temporariamente o orçamento da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional até o fim do mês de março.

Procurada, a Itaipu disse que, no momento, não vai se manifestar sobre a questão.

RUBENS FRAULINI/ITAIPU BINACIONAL



Vertedouro de Itaipu: impasse com o Paraguai leva ENBPar a pagar em juízo

Mais sobre energia nas páginas A3 e A4

Silveira discute com Lula saídas para alívio tarifário

Rafael Bitencourt
De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), levou nesta segunda-feira (1º) ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) três propostas para corrigir distorções ou atenuar o peso de encargos nas tarifas do setor elétrico. A reunião, no Palácio do Planalto, contou também com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil).

A primeira delas envolve a busca por equilíbrio de tratamento entre os consumidores do mercado cativo, atendidos pelas distribuidoras, e o mercado livre, no qual grandes clientes podem escolher de quem comprar energia, seja de comercializadoras, seja diretamente dos geradores.

Ao chegar à sede do Ministério de Minas e Energia, após a reunião com Lula, Silveira disse que a abertura iniciada no governo do então presidente Michel Temer provocou o desequilíbrio de tratamento desses dois grupos.

O ministro explicou que, hoje, quem mais consome energia, indústria e grandes estabelecimentos comerciais, paga a menor parte dos custos. As despesas são distribuídas na forma de encargo embutido nas contas de luz, o que sobrecarrega os pequenos consumidores.

A abertura do mercado livre vem sendo realizada de forma gradual. A partir deste ano, os consumidores de médio porte, que inclui empresas de médio porte, já podem aderir à chamada portabilidade na conta de luz.

Para o setor, a principal novidade tratada na reunião foi a proposta de uso de recursos dos leilões de petróleo da estatal do pré-sal, a PPSA, para reduzir a fatura de energia. Silveira disse que esses leilões de venda do óleo repassado pelas petroleiras à União vão gerar arrecadação da ordem de R$ 120 bilhões nos próximos anos. Para ele, esse seria um dos motivos que o leva a defender a continuidade da exploração de petróleo em território nacional, citando o exemplo das reservas da Margem Equatorial.

A terceira solução discutida é a possibilidade de recorrer ao aporte do Tesouro Nacional para bancar parte dos custos, especialmente os de caráter social, repassados para a tarifa. Esta proposta vinha sendo defendida por entidades que representam os consumidores, como a Frente Nacional dos Consumidores de Energia e a Abrace.

Silveira defende que tal solução seja adotada sem comprometer a meta de resultado fiscal, a exemplo de medidas "extra-teto" de gastos. Ao comentar o encontro, Haddad negou que as medidas discutidas tenham impacto fiscal.

Silveira afirmou que a agenda com Lula é a primeira de uma sequência de encontros que serão realizados sobre o tema.

A reunião também tratou da medida provisória da compatibilização de prazo entre linhas de transmissão e geração por fontes renováveis, a "MP das Renováveis". *(Colaborou Jéssica Sant'Ana)*

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Energia Indicadores de qualidade estão dentro dos limites estabelecidos pela Aneel, o que dificultaria romper contrato, dizem especialistas

Enel pode ter 'vida difícil', mas não deve perder concessão

Fábio Couto e Robson Rodrigues
Do Rio e de São Paulo

Os problemas de qualidade de fornecimento de energia elétrica devem tornar a vida da Enel Distribuição São Paulo mais difícil, especialmente no processo de renovação do contrato de concessão, que vence em 2026. Pressões políticas e da opinião pública tendem a crescer, ao mesmo tempo que a tolerância de autoridades reguladoras para as falhas pode se reduzir em igual proporção. Porém, a chamada caducidade, medida administrativa na qual governo decide cassar a outorga, é mais improvável, de acordo com especialistas ouvidos pelo **Valor**.

O mais recente sinal de que a empresa terá dificuldades no campo institucional se deu na segunda-feira (1º), quando o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse em entrevista ao programa "Em Ponto", da GloboNews, que determinou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a abertura de um processo disciplinar contra a empresa que pode levar à cassação do contrato de concessão. A iniciativa se deu após "episódios reiterados" de interrupção do fornecimento de energia na área de concessão da empresa.

Desde novembro, quando São Paulo enfrentou um temporal de grandes proporções, a empresa ficou sob escrutínio. Os equipamentos da companhia sofreram com a tempestade e com ventos acima de 100 quilômetros por hora. Segundo o balanço de 2023 da Enel São Paulo, em três horas, o temporal extremo afetou 2,1 milhões de clientes, o que corresponde a 25% do total da companhia, ou 193 vezes a média de clientes interrompidos em condições normais.

Na ocasião, a Enel afirmou que recebeu mais de 1.300 chamados para quedas de árvores. Consumidores atingidos ficaram sem energia por até uma semana. Em meados de fevereiro, a Superintendência de Fiscalização Técnica da Aneel multou a Enel São Paulo em R$ 165,8 milhões. A companhia recorreu à diretoria da agência.

Para uma fonte respeitada no setor elétrico, a Enel não deve perder a concessão da distribuidora, adquirida em 2018 das mãos da AES, mas deve ter "vida dura" no governo e na Aneel, especialmente no quesito qualidade no fornecimento. Para a fonte, a empresa até teve uma oportunidade de melhorar a imagem após o temporal de novembro, com as ações tomadas a fim de elevar a qualidade de fornecimento, sem sucesso.

O risco de que o governo adote a caducidade da concessão da Enel, porém, é baixo exatamente porque os indicadores de qualidade são bons, dentro dos limites estabelecidos pela Aneel (*ver reportagem abaixo*), ainda que a percepção dos consumidores seja pior do que os números podem sugerir.

A mesma fonte diz que a caducidade poderia sugerir ao mercado uma intervenção indevida do governo. Ela lembra que problemas posteriores ao temporal deterioraram ainda mais a imagem da empresa, o que já deve dificultar o processo de renovação das concessões, não só da Enel, mas de todas as 20 distribuidoras cujos contratos vencem a partir de 2025.

Na avaliação da sócia da área de Energia do escritório Demarest, Rosi Costa Barros, o processo disciplinar "determinado" pelo ministro Alexandre Silveira é um passo anterior ao estabelecimento de um processo administrativo no âmbito da Aneel. O processo disciplinar tem um caráter mais "educativo", enquanto no processo administrativo ocorre a apuração do desempenho da empresa frente às obrigações contratuais, com a garantia de ampla defesa e possíveis punições, de multas a recomendação de caducidade da concessão.

Empresa diz que média de investimento é de R$ 1,4 bilhão por ano desde 2018

"A determinação de caducidade de uma concessão é uma medida extrema que precisa ser precedida de um processo administrativo amplo, devendo ser determinada somente em casos extremos em que a empresa não tenha condições de contornar o inadimplemento ou que medidas intermediárias se tornem infrutíferas. Em qualquer processo dessa natureza, o concessionário deve ser ouvido, para que lhe seja dado o direito de ampla defesa e, caso haja algum fator que seja reconhecido como excludente de responsabilidade, tal fator deve ser levado em consideração", diz a advogada.

Apesar do forte tom da fala de Silveira, Barros não entende que o posicionamento do ministro dê margem para insegurança jurídica, já que, segundo ela, está havendo um problema de qualidade na prestação do serviço. Outra fonte, especialista em relações institucionais, avalia que a crise, que combina aspectos técnicos com políticos, poderia abrir espaço para uma eventual venda da distribuidora paulista, numa espécie de saída honrosa da empresa do negócio.

O presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Carlos Faria, ressalta que a fala de Silveira é mais política do que técnica, já que a Enel tem cumprido o que o agente regulador determina. Entretanto, ele faz ressalvas aos dados apresentados. "Apesar de vermos indicadores melhorando, no dia a dia o cidadão não vê isso. Falta um indicador da qualidade para medir essa percepção. Além disso, quem produz estes números são as concessionárias. Gostaria de ver estes números auditados", diz.

Na visão do presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia (Abradee), Marcos Madureira, o MME tem a prerrogativa de pedir processo disciplinar, com a certeza de que será respeitado o direito ao contraditório e os elementos necessários para a completa avaliação. "A Abradee está segura de que esse procedimento trará a necessária análise da agência reguladora, considerando a prestação de serviço da companhia ao longo do contrato de concessão vigente, e não apenas os eventos recentes, de forma a garantir a perenidade da distribuição de energia elétrica", disse Madureira em nota.

Procurada, a Enel afirmou em nota que desde 2018, quando assumiu o controle da antiga Eletropaulo, foram investidos R$ 8,36 bilhões, sendo em 2022 e 2023 "volumes totais recordes de investimentos". Segundo a empresa, a média de investimentos por ano na área de concessão é de cerca de R$ 1,4 bilhão, contra um investimento médio anual de R$ 800 milhões realizado pelo controlador anterior. A Enel ressaltou que já pagou parte das multas aplicadas pela Aneel e outras encontram-se em fase de recurso, seguindo trâmites normais do setor.

Dymitry Wajsman, presidente da Utilities Telecom & Technology Council na América Latina (Utcal), associação mundial de telecomunicações para empresas de energia, gás e saneamento, avalia que a Enel deveria priorizar aumento de equipes e passar a realizar podas de árvores em conjunto com as prefeituras. Para ele, há no Brasil uma tolerância mínima para cortes no fornecimento da energia elétrica, o que não se vê em serviços como telecomunicações, saneamento e bancos, e diferente do que se verifica em outros países.

Hoje, São Paulo tem tarifa residencial média de R$ 680 por megawatt-hora (MWh), abaixo da média do Brasil. Entretanto, os cidadãos atendidos pela Enel passam, em média, 6,7 horas sem energia por ano. Na Itália, sede da empresa, essa média é de apenas 15 minutos. Em entrevista ao **Valor** em 3 de março, o CEO da Enel Brasil, Antonio Scala, destacou que a maioria da infraestrutura na Itália é subterrânea, diferentemente do padrão estabelecido durante o desenvolvimento das redes de distribuição aérea no Brasil.

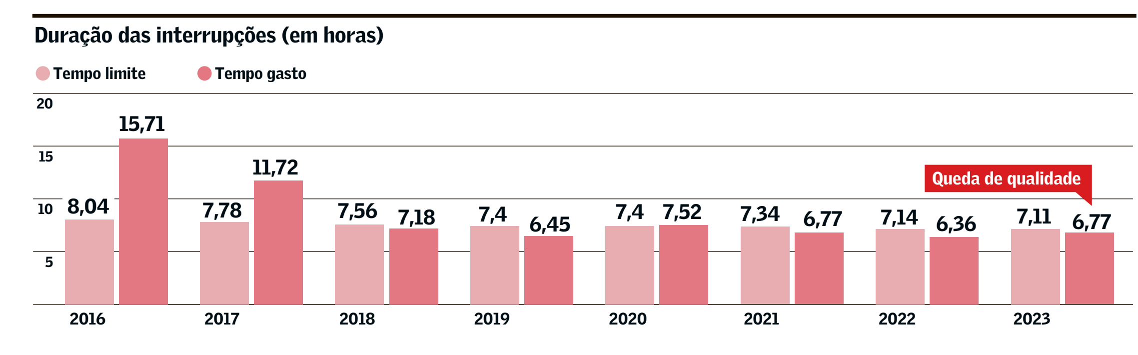
Esse padrão, segundo ele, permite a eletrificação rápida e econômica. "Este é um ponto importante em um país de dimensões tão grandes e de crescimento tão forte (...). A decisão que foi feita no passado deste tipo de padrão no Brasil tem seu sentido, porque foi algo que efetivamente permitiu universalizar a distribuição de energia no país", disse Scala na época.

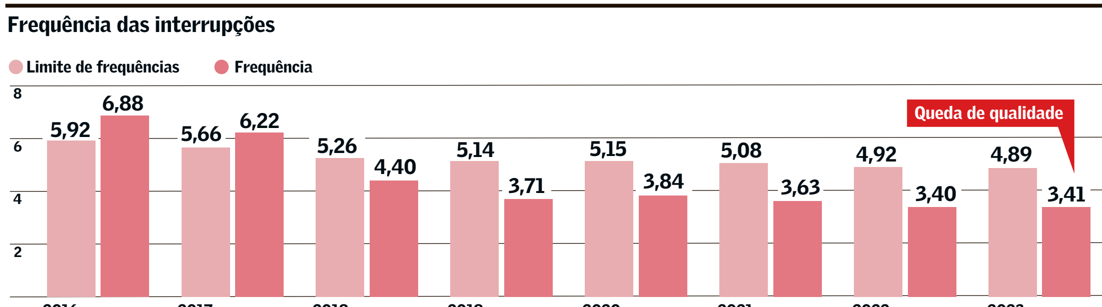
Além dos problemas em São Paulo, a Enel enfrentou infortúnios na concessão em Goiás, com críticas públicas do governador Ronaldo Caiado contra a operação da companhia, alegando falta de investimentos e descumprimento de metas de qualidade. A Enel se desfez da concessão, comprada pela Equatorial no fim de 2022.

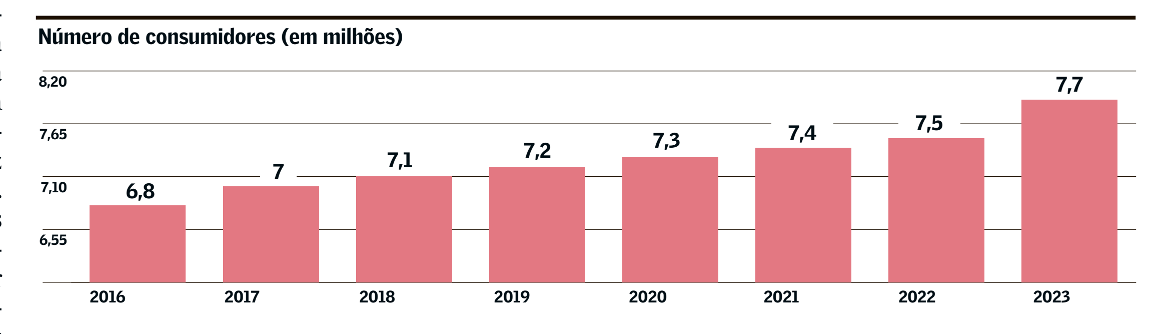
Os italianos tentam se desfazer da concessão no Ceará, ainda sem compradores. Em novembro passado, a Enel suspendeu a venda da distribuidora à espera das novas regras de para a renovação das concessões. No Estado, também há queixas quanto à prestação do serviço. Em agosto de 2023, a Assembleia Legislativa do Ceará aprovou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a conduta da empresa.

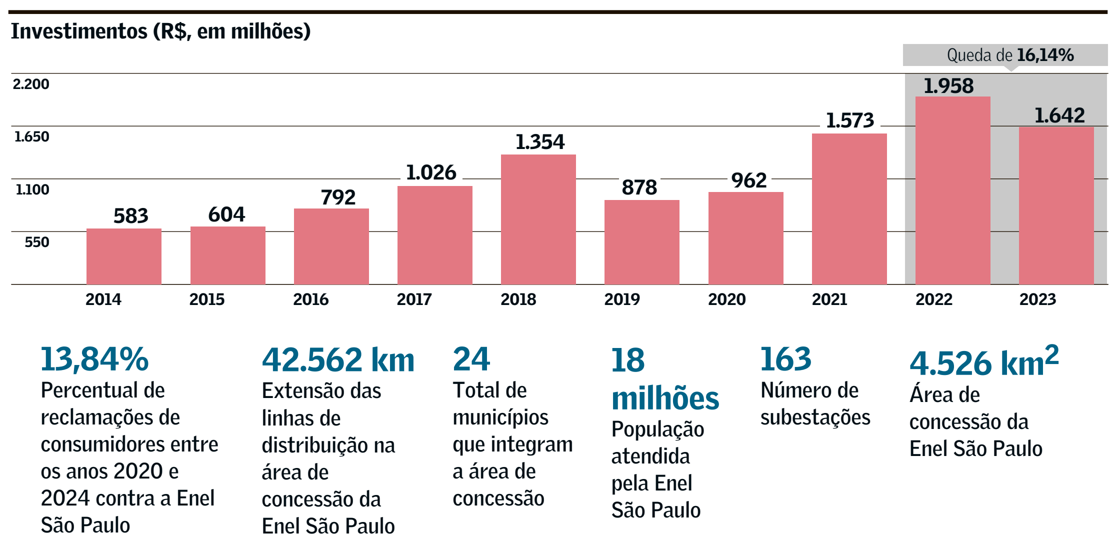
Qualidade da energia da Enel sob escrutínio

Evolução dos indicadores de qualidade da distribuidora nos últimos anos









Fonte: Aneel e Enel

Indicador de qualidade está melhor que limite da Aneel

Do Rio e de São Paulo

A principal forma de medir a qualidade do fornecimento de energia elétrica é pela análise de dois indicadores acompanhados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A duração equivalente de interrupção por unidade consumidora (DEC) e a frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora (FEC) indicam, respectivamente, quanto tempo e por quantas vezes o suprimento de eletricidade foi interrompido. A Aneel estabelece, a cada cinco anos, nos processos de revisão das tarifas, os limites de DEC e FEC e as distribuidoras são penalizadas quando descumprem esse teto.

Regras da Aneel abrem espaço para a caducidade quando esse limite é descumprido reiteradamente. No caso da Enel SP, os indicadores têm se mantido abaixo do estabelecido pela Aneel e não abrem espaço para um rompimento unilateral.

Em 2023, o indicador de duração de cortes de energia (DEC) da Enel São Paulo foi de 6,77 horas, abaixo das 7,11 horas estabelecidas pela Aneel. A frequência (FEC) foi de 3,41 vezes, abaixo do teto de 4,89 vezes. Os limites de DEC e FEC são revistos sempre para baixo cada vez que a Aneel revisita as tarifas das distribuidoras de energia.

O ministro Alexandre Silveira, em entrevista, afirmou que a empresa "passou dos limites na relação com os Estados e com a União" e que "dialoga pouco" com o poder concedente. Ele apontou ainda a falta de investimentos. "Para o período 2024-2026, a Enel vai investir no Brasil US$ 3,647 bilhões (R$ 18 bilhões), o que demonstra o compromisso do grupo com o Brasil. Deste total, cerca de 80% serão investidos em distribuição de energia", disse a Enel, em nota.

Para Dymitri Wajsman, presidente da Utilities Telecom & Technology Council na América Latina (Utcal), aumentos de investimentos em redes subterrâneas ou em automação precisam ser ponderados porque tais iniciativas dependem de serem reconhecidas nas tarifas. Segundo ele, nem todas as regiões da concessão da Enel vão exigir redes subterrâneas ou sistemas conhecidos como "self healing", que tornam as redes mais flexíveis e limitam desligamentos às áreas afetadas. *(FC e RR).*

Nunes elogia decisão e vê risco de colapso em SP

Folhapress, de São Paulo

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou nesta segunda-feira (1º) que a decisão do Ministério de Minas e Energia de determinar a abertura de um processo disciplinar contra a Enel é "acertada" e que o sistema elétrico da cidade corre risco de colapsar em três anos.

Nunes disse que se reuniu com o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo recentemente e que profissionais que trabalharam no sistema de eletrificação da cidade por mais de 30 anos avaliaram que, sem investimento, haverá "um colapso em no mínimo três anos".

"É algo muito sério, é necessário tomar uma atitude contundente, é muito perceptível que a Enel não tem condições de continuar", disse Ricardo Nunes.

O contrato da Enel dura até 2028. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse nesta segunda-feira ter determinado a abertura de um processo disciplinar que pode encerrar a concessão antecipadamente. A empresa não pagou cerca de R$ 300 milhões em multas, segundo o ministro.

Em março, moradores do centro paulistano ficaram até quatro dias sem energia elétrica, e atendimentos na Santa Casa de Misericórdia, que fica no bairro da Santa Cecília, tiveram de ser reprogramados.

No fim de 2023, 2,1 milhões de endereços ficaram sem energia na capital paulista após fortes chuvas. O restabelecimento total dos serviços chegou a levar uma semana para alguns consumidores.

O governador de São Paulo, Tarcísio Freitas (Republicanos), afirmou que também é favorável ao término da concessão da Enel na capital paulista e que sugeriu ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, "o início do processo de caducidade" do contrato da empresa na capital paulista.

A afirmação foi feita em entrevista à TV CNN Brasil. O governador paulista diz ter feito a sugestão na semana passada, em reunião em Brasília.

Ao comentar sobre a possibilidade de término da concessão, Tarcísio teria usado como exemplo um episódio de quando era ministro de Infraestrutura do governo Jair Bolsonaro. Ele teria ameaçado encerrar o contrato da rodovia Transnordestina durante sua gestão. A empresa concessionária, com receio de perdê-la, teria retomado as obras.

A declaração do governador de São Paulo ocorre após Silveira afirmar que a concessionária italiana "passou dos limites" e pedir à Aneel que considere todas as formas de punição, inclusive o fim do contrato de concessão.

SEMINÁRIO

REGULAMENTAÇÃO DO USO DAS REDES DE TELECOMUNICAÇÕES

Assista ao debate sobre a cobrança de taxas pelo uso da rede (NUF), seus impactos, desafios e oportunidades.

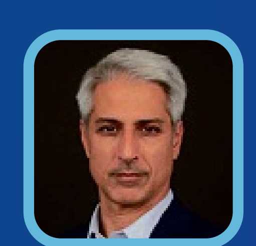
Para discutir, de forma profunda, um tema tão complexo, relevante e que pode gerar impactos significativos na economia digital, afetando plataformas, usuários e consumidores, o Information Technology Industry Council (ITI) reúne especialistas e nomes de destaque de diferentes setores, em dois painéis:

- O impacto socioeconômico da taxa da rede no cenário digital do Brasil.

- A infraestrutura e a conectividade do Brasil.

Não deixe de assistir a esse conteúdo exclusivo.

CONVIDADOS



Alessandro Molon
Ex-Deputado Federal & Diretor-Executivo da Aliança pela Internet Aberta (AIA)



Artur Coimbra
Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL



Cristiane Sanches
Conselheira da ABRINT



Flávio Lara
Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT)



Juliano Griebeler
Vice-presidente da Associação Nacional das Universidades



Katie McAuliffe
Diretora Sênior de Políticas de Telecomunicações do ITI



Marcelo Almeida
Diretor de Relações Governamentais da Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES)



Paula Bernardi
Assessora Sênior de Política e Advocacy na Internet Society



Sérgio Alves
Gerente Brasil da Associação Latino-Americana de Internet (ALAI)



Pedro Doria
Colunista do jornal O Globo e da CBN
Mediação

AMANHÃ, às 14h30



Acesse e assista
Valor Econômico

APRESENTAÇÃO



DIVULGAÇÃO



REALIZAÇÃO





Congresso Propostas como a regulação do mercado de carbono, no entanto, enfrentam resistência

Pacheco define prioridades para votar em abril

Julia Lindner
De Brasília

Após uma nova rodada de conversas com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), definiu uma lista com cinco itens prioritários para o Palácio do Planalto que pretende colocar em votação ainda neste mês. A movimentação ocorre depois de Pacheco ser acusado por alguns governistas de estar supostamente privilegiando a agenda da oposição na Casa, especialmente com temas ligados à segurança pública.

Parte das matérias com compromisso de avançar, no entanto, enfrenta resistência entre os senadores e pode ter um ritmo mais lento do que o esperado. É o caso, por exemplo, dos projetos de lei (PL) que regulam o mercado de carbono e a inteligência artificial (IA) no país.

No primeiro caso, a relatora deve ser novamente a senadora Leila Barros (PDT-DF), seguindo a vontade do governo. Depois de o relatório de Leila ser aprovado no Senado, no ano passado, o projeto sofreu uma manobra regimental deferida pela Câmara, onde foram introduzidos trechos polêmicos como a reserva de percentual sobre os ganhos para empresas desenvolvedoras de projetos privados de crédito de carbono. O imbróglio atrasou a tramitação.

Já no caso do projeto que regulamenta a IA no Brasil, o relator, Eduardo Gomes (PL-GO), não demonstra ter tanta pressa e só deve apresentar o seu parecer no final do mês. Apenas depois disso o tema poderá ser levado à deliberação no plenário.

Outra matéria que deve avançar em abril, se depender da vontade de Pacheco, é a que prevê isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 2.824. O texto, que já foi apreciado pela Câmara, deve ir primeiro para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de ir ao plenário.

> “A discussão sobre desoneração deve ser tratada por projeto de lei”
> *Rodrigo Pacheco*

Há, ainda, destaque para o projeto que altera a Lei de Falências, que ainda está sem relator e não chegou oficialmente da Câmara ao Senado; e o do combustível do futuro, que terá o vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), na função de relator. Veneziano comanda a Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia e está alinhado aos interesses da Petrobras e do governo na discussão.

Pacheco, por outro lado, sinaliza que não pretende dar a mesma celeridade à proposta da autonomia do Banco Central (BC), justamente pela resistência do governo em relação ao tema. De acordo com aliados do presidente do Senado, a única chance do assunto avançar é se houver aval do Executivo, embora haja forte pressão do presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Em outra frente, Pacheco editou um ato, nessa segunda-feira (1º), para tornar sem efeito parte de uma medida provisória (MP) editada pelo governo e, assim, manter a desoneração da folha de pagamento dos municípios. Este era um dos compromissos feito por ele com prefeitos de diversas cidades.

Pacheco alegou que o prazo de vigência foi encerrado nessa segunda-feira. O Palácio do Planalto ainda deve mandar um projeto de lei para tratar do assunto, mas sem impor a vigência imediata.

Sem a decisão de Pacheco, passaria a ser aplicada a reoneração da folha de pagamentos dos municípios. A alíquota, neste cenário, passaria de 8% para 20%.

Para Pacheco, a MP era uma tentativa de se promover “mais um turno do processo legislativo”. No Congresso, há um sentimento de que é preciso manter a desoneração para as prefeituras especialmente por se tratar de ano de eleições municipais.

Segundo Pacheco, o ato publicado por ele dará mais segurança jurídica aos municípios. “A decisão significa que a discussão sobre o tema da desoneração da folha de pagamento e seu eventual novo modelo devem ser tratados integralmente por projeto de lei, e não por MP”, afirmou o presidente do Senado.

Apesar do ato, Pacheco disse estar aberto a possíveis alterações no futuro. “Estamos abertos à discussão célere e ao melhor e mais justo modelo para o Brasil. Mas, de fato, uma MP não pode revogar uma lei promulgada no dia anterior, como se fosse mais um turno do processo legislativo. Isso garante previsibilidade e segurança jurídica para todos os envolvidos”, declarou o presidente do Senado.

Interlocutores de Pacheco dizem que o presidente do Senado teve que dar o passo porque o governo não se movimentou.

BRENNO CARVALHO / AGÊNCIA O GLOBO



Pacheco: presidente do Senado edita um ato para manter a desoneração da folha de pagamento dos municípios e diz que tema não deve ser tratado por MP

'Pé de Meia' é aposta para elevar aprovação



Andrea Jubé

Em meio à queda de avaliação nas pesquisas, o governo federal foi aconselhado a buscar uma nova marca para transformar em carro-chefe da gestão Lula 3, num cenário em que Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não cumprem mais essa função. "O passado é uma roupa que não nos serve mais", opinaria Belchior.

As apostas voltam-se para o recém lançado programa "Pé de Meia", que oferece uma bolsa de R$ 9,2 mil ao estudante que completar os três anos do ensino médio. A iniciativa do Ministério da Educação (MEC), que mira jovens de 14 a 24 anos no ensino médio, é uma das poucas novidades do terceiro mandato do petista.

O programa mal entrou em vigor, entretanto, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já encomendou ao Ministério da Fazenda mecanismos para ampliá-lo. Mas a vontade política esbarra na questão fiscal.

O programa vai pagar R$ 9,2 mil aos alunos que completarem o ensino médio, dessa forma: dez parcelas de R$ 200 durante o ano letivo, além de um bônus de R$ 1 mil na matrícula. No fim, o aluno pode receber mais um bônus de R$ 200 se fizer a inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A política é oportuna porque o maior índice de evasão escolar ocorre no ensino médio: cerca de 450 mil jovens abandonam a escola, por ano, nessa etapa. Além disso, pelo menos 69 milhões de brasileiros de 25 a 64 anos não concluíram o ensino médio. O principal motivo da debandada é financeiro.

O "Pé de Meia" desponta como uma política duplamente atraente para o momento de derretimento da popularidade de Lula. Internamente, tem sido considerado uma vitrine com fôlego para elevar a aprovação do governo, principalmente entre o público de baixa renda, e com foco nos jovens.

A expectativa é que cumpra um papel no passado desempenhado pelo Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e Farmácia Popular. Estes programas ainda são necessários, mas pela longevidade, despertam menos interesse do eleitorado.

Ao mesmo tempo, o programa emerge como canal de diálogo com a população jovem, principalmente, na faixa de 16 a 24 anos, que tem cobrado do governo mais acesso à educação, empregabilidade e segurança. Este segmento apoiou, majoritariamente, Lula na eleição, mas começou a desertar segundo as pesquisas mais recentes. Não é um público desprezível: o eleitorado com faixa etária de 16 a 17 anos, cujo voto é facultativo, aumentou 14,2% em comparação com o pleito municipal de 2020, enquanto o eleitorado acima de 18 anos cresceu 6,2% a partir de 2018.

O impasse é que, mal saiu do papel, o programa gerou ruídos entre os contemplados: de início, apenas 2,5 milhões de alunos matriculados no ensino médio da rede pública, inscritos no Bolsa Família (com renda familiar per capita mensal igual ou inferior a R$ 218). O orçamento reservado para esta largada foi de R$ 7 bilhões.

Nessa primeira etapa, o programa não alcançará todos os alunos do ensino médio inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Essa inclusão elevaria o número de beneficiários para 3,6 milhões, e o custo do programa para R$ 11,6 bilhões.

Como em geral os beneficiários do Bolsa Família compartilham os bancos escolares das escolas públicas com inscritos no CadÚnico (mas não no Bolsa Família), estes últimos passaram a questionar sua exclusão do programa. No fim, há o temor de que a frustração dos excluídos contamine a satisfação dos contemplados num clima de solidariedade entre os colegas. Porque a vulnerabilidade de uns vai parecer maior do que a pobreza dos outros.

No dia 25 de março, em solenidade no Palácio do Planalto, alguns alunos de escolas públicas matriculados no ensino médio, que estavam recebendo a primeira parcela de R$ 200, perguntaram às autoridades presentes por que nem todos os colegas teriam direito à bolsa do governo.

O impasse fiscal para expandir o "Pé de Meia" coloca os ministros da Educação, Camilo Santana, e da Fazenda, Fernando Haddad, um diante do outro. Camilo na cadeira já ocupada por Haddad, que, no comando da política monetária, se vê pressionado para atender Lula, bem como a promessa de um déficit fiscal zero.

Ambos estão bem cotados com Lula, mas este torce o nariz para o rigor fiscal do titular da Fazenda, enquanto publiciza a lua de mel com Camilo. O presidente já declarou que o titular do MEC tem a missão de superar Haddad, que deixou como legado a ampliação dos alunos no ensino superior, de 3,5 milhões para cerca de 7 milhões ao deixar a pasta em 2012.

Nos bastidores, Lula tem elogiado Camilo para auxiliares e aliados, e intensificou as agendas com o ex-governador do Ceará. Nesta semana, eles estarão juntos em dois compromissos. Nesta terça-feira (2), Lula, Camilo e o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), inauguram a Universidade da Matemática, ligada ao Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), na capital fluminense.

Na sexta-feira (5), Camilo integrará a comitiva de Lula em visita ao Ceará, sua base eleitoral. Eles visitarão as obras da Ferrovia Transnordestina em Iguatu, no sertão cearense, e anunciarão novo ramal ligado à transposição das águas do Rio São Francisco. No ato de 25 de março, Lula e Camilo anunciaram, juntos, o pagamento da primeira parcela do "Pé de Meia".

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Judiciário Senador do União Brasil é acusado de abuso de poder econômico nas eleições de 2022; julgamento no TRE do Paraná será retomado na quarta-feira

Relator vota contra pedidos do PL e do PT para cassar Sergio Moro

Lilian Venturini
De São Paulo

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) começou a julgar nessa segunda-feira (1º) as duas ações que podem levar à cassação do senador Sergio Moro (União-PR). Único a votar até o momento, o relator do caso, desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, apresentou voto contrário aos pedidos do PL e da federação formada por PT, PV e PCdoB, e não viu fundamentos para a acusação de abuso de poder econômico.

O julgamento foi suspenso após um pedido de vista (mais tempo para análise) do desembargador José Rodrigo Sade, que seria o segundo a votar. A sessão será retomada na quarta-feira (3).

O ponto central das ações de investigação judicial eleitoral (Aijes) é o valor gasto por Moro na pré-campanha ao Senado, na eleição de 2022. O PL e a federação liderada pelo PT dizem que Moro se beneficiou do período em que cogitou disputar o Presidência, quando ainda era filiado ao Podemos. Para os adversários, as agendas da pré-campanha tinham abrangência nacional, o que garantia a ele mais visibilidade, e os recursos usados desequilibraram a campanha. Além do abuso de poder econômico, os partidos acusaram Moro de crimes como caixa dois, desvios de recursos e uso indevido dos meios de comunicação.



ERNANI OGATA/CÓDIGO 19/AGÊNCIA O GLOBO

TRE-PR reunido: voto do relator (segundo da direita para esquerda) foi contrário à tese de abuso de poder econômico

Na primeira sessão dedicada ao julgamento, antes do voto do relator, manifestaram-se as defesas e o Ministério Público Eleitoral (MPE). Para os advogados do PL e da federação, o ex-juiz cometeu "trapaça eleitoral" e se valeu de "eventos hollywoodianos", custeados com fundo partidário, para promover de forma irregular a campanha ao Senado. "A base legal dessa peça é proteger a paridade de armas, é proteger a lisura do pleito", afirmou Bruno Cristaldi, que representa o PL.

A defesa de Moro rebateu e disse que os partidos não comprovaram os gastos de fato praticados pelo senador nem a influência deles na campanha. O defensor Gustavo Guedes destacou que os partidos mudaram os supostos valores das despesas ao longo do processo e classificou de "esquizofrenia absoluta" a conduta das acusações. "Qual é o valor do abuso? De quanto Moro se beneficiou? Até hoje, da parte deles, não há resposta", disse. Segundo a defesa, o senador gastou R$ 141 mil na pré-campanha. Já os adversários apresentaram gastos entre R$ 7,4 milhões e R$ 21,6 milhões.

O procurador-regional eleitoral Marcelo Godoy concordou em parte com as acusações e calculou R$ 2 milhões em despesas, o suficiente para configurar abuso e cassar a chapa eleita. Para Godoy, a ausência de limites precisos na legislação eleitoral quanto a limites de despesas na pré-campanha não pode servir de "carta branca" a um candidato. Godoy, entretanto, descartou os demais crimes e defendeu que a cassação seja aplicada a Moro e ao primeiro suplente, Luís Felipe Cunha.

Já o relator acompanhou pontos sustentados pela defesa do senador. Em seu voto de 231 páginas, Souza disse haver diversas fragilidades na acusação, que não demonstrou a prática de requisitos mínimos para a existência de abuso, como comprovar que Moro tentou enganar o eleitor usando a pré-campanha presidencial para ser bem sucedido no Paraná. "Até as pedras sabem que o investigado Sergio Moro não precisaria realizar pré-campanha para tornar seu nome popular", afirmou o relator.

Souza calculou em R$ 224 mil as despesas de Moro e disse os partidos adversários fizeram cálculos "utópicos". Na parte inicial do seu voto, o relator fez a ressalva que o TRE-PR não iria julgar a trajetória de Moro. "Não se está aqui a julgar a Operação Lava-Jato, seus personagens, acertos e erros", disse. O relator afirmou que seria "ingenuidade" achar que Moro, após atuar como juiz de uma operação de combate à corrupção, não seria atacado e que não receberia "retaliação futura" de adversários.

Restam agora os votos de outros seis desembargadores. Seja qual for o resultado, cabe recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Se Moro for condenado, ele fica inelegível e serão realizadas eleições para a vaga no Senado.

Cassação engessaria processo eleitoral

Análise

César Felício
Brasília

Foi desnecessariamente longo, uma vez que centrado em uma ideia simples, o voto do desembargador Luciano Carrasco Falavinha, relator do processo pela cassação do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Estava clara, desde o início da sua exposição de 2 horas e 15 minutos, a disposição do desembargador em não acatar a ação de impugnação do mandato.

O relator rejeitou a ação com um argumento central simples: a diferença de compreensão em relação a casos semelhantes. No processo eleitoral de 2022 ensaiaram candidaturas presidenciais o atual governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB) e os deputados federais Luciano Bivar (União Brasil-PE) e André Janones (Avante-MG). Os três migraram posteriormente para planos eleitorais mais modestos. Algum deles está com mandato questionado por adversários pelos gastos da pré-campanha? Não, apenas Moro.

A cassação de Moro por abuso de poder econômico, na visão de Falavinha, subiria o sarrafo da justiça eleitoral para uma altura muito rígida aos que estão interessados em participar do processo: quem se declarar aspirante a um cargo mais alto, por esta jurisprudência, fica proibido de mudar para uma postulação menor, sob pena de ser suspeito de realizar uma pré-campanha indevida.

"Candidaturas não nascem da noite para o dia. Elas são viabilizadas ou não dentro de partidos", ponderou o magistrado. Ele afirma ser perfeitamente natural, do ponto de vista político, um dirigente lançar-se a presidente para negociar outro projeto político mais adiante, ou se cacifar para outra posição. Não citou outros casos além dos de Leite, Bivar e Janones. Mas a lista de casos semelhantes, encarados com absoluta naturalidade, é vasta e ecumênica. No caso particular de Moro, argumentou, há um componente adicional de fragilidade na denúncia, registrado pelo magistrado: "Até as pedras sabem que Moro não precisaria de pré-campanha presidencial para se tornar conhecido no Paraná."

A pré-campanha presidencial de Moro na realidade não começou em outubro de 2021, quando ele se filiou ao Podemos. Moro tornou-se presidenciável pela sua atuação como juiz condutor da Lava-Jato, entre 2014 e 2018, considerada parcial pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em junho daquele ano, mas essa é outra história.

Juiz tem mais contas a acertar que o candidato

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

O início do julgamento das ações do PL e do PT no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no mesmo dia em que foi concluída a correição da 13ª Vara da Justiça Federal no Conselho Nacional de Justiça pode ser uma coincidência, mas mostra um caminho para as contas que o senador Sergio Moro (União-PR) tem a acertar com a justiça. Seus erros — e eventuais crimes — como juiz da Operação Lava-Jato são muito mais evidentes do que aqueles cometidos como candidato.

Foi isso que o desembargador Luciano Falavinha, relator da ação de investigação judicial eleitoral movida pelo PL e pelo PT, demonstrou ao apresentar um voto destinado não apenas a pautar os colegas do Tribunal Regional Eleitoral, como a tornar difícil a aceitação de um eventual recurso no Tribunal Superior Eleitoral.

Falavinha citou a quebra de sigilo telefônico da ex-presidente Dilma Rousseff, a condução coercitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a homologação da delação do ex-ministro Antonio Palocci, por um lado, e a condenação de atos de corrupção confessos, por outro, ao dizer que ali não estavam em julgamento os erros e acertos de Moro na Operação Lava-Jato.

Sugeriu ainda que seria ingênuo imaginar que a atuação de Moro no caso não fosse objeto de "desforra" com a tentativa de impedir sua atuação política. Desde o início do voto ficou claro que votaria pela rejeição da ação.

O cerne do argumento do relator foi o de que a acusação somou indevidamente os gastos da pré-campanha e da campanha eleitoral. Rejeitou a acusação de que a pré-campanha a presidente da República embutia, na verdade, uma antecipação da campanha para o Senado no Paraná. Numa análise minuciosa da prestação de contas de Moro, mostrou que, na pré-campanha, conduzida quando Moro tentava validar seu registro eleitoral por São Paulo, enfim rejeitado, o senador só fez três deslocamentos no Paraná num rol de viagens destinados aos principais centros eleitorais do país.

Cobrou ainda os partidos proponentes da ação, ambos com candidaturas presidenciais na disputa de 2022, uma referência de seus gastos na pré-campanha, como as motociatas do ex-presidente Jair Bolsonaro, para sustentar a acusação de que Moro teria se excedido.

Mais convincente que os próprios advogados do senador, o desembargador mostrou que os carros da campanha de Moro foram alugados em Brasília e os contratos publicitários foram firmados conjuntamente para nove candidatos. Reconheceu que o contrato com o escritório de advocacia do suplente do senador, Felipe Cunha, foi excessivo (R$ 1 milhão) até mesmo para o padrão de honorários de ex-ministros de cortes superiores, mas disse que não foram exibidos indícios da relação entre este pagamento e caixa dois.

Depois de dissecar todos os pagamentos, chegou à quantia de R$ 401 mil para a pré-campanha à Presidência pelo Podemos, R$ 229 mil para a pré-campanha ao Senado pelo União, em São Paulo, e R$ 224 mil, pelo mesmo partido, na circunscrição eleitoral do Paraná. A soma — que rejeita — chegaria a 19% do limite de gastos, o que não justificaria a cassação por abuso do poder econômico.

Fundamentou seu voto com passagens de discursos de vários ministros do Supremo Tribunal Federal em julgamentos do TSE. Citou até mesmo o maior desafeto de Moro no STF, Gilmar Mendes, ao dizer que a atuação da justiça eleitoral deve ser minimalista para não desrespeitar a soberania popular do voto.

Pesam ainda contra a cassação de Moro as mudanças que acontecerão na composição do TSE até que o processo, eventualmente, chegue até lá. No lugar dos ministros Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia entrarão André Mendonça e Dias Toffoli. Além disso, o ministro do STJ, Benedito Gonçalves, será substituído pela ministra Maria Isabel Galotti, mais conservadora e independente.

A contundência do voto do relator pela manutenção do mandato de Moro contrasta com a profusão de postulantes à sua vaga que, desde essa segunda-feira, parecem mais distantes de alcançá-la.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23	mai/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,60	0,82	0,10	0,05	0,03	-0,57	0,29	0,27	-1,83
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,6	1,6	0,6	0,0	0,2	0,5	-0,4	0,0	0,4
Indústria de transformação	-	-0,3	0,7	-0,1	0,2	-0,7	1,3	-0,4	-0,3	0,0
Indústrias extrativas	-	-6,3	3,2	3,4	-0,4	6,3	-4,8	-1,2	2,8	1,3
Bens de capital	-	5,2	-0,8	-1,4	-0,5	-2,2	5,4	-7,3	-2,4	4,6
Bens intermediários	-	-2,4	1,9	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,2	-0,2	-0,1
Bens de consumo	-	-1,5	1,2	-0,2	-0,8	-1,9	2,4	1,4	0,3	-0,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-0,1	1,2	0,6	-0,1	-0,8	1,1	-2,6	1,8	-0,1
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	0,4	1,6	0,7	-0,3	-0,7	0,0	-0,4	0,0	0,6
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,2	0,9	-0,1	0,8	0,6	0,9	0,8	-1,9
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	2,5	-1,4	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0	-0,8
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-0,2	1,5	0,0	1,1	-0,4	0,4	0,3	0,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,7	0,7	0,5	-0,2	-0,1	-1,4	1,0	0,4	1,6
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0	8,3
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,3	-0,1	0,4	0,1	-0,1	-0,2	0,0	0,2	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2	-0,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	23.538	27.016	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600	32.666
Importações	18.091	20.490	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524	21.688
Saldo	5.447	6.527	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077	10.978

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	-	24,35	1.412,00
abr/24	-	-	-	-	0,89	0,5395	0,4456	-	-	24,38	1.412,00
2024	**0,13**	**1,64**	**1,64**	**2,39**	**3,53**	**2,16**	**1,80**	**0,87**	**0,10**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,35**	**7,60**	**7,60**	**11,33**	**12,32**	**6,91**	**5,46**	**4,39**	**2,31**	**1,33**	**8,45**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mar/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2024	Janeiro-fevereiro 2023	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**164,9**	**148,2**	**11,33**	**56,5**	**48,1**	**17,37**
Imposto de renda pessoa física	5,6	4,7	19,54	2,9	2,4	21,28
Imposto de renda pessoa jurídica	80,2	78,3	2,37	21,2	20,4	3,83
Imposto de renda retido na fonte	79,2	65,2	21,50	32,3	25,3	27,91
Imposto sobre produtos industrializados	11,9	9,8	22,12	5,5	4,3	29,39
Imposto sobre operações financeiras	10,3	10,1	2,31	5,2	4,7	10,72
Imposto de importação	10,3	8,9	16,36	4,8	3,9	22,26
Cide-combustíveis	0,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	64,9	52,5	23,51	30,5	23,9	27,67
CSLL	43,7	39,2	11,53	11,0	10,4	5,45
PIS/Pasep	18,2	15,1	20,57	8,6	6,9	23,94
Outras receitas	142,4	127,0	12,06	64,2	56,7	13,15
Total	**467,2**	**410,7**	**13,74**	**186,5**	**159,0**	**17,31**

	jan/24		dez/23		jan/23	
	Valor	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**57,7**	**-11,42**	**65,1**	**5,44**	**56,2**	**-1,34**
	jan/24		**dez/23**		**jan/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**51,7**	**-32,82**	**77,0**	**58,48**	**46,2**	**-33,50**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	mar/24	fev/24	2024	2023	12 meses	mar/24	fev/24	dez/23	mar/23
IBGE									
IPCA	-	0,83	1,25	4,62	4,50	-	6.858,17	6.773,27	6.609,67
INPC	-	0,81	1,38	3,71	3,86	-	7.051,03	6.954,74	6.832,32
IPCA-15	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
IPCA-E	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
FGV									
IGP-DI	-	-0,41	-0,67	-3,30	-4,04	-	1.098,10	1.105,54	1.140,36
Núcleo do IPC-DI	-	0,42	0,79	3,48	3,63	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,76	-1,35	-5,92	-6,98	-	1.276,92	1.294,35	1.362,96
IPA-Agro	-	-1,02	-2,48	-11,34	-13,28	-	1.740,99	1.785,32	1.986,71
IPA-Ind.	-	-0,66	-0,93	-3,77	-4,47	-	1.084,36	1.094,53	1.128,55
IPC-DI	-	0,55	1,17	3,55	3,59	-	742,25	733,67	721,89
INCC-DI	-	0,13	0,40	3,49	3,39	-	1.092,69	1.088,31	1.060,12
IGP-M	-0,47	-0,52	-0,91	-3,18	-4,26	1.113,84	1.119,06	1.124,07	1.163,36
IPA-M	-0,77	-0,90	-1,75	-5,60	-7,05	1.310,88	1.321,06	1.334,20	1.410,30
IPC-M	0,29	0,53	1,41	3,40	3,14	726,53	724,46	716,46	704,38
INCC-M	0,24	0,20	0,68	3,32	3,29	1.093,50	1.090,87	1.086,15	1.058,65
IGP-10	-0,17	-0,65	-0,40	-3,56	-4,05	1.138,81	1.140,76	1.143,35	1.186,93
IPA-10	-0,40	-1,08	-1,06	-6,02	-6,77	1.352,24	1.357,71	1.366,78	1.450,40
IPC-10	0,48	0,62	1,56	3,43	3,50	732,11	728,64	720,87	707,37
INCC-10	0,27	0,10	0,76	3,04	3,21	1.078,34	1.075,47	1.070,21	1.044,81
FIPE									
IPC	-	0,46	0,92	3,15	3,00	-	681,45	675,27	664,14

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mar/24 -0,31% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mar/24 0,38%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2023

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2023		-	Campo 7
2ª	30/06/2023		1,00%	
3ª	31/07/2023		2,07%	+
4ª	31/08/2023	Valor da declaração	3,14%	Campo 8
5ª	29/09/2023		4,28%	
6ª	31/10/2023		5,25%	+
7ª	30/11/2023		6,25%	Campo 9
8ª	28/12/2023		7,17%	
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/23 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jan/24		dez/23		jan/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.565,1**	**59,99**	**6.612,8**	**60,84**	**5.613,9**	**55,21**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-37,0	-0,34	-36,4	-0,34	5,0	0,05
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-749,0	-6,84	-724,1	-6,66	-750,3	-7,38
Dívida fiscal líquida	**7.351,1**	**67,17**	**7.373,4**	**67,83**	**6.359,2**	**62,54**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.219,4	65,97	7.271,3	66,89	6.298,7	61,95
Dívida externa líquida	-654,3	-5,98	-658,5	-6,06	-684,9	-6,74
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.619,3	51,35	5.657,3	52,04	4.711,3	46,34
Governos Estaduais	842,3	7,70	852,4	7,84	805,4	7,92
Governos Municipais	54,0	0,49	55,6	0,51	40,0	0,39
Empresas Estatais	49,6	0,45	47,4	0,44	57,1	0,56
Necessidades de financiamento do setor público	**jan/24**		**dez/23**		**jan/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	**991,9**	**9,06**	**967,4**	**8,90**	**497,8**	**4,90**
Governo Federal**	818,0	7,48	813,6	7,48	438,8	4,32
Banco Central	86,3	0,79	65,5	0,60	39,4	0,39
Governo regional	80,4	0,73	80,7	0,74	14,3	0,14
Total primário	**246,0**	**2,25**	**249,1**	**2,29**	**-123,2**	**-1,21**
Governo Federal	-44,4	-0,41	-42,1	-0,39	-319,4	-3,14
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,4	0,00
Governo regional	-18,4	-0,17	-17,7	-0,16	-66,7	-0,66

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2023	Janeiro-fevereiro 2022	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita total	**470,7**	**431,7**	**9,05**	**189,4**	**160,4**	**18,05**
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	**98,5**	**91,6**	**7,52**	**56,9**	**53,0**	**7,29**
Receita líquida total	**372,2**	**340,1**	**9,45**	**132,5**	**107,4**	**23,36**
Despesa Total	**350,6**	**299,4**	**17,12**	**190,9**	**149,8**	**27,42**
Benefícios Precidenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**21,6**	**40,7**	**-46,94**	**-58,4**	**-42,4**	**37,71**

Discriminação	jan/24		dez/23		jan/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	0,8	-	-8,8	6.700,09	1,5	1.114,22
Discrepância estatística	0,0	-	-2,7	331,80	-1,0	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**81,3**	**-**	**-129,1**	**225,75**	**83,7**	**1.186,19**
Juros Noninimais	**-71,6**	**30,46**	**-54,9**	**54,05**	**-46,5**	**-13,44**
Result. Nominal do Gov. Central	**9,7**	**-**	**-184,0**	**144,44**	**37,1**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Judiciário Decano liga retomada de protagonismo das Forças Armadas com os atos de 8 de janeiro

STF forma maioria para limitar atuação das FAs

Isadora Peron
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para impor limites à atuação das Forças Armadas. O julgamento, que ocorre no plenário virtual, determina que os militares não devem exercer o papel de "Poder Moderador" nem patrocinar "indevidas intromissões" no funcionamento dos três Poderes.

Até agora, votaram nesse sentido o relator, Luiz Fux, e os ministros Luís Roberto Barroso, Flávio Dino, Edson Fachin, André Mendonça e Gilmar Mendes. O julgamento começou na sexta-feira e vai até o dia 8 de abril.

Em seu voto, que formou a maioria, Gilmar fez duras críticas ao que chamou de "processo de retomada do protagonismo político das altas cúpulas militares". Ele ligou o movimento aos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e afirmou que a participação das Forças Armadas como entidade fiscalizadora das eleições presidenciais de 2022 teve como objetivo "descredibilizar o sistema eleitoral de modo a propiciar a consecução de propósitos políticos escusos".

Em sua manifestação, o decano da Corte citou expressamente o nome do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que costumava questionar o alcance do Artigo 142 da Constituição. Ponto central da ação movida pelo PDT, esse artigo prevê que as Forças Armadas se destinam "à defesa da pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

Segundo ele, o protagonismo político das altas cúpulas militares se aprofundou com a chegada de Bolsonaro à Presidência em 2018, ele próprio capitão do Exército reformado.

"No governo Bolsonaro, militares ocuparam um sem número de cargos públicos na estrutura do governo federal. Em alguns casos, militares da ativa assumiram funções não eletivas de evidente natureza política, como é o caso do cargo de Ministro de Estado em pastas não afeitas aos assuntos militares, sem se transferirem à reserva — prática que, apesar de não ter sido expressamente vedada pelo texto constitucional, certamente desafia a Constituição, pois atividades como a articulação política e a atividade de teor ideológico ou partidário são incompatíveis com o ofício militar", escreveu.

O ministro citou ainda que agora, depois que veio à tona um vídeo de uma reunião ministerial realizada por Bolsonaro em 2022, está claro qual foi o intuito da participação das Forças Armadas nas eleições, e "nunca foi o de verificar e contribuir para com a lisura do processo eleitoral". "Ao invés, agiram a reboque de um movimento que buscava descredibilizar o sistema eleitoral de modo a propiciar a consecução de propósitos políticos escusos. Tratou-se de uma operação de assédio à Justiça Eleitoral absolutamente inadmissível e incompatível com a ordem constitucional."

Para ele, o "resultado final" desse processo "todo mundo conhece": foram os atentados de 8 de janeiro. "Após a derrota eleitoral de Bolsonaro no pleito pela reeleição em 2022, hordas ensandecidas permaneceram acampadas na frente de quartéis exigindo 'intervenção militar constitucional' com alegado fundamento no art. 142 da Constituição", disse.

Segundo o ministro, "a tentativa abjeta e infame de invasão das sedes dos três Poderes em 8 de janeiro de 2023 não será devidamente compreendida se dissociada desse processo de retomada do protagonismo político das altas cúpulas militares. A apuração de responsabilidades, inclusive de caráter institucional, é medida que se impõe e que será ultimada pelo Poder Judiciário."

Gilmar também ligou o aumento do protagonismo dos militares a uma "exacerbada expansão do papel das Forças Armadas nas ações de garantia da lei e da ordem (GLOs)". Em suas palavras, "o que se verificou foi um crescente e preocupante avanço das Forças Armadas no exercício de atribuições que, em países de tradição democrática, são realizadas exclusivamente por instituições civis, o que se deu mediante um progressivo e vertiginoso aumento do número de ações de garantia da lei e da ordem, denotando evidente excesso no emprego do expediente".

Ele também afirmou que o texto do Artigo 142 da Constituição "não impõe ao intérprete nenhuma espécie de dificuldade hermenêutica". "A hermenêutica da baioneta não cabe na Constituição. A sociedade brasileira nada tem a ganhar com a politização dos quartéis e tampouco a Constituição de 1988 o admite."

Nesse sentido, Gilmar defendeu a ação do Supremo na questão: "Diante de tudo o que temos observado nesses últimos anos, todavia, faz-se necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal para reafirmar o que deveria ser óbvio: o silogismo de que a nossa Constituição não admite soluções de força."

Em seu voto, Fux defendeu que a chefia das Forças Armadas cabe ao presidente da República, mas que ele tem um poder limitado, que não inclui "qualquer interpretação que permita indevidas intromissões no regular e independente funcionamento dos outros Poderes e instituições, bem como qualquer tese de submissão desses outros Poderes ao Executivo".

O relator também apontou que as chamadas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) devem ser empregadas para o "excepcional enfrentamento de grave e concreta violação à segurança pública interna", depois de esgotados os mecanismos ordinários e preferenciais de preservação da ordem.

Segundo Fux, as Forças não são um Poder da República, mas uma instituição à disposição dos demais Poderes constituídos para, quando convocadas, agirem instrumentalmente em defesa da lei.

Ele afirmou ainda que a Constituição colocou as Forças no âmbito do controle civil do Estado, como "instituições nacionais permanentes e regulares", atributos que as qualificam como órgãos de Estado, e não de governo, portanto, "indiferentes às disputas que normalmente se desenvolvem no processo político."

Em voto protocolado no domingo, data em que o golpe militar de 1964 completou 60 anos, Dino classificou a ditadura como um "período abominável" da história. "São páginas, em larga medida, superadas na nossa história. Contudo, ainda subsistem ecos desse passado que teima em não passar, o que prova que não é tão passado como aparenta ser", escreveu.

Para ele, um desses "impressionantes" resquícios está espelhado na necessidade de o Supremo pronunciar-se sobre assuntos que seriam vistos como "exóticos" na imensa maioria dos tribunais do restante do mundo. "É o que vemos na presente ADI [Ação Direta de Inconstitucionalidade], em que se busca fixar balizas para as atribuições das Forças Armadas, à luz do Artigo 142 da vigente Constituição", diz, citando a tese em que as Forças Armadas poderiam ter o papel de poder moderador.

"Com efeito, lembro que não existe, no nosso regime constitucional, um 'poder militar'. O Poder é apenas civil, constituído por três ramos ungidos pela soberania popular, direta ou indiretamente. A tais Poderes constitucionais, a função militar é subalterna, como aliás consta do Artigo 142 da Carta Magna", apontou o ministro em seu voto.

Dino, no entanto, fez uma ressalva em relação ao voto do relator. Ele pediu que a íntegra do acórdão do julgamento seja enviado ao Ministério da Defesa, com o objetivo de que ele seja difundido "para todas as organizações militares, inclusive Escolas de formação, aperfeiçoamento e similares". "Dúvida não paira de que devem ser eliminadas quaisquer teses que ultrapassem ou fraudem o real sentido do Artigo 142 da Constituição Federal, fixado de modo imperativo e inequívoco por este Supremo Tribunal", concluiu. A iniciativa foi apoiada por Gilmar em seu voto.

ANTONIO AUGUSTO/SCO/STF — 20/3/2024



Gilmar: texto do Artigo 142 da Constituição "não impõe ao intérprete nenhuma espécie de dificuldade hermenêutica"

Guerra Bombardeio à missão diplomática iraniana em Damasco eleva a tensão e gera temor de escalada no conflito na região

Síria e Irã acusam Israel de ataque contra embaixada

Agências internacionais

Um ataque aéreo atribuído a Israel destruiu ontem parte da embaixada do Irã em Damasco, na Síria, causando a morte de sete oficiais, incluindo dois generais, da Guarda Revolucionária iraniana. A ofensiva eleva ainda mais a tensão no Oriente Médio, no momento em que Israel desafia os apelos do Ocidente e amplia as operações em sua guerra contra o grupo terrorista Hamas na Faixa de Gaza.

O ataque ao edifício diplomático iraniano ameaça marcar o início de uma escalada nas ofensivas de Israel contra alvos do Irã na Síria e em outros países vizinhos, como o Líbano onde atua o Hezbollah — grupo xiita armado por Teerã. Israel, que raramente reconhece esse tipo de ataque, declarou que não comentaria notícias da mídia síria relativas ao bombardeio.

TVs árabes e iranianas informaram que um dos mortos é o general Ali Reza Zahdi — que anteriormente liderou a força de elite Quds do Irã no Líbano e na Síria até 2016. O embaixador iraniano Hossein Akbari condenou o ataque e disse que equipes de resgate ainda reviravam os destroços do setor consular da embaixada em busca de mais corpos.

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Hossein Amirabdollahian, disse que Israel deve responder pelas consequências e repercussões do ataque, enquanto um enviado do país à Síria prometeu uma "resposta decisiva".

Em outro episódio, a mídia palestina informou também ontem que outro ataque israelense — na Faixa de Gaza — causou a morte de cinco trabalhadores humanitários da World Central Kitchen (WCK). As circunstâncias do ataque não ficaram imediatamente claras, mas o jornal "Times of Israel" informou que quatro dos mortos são de cidadãos estrangeiros, da Polônia, Austrália, Irlanda e Reino Unido. Fundada pelo premiado chef espanhol José Andrés, a organização não governamental sem fins lucrativos WCK se dedica desde 2010 a oferecer refeições para populações afetadas por catástrofes naturais e conflitos. O grupo está presente no enclave palestino desde fevereiro.

Ao mesmo tempo, após um dos finais de semana mais violentos na Faixa de Gaza dos últimos meses, as tropas de Israel anunciaram ontem o fim da "bem-sucedida" operação contra o hospital Al-Shifa, maior do enclave palestino. Moradores da região relataram a "total destruição" do local e vários corpos deixados para trás.

Em comunicado, Israel descreveu a incursão como uma das operações mais exitosas da guerra, em resposta à incursão de militantes do Hamas em território israelense, em 7 de outubro — que deixou 1,2 mil mortos, centenas de feridos e resultou em mais de 200 reféns, entre os quais cerca de 140 permanecem em poder do grupo palestino. O exército de Israel disse ter matado cerca de 200 militantes do Hamas em combates dentro e nos arredores de Al-Shifa, além de ter apreendido armas e documentos.

A condução da guerra tem causado pressões internas e externas ao governo de Israel. O premiê Benjamin Netanyahu se recusa a acatar os apelos dos EUA e seus aliados pela adoção de uma trégua de pelo menos seis semanas para negociar a troca dos reféns por palestinos que cumprem penas em prisões israelenses presos. No sábado e no domingo, cidadãos israelenses realizaram as maiores manifestações contra Netanyahu desde o início da guerra.

O premiê internou-se no domingo em um hospital de Israel para realizar uma cirurgia de hérnia — que seus assessores informaram ter sido bem-sucedida. Os mesmos assessores disseram que Netanyahu deve ter alta hoje.

Enquanto isso, funcionários americanos e israelenses mantinham ontem negociações virtuais sobre outro tema central da divergência entre os dois países. Antes de ir ao hospital, Netanyahu reiterou que manterá os planos para um iminente ataque à cidade de Rafah, no sul do território. Os EUA se opõem a uma ofensiva contra a cidade — onde hoje vivem cerca de 1,3 milhão de palestinos.

A secretária de imprensa da Casa Branca, Karine Jean-Pierre, disse que Jake Sullivan, conselheiro de segurança nacional, lidera a delegação dos EUA. Um novo encontro está marcado para sexta-feira.

OMAR SANADIKI/AP



Equipes de resgate buscam sobreviventes entre destroços de edifício bombardeado por Israel em Damasco

Israel aprova lei para fechar 'mídia pró-Hamas'

Agências internacionais

A Knesset, o parlamento de Israel, aprovou ontem uma lei que dá ao Executivo o poder de fechar temporariamente emissoras estrangeiras que atuam no país e provoquem "dano real à segurança do Estado". A medida, conhecida como "Lei Al-Jazeera", é defendida pelo premiê Benjamin Netanyahu, como forma de calar a mídia que ele diz ser pró-Hamas.

A nova lei dá ao premiê e ao ministro das Comunicações a autoridade para interromper o sinal de redes estrangeiras e confiscar seus equipamentos.

O ministro das Comunicações, Shlomo Karhi, prometeu imediatamente após a votação final que o canal de notícias Al-Jazeera, seria fechado "nos próximos dias". "Não haverá liberdade de expressão para porta-vozes do Hamas em Israel", disse, segundo o jornal "Times of Israel". A Al-Jazeera é financiada pelo governo do Catar — um dos principais mediadores do difícil diálogo entre Israel e o Hamas.

Os EUA expressaram preocupação com a lei. A porta-voz da Casa Branca, Karine Jean-Pierre, disse em entrevista que acredita "na liberdade de imprensa", e disse que o governo americano apoia "o trabalho importante que os jornalistas de todo o mundo fazem, e isso inclui aqueles que estão reportando o conflito em Gaza".

Putin espera que eleição de novembro silencie os EUA

Análise

Gideon Rachman
Financial Times

Em seu livro de memórias "First Person" (em primeira pessoa, em tradução livre), publicado em 2000, Putin lembra-se de ter pedido a uma unidade próxima do Exército Vermelho para proteger a sede da KGB em Dresden. A resposta o desconcertou: "Não podemos fazer nada sem ordens de Moscou. E Moscou está em silêncio". Depois, Putin disse: "Tive a sensação, então, de que o país não existia mais. Que tinha desaparecido".

A lição que Putin parece ter extraído dessa experiência marcante de 1989 é que grandes impérios podem ruir em razão da desordem política interna. Após ter visto Moscou ficar em silêncio, Putin pode estar nutrindo a esperança de, agora, ver Washington cair no silêncio, e de ser a vez de o "império americano" desmoronar.

Vistas de Moscou, as possibilidades devem parecer tentadoras. A eleição de Donald Trump para um segundo mandato como presidente dos EUA colocaria a aliança ocidental sob tensões sem precedentes. Alterações nas políticas que poderiam ser iniciadas por Trump — como o fim do apoio à Ucrânia ou a retirada dos EUA da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental) — são um dos possíveis caminhos para a concretização dos objetivos da Rússia.

Um segundo caminho, menos comentado, não depende de mudanças na política da Casa Branca. Nesse cenário, o período após uma eleição de Trump seria de desordem, do governo e da sociedade dos EUA. Absorta em seus conflitos internos, a elite americana perderia a vontade ou a capacidade de projetar poder pelo mundo.

É possível que esse período de desordem não precise ser muito longo para sacudir o mundo. Como Putin, posteriormente, recordou: "Perdemos a confiança por apenas um momento. Mas foi o suficiente para perturbar o equilíbrio de forças no mundo".

Uma Washington paralisada significaria, então, oportunidades para Moscou

Um período de "perda de confiança" causado por turbulências pós-eleitorais nos EUA parece muito plausível. Caso Trump vença, ele já deixou claro que pretende buscar vingança contra inimigos políticos. Se Trump perder para Biden, existe uma grande chance de turbulência política nos EUA. Quem pode acreditar que Trump ou seus apoiadores aceitariam a derrota? Uma repetição da insurreição de 6 de janeiro de 2021 — mas desta vez com apoio de políticos e tribunais nas esferas estaduais — parece bastante provável.

Todo esse quadro seria uma receita para turbulências nos EUA e para o que Putin chamou, no contexto soviético, de "a paralisia do poder". Uma Washington paralisada significaria, então, oportunidades para Moscou e Pequim.

Ainda assim, a forma como Putin vê o que aconteceu em 1989 — e, portanto, suas ambições para 2025 — sofrem de um grande ponto cego. As causas do colapso do império soviético não foram simplesmente a confusão e falta de força de vontade em Moscou. A razão mais profunda foi o repúdio do Leste Europeu ao domínio soviético. A União Soviética havia enviado tanques à Hungria em 1956 e à Tchecoslováquia em 1968 para reprimir dissidentes. A decisão de Mikhail Gorbatchov de não esmagar as aspirações do Leste Europeu por uma terceira vez foi uma escolha moral — não um momento de fraqueza, como interpreta Putin.

Quando lançou sua invasão em grande escala da Ucrânia em 2022, o que Putin buscava era o antigo modelo brutal de domínio soviético. O mundo, entretanto, mudara de maneiras que ele não compreendera. Os ucranianos resistiram e o Ocidente abasteceu-os de armas — ao contrário de 1956 e 1968, quando os EUA e seus aliados ficaram à margem e não se opuseram à intervenção de Moscou.

Muito mudou desde 1989, em Moscou, Washington, Berlim e Varsóvia. Algo que permanece constante, contudo, é a determinação dos europeus em resistir à dominação russa. As nações europeias têm uma dolorosa consciência de como se tornaram dependentes do poder militar dos EUA. Mas estão determinadas a fazer algo a respeito. É possível que Washington fique em silêncio em 2024. Isso não significa, porém, que Moscou será capaz fazer o relógio da Europa voltar a 1988.

Estrangeiros podem ficar anos 'presos' na China por disputas civis e comerciais

Rebecca Feng e Elaine Yu
Dow Jones Newswires, de Hong Kong

Um executivo americano que mora na China foi ao aeroporto de Xangai Pudong há seis anos para uma viagem de negócios rotineira a São Francisco. Quando ele tentou passar pelo controle de imigração foi informado de que não tinha permissão para deixar a China. "Você sabe o que fez", disse-lhe a autoridade. Ele tentou outro aeroporto e teve resposta parecida.

Desde então ele está "preso" na China, alvo de uma proibição de saída — um instrumento legal usado pelos tribunais chineses que já deixou muitos executivos estrangeiros presos no país, frequentemente sem ter ideia de quando terão permissão para sair.

A grande maioria das proibições de saída não é aplicada a pessoas acusadas de algum crime, e sim àqueles envolvidos em litígios civis. Mesmo estrangeiros que não são responsáveis ou que deixaram uma empresa anos antes de ela se envolver em uma disputa, estão sujeitos a essas proibições.

O governo chinês está no meio de um esforço para atrair companhias e empresários estrangeiros, depois que uma série de batidas e prisões no ano passado assustou executivos e levantou sérios questionamentos sobre os riscos de se fazer negócios no país.

Mas Pequim não tocou em um dos grandes riscos enfrentados pelos estrangeiros que trabalham na China: a possibilidade de eles não poderem sair.

A história do executivo americano é um caso clássico: ele havia sido gerente-geral da subsidiária de uma empresa europeia em Xangai. Em 2016, a sede da empresa parou de enviar dinheiro para a unidade de Xangai, impossibilitando o pagamento dos salários mensais. O executivo tentou, sem sucesso, obter dinheiro na China. Muitos dos funcionários da companhia a processaram e pelo menos um deles pediu a um tribunal que impusesse a proibição de saída a ele.

A China vem usando as proibições de saída há anos, levando a casos de grande repercussão envolvendo banqueiros, advogados e donos de empresas. Mas os detalhes sobre o quão generalizadas são essas proibições — e o quanto é fácil cair em desgraça nos tribunais chineses — são obscuros.

Uma busca em um banco de dados judiciais online, que inclui milhões de documentos, revelou 37 casos de estrangeiros proibidos de sair da China. Advogados afirmam que o número real é muito maior e acadêmicos encontraram mais de 150 casos.

Os casos no banco de dados incluem americanos impedidos de deixar a China por falta de pagamentos ou dívidas não quitadas, um dono de restaurante de Taiwan que se desentendeu sobre a posse do negócio com seu sócio alemão, e um empresário iraniano impedido de sair do país por meses porque devia US$ 7 mil a um funcionário. As pessoas contatadas pela reportagem não quiseram comentar ou confirmar suas experiências.

Harry Clifford Villers pareceu cronometrar perfeitamente sua mudança para a China. Em 2001, o país se tornou membro pleno da Organização Mundial do Comércio (OMC), consolidando sua posição de gigante comercial global e inaugurando décadas de crescimento econômico. Villers, um cidadão americano, mudou para a China no mesmo ano, segundo seu perfil no LinkedIn.

Ele acabou na SureHeat Manufacturing Suzhou, uma fabricante de fornos e lareiras. Em 2014 a companhia faliu. Dois anos depois Villers foi proibido de sair do país.

O sistema legal da China permite que o demandante em qualquer disputa civil ou empresarial solicite a um tribunal a imposição da proibição de saída do réu. Isso geralmente ocorre depois que um veredito é dado, mas nem sempre. Se o réu for uma empresa, a proibição de saída pode ser imposta ao representante legal da companhia, uma pessoa responsável ou um gerente de alto escalão.

Pessoas sujeitas à proibição de saída têm seus nomes acrescentados em um banco de dados nacional que a polícia verifica em todos os aeroportos e estações ferroviárias. Muitas vezes as pessoas não sabem que estão proibidas de sair do país até que tentam viajar — às vezes nem são informadas dos motivos pelos quais não podem sair.

Em disputas civis com estrangeiros na China, as proibições de saída alteram o equilíbrio de poder para que uma das partes tenha todas as cartas, diz Jack Wroldsen, professor de direito empresarial e políticas públicas da Universidade Politécnica da Califórnia em San Luis Obispo (Cal Poly).

Às vezes as proibições de saída são impostas a executivos de alto nível ou àqueles que contraíram grandes empréstimos. Charles Wang Zhonghe, um executivo do banco japonês Nomura, não conseguiu sair da China após uma viagem de negócios no ano passado e está cooperando com uma investigação, segundo fontes a par do caso. Michael Chan, um executivo da Kroll, também foi alvo de proibição de saída no ano passado.

Com a mesma frequência, as proibições são impostas a donos de empresas relativamente pequenas ou a envolvidos em disputas pessoais. Wu Jun, um cidadão americano na faixa dos 50 anos recebeu uma proibição de saída em 2017. O problema: ele havia sido o representante legal de uma companhia de produtos eletrônicos cinco anos antes. Quando um tribunal decidiu que a empresa devia US$ 8.150 em salários e outros pagamentos em 2016, Wu ainda estava no registro da empresa.

As pessoas que enfrentam a proibição de saída muitas vezes mergulham em um limbo jurídico. O executivo americano que foi barrado no aeroporto de Xangai Pudong não consegue um emprego. Sua falta de documentação impediu que ele fosse vacinado durante a pandemia de covid-19. Ele já ultrapassou o prazo de validade de seu visto e carrega consigo uma carta judicial para todos os lugares explicando o porquê.

As proibições de saída pela China tornaram-se uma dor de cabeça para os estrangeiros

As proibições de saída mostram como as responsabilidades corporativas e pessoais podem ficar confusas no sistema jurídico da China. Embora a China permita que as empresas operem como sociedades de responsabilidade limitada, quando se trata das proibições de saída, as responsabilidades corporativas podem rapidamente se tornar responsabilidades pessoais.

O uso das proibições de saída pela China tornou-se uma dor de cabeça para os diplomatas dos EUA, aumentando a longa lista de disputas entre a China e os EUA. Mas Washington tem opções limitadas para enfrentar as proibições de saída, mesmo quando elas envolvem cidadãos americanos com dívidas relativamente pequenas.

"Basicamente, não há nada que se possa fazer em relação às proibições de saída, uma vez que elas são legais na China", diz Harris. "A quantia devida não importa. Ela pode ser realmente pequena."

Em uma declaração, o Ministério das Relações Exteriores da China disse que dá boas-vidas aos cidadãos de todos os países que os visitam para fins turísticos e comerciais e protege a segurança deles e os seus direitos legítimos e interesses, incluindo a liberdade de entrada e saída.

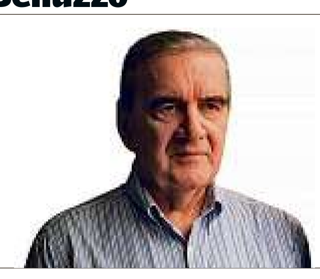
"Ao mesmo tempo, a China é governada pelo Estado de Direito e os órgãos judiciais tratam os casos em estrita conformidade com a lei, restringindo a saída de estrangeiros com processos civis pendentes ou suspeitos de terem cometido crimes", acrescentou o Ministério.

O Ministério da Segurança Pública da China e a Administração Nacional de Imigração não reagiram a pedidos de comentários.

Opinião

Milícias ocupam o Estado

Luiz Gonzaga Belluzzo



As práticas nada republicanas dos irmãos Brazão e do delegado Rivaldo Barbosa foram alcançadas pelas investigações acuradas da Polícia Federal. As informações obtidas revelam a corrosão dos princípios e instituições que deveriam comandar as ações dos agentes que ocupam o Estado.

A República e a democracia dobram os joelhos, submetidas aos conflitos e contubérnios entre milicianos, traficantes e ocupantes do Estado que o corroem por dentro como parasitas. Esse achincalhe aos princípios que deveriam governar as ações do Estado de Direito moderno abriga em seus subterrâneos as forças da cobiça, ou com diriam Freud e Keynes, os impulsos do "amor ao dinheiro". (Keynes prezava como poucos a liberdade política garantida pelo Estado Moderno e almejava o aperfeiçoamento do indivíduo. Era, no entanto, crítico feroz e implacável do individualismo utilitarista e do "amor ao dinheiro").

Observador das turbulências que assolaram a sociedade inglesa no século XVII, o pensador liberal Thomas Hobbes imaginou que o terror disseminado pelos bandos privados na busca de cobiçadas riquezas só poderia ser contido pela concentração do poder e da força no Leviatã.

Hobbes surpreende a sociedade dos indivíduos no momento em que o Estado submergiu na voragem da guerra religiosa, soçobrou na crise da sociedade governada pelo desejo e pelo medo. Para Hobbes, é permanente a possibilidade de o Estado, o Deus Mortal, ser destruído em uma crise desencadeada pela invasão de ambições "particularistas".

O Leviatã é uma criatura engendrada pelos indivíduos livres, atormentados, porém, pela cobiça e pelo medo, sempre prestes a lançar a sociedade nos torvelinhos da morte e da destruição. É o medo que os obriga a abrir mão de suas liberdades sem peias para concentrar o poder na soberania do Estado.

Hobbes considerava a polícia o órgão vital do Estado moderno, a encarnação de sua essência. Mas a segurança do cidadão estaria garantida apenas mediante a imposição de controles e limites à função de polícia, determinados pela lei. A função policial deve ser exercida com vigor para conter impulsos destrutivos dos indivíduos, mas submetida às restrições necessárias para impedir que a soberania do Estado se transforme em arbítrio, ou seja, no exercício de um poder privado pela burocracia estatal encarregada de vigiar e punir.

Nas repúblicas modernas, se é que temos aqui algo parecido com isso, figuram entre as cláusulas pétreas aquelas relativas à representação legitimada pelo voto, à impessoalidade na administração pública, à constituição de um sistema de poderes e garantias fundados na lei.

O sistema de poderes e garantias ancorado na lei é o núcleo central do Estado contemporâneo. É isso que o obriga a punir, no exercício do monopólio da violência, as tentativas de opressão arbitrária de um indivíduo sobre o outro. Não há como pensar a sobrevivência da sociedade dos indivíduos-cidadãos sem imaginar a presença do poder repressivo do Estado. O descumprimento do dever de punir pelo ente público termina por solapar a solidariedade que cimenta a vida civilizada, lançando a sociedade no desamparo e na violência sem quartel.

Os códigos da cidadania moderna foram concebidos como uma reação da maioria mais fraca contra o individualismo anarquista e reacionário dos que se consideravam com mais direitos e poderes. Esses, no Brasil, invariavelmente imaginam uma sociedade sem a presença de um Estado democrático e forte, capaz de intimidar aqueles que pretendam se impor por meio da intimidação.

O contrato social que dá origem ao Leviatã está contaminado pelos anseios do desejo e pelos temores da violência. O medo é o medo do outro. Hobbes nega o estado de natureza idílico como o concebeu Locke, o bom selvagem, tal como também o idealizou Rousseau. Os homens só convivem pacificamente na sociedade em que o Estado está consolidado, quando os egoísmos da sociedade civil já estão pacificados pelas leis soberanas.

Descumprimento do dever de punir pelo ente público lança a sociedade no desamparo e na violência sem quartel

"Uma vez que a Condição Humana é a da Guerra de uns contra os outros, cada qual governado por sua própria Razão, e não havendo algo que o homem possa lançar mão para ajudá-lo a preservar a própria vida contra os inimigos, todos têm direito a tudo, inclusive ao corpo alheio. Assim, perdurando esse Direito de cada um sobre todas as coisas, não poderá haver segurança para ninguém (por mais forte e sábio que seja), de viver durante todo o tempo que a Natureza permitiu que vivesse.

Hobbes recusa a perenidade do contrato social e admite que o poder soberano, uma vez estabelecido, estará sempre ameaçado pelos conflitos da sociedade civil. Uma visão pessimista, nascida dos conflitos que acompanharam a sociedade moderna em formação.

No livro "Capitalismo, Socialismo e Democracia", o economista Joseph Schumpeter manifesta dúvidas a respeito do sucesso das sociedades capitalistas na gestão da coisa pública. "Acima de tudo os eleitorados e os parlamentares devem ter um nível intelectual e moral muito elevado para poderem resistir aos oferecimentos dos trapaceiros e farsantes ou de outros homens que, não sendo uma coisa nem outra, vão se conduzir da mesma maneira".

Nos discursos e manifestações dos irmãos Brazão sobressaem adesões a um moralismo tosco e hipócrita. Nada é mais imoral nas sociedades modernas do que o moralismo dos beldroegas. O filósofo Domenico Losurdo considera inaceitável esse comportamento: "Os protestos moralistas não são apenas errôneos, mas revelam apego malsão à própria particularidade que é desfrutada narcisisticamente sob o disfarce da moralidade". Invocar a própria virtude, a honestidade ou os bons propósitos para contestar a impessoalidade e o "formalismo" da lei é a maior corrupção praticada contra a vida democrática. Montesquieu dizia que há insanidade na substituição da força da lei pela presunção de virtude auto alegada.

Luiz Gonzaga Belluzzo é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e professor emérito da Universidade Federal de Goiás. Escreve mensalmente às terças-feiras.

A China protecionista critica na OMC o protecionismo dos Estados Unidos. Por **Rana Foroohar**

A hipocrisia da China no comércio

A definição de insanidade é fazer a mesma coisa repetidamente e esperar resultados diferentes. É um padrão que parece relevante para as manchetes da semana passada, incluindo a reunião do líder chinês Xi Jinping em Pequim com mais de uma dúzia de executivos-chefes americanos, numa tentativa de acalmar as preocupações destes em fazer negócios no país.

Essa reunião aconteceu quando os EUA e Reino Unido acabavam de impor sanções aos hackers, que há muito eles acusam de um longo esforço patrocinado pela China de infiltrar softwares maliciosos (malwares) nos sistemas de defesa e redes elétricas dos EUA. E também quando a China acaba de anunciar novas orientações para impedir o uso de chips da AMD e da Intel nos PCs e servidores do governo. Ocorre ainda quando as preocupações globais com o "dumping" dos veículos elétricos chineses estão altíssimas. E enquanto Pequim recorre à Organização Mundial do Comércio (OMC) para refutar a Lei de Redução da Inflação (IRA) sancionada pelo governo Biden.

Sobre este último ponto, tudo que posso pensar é: sério mesmo? Haverá alguém cego à hipocrisia da China, que contesta os créditos fiscais que apoiam os produtores de energia limpa dos EUA alegando que eles violam as regras da OMC, quando todo o seu modelo econômico se beneficia de um padrão duplo em que todos parecem aceitar suas próprias políticas discriminatórias? Afinal de contas, a economia da China é erguida sobre planos que estabelecem subsídios de décadas e barreiras protecionistas para os setores mais estratégicos, incluindo (mas não limitado) os de energia limpa, telecomunicações e Inteligência Artificial (IA).

Esse problema enorme se esconde à vista de todos. A palavra "protecionismo" tende a surgir apenas quando os EUA ou a Europa tentam impor tarifas ou subsídios para proteger suas próprias indústrias. Isso é verdade mesmo quando é por razões estratégicas, como a necessidade de lidar com as mudanças climáticas ou ser justo com os trabalhadores na criação de uma transição justa para a economia verde.



A palavra 'protecionismo' surge apenas quando os EUA ou a Europa tentam impor tarifas ou subsídios. Mas quando se trata da China, o protecionismo é entendido como o status quo. O resto do mundo parece simplesmente aceitar que esse é o ponto de partida do capitalismo de Estado da China

No entanto, quando se trata da China, o protecionismo é entendido como o status quo. O resto do mundo parece simplesmente aceitar que esse é o ponto de partida do capitalismo de Estado da China; suspiramos e torcemos as mãos, enquanto esperamos, desalentados, que algo nesse cenário mude.

Bem, aqui vai uma notícia: sem uma nova abordagem, nada mudará. Toda a natureza da economia política da China vai contra os pressupostos de livre comércio da OMC, sem mencionar o Consenso de Washington, que sustentava que as nações emergentes simplesmente se alinhariam perfeitamente às regras do livre mercado escritas pelas potências ocidentais. Sabemos que isso não aconteceu. Na verdade, um dos melhores exemplos de progresso ultimamente tem sido o de que as autoridades (principalmente nos EUA, mas também algumas na Europa) começaram a tirar suas viseiras e a olhar para o mundo como ele realmente é.

É possível ver isso na declaração emitida pela representante comercial dos EUA, Katherine Tai, após o pedido de Pequim para consultas na OMC. Ela destacou a necessidade de os EUA enfrentarem as mudanças climáticas enquanto também fortalecem as cadeias de abastecimento, um problema ampliado na semana passada pelo colapso desastroso de uma ponte no porto de Baltimore. Mas ela também observou que a República Popular da China "continua recorrendo a práticas e políticas injustas e não mercantis para minar a concorrência leal e buscar o domínio dos fabricantes da RPC tanto na RPC como nos mercados globais". Dá para resumir a conclusão aqui nas seguintes palavras: olhe quem está falando!

Os europeus, assim como muitos executivos-chefes americanos, há muito estão deliberadamente cegos ao fato de que o modelo de comércio global e as instituições que o apoiam não foram construídos para lidar com a realidade de hoje. Mas podemos estar em um ponto de inflexão.

Como me disse Tai na semana passada: "As preocupações existenciais da Europa sobre os efeitos do dumping chinês nos veículos elétricos atingiram um nível febril". Enquanto isso, os países em desenvolvimento, incluindo muitos da África, "estão pedindo mais espaço político porque a China consegue". Tradução: se a China pode violar as regras, por que não podemos?

Isso, juntamente com o novo plano de estímulo à indústria da China, que está para inundar o mundo com ainda mais produtos baratos, apenas continuará expondo as fissuras no atual sistema comercial. O verdadeiro quadro — de que as regras da OMC muitas vezes são uma camisa de força para todos, menos para a China — está ficando ainda mais claro.

Como chegamos a um lugar melhor? Não na OMC como ela existe atualmente; ela se tornou um centro de disputas tecnocráticas e exibicionismo político para as plateias nacionais.

Pessoalmente, gosto da ideia de começar do zero e reunir um grupo central de nações com grandes déficits e superávits — EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália, China, Alemanha, Coreia do Sul e Taiwan, entre outras — para reconhecer que precisamos de novas instituições criadas especificamente para resolver disputas.

As regras de qualquer novo sistema precisam permitir uma variedade de economias políticas. É preciso haver um entendimento de que os países têm o direito — na verdade, necessidade — de proteger sua própria estabilidade econômica e política em casa, mesmo quando se envolvem no comércio global. Essas coisas não deveriam ser exclusivas; esta é a maior lição da história de desenvolvimento da própria China.

Não será um processo simples. Mas a cada dia surgem mais provas de que o velho sistema está falido. Atingimos os limites de um modelo em que o capital barato buscava mão de obra barata independentemente dos custos. Isso no trouxe a escassez de produtos farmacêuticos e disputas sem fim na OMC, juntamente com a desconfiança popular nos governos e em líderes empresariais que se recusam a admitir o óbvio: precisamos fazer algo diferente. *(Tradução de Mário Zamarian)*

Rana Foroohar é editora especial do Financial Times em Nova York.

Frase do dia

"MP não pode revogar uma lei promulgada no dia anterior, como mais um turno do processo legislativo".

Do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, ao manter desoneração da folha das prefeituras, cujo veto foi derrubado pelo Congresso

Cartas de Leitores

Criação de empregos

Sendo fevereiro um mês com menos dias úteis, a criação de empregos com carteira assinada divulgada pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de 306.111 novas vagas surpreende as mais otimistas das estimativas. E representa um salto de 21,2% sobre o mesmo período de 2023, com 252.451 vagas criadas. No primeiro bimestre do ano, o saldo é positivo com 474.614 novas vagas de empregos, ou mais 28% sobre os 342.509 do mesmo mês de 2023. Os setores que mais criaram empregos em fevereiro: serviços 193.127, a indústria geral mais 54.448, construção civil outras 35.053, e o comercio 19.724 vagas. Esses números citados acima indicam que este ano poderemos ter um crescimento econômico maior que os estimados até aqui de 1,9% pelo BC, e 2,2% pelo governo. Um bom sinal.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Fuga de Mossoró

Há praticamente cinquenta dias, dois fugitivos do presídio federal de segurança máxima de Mossoró se encontram em liberdade. Nunca se constatou tal irregularidade desde a inauguração das primeiras unidades, em 2009.

As buscas para a recaptura mobilizaram mais de 500 agentes entre Força Nacional e polícias estadual e rodoviária do Rio Grande do Norte e consumiram até agora aproximadamente R$ 1,5 milhão para fazer face a despesas de diárias, passagens, planos de saúde e operação e abastecimento de viaturas, entre outras necessidades táticas e logísticas.

O governo federal acaba de anunciar eufemisticamente que as diligências entrarão em nova fase na qual as providências relacionadas passarão a ser coordenadas pelos serviços de inteligência. Assim, serão retirados da ação, a partir de 28/03, os integrantes da Força Nacional. Na prática, no entanto, tais novas decisões expõem as falhas do sistema carcerário do Ministério da Justiça, escancaram o constrangimento por não terem sido até agora recapturados os evadidos e revelam a vulnerabilidade em relação ao crime organizado que, presumivelmente, está pilotando e auxiliando a rota de liberdade dos dois perigosos ex-presidiários.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Dia da Mentira

Neste primeiro de abril, o tradicional costume popular era comemorado o chamado Dia da Mentira. Com ao golpe militar entre o dia 31 de março e 1 de abril, tal tradição foi pouco a pouco sendo esquecida, por questões óbvias de acordo com o lado político, dos que concordavam ou não de vincular o dia inicial de abril como dia da mentira ou do movimento militar.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Governança
Investidores buscam mais representação nos conselhos, diz Agnes Blanco, da Morrow Sodali B5



Saúde
Hapvida retoma expansão e vai investir R$ 1,5 bi em quatro novos hospitais B2

Tecnologia
De olho na IA, Microsoft e OpenAI buscam expandir centros de dados B6

Agro 4.0
Neozelandesa Nui Markets começa a atuar no mercado de lácteos B7

INÊS 249

Celulose Presente no Brasil há mais de 20 anos, conglomerado também controla a April e já investiu mais de US$ 6,5 bilhões no setor brasileiro

País está no centro da estratégia da asiática RGE, dona da Bracell

Stella Fontes
De São Paulo

O Brasil está no centro da estratégia do conglomerado asiático Royal Golden Eagle (RGE), dono da Bracell, produtora brasileira de celulose solúvel e branqueada de eucalipto que é uma das maiores investidoras no setor de base florestal local nos últimos anos.

Com mais de US$ 35 bilhões em ativos e 70 mil funcionários globalmente, o grupo sediado em Cingapura — também dono da April e da Asia Symbol, protagonistas em celulose e papel na Ásia — é hoje o segundo maior produtor de celulose de mercado (vendida para terceiros) do mundo, atrás da Suzano, e tem planos de crescer mais no país.

Além do investimento bilionário para compra e expansão da fábrica da antiga Lwarcel em Lençóis Paulista (SP), iniciado em 2018 com a aquisição, a Bracell está investindo R$ 2,5 bilhões em uma megafábrica de papéis de higiene (tissue) no mesmo município e outros R$ 2,5 bilhões em uma planta de químicos usados na produção de celulose, também em Lençóis. Em 20 anos, os aportes da Bracell já superam US$ 6,5 bilhões (mais de R$ 30 bilhões ao câmbio atual).

"O Brasil é o 'sweet spot' da indústria global de celulose", disse ao **Valor** o CEO da Bracell, Praveen Singhavi, em sua primeira entrevista no cargo que ocupa há cerca de um ano. Nem o Brasil, nem a RGE, contudo, são novidades na carreira do executivo. Por quase 16 anos, esteve à frente de outra operação do grupo, a April. Antes, entre 2006 e 2007, foi chefe da trading Olam International, um dos nomes globais no comércio de commodities agrícolas, na América Latina, a partir do país.

Suporte do governo ao setor de celulose e papel, existência de um ecossistema maduro que contribui para a evolução da indústria local e disponibilidade de terras conferem ao Brasil posição relevante nos planos de grandes investidores do setor, incluindo o grupo asiático, conforme Singhavi. Soma-se a isso a competitividade da matéria-prima aqui produzida, com os menores custos do mundo, favorecidos também pelo clima e solo.

R$ 1 bi
foi investido num terminal em Santos

Não à toa o país é hoje o maior exportador de celulose do mundo. A própria RGE usa celulose solúvel produzida no interior paulista em fábricas da Sateri e da Asia Pacific Rayon (APR), controladas que a colocam no topo do ranking do mercado global de viscose. Entre Camaçari (BA) e Lençóis, a Bracell pode produzir 3 milhões de toneladas de celulose kraft ou 2 milhões de toneladas de celulose solúvel por ano. Para escoar sua produção ao exterior, aplicou R$ 1 bilhão num terminal no Porto de Santos (SP).

Com a compra da OL Papéis concluída em 2023, a Bracell passou a operar no país duas unidades de papéis de higiene com capacidade de 50 mil toneladas anuais, comercializadas sob as marcas Familiar (papel higiênico folha simples e folha dupla) e Absoluto (papel toalha). "O Brasil é um mercado importante de tissue e vemos oportunidade de crescimento", comentou. Agora, está instalando mais 240 mil toneladas em capacidade na nova fábrica de Lençóis, com início de operação no segundo trimestre.



GABRIEL REIS/VALOR

Praveen Singhavi, CEO da Bracell: "Somos uma empresa brasileira. Pensamos globalmente, mas agimos localmente"

O próximo projeto da Bracell prevê aportes de R$ 300 milhões, em dois anos, para modernização da fábrica de celulose solúvel (usada na fabricação de viscose) e de celulose solúvel especial (um tipo mais nobre de fibra, usado em medicamentos, alimentos, cosméticos, entre outros) de Camaçari. A fábrica baiana foi a porta de entrada do grupo no país, mediante a compra da antiga Copener Florestal e da Klabin Bacell, em 2003 . Até 2030, o pacote deve chegar a R$ 1 bilhão.

Há quem diga que a Bracell, que hoje tem operações industriais e florestais na Bahia, em São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso do Sul, com mais de 11 mil funcionários — quase quatro vezes o número que tinha há quatro anos —, estaria preparando base florestal para erguer uma nova fábrica de celulose em Mato Grosso do Sul. O comando da companhia nega essa intenção. "Nosso foco é ter acesso a madeira, lançar o projeto de tissue e colocá-lo no mercado é a prioridade", afirmou Singhavi.

O ímpeto da Bracell incomodou a concorrência, não só da indústria de celulose e papel, mas de outros segmentos do agronegócio que disputam áreas, sobretudo na região paulista onde está sua maior operação, e levou até a uma ação judicial relacionada à compra de terras por estrangeiros. A forte procura por terras e madeira em determinadas regiões, notadamente Sul, Sudeste e Centro-Oeste, para abastecer novos projetos de celulose, resultou em grande valorização nos últimos anos. "A Bracell é uma companhia brasileira, com investidor estrangeiro", disse o executivo. "O importante é seguir as leis do país, então estamos dentro da legislação de terras."

Do lado da sustentabilidade, que no passado abalou a April — por causa da exploração de florestas nativas —, os erros ficaram no passado, apontou Singhavi . A empresa do grupo RGE busca a recertificação do Forest Stewardship Council (FSC), o mais rigoroso selo relativo às boas práticas de manejo florestal. Quando conseguir, a Bracell poderá se habilitar. A companhia brasileira já cumpre todos os requisitos e tem um dos mais ambiciosos planos: para cada hectare plantado no país, um hectare será preservado, acrescentou. Hoje, essa meta estaria em quase 90%.

Preço da matéria-prima bate recorde na Europa e nos EUA

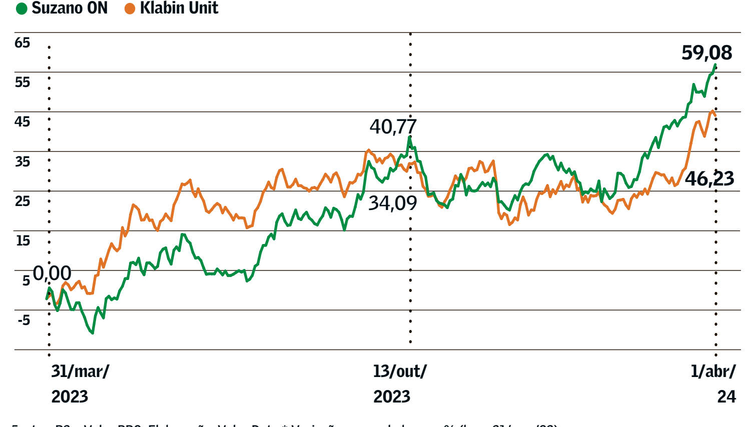
De São Paulo

A cerca de três meses do início de operação da maior linha única de celulose do mundo, o Projeto Cerrado da Suzano, os preços da matéria-prima seguem em alta firme em todos os mercados de referência, surpreendendo consumidores e produtores. Com o reajuste anunciado para pedidos neste mês, o quarto do ano, a fibra de eucalipto alcançará nível nominal recorde na Europa e na América do Norte, reforçando que o momento é de aperto na relação entre oferta e demanda. Frente ao complexo primeiro semestre de 2023, quando os preços líquidos na China, maior compradora mundial do insumo, tocaram o piso de US$ 470 por tonelada, a alta vai superar 50% após o último anúncio.

O aumento do frete marítimo decorrente da instabilidade gerada por rebeldes no Mar Vermelho, que afeta sobretudo os embarques de produtos da Ásia para a Europa, uma greve inesperada nos portos finlandeses — a Finlândia é importante supridor de celulose para a Europa —, o fechamento além do esperado de fábricas de alto custo, sobretudo de celulose de fibra longa, e estoques em níveis abaixo do normal, em um momento de retomada da demanda nos diferentes mercados, explicam a sensação atual de "falta" da matéria-prima.

Essa sensação, segundo executivos da indústria e analistas, tem levado consumidores a aceitar sem grande resistência novos aumentos, principalmente na Europa, segundo maior mercado de celulose, e na América do Norte. Se aplicado, o anúncio para pedidos em abril marcará quase 12 meses de altas de preço consecutivos, embora os reajustes não tenham sido válidos todos os meses para todos os mercados. Em fevereiro, por exemplo, foram aplicados mais US$ 80 por tonelada de celulose de eucalipto para europeus e americanos, sem incidência na China.

Para o alto
Queda da celulose pressionou ações em 2023. Reviravolta marca 2024*



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Variações acumuladas, em % (base:31/mar/23)

Na Suzano, conta o diretor comercial de celulose, Leonardo Grimaldi, foi preciso mais uma vez limitar as vendas por falta de capacidade de atendimento. "Não estamos conseguindo atender a todos e, ao mesmo tempo, reposicionar nossos estoques nos terminais da Europa e da América do Norte. Seguimos nos níveis mais baixos [de estoques] da história e os dos concorrentes também estão reduzidos", disse o executivo ao **Valor**.

Presente à Shanghai Pulp Week, que aconteceu entre 18 e 22 de março, Grimaldi conta que a imposição de limites aos pedidos começou com os clientes não regulares, que compram a matéria-prima à vista. Mas a procura veio tão além do esperado que clientes regulares passaram a reenviar ordens, com volumes acima do planejado inicialmente. Também nesses casos a companhia encontra dificuldade de atendimento.

No ano passado, lembra o executivo, a Europa penalizou os produtores de celulose com fraca demanda, porque fabricantes de papel de imprimir e escrever, especiais e de cartões tiveram de reduzir a taxa de operação para cerca de 70% (estimados), em meio à demanda mais fraca. Naquele ano, as exportações do Brasil para o continente recuaram 1,1 milhão de toneladas, a maior parte no segundo semestre, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Isso equivale à capacidade de produção de uma linha de pequeno a médio porte de celulose.

Diante da fraqueza no mercado europeu, a Suzano e outros produtores deslocaram volumes para outras regiões, sobretudo China. A celulose adicional oferecida aos chineses foi totalmente absorvida. Recentemente, as papeleiras europeias acabaram retomando as taxas de utilização, com a volta da demanda e os problemas de suprimento gerados pelo risco no Mar Vermelho e greve na Finlândia, estendida até 1º de abril. Algumas papeleiras tiveram de reduzir produção por falta de celulose.

Na China, o consumo maior de lenços de papel (tissue) após a pandemia de covid-19 foi fator fundamental na elevação da demanda de celulose para um novo patamar. No segundo semestre do ano passado, conta Grimaldi, todo volume deslocado para a região foi absorvido. No país asiático, os estoques estão normalizados, mas os niveis de exportação, hoje, são bem maiores do que antes.

"Se a Europa surpreende com demanda acima do esperado, a Ásia, depois do Ano Novo chinês [em fevereiro] faz o mesmo, em um momento de estoques muito baixos. Não tem produto para abastecer todo mundo", reitera Grimaldi. A Suzano pode produzir pouco mais de 10 milhões de toneladas por ano de celulose para terceiros e, em 2023, decidiu reduzir em cerca de 4% o volume ofertado em razão dos preços historicamente baixos da matéria-prima no primeiro semestre.



ROGERIO VIEIRA/VALOR

"Seguimos nos níveis mais baixos [de estoques] da história"
Leonardo Grimaldi

Maior produtora do mundo, a companhia tradicionalmente lidera as rodadas de reajuste para a fibra curta. Há duas semanas, informou a seus clientes o movimento para abril, com aumentos que variam entre US$ 30 e US$ 100 por tonelada e serão aplicados nos três mercados de referência: Ásia, Europa e América do Norte. No mercado asiático, a alta será de US$ 30 por tonelada. Na China, considerando-se o preço líquido (PIX Foex) medido pela Fastmarkets na última semana, o valor praticado neste mês deve ficar acima de US$ 700 por tonelada.

Para a Europa, o reajuste é de US$ 80, levando o preço de referência a US$ 1,38 mil por tonelada, em linha com as máximas históricas. Sobre esse valor, contudo, são concedidos descontos e a correção tem sido crescente. O mesmo acontece na América do Norte. O aumento na região será de US$ 100, elevando a US$ 1,59 mil por tonelada o preço de referência. Considerando-se os descontos aplicados atualmente, o preço líquido nesses mercados não chega ao teto histórico.

Nesse ambiente, bancos de investimento começaram a revisar para cima as estimativas para a fibra curta em 2024. Pós-Shanghai Pulp Week, um dos principais palcos de negócio da industria global, o Itaú BBA elevou as estimativas de resultado operacional (Ebitda) para Suzano e Klabin em 2024. "Estamos mais otimistas com o setor de celulose e papel para 2024, dada uma melhor dinâmica de oferta e demanda tanto na China quanto na Europa, se estendendo até o terceiro trimestre", escreveram os analistas liderados por Daniel Sasson, em relatório.

O banco acredita na implementação do aumento anunciado de US$ 30 para a região em abril, seguido de potencial reajuste em maio. Agora, o Itaú BBA projeta preço médio para a fibra curta de US$ 670 por tonelada (base China) em 2024, 11,7% acima dos US$ 600 por tonelada projetados anteriormente. *(SF)*

INÊS 249

Saúde Com queda da dívida, operadora retoma expansão que havia sido interrompida em 2023

Hapvida investirá R$ 1,5 bi em 4 novos hospitais

Beth Koike
De São Paulo

Após queda de quase 40% no volume de recursos destinados à operação em 2023, a Hapvida voltará a investir neste ano. A maior operadora verticalizada de planos de saúde do país, com 15,8 milhões de usuários de planos hospitalar e dental, está colocando R$ 1,5 bilhão para a construção de três novos hospitais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife e na reabertura de outra unidade, também na capital paulista. Além disso, o investimento mais do que dobrará, saindo de R$ 441 milhões em 2023 para R$ 1 bilhão neste ano.

A retomada dos investimentos acontece num momento em que a alavancagem da Hapvida reduziu de 2,45 vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) para 1,38 vez, ao longo de 2023. Além de reduzir os aportes e despesas em 2023 para baixar a dívida, a companhia reforçou seu caixa levantando cerca de R$ 2,2 bilhões vindos de uma oferta subsequente de ações ("follow-on") e a venda de dez imóveis (sales leaseback) à família Pinheiro, controladora da Hapvida.

"Para este ano, nossa estratégia é incrementar a verticalização, reequilibrar os reajustes. Temos espaço para desalavancar ainda mais com geração de caixa", disse Jorge Pinheiro, presidente da Hapvida. No ano passado, a geração de caixa operacional somou R$ 1,8 bilhão, representando 63,1% do Ebitda ajustado.

> "Investimento na operação dobra para R$ 1 bilhão neste ano"
> *Jorge Pinheiro*

Os três novos hospitais terão 200 leitos, cada. Na capital paulista, ficarão no centro e na zona sul, e no Rio, no centro. Em ambos os casos, as obras devem começar entre o fim de 2024 e começo de 2025. O grupo de saúde vai ainda reabrir, no segundo semestre, o hospital Anália Franco, na zona leste de São Paulo. Esses hospitais serão voltados aos usuários de NotreDame Intermédica, cuja taxa de verticalização é inferior ao da Hapvida. Já no Recife, cujo projeto está em fase mais adiantada e deve ser inaugurado até o próximo ano, o hospital ficará no bairro Ilha do Leite.

Atualmente, a Hapvida conta com 87 hospitais, 77 pronto atendimentos, 339 clínicas médicas e 293 laboratórios de medicina diagnóstica distribuídos no país, em especial, nas regiões Norte e Nordeste.

A Hapvida encerrou o quarto trimestre com taxa de sinistralidade de 69,3%, queda de 3,6 pontos percentuais quando comparado com o mesmo período de 2022 e redução de 2,6 ponto em relação ao terceiro trimestre. "É a melhor sinistralidade desde a fusão com NotreDame Intermédica", disse Pinheiro.

O executivo afirmou ainda que o aumento de casos de dengue e covid no primeiro trimestre não deve impactar a sinistralidade e que há possibilidades do indicador fechar 2024 num patamar menor.

A companhia encerrou o ano passado com receita líquida de R$ 27,4 bilhões, o que representa alta de 10% sobre 2022. O número total de usuários ficou estável, mas o tíquete médio dos convênios médicos subiu 11% para R$ 247,20.

A Hapvida prevê que o reajuste médio dos planos de saúde neste ano permaneça em dois dígitos, mas entre um e dois pontos percentuais inferior ao aplicado em 2023. O aumento no valor de planos nas regiões Sul e Sudeste deve ser um pouco superior ao registrado nas demais regiões do país, uma vez que a Hapvida tem uma ampla rede verticalizada no Nordeste e Norte, o que facilita o controle de custos.

> **1,3 vez**
> **é a alavancagem atual da empresa**

No ano passado, o reajuste médio do setor em planos empresariais foi de 25%. Na Hapvida, o aumento ficou entre 14% e 15%. "Conseguimos ter um reajuste inferior ao da concorrência devido à nossa ampla rede verticalizada", disse Pinheiro. Cerca de 75% das internações dos usuários da Hapvida são realizadas em hospitais do próprio grupo. Nas regiões Norte e Nordeste, esse percentual gira na casa dos 90%.

O Ebitda ajustado, no acumulado do ano passado, somou R$ 2,9 bilhões, alta de 47,5% sobre 2022. Na última linha do balanço, o lucro líquido ajustado subiu 38% para R$ 846 milhões no ano. Sem ajustes, a companhia apurou um prejuízo de R$ 739 milhões, o que representa queda de 46%.

Escola de idioma Fluency compra startup de educação

Ensino
De São Paulo

Investida da General Atlantic (GA), a Fluency Academy — escola on-line de idiomas fundada pelo youtuber Rhavi Carneiro e o neozelandês Finn Puklowski — fechou a compra de 100% da Awari, uma startup de educação que oferece cursos na área de tecnologia. É a primeira aquisição da Fluency e marca a diversificação do negócio que deve fechar o ano com receita de R$ 200 milhões.

"É uma combinação interessante porque são negócios complementares. Ambas as empresas são voltadas para o desenvolvimento e aprendizado contínuo da carreira e trabalham com 'creators' [influenciadores]", disse Carneiro. Nessa transação, o fundador da Awari, Fábio Muniz, receberá a maior parte do pagamento em ações da Fluency.

Os maiores acionistas continuam sendo Carneiro, Puklowski e a General Atlantic (GA) que, em 2021 fez aporte de R$ 275 milhões por cerca de 20% do capital, avaliando a Fluency em R$ 1,4 bilhão na época.

A Fluency já vendeu seus cursos de idiomas, sendo a maior parte de inglês, para cerca de 350 mil alunos em sete anos de operação. Há ainda cursos de espanhol, alemão, francês, italiano, japonês, mandarim e coreano, além de português para nativos de outros países. Parte dos recursos recebidos da General Atlantic foi usada para ampliar a oferta de idiomas e melhorar a plataforma tecnológica.

A Fluency foi criada em 2017, mas a história da escola começa cerca de dois anos antes quando Carneiro começou a usar as redes sociais para divulgar seu curso, dando aulas e dicas de inglês de forma despojada. Em pouco tempo, tornou-se um influenciador com milhares de seguidores.

Carneiro tirou o pé das redes sociais para se dedicar a escalar o negócio de cursos on-line de idiomas com a sua metodologia de ensino, mas que não fosse tão personificado em sua imagem. Passou a procurar professores com potencial para ministrar aulas nas redes sociais, deu treinamentos e convidou outros influenciadores como o youtuber americano Gavin Roy.

> **350 mil**
> **é o número de alunos já matriculados**

O modelo vem crescendo. Em 2022, a receita da escola era de R$ 70 milhões, praticamente dobrou para R$ 135 milhões em 2023 e deve fechar em R$ 200 milhões neste ano, já incluindo a aquisição da Awari. A escola de cursos de tecnologia já havia recebido aporte de aceleradora americana Y Combinator.

Foi uma virada de chave para Rhavi que tomou "gosto pelo dinheiro" num intercâmbio de quatro meses nos Estados Unidos. "Trabalhava de garçom, cheguei a ganhar até US$ 300 numa só gorjeta. Nunca havia ganhado tanto dinheiro, comprei uma guitarra Fender Stratocaster, modelo usado pelo Jimi Hendrix. Voltei para o Brasil querendo trabalhar, ter estabilidade. Venho de uma família de músicos, que tem muita instabilidade financeira devido à profissão. Então, ter estabilidade era importante", disse o youtuber, curitibano formado em design.

Voltando ao Brasil, foi trabalhar na Wizard, mas não deu certo e passou a dar aulas particulares de inglês corporativo para alguns diretores da operadora de telefonia TIM. Cobrava R$ 350, por hora/aula, e assim seguiu por alguns anos.

> "Receita neste ano será de R$ 200 milhões. Em 2022, era R$ 70 milhões"
> *Rhavi Carneiro*

A ideia de escalar o negócio veio de um encontro inusitado num bar de Curitiba com um neozelandês que lá estava sozinho, sem interagir com outros frequentadores por não falar português. Rapidamente, Carneiro e Puklowski ficaram amigos e depois sócios. O brasileiro foi passar uma temporada de quatro meses na Nova Zelândia, onde surgiram os primeiros esboços da Fluency. Seu sócio já havia empreendido com negócios de escolas de idiomas on-line do outro lado do mundo, o que facilitou a criação da escola brasileira. *(BK)*

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Rhavi Carneiro e Finn Puklowski (da esq à dir.): amizade entre os sócios brasileiro e neozelandês começou numa conversa em inglês num bar, em Curitiba

Quem quer faz, quem não quer pergunta

Marketing



Rony Meisler

Ontem, no dia da mentira, eu lancei um novo negócio. De mentira.

Para além da brincadeira, a ideia era provar a tese de que no mundo digital não é preciso milhões de reais ou grandes planos de negócios, basta ter criatividade e coragem.

Lancei no dia da mentira pois, por ser um teste de conceito, se o lançamento "flopasse", no final do dia eu agradeceria a todos e anunciaria que era uma mentira. E se voasse, eu também anunciaria que era uma mentira, mas, como todos gostaram, agora, com a boa percepção dos clientes, eu poderia transformar em verdade.

Como o meu forte é vendas, marketing e CX, escolhi um mercado carente de ideias criativas: o de água mineral no Brasil. A matéria-prima da inovação não é a tecnologia e sim, a audição. Quando sabemos escutar as pessoas, entendemos seus problemas, pensamos em soluções para eles e, "voilá", inovamos.

Pesquisando sobre as marcas de água, descobri dois simples problemas: a pequena diferenciação em marketing e o enorme impacto ambiental negativo gerado pelas embalagens, em sua maioria de plástico.

A partir daí, criei uma marca e uma campanha de lançamento do zero em menos de uma semana:

1. Transformei o problema que encontrei na própria marca ao dar a ela, o nome de Mais Uma Marca™?. Usando o gatilho social da vulnerabilidade, a marca não apenas assume o que é como faz disso a sua maior fortaleza: ser mais uma marca de água em meio à multidão. O tom provocativo cria também uma "tensão" mercadológica, coisa que adoro fazer para promover o marketing boca a boca. Além disso, ao dar ao produto o nome de Mais Uma Água™? faço com que sempre que o consumidor pedir "mais uma água" ele esteja concomitantemente pedindo a nossa água. Além disso, a marca é capitalista consciente e doa 1 litro de água para quem tem sede, a cada garrafinha vendida.

2. Convidei um amigo especialista em AI para treinar o ChatGPT e fazer o rótulo da embalagem: Uma multidão no Rio de Janeiro "cidade maravilha purgatório da beleza e do caos".

3. Conversei com uma grande indústria de embalagem, e escolhemos uma garrafinha de papel reciclado e forro de alumínio para preservar a temperatura; 100% sustentável. Jamais omiti o fato de que aquilo era uma "mentira", mesmo assim eles toparam entrar na brincadeira.

4. Roteirizei um manifesto de marca que foi encenado por mim em vídeo. A divertida edição foi feita por outro amigo com o app gratuito CapCut. Através de maisum.site, criado no Google Forms, explicamos o produto e captamos "leads" de futuros clientes.

5. Criei a conta no Instagram @maisumaagua e fiz posts com imagens de multidões criadas no ChatGPT nas quais escondemos garrafinhas de Mais Uma Água™?.

Importante dizer que os amigos que trabalharam no projeto o fizeram de graça pelo prazer de participar e pela divulgação do brilhante trabalho deles.

E assim, em uma semana e com zero real de investimento, usando apenas ferramentas digitais gratuitas e a inteligência artificial, lancei ontem, 1º de abril, através de um post do vídeo em minhas mídias sociais, Mais Uma Água™?.

No momento em que escrevo esse artigo, poucas horas após o lançamento, o post bombou e já alcançou mais de 70 mil contas, gerou 2 mil cadastros de leads, enorme interesse de restaurantes/estabelecimentos comerciais e, olha só, engajamento da concorrência, nos provocando em nosso post. Excelente prova de que a tese é boa.

O sucesso foi tão grande que, confesso, dá vontade de transformar a mentira em verdade, rs. E se o fizesse o meu teste, a.k.a MVP, faria com que a marca já nascesse com milhares de entusiastas, que a "compraram" mesmo antes dela existir.

Dito tudo isso, vou deixá-los com uma verdade inconveniente:

Quem quer faz, quem não quer pergunta. Você não precisa de muito dinheiro ou de aprovação coletiva para inovar e colocar de pé novas ideias, só precisa de curiosidade para escutar o cliente e de um pequeno e bom grupo de colegas corajosos para ignorar toda a resistência e burocracia que virão a reboque. Vai lá e faz!

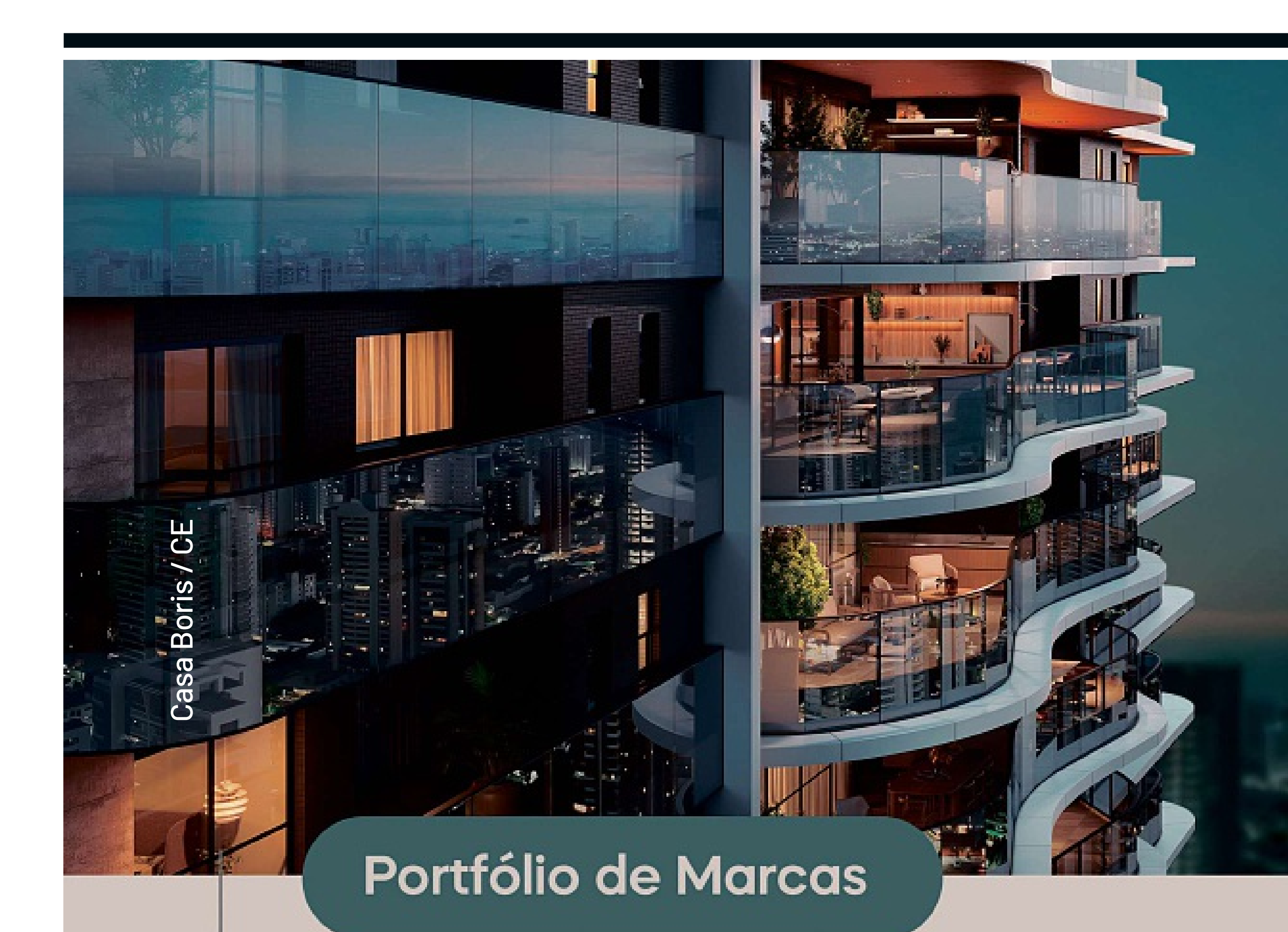
Você já não pode mais me chamar de mentiroso porque eu fiz a minha parte e te provei o contrário. E agora? Vai colocar o seu sonho de pé na semana que vem?

Rony Meisler é CEO do Grupo Reserva
Instagram @rony

Curta

'Poison pill' da Viveo

Depois de ver seu valor minguar quase 75% desde que chegou à bolsa, a Viveo quer fazer um ajuste na cláusula de proteção contra um avanço de novos investidores relevantes, informou o **Pipeline**, site de negócios do **Valor**. A companhia propôs aos acionistas elevar a posição que dispara a "poison pill" de 15% para 20%. Hoje a poison pill defende principalmente a posição da DNA, gestora que levou a Viveo à bolsa e se mantém como maior acionista, com 37,19%. O ajuste daria espaço para o GIC, fundo soberano de Cingapura, aumentar um pouco sua posição — de 12,22% e, portanto, mais perto do limite estatutário. Também poderia estimular a atração de investidores interessados em posição relevante, sem ameaçar os minoritários. A Dynamo tem 7,63%.



Moura Dubeux

Incorporadora **líder de mercado na região Nordeste**, que integra o novo mercado da B3, segmento de listagem com o mais alto padrão de governança corporativa, apresenta o resumo dos seus **resultados referente ao ano de 2023**.



MDNE
B3 LISTED NM

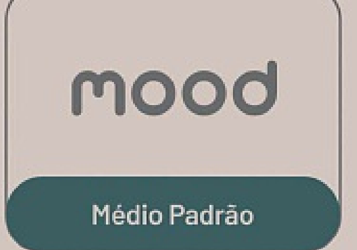


ri.mouradubeux.com.br ri@mouradubeux.com.br

Portfólio de Marcas



Luxo e Alto Padrão



Médio Padrão



Segunda Residência



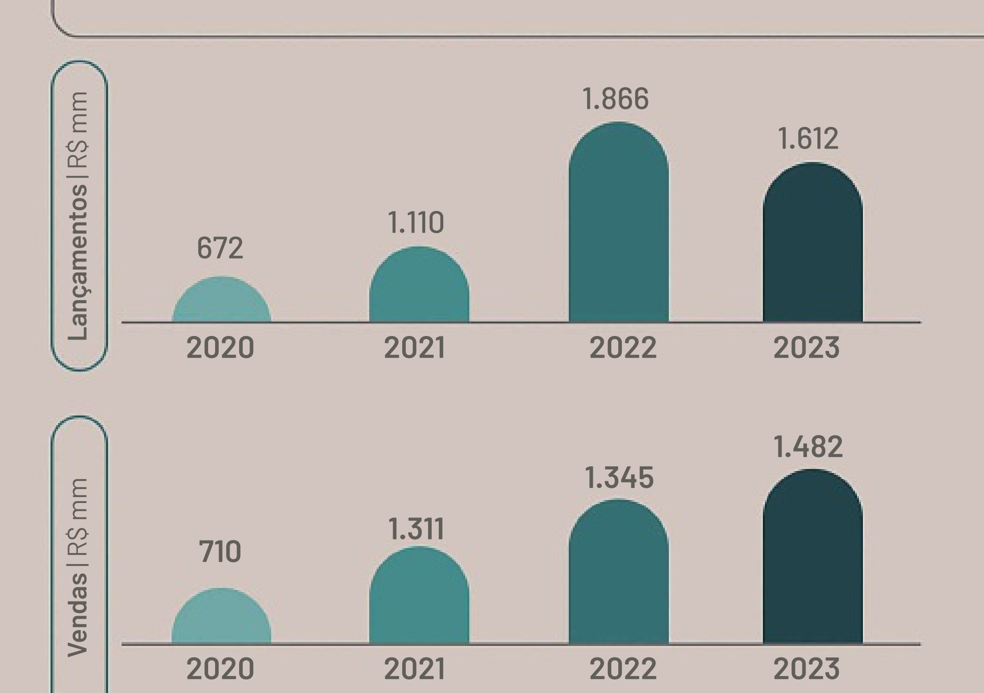
Comercial

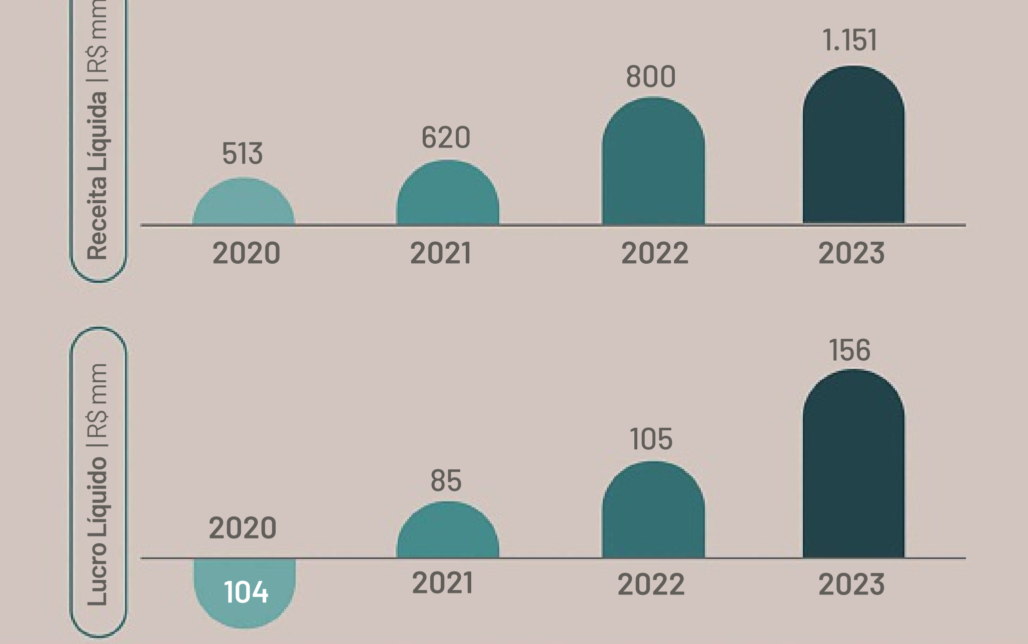
Mensagem da Administração

Nosso crescimento não está ancorado no mercado ou na nossa capacidade executiva. As nossas métricas e paradigmas financeiros são a nossa base para um crescimento constante, porém cauteloso. Todo ciclo de melhoria de performance precisa de capital para virar realidade, não basta somente acreditar. E o capital flui para onde melhor ele pode ser multiplicado. Esse entendimento simples nos faz perseguir o melhor posicionamento entre as empresas do nosso setor. **E nada representa melhor isso do que o retorno do nosso patrimônio.**

Saiba Mais







46%	**R$8,7bi**	**44**	**35%**	**14%**	**12%**	**3%**
VSO Líquida	Banco de Terrenos	Canteiros Ativos	Margem Bruta +1,4pp vs 2022	Margem Líquida +0,4pp vs 2022	ROAE +3,1pp vs 2022	Dívida Líquida / PL

Moura Dubeux Engenharia S.A.
Informações Financeiras em R$ MM

Balanço Patrimonial Resumido

Ativo	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	257	190
Aplicações Financeiras	45	64
Contas a Receber	371	316
Estoques	619	392
Tributos a Recuperar	8	9
Despesas Antecipadas	16	11
Outros Ativos Circulantes	78	82
Total do Ativo Circulante	**1.394**	**1.065**
Contas a Receber	643	406
Estoques	450	544
Despesas Antecipadas	13	17
Outros Ativos Não Circulantes	584	447
Investimentos	86	93
Propriedades para Investimento	209	213
Imobilizado e Intangível	59	35
Total do Ativo Não Circulante	**2.044**	**1.754**
Total do Ativo	**3.438**	**2.819**

Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022
Empréstimos e Financiamentos	93	18
Obrigações Sociais e Tributárias	46	45
Fornecedores	121	66
Partes Relacionadas	4	3
Adiantamento de Clientes	243	178
Tributos Diferidos	19	16
Provisões	18	12
Outros Ativos Circulantes	41	44
Total do Passivo Circulante	**584**	**383**
Empréstimos e Financiamentos	246	108
Tributos Diferidos	31	22
Adiantamento de Clientes	1.114	1.051
Obrigações Sociais e Tributárias	2	7
Outros Passivos Não Circulantes	124	70
Total do Passivo Não Circulante	**1.516**	**1.258**
Total do Patrimônio Líquido	**1.338**	**1.178**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**3.438**	**2.819**

DRE Resumida

DRE	2023	2022
Receita Líquida	1.151	800
Custo de Unidades Vendidas	(751)	(533)
Lucro Bruto	**400**	**266**
Despesas com Vendas	(105)	(76)
Despesas Gerais e Administrativas	(87)	(75)
Outras Receitas (Despesas) Operacio-	(37)	(29)
nais	2	1
Lucro Operacional	**172**	**88**
Resultado Financeiro Líquido	21	40
Imposto de Renda e Contribuição Social	(38)	(22)
Lucro Líquido do Exercício	**156**	**105**

Reconhecimentos











As informações operacionais e financeiras reportadas, seguem de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de **"Valores Mobiliários" ("CVM").**

Estratégia Companhia neozelandesa criou plataforma online de preços de diferentes cadeias do agro

Nui estreia no mercado de lácteos no Mercosul

Isadora Camargo
De São Paulo

A companhia neozelandesa Nui Markets, que desenvolveu uma plataforma online para dar visibilidade aos preços de diferentes segmentos do agronegócio, vai começar neste ano a atuar na cadeia de lácteos no Mercosul. Segundo a empresa, a ferramenta pode ajudar a reduzir a especulação no mercado agropecuário.

A plataforma atende processadoras, distribuidoras, tradings e compradores. Em páginas individuais dentro da ferramenta, clientes pré-avaliados têm acesso a dados de mercado em tempo real e podem fazer ofertas de compra e venda. É possível segmentar os negócios por região ou condição de pagamento, por exemplo, e decidir quem verá determinada oferta. A plataforma permite ainda especificar o tipo de produto, como ele é embalado, como será entregue e em qual mercado.

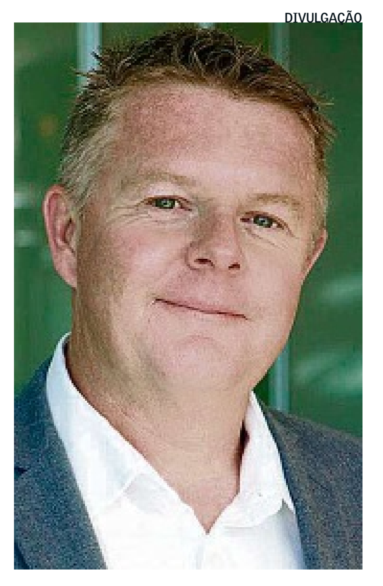
Kevin O'Sullivan, CEO da Nui Markets, diz que a página de negociação pode reduzir a informalidade de diferentes segmentos, como o do leite, em que alguns produtores vendem seus lotes por meio das redes sociais, sem nenhum lastro. "Em apenas 15 minutos, por meio de uma venda ou licitação online da Nui, um vendedor ou comprador pode acessar os participantes interessados de diferentes países para encontrar o preço de um tipo específico de produto agrícola", descreve a companhia.

Criada em 2012 e com operações nos Estados Unidos, Europa, Singapura e Dubai, a empresa tem dez acionistas, entre eles o ex-primeiro ministro da Nova Zelândia John Key. Cada região em que a Nui opera com uma plataforma de negociação. Neste ano, a companhia vai apostar na popularização do serviço no Mercosul.

A empresa começou a investir no Brasil em 2019, com foco nas usinas de cana-de-açúcar. Nos últimos quatro anos, a multinacional decidiu usar sua experiência em lácteos na Nova Zelândia para resolver os problemas que o segmento enfrenta no mercado brasileiro, como a depreciação da cadeia leiteira.

Entre 2022 e 2023, a Alvoar Lácteos, dona das marcas Bethania, Embaré e Camponesa, lançou uma oferta de compra de lactose na plataforma da Nui para atrair mais vendedores ao mercado e conseguir montar uma concorrência transparente na descoberta de preços. Na primeira negociação com a Alvoar, a comercialização de lactose chegou a 57 toneladas. Na negociação seguinte, cresceu o número de licitantes ativos e o volume de lactose comercializada subiu para 286 toneladas.

Os dados dessas transações contribuíram para a formação de novos preços, mais baixos. A redução acabou beneficiando todas as negociações nos três trimestres subsequentes.

DIVULGAÇÃO


"A plataforma pode ajudar a reduzir a informalidade em vários setores"
Kevin O'Sullivan

À frente da Nui Markets no Mercosul está o brasileiro Otávio Farias, ex-Alvoar, que define o negócio da neozelandesa como "uma iniciativa no combate à especulação". "Os índices de preços tradicionais são amplos e não permitem a descoberta de preços com um alto nível de detalhe", afirma o executivo.

Farias diz que a plataforma cria uma espécie de leilão reverso, em que um comprador publica uma solicitação de compra de um produto agrícola e os fornecedores potenciais competem apresentando propostas com preços progressivamente mais baixos. Com isso, continua ele, os participantes da negociação têm acesso ao verdadeiro preço de mercado, e, no fim da transação, sabem qual foi o valor negociado entre os licitantes.

A Nui também mira o mercado de biocombustíveis, em que ela atuaria na tomada de preços do etanol. Para isso, ela criou em 2022 uma joint venture com a Flex Trading, empresa do segmento instalada no Rio de Janeiro. Para os próximos anos, a meta é também incluir na plataforma o comércio digital de carnes. A aposta deve ganhar força depois da compra da PrimeXConnect, uma plataforma digital especializada no comércio de carnes. A empresa fechou o negócio no fim do ano passado.

O modelo de negócio da Nui Markets baseia-se em assinaturas mensais e em comissões cobradas de compradores e vendedores que atuam na plataforma, com estruturas de taxas que dependem dos volumes comercializados e do uso da plataforma. Outros clientes da Nui no Brasil já negociam produtos como leite em pó, lactose e queijo com contrapartes nos Estados Unidos, Argentina e Uruguai.

As plataformas da Nui têm 569 companhias cadastradas em 77 países. Ao todo, essas empresas já comercializaram 343 mil toneladas de produtos agrícolas por meio da ferramenta.

valor.com.br

Energia
Copersucar entra no mercado livre

A Copersucar comprou 50% de participação em uma subsidiária da Comerc Energia. Com a transação, a companhia ingressa no mercado livre de energia. Até então, a Copersucar atuava apenas na comercialização de açúcar e de etanol. O valor do negócio não foi revelado.

valor.com.br/agro

Empresa de telecom aposta em tecnologia para geolocalização do gado

Pecuária

José Florentino
De São Paulo

Em conversa com amigos pecuaristas, o empresário do ramo de telecomunicações Rodrigo Abreu ouviu falar sobre a dificuldade que os criadores de gado bovino têm para conseguir crédito sem colocar parte da fazenda como garantia na transação. Ele foi atrás de uma solução que fosse barata para os produtores e confiável para os bancos, e encontrou na China uma tecnologia que pode ajudar a resolver o impasse.

A UP2Tech, empresa fundada por Abreu há cerca de 10 anos, é hoje a maior distribuidora da chinesa TPLink no Brasil e um dos seis principais distribuidores da Huawei. O empresário aproveitou o conhecimento do mercado chinês para desenvolver com parceiros na China uma tecnologia capaz de enviar dados de geolocalização de tempos em tempos para a nuvem, o que pode dar mais segurança para os financiadores a respeito da produção dos pecuaristas.

"Será possível saber se o animal passou por área desmatada, de garimpo, com febre aftosa, vacа louca. Usamos um algoritmo de inteligência artificial que consegue notar se o brinco foi retirado ou trocado [de animal]", explica Abreu ao **Valor**.

Batizada de iBoi, a tecnologia, patenteada pela UP2Tech, está em fase de testes em parceria com a empresa FinPec em fazendas em Monte Alegre (MG) e Altinópolis (SP) há dois meses. Além da versão básica, existe uma alternativa mais elaborada da tecnologia que é capaz também de medir a temperatura do animal e do ambiente e de contar os passos, possibilitando uma leitura do comportamento do bovino.

Enquanto os testes ocorrem Abreu mantém conversas com bancos e fundos que financiam os pecuaristas para entender se os dados e a tecnologia atendem às suas necessidades. Além disso, está fechando uma parceria com uma certificadora para reforçar a confiabilidade do serviço.

No futuro, o empresário vê oportunidades no rastreamento de sementes e de grãos.

A UP2Tech estima que pode faturar já neste ano entre R$ 30 milhões e R$ 40 milhões com sua incursão no agronegócio. Em seus negócios atuais, a expectativa da companhia é crescer 75% e faturar R$ 350 milhões este ano. No ano passado, a empresa teve uma receita de R$ 200 milhões.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 248/2024 – GMS/FUNDEPAR
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90248/2024 – PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 21.625.588-7. **OBJETO:** Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios do Grupo: Macarrões - macarrão sêmola com ovos: espaguete nº 8, espaguete nº 9, penne, talharim, padre nosso, parafuso e gravata, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (dividido em 07 lotes). **VALOR MÁXIMO:** R$ 55.139.500,00 (cinquenta e cinco milhões, cento e trinta e nove mil e quinhentos reais). **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 18 de abril de 2024, às 08:30** (oito horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO**: por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS:** O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br **INFORMAÇÕES:** (41) 2117-8288 ou (41) 2117-8286. **DATA:** 27/03/2024. Comissão de Contratação.

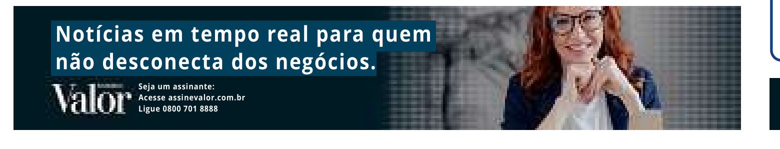
VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 33.839.910/0001-11 - NIRE 35.300.539.087 - Código CVM nº 02480-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AGOE

Ficam convocados os senhores acionistas da **Vivara Participações S.A** ("**Acionistas**" e "**Companhia**", respectivamente), a participar da AGOE a ser realizada, em 1ª convocação, no dia **29/04/2024**, às **11h**, de forma exclusivamente na modalidade digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia ("**Assembleia**"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: Em AGO: **(i)** tomada de contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii)** exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(iii)** deliberação sobre a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023; e **(iv)** fixação da remuneração global anual dos administradores. Em AGE: **(i)** alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a prever a criação do cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** sujeito à aprovação do item (i) acima, a eleição do Sr. Nelson Kaufman e da Sra. Maria Carolina Ferreira Lacerda para os cargos vacantes no Conselho de Administração da Companhia; e **(iii)** sujeito à aprovação do item (i) acima, a designação do Sr. Nelson Kaufman ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia e do Sr. João Cox Neto ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. **Informações Gerais:** Os Senhores Acionistas poderão participar e votar na Assembleia por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: **(i)** via Plafatorma Digital, inclusive através de seus representantes legais ou procuradores, por meio do acesso ao link específico para a Assembleia (https://assembleia.ten.com.br/634625100), devendo preencher o seu cadastro e anexar os documentos necessários para identificação e representação, conforme disponibilizado no site da Companhia e aguardar o recebimento da confirmação por e-mail de seu cadastro; e **(ii)** via boletim de voto a distância, devendo enviar as instruções de voto **(a)** diretamente à Companhia por e-mail ri@vivara.com.br, em conjunto com os documentos descritos no site da Companhia, em até, no máximo, 7 dias corridos antes da data de realização da Assembleia, ou seja, **até às 23h59min do dia 22/04/2024**, de modo que eventuais Boletins recepcionados pela Companhia após a data indicada serão desconsiderados; **(b)** diretamente através do sistema eletrônico (https://assembleia.ten.com.br/634625100), nos termos da Proposta da Administração; ou **(c)** por meio dos prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim de voto a distância. Nos termos da Lei das S.A., os Acionistas deverão exibir documento hábil de sua identidade e poderão ser representados por mandatários. Solicita-se, ainda, que os documentos constitutivos ou de identidade com foto dos Acionistas participantes ou mandatários, bem como os respectivos instrumentos de mandato e representação, sejam anexados, cadastrados ou encaminhados, conforme o caso, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, **até 27/04/2024, às 11h.** A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas e autenticadas dos documentos de representação dos Acionistas para o seu escritório, bastando o envio de cópia simples em arquivo (.pdf) das vias originais de tais documentos via Plataforma Digital. **Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.** Em caso de dificuldades de acesso ou não recebimento das instruções de acesso e participação em até 24 horas antes da Assembleia, o Acionista deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do ri@vivara.com.br, em qualquer cenário, antes das 18h do dia 28/04/2023, a fim de que lhe sejam reenviadas suas respectivas instruções de acesso. Os documentos necessários de representação, documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia, bem como a íntegra deste Edital de Convocação encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no site da Companhia (https://ri.vivara.com.br/), e foram enviados à CVM (www.gov.br/cvm) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). São Paulo, 28 de março de 2024. João Cox Neto - Presidente do Conselho de Administração.

Eldorado Brasil Celulose S.A.
CNPJ/MF nº 07.401.436/0002-12 - NIRE 35.300.444.728
Companhia Aberta - Categoria B
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Senhores Acionistas da Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Companhia") convocados, na forma do Artigo 23, Parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem no dia 30 de abril de 2024, às 10h, em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: 1. Deliberar sobre as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, bem como do relatório anual da administração; 3. Deliberar sobre o orçamento de capital da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/1976; 4. Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 5. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e 6. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia. Informações Gerais: O relatório anual da administração, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal da Companhia, foram publicados no jornal "Valor Econômico" e divulgados no site da Companhia e da Comissão de Valores Mobiliários em 13 de março de 2024; o restante do material pertinente à ordem do dia da Assembleia foi enviado aos Senhores Acionistas por e-mail e colocados à disposição de V.Sas. na sede social da Companhia. Por fim, ressaltamos que os Senhores Acionistas da Companhia podem ser representados na Assembleia por procurador devidamente constituído, observados os termos do Artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/1976. A regularidade dos documentos de representação apresentados será verificada antes do início da Assembleia.

São Paulo, 29 de março de 2024
Aguinaldo Gomes Ramos Filho - Presidente do Conselho de Administração



Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 06.164.253/0001-87 - NIRE 35.300.314.441
Aviso aos Acionistas

São Paulo, 28 de março de 2024 - A GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (B3: GOLL4, NYSE: GOL), a maior companhia aérea doméstica do Brasil, em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei n 6.404/76, comunica aos seus acionistas que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 30 de abril de 2024 às 10h, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Praça Comandante Linneu Gomes, s/nº, Portaria 3, Jardim Aeroporto, CEP 04626-020, na cidade e Estado de São Paulo, e no endereço eletrônico da Companhia (ri@voegol.com.br), tendo sido enviados também à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros.

INVESTCO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93 - NIRE 17.300.000.914
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os acionistas da **INVESTCO S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia de **29 de abril de 2024**, às **11:00 horas**, por meio exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: ***(i)*** Tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; ***(ii)*** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(iii)*** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024. Informações Gerais: Conforme autorizado pelo artigo 121, parágrafo único, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades Anônimas"), a Assembleia Geral Ordinária será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, por si, por seus representantes legais ou procuradores, desde que comprovada a titularidades das ações. As orientações e procedimentos aplicáveis as regras para participação por sistema eletrônico, bem como as demais instruções relativas à AGO estão detalhadas na Proposta da Administração que se encontra disponível na sede social da Companhia, no seu site de relações com investidores (https://ri.edp.com.br/pt-br/informacoes-financeiras/arquivos-cvm-investco/), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Miracema do Tocantins/TO, 29 de março de 2024.
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz - Presidente do Conselho de Administração.

Marfrig Global Foods S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 – NIRE 35.300.341.031
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os Senhores Acionistas da Marfrig Global Foods S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2024, às 10h, na sede social da Companhia localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5, Torre Sabiá, 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05319-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Eleger os membros para compor o Conselho Fiscal; e 3. Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal para o exercício de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Deliberar sobre a Reforma do Estatuto Social da Companhia para: a. Alterar o Artigo 3º do Estatuto Social, em razão da inclusão de atividades complementares relacionadas ao objeto social da Companhia; b. Promover a atualização da expressão monetária do capital social e do número de ações de emissão da Companhia, conforme deliberações de aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, e cancelamento de ações efetivadas pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas nas datas de 10 de agosto de 2021, 11 de agosto de 2022, 14 de agosto, 29 de setembro e 21 de novembro de 2023; c. Alterar o *caput* do artigo 6º do Estatuto Social para o aumento do limite do capital autorizado de 1.260.000.000 (um bilhão, duzentas e sessenta milhões) de ações ordinárias, para 2.000.000.000 (dois bilhões) de ações ordinárias, sendo este o montante que a Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária. 2. Deliberar sobre a Consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações acima mencionadas. Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, em seu *site* de Relações com Investidores (www.marfrig.com.br/ri), bem como nos *sites* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os boletins de voto à distância, bem como a Proposta da Administração ("Proposta da Administração") contemplando: (i) a proposta de chapa para compor o Conselho Fiscal; (ii) a proposta de remuneração dos administradores para o exercício de 2024; (iii) Quadro comparativo das propostas de alteração do Estatuto Social e respectivas justificativas; (iv) versão consolidada do Estatuto Social; e (v) demais informações requeridas pelas Resoluções CVM nºs 80/22 e 81/22, incluindo todas as orientações e instruções para participação nas Assembleias. Adicionalmente, também foram colocados à disposição dos Senhores Acionistas: a) Relatório da Administração; b) Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; c) Relatório dos Auditores Independentes; d) Parecer do Conselho Fiscal; e) Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário; f) Relatório Anual Resumido das Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário; g) Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia; h) Formulário DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas; e i) Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto à distância. Os Acionistas que participarão presencialmente deverão exibir documento de identidade/documentos societários e comprovante de depósito das ações da Companhia emitido pela instituição depositária ou pela entidade de custódia fungível das ações. Aos Acionistas que se fizerem representar por procuração, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, solicita-se a entrega dos mencionados documentos acompanhados do respectivo instrumento de mandato e dos documentos que comprovam os poderes do representante legal preferencialmente até a data de 22 de abril de 2024. Os documentos devem ser entregues, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, no endereço da Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5, Torre Sabiá, 3º Andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05319-000. Nos termos da Resolução CVM nº 81 e com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a Companhia disponibiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações detalhadas que constam da Proposta da Assembleia. Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/2022, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data e até o dia 22 de abril de 2024 (inclusive), suas instruções de voto em relação às matérias objeto da AGOE mediante o preenchimento e envio dos boletins de voto à distância.

São Paulo, 28 de março de 2024.
Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

NORTEC QUÍMICA S.A.
CNPJ 29.950.060/0001-57 - NIRE Nº 3330027095-7
Aviso aos Acionistas. Comunicamos aos Srs. Acionistas da Nortec Química S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 133, da Lei n.º 6.404/76, e do art. 10° da Resolução CVM 81/22, que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da AGO da Cia., a ser realizada no dia 30.04.2024, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na Rua Dezessete, nº 200, A, B, C, D - Distrito Industrial - Bairro Mantiquira, Cidade de Duque de Caxias/RJ, podendo ser obtidos também na página da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br). Duque de Caxias, 28/03/2024. Marcelo Capanema Mansur, Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC.
PROTOCOLO Nº 21.602.839-2
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO NºGMS 255/2024 - ID BB 1041360
OBJETO: Aquisição de 4.320 quilos de pré-mistura de vitaminas e minerais, para atender o Programa Estadual Leite das Crianças, conforme especificações e quantidades explicitadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/04/2024, às 10h.
DATA E HORA DA DISPUTA 16/04/2024, às 10h30.
SITE DA DISPUTA: https:// www.licitacoes-e.com.br
VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 481.982,40.
AUTORIZAÇÃO: Secretário da Agricultura: 27/03/2024.
INFORMAÇÕES: Rua Dr Goulin nº 910, Bairro Alto da Gloria, CEP 80.040-280-Curitiba/PR., telefones (41) 3313-4112 e (41) 3313-4076, Email: licitacao@seab.pr.gov.br
OBSERVAÇÃO: O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas, **https://pncp.gov.br/**, www.comprasparana.pr.gov.br e site da Secretaria da Agricultura
Curitiba, 27 de março de 2024.
ELISETE JURASZEK SOURIENT - Pregoeiro(a)/SEAB.

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 06.164.253/0001-87 - NIRE 35.300.314.441
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os Senhores Acionistas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10h, **de forma exclusivamente presencial**, na Praça Comandante Linneu Gomes, s/nº, Portaria 3, Sala de Reuniões do Conselho de Administração, Jardim Aeroporto, CEP 04626-020, na cidade e Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1. Assembleia Geral Ordinária:** (a) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (c) fixar o número de membros do Conselho de Administração; (d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e (e) fixar o montante da remuneração anual global dos Administradores para o exercício de 2024. **2. Assembleia Geral Extraordinária:** (a) alterar o artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, para refletir o atual capital social da Companhia, em virtude dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado da Companhia. **Informações Gerais:** Informamos, ainda, que a documentação referente à ordem do dia encontra-se disponível para consulta por parte dos Srs. Acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites de Relações com Investidores da Companhia (http://www.voegol.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). A participação do Acionista poderá ser: (i) pessoal; (ii) por procurador devidamente constituído; ou (iii) via boletim de voto à distância, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, de acordo com o previsto na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada. Os Acionistas da Companhia que queiram participar da AGOE, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, deverão comparecer presencialmente à AGOE munidos da cópia simples dos documentos listados abaixo ou, preferencialmente, enviar a cópia simples dos referidos documentos para o e-mail ri@voegol.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 27 de abril de 2024: Para pessoas físicas: • Documento de identidade com foto do acionista ou representante legal, se for o caso; • Instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso; e • Comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária, emitido com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à data da realização da AGOE. Para pessoas jurídicas: • Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, devidamente registrados perante a autoridade competente; • Documento de identidade com foto do representante legal; • Instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso; e • Comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária emitido com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à data da realização da AGOE. Para fundos de investimento: • Último regulamento consolidado do fundo, com comprovante de seu depósito no site da CVM; • Estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação, devidamente registrados perante a autoridade competente; • Documento de identidade com foto do representante legal; • Instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso; e • Comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária emitido com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à data da realização da AGOE. A Companhia não exigirá tradução juramentada de documentos originalmente lavrados em português, inglês ou espanhol. Para os demais idiomas, a Companhia exige o reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada dos documentos de representação dos acionistas. A Companhia somente admite procurações outorgadas por acionistas de forma digital, desde que assinadas com a respectiva certificação digital reconhecida legalmente no Brasil. As orientações detalhadas acerca do preenchimento e envio do boletim de voto a distância estão disponíveis na sede social da Companhia, bem como nos websites de Relações com Investidores da Companhia (www.voegol.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). O percentual mínimo para requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 1º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022.

São Paulo, 28 de março de 2024
Constantino de Oliveira Junior
Presidente do Conselho de Administração



Políticas Objetivo da proposta levada ao governo é facilitar a contratação de forma temporária de trabalhadores para colheita de frutas, cacau e café

Setor produtivo defende manter pagamento de Bolsa Família a safristas

Raphael Di Cunto, Rafael Walendorff e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Diante da dificuldade de contratação de mão de obra para a colheita de frutas, café e cacau, o setor produtivo passou a atuar para permitir que os pagamentos do Bolsa Família sejam mantidos para os trabalhadores contratados para a colheita da safra. A proposta foi levada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e será discutida com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na próxima semana para tentar acelerar a discussão.

O projeto foi apresentado ano passado pelo deputado Zé Vitor (PL-MG) e ficou parado por alguns meses diante das mudanças feitas no Bolsa Família. O governo Lula (PT) aperfeiçoou o programa para permitir que os trabalhadores em contratos temporários possam manter parte do benefício, se o valor do salário for baixo, ou fiquem com os pagamentos suspensos, mas sejam retomados após o fim do contrato sem entrar na fila do programa.

As alterações no Bolsa Família, contudo, não foram suficientes para afastar o temor dos beneficiários de assinarem contratos com carteira assinada para trabalhar temporariamente na colheita, afirma o setor de fruticultura.

Representantes do setor relatam dificuldade de contratar pessoas suficientes para completar as turmas de safristas, o que atrasa a colheita e pode levar até a perdas de produtos ou de qualidade, já que as frutas seriam retiradas mais maduras do que deveriam. O problema atinge, sobretudo, laranja, maçã, cacau, café e uva.

Diretor-executivo da Citrus BR, Ibiapaba Netto afirma que há preocupação dos beneficiários de que os prazos administrativos para que eles retornem ao Bolsa Família possam levar meses e comprometa sua renda. "Houve essa tentativa do governo, que a gente reconhece que foi importante. Mas, na prática, não está chegando na base [de trabalhadores], não causou mudança significativa de como esta categoria profissional tem se comportado", diz.

> "Tentativa do governo não causou mudança significativa"
> *Ibiapaba Netto*

Essa dificuldade se reflete em trabalhadores que só querem receber pelo dia de serviço ou que não aceitam assinar carteira de trabalho e preferem ficar na informalidade, afirma Netto. Segundo ele, "isso é ruim tanto para o trabalhador, que com isso abre mão de todas as proteções previdenciárias que um contrato formal lhe dá, e para a empresa, que fica exposta a punições".

O projeto de lei permite que eles acumulem os pagamentos do Bolsa Família com o salário de safrista, desde que esse contrato não dure mais que um período. A proposta original do deputado Zé Vitor era que os contratos fossem de até três meses, mas a Comissão de Agricultura da Câmara ampliou a contratação para até seis meses por ano.

A matéria passou por unanimidade na Comissão de Agricultura, mas ainda precisa ser analisada por mais três comissões da Câmara antes da aprovação, o que poderia demorar anos. Por isso, o tema será levado a Lira, dentro da lista de prioridades da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para este ano no Congresso. "Vamos pedir apoio dele para aprovar requerimento de urgência e levar direto ao plenário", diz Zé Vitor.

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Zé Vitor (PL-MG): "Vamos pedir apoio dele [Lira] para aprovar requerimento de urgência e levar direto ao plenário"

Produtores rurais já defenderam a proposta em jantar com Lula há duas semanas na Granja do Torto. O assunto também foi discutido com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que destacou seu chefe de gabinete para cuidar da questão, e com o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

Segundo o **Valor** apurou, o assunto ainda não foi debatido internamente no governo, mas há preocupação inicial de que o projeto não signifique apenas uma complementação de renda ou funcione para que as empresas precisem pagar menos para os trabalhadores (que poderão somar o salário ao Bolsa Família por alguns meses), sem solucionar o problema da safra.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário não se opõe à proposta. Na avaliação da pasta, cabe ao Desenvolvimento Social, Previdência e Fazenda avaliarem o impacto fiscal. Procurada, a Casa Civil não comentou.

Procurados, os Ministérios do Trabalho, do Desenvolvimento Social e da Agricultura não se manifestaram sobre a proposta.

O problema já é conhecido de parte do governo. Ano passado foram assinados protocolos de intenções pela adoção de boas práticas trabalhistas na cafeicultura de Minas Gerais e Espírito Santo. O governo se comprometeu a reabilitar automaticamente no Bolsa Família o trabalhador temporário após o término do registro do contrato na carteira, bastando apenas a comunicação ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município.

valor.com.br
Mais sobre a proposta de manutenção de Bolsa Família a safristas em
www.valor.com.br

Cacau acima de US$ 10 mil pode estimular o cultivo

Futuros

José Florentino e Paulo Santos
De São Paulo

Ao mesmo tempo em que são uma preocupação para as processadoras, os recentes recordes do preço do cacau na bolsa de Nova York podem significar uma janela de oportunidade para expansão do cultivo no Brasil, segundo analistas. Ontem, os contratos com vencimento em maio, os mais negociados na bolsa, atingiram, pela primeira vez na história, US$ 10.120 a tonelada, alta de 3,62% em relação ao fechamento anterior.

Para Ricardo Gomes, presidente da Agência de Desenvolvimento Regional do Sul da Bahia, a tonelada de cacau acima de US$ 10 mil pode estimular a conversão de áreas de pastagem em sistemas de produção agroflorestal, extrapolando os limites das regiões que já produzem a amêndoa. "Está acontecendo no oeste da Bahia", observa Gomes.

Ele avalia que o cacau pode subir ainda mais no curto prazo. Um dos motivos, segundo Gomes, é que tradings que compraram cacau para vender a futuro sinalizaram que não estão conseguindo cumprir os contratos. "Considero que pode chegar a até US$ 12 mil por tonelada se o mercado consumidor não regredir", afirma.

Mesmo em meio aos preços recorde, a demanda não será afetada no médio prazo, na visão do analista independente Adilson Reis.

"Grandes chocolateiros já estão abastecidos para 2024, pois se anteciparam a essa alta do cacau para formar estoques. Isso permite que eles comercializem sem grande impacto no preço final, garantindo assim a continuidade da demanda", diz.

Outro reflexo da disparada do cacau no mercado futuro é que está ficando inviável pagar prêmios pelo produto de qualidade. "Não conheço quem esteja praticando isso [prêmio] no mundo e indo muito acima do que o estabelecido para o cacau commodity", afirma Ricardo Gomes.

A arroba do cacau commodity se aproximou ontem de R$ 800 na Bahia, um recorde. Há quatro meses, o cacau fino era negociado a R$ 640 a arroba na região.

Em disparada
Cotação diária do cacau em Nova York (US$ por tonelada)*

10
8
6
4
3.022
4.201
9.614
1/jun/23
1/dez/23
1/abr/2024

Variações

3,31%	131,00%	232,20%
Em 28/mar/24	No ano	Em 12 meses

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data. *Segunda posição

Demanda da indústria faz óleo de soja subir no Brasil

Mercado

Raphael Salomão e Cibelle Bouças
De São Paulo e Belo Horizonte

O preço do óleo de soja está em alta no mercado brasileiro puxado pela demanda interna, principalmente da indústria alimentícia, que tenta garantir o produto diante da concorrência com a indústria de biodiesel, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

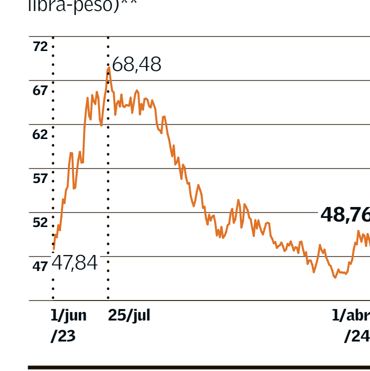
De acordo com o Cepea, entre 29 de fevereiro e 28 de março, o preço do óleo de soja bruto e degomado negociado na região de São Paulo (com 12% de ICMS incluso) subiu 7,1%, para R$ 5.192,41 por tonelada. A média de março foi de R$ 5.098 a tonelada, 6,3% acima da média de fevereiro, mas 16,7% abaixo de março de 2023.

No mercado internacional, março foi de alta para o óleo de soja na bolsa de Chicago. No mês, a cotação média do produto foi de 47,74 centavos de dólar por libra-peso, 3,43% a mais que em fevereiro, segundo o Valor Data.

As indústrias de alimentos pretendem garantir matéria-prima para o médio prazo e estão atentas às expectativas de aumento na produção de biodiesel no Brasil, segundo o Cepea. "O óleo de soja é a principal matéria-prima na produção de biodiesel no país, representando cerca de 70% do total", disse a instituição, em nota.

Desde o início de março, a proporção de biodiesel no diesel passou de 12% para 14%. A decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) antecipou o calendário. A previsão para 2024 era passar a 13%. O mandato atual prevê até 15%, mistura que deve ser adotada em 2025. Nas contas do setor de biodiesel, o B14 deve demandar 8,9 bilhões de litros do biocombustível neste ano. Em 2023, foram 7,3 bilhões de litros.

Óleo de soja em Chicago
Cotação* (em centavos de US$ por libra-peso)**



Variações

0,58%	1,20%	-12,33%
No dia	No ano	12 meses

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data *Segunda posição. **Cotação dia a dia

Nesse cenário, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) prevê uma produção de 11 milhões de toneladas de óleo de soja em 2024, alta de 1,9% no ano. Com o aumento da mistura de biodiesel no diesel, o consumo no mercado interno deve chegar a 9,6 milhões de toneladas, 11,6% mais que em 2023. Desse total, 5,8 milhões de toneladas devem ter como destino as usinas de biodiesel — em 2023, foram 4,8 milhões de toneladas.

A Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio) informou em nota que este é um momento de transição e acomodação do mercado. "O movimento da indústria de alimentos parece extemporâneo, e o setor de biodiesel entende que rapidamente haverá uma sedimentação do comportamento do mercado".

Segundo a entidade, o aumento do esmagamento da soja ampliará a oferta de farelo, insumo da ração de animais. Isso deve, diz a nota, se refletir em queda nos preços das carnes e ovos no varejo.

Franquia de varejo de insumos Goplan anuncia troca de comando

GUILHERME FERNANDES/DIVULGAÇÃO

O executivo José Henrique Galli

Estratégia

De São Paulo

O engenheiro agrônomo José Henrique Galli é o novo CEO da Goplan, que atua como franqueadora no mercado de distribuição de insumos. O executivo assume o posto com a missão de quintuplicar o faturamento da marca em três anos e atrair novas revendas para sua rede de franquias.

A Goplan faturou R$ 98 milhões no ano passado, ou 33% a menos do que em 2022, quando a receita foi de R$ 148 milhões. A queda dos preços médios dos insumos afetou o desempenho da companhia, que conseguiu compensar esse declínio, em parte, com a ampliação das vendas das chamadas especialidades — a participação dessa categoria de insumos passou de 22% para 55%. "São produtos voltados a ganho de produtividade e agricultura regenerativa, que diminuem a necessidade de aplicação de químicos e aumentam o uso de biológicos e produtos inovadores. É algo que o mercado consumidor está pedindo", disse Galli ao **Valor**.

Somados, os 21 franqueados da Goplan venderam R$ 3,3 bilhões em 2023, praticamente o mesmo desempenho do ano anterior, mesmo em um cenário de preços de insumos até 50% mais baixos que os de 2022, afirmou. Segundo ele, as distribuidoras compensaram a forte queda de preços aumentando o volume de vendas.

A Goplan surgiu em 2020, quando algumas das varejistas que integram a AgriRede, uma associação de distribuidores de insumos, uniram-se para buscar soluções de ganho de competitividade. A empresa desenvolveu um modelo de aumento de eficiência que as franqueadas compartilham.

> **21**
> é o número de franqueadas

Galli, que liderou processos de consolidação de marcas como Precision Planting e Fendt no Brasil, espera repetir esses feitos no segmento de distribuição. Os 21 franqueados da Goplan têm, somados, 103 lojas, distribuídas em 12 Estados.

Com planos de se expandir no Cerrado e no Nordeste, a empresa vende para mais de 55 mil pessoas, que produzem em área total de 22 milhões de hectares. Em 2024, as vendas nas varejistas franqueadas devem chegar a R$ 4 bilhões, projeta a companhia.

Além de adotar o mecanismo de barter (troca de insumos por parte da colheita), a Goplan tem oferecido crédito aos agricultores com recursos que levanta no mercado de capitais. A empresa está terminando a estruturação de um Fiagro de R$ 45 milhões e de um Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) do mesmo valor. *(JF)*

...Continuação

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. - CNPJ nº 06.164.253/0001-87

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Moeda nacional					
Aplicações automáticas	10,0% do CDI	-	-	57.687	-
Títulos públicos	99,9% do CDI	-	-	1.871	3.880
Títulos privados	98,2% do CDI	40	753	211.420	253.386
Fundos de investimento	80,8% do CDI	3.786	4.062	10.027	10.576
Total moeda nacional (*)		**3.826**	**4.815**	**281.005**	**267.842**
Moeda estrangeira					
Fundos de investimento	26,45%	-	-	177.532	155.576
Total moeda estrangeira		-	-	**177.532**	**155.576**
Total		**3.826**	**4.815**	**458.537**	**423.418**
Circulante		**3.826**	**4.814**	**315.901**	**404.113**
Não circulante		-	**1**	**142.636**	**19.305**

(*) Do montante total registrado na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023, R$3.726 e R$279.196 (R$4.701 e R$266.553 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente, referem-se a aplicações utilizadas como garantias vinculadas a depósitos para operações de arrendamentos, instrumentos financeiros derivativos, processos judiciais e empréstimos e financiamentos.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	287.984	287.754
Agências de viagens	308.268	317.487
Agências de cargas	94.860	45.986
Companhias aéreas parceiras	10.116	12.465
Outros	13.153	31.477
Total moeda nacional	**714.381**	**695.169**
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	52.371	80.812
Agências de viagens	20.762	83.517
Agências de cargas	953	968
Companhias aéreas parceiras	32.259	33.075
Outros	23.632	16.741
Total moeda estrangeira	**129.977**	**215.113**
Total	**844.358**	**910.282**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(19.162)	(22.548)
Total líquido	**825.196**	**887.734**

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, é como segue:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
A vencer		
Até 30 dias	518.053	722.923
De 31 a 60 dias	82.224	48.923
De 61 a 90 dias	55.286	16.681
De 91 a 180 dias	62.220	381
De 181 a 360 dias	5.703	23.590
Acima de 360 dias	1.597	7
Total a vencer	**725.083**	**812.505**
Vencidas		
Até 30 dias	39.228	46.856
De 31 a 60 dias	14.660	9.321
De 61 a 90 dias	6.808	3.383
De 91 a 180 dias	24.911	9.845
De 181 a 360 dias	13.327	2.598
Acima de 360 dias	1.179	3.226
Total vencidas	**100.113**	**75.229**
Total	**825.196**	**887.734**

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo no início do exercício	**(22.548)**	**(19.280)**
(Adições) Reversões	3.386	(3.268)
Saldo no final do exercício	**(19.162)**	**(22.548)**

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, a entidade deve reconhecer uma provisão para perdas por valor equivalente às perdas de créditos esperadas, a fim de refletir a estimativa da Companhia que um evento futura ocorra e resulte no não recebimento dos fluxos de caixa. A provisão para perda de crédito esperada da Companhia para os recebíveis comerciais é efetuada pela avaliação de perdas esperadas considerando na análise, além de julgamentos efetuados com base no melhor conhecimento da Companhia. Em linha com o disposto no item B5.5.35 do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia utiliza o expediente prático na estimativa das perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, a partir das perdas históricas utilizando uma matriz de provisões.

8. ESTOQUES

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Materiais de consumo	36.893	26.494
Peças e materiais de manutenção	320.398	365.659
Adiantamentos a fornecedores	39.925	46.712
Total	**397.216**	**438.865**

A movimentação da provisão para obsolescência de estoques é conforme segue:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldos no início do exercício	**(9.611)**	**(6.176)**
Adições	(597)	(4.876)
Baixas	940	1.441
Saldos no final do exercício	**(9.268)**	**(9.611)**

9. DEPÓSITOS

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Depósitos judiciais	41.305	45.042	510.317	591.177
Depósito em garantia de contratos de arrendamento	-	-	937.432	934.204
Depósito para manutenção	-	-	1.044.967	1.134.389
Outros	-	-	63.221	-
Total	**41.305**	**45.042**	**2.555.937**	**2.659.770**
Circulante	-	-	**264.524**	**380.267**
Não circulante	**41.305**	**45.042**	**2.291.413**	**2.279.503**

9.1. Depósitos para manutenção: A Companhia efetua depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em determinados contratos de arrendamento mercantil. Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas às manutenções ou ao risco associado às atividades operacionais. Estes depósitos podem ser substituídos por garantias bancárias ou cartas de crédito (SBLC - *stand by letter of credit*) acordo com as condições estabelecidas no contrato de arrendamento da aeronave. A Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores. Em 31 de dezembro de 2023, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia. A Companhia possui duas categorias de depósitos para manutenção: • **Garantia de manutenção:** refere-se a depósitos pontuais que são reembolsados ao final do contrato de arrendamento, e podem também ser utilizados em eventos de manutenção, a depender de negociações com arrendadores. O saldo destes depósitos em 31 de dezembro de 2023 era de R$164.314 (R$231.222 em 31 de dezembro de 2022). • **Reserva de manutenção:** refere-se aos valores pagos mensalmente com base na utilização dos componentes e podem ser utilizados em eventos de manutenção conforme determinação contratual. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo referente a tais reservas era de R$880.653 (R$903.167 em 31 de dezembro de 2022). **9.2. Depósitos judiciais:** Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias de processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, mantidos em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Parte dos depósitos judiciais refere-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, a processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem a GLA ou a qualquer parte relacionada. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que bloqueios ocorrem, é demandada sua exclusão e respectiva liberação dos recursos retidos. Em 31 de dezembro de 2023, os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig S.A. e processos de terceiros eram de R$ 47.754 e R$ 70.904, respectivamente (R$51.577 e R$100.427 em 31 de dezembro de 2022), os demais valores referem-se a processos judiciais cuja Companhia é parte principal. **9.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento:** Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia (em dólar norte-americano) às empresas arrendadoras, que podem ser resgatáveis mediante a substituição por outras garantias bancárias ou resgatáveis integralmente no vencimento dos contratos.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E TERCEIROS

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Adiantamento a fornecedore nacional	-	-	292.563	227.036
Adiantamento a fornecedore internacional	5.753	1.208	193.451	65.141
Adiantamento para materiais e reparos	8.750	35.788	46.637	60.179
Total adiantamento a fornecedores	**14.503**	**36.996**	**532.651**	**352.356**
Circulante	**14.503**	**36.996**	**431.136**	**302.658**
Não circulante	-	-	**101.515**	**49.698**

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
IRPJ e CSLL a recuperar	1.222	16.900	51.699	36.249
PIS e COFINS a recuperar	-	-	92.281	187.322
Impostos retidos por órgãos públicos	-	-	24.633	10.836
Imposto sobre valor agregado (IVA), no exterior	-	-	4.648	6.037
Outros	-	-	5.973	7.838
Total	**1.222**	**16.900**	**179.234**	**248.282**
Circulante	**1.222**	**3.975**	**165.157**	**195.175**
Não circulante	-	**12.925**	**14.077**	**53.107**

12. IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. Impostos diferidos ativos (passivos): As posições de ativos e passivos diferidos estão apresentadas a seguir e observam os direitos legais exequíveis de compensação que consideram impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributária.

Controladora	2021	Resultado	2022	Resultado (*)	2023
Diferido ativo					
Prejuízos fiscais	50.385	4.534	54.919	(54.919)	-
Base negativa de contribuição social	18.137	1.633	19.770	(19.770)	-
Diferenças temporárias:					
Provisão para perda com outros créditos	7.132	(4.958)	2.174	(2.021)	153
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	(94)	138	44	(44)	-
Outros	-	-	-	(153)	(153)
Total dos impostos diferidos ativos	**75.560**	**1.347**	**76.907**	**(76.907)**	-

(*) Considerando as projeções de realização dos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou a baixa do imposto de renda e contribuição social diferidos. A Administração considera que os ativos e passivos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2023 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização de suas bases e da expectativa de resultados futuros.

Consolidado	2021	Resultado	Patrimônio líquido (*)	2022	Resultado	Patrimônio líquido (*)	2023
Diferido ativo (passivo) - GOL e Smiles Argentina							
Prejuízos fiscais	50.385	4.534	-	54.919	(54.919)	-	-
Base negativa de contribuição social	18.137	1.633	-	19.770	(19.770)	-	-
Diferenças temporárias:							
Provisão para perda com outros créditos	7.132	(4.958)	-	2.174	(2.021)	-	153
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	(94)	139	-	45	(45)	-	-
Outros	239	99	5	343	(3.243)	2.902	2
Total dos impostos diferidos ativos	**75.799**	**1.447**	**5**	**77.251**	**(79.998)**	**2.902**	**155**
Diferido ativo (passivo) - GLA							
Diferenças temporárias:							
Direitos de voo	(353.226)	-	-	(353.226)	-	-	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	(202.522)	(25.356)	-	(227.878)	(118.837)	-	(346.715)
Provisão para *breakage*	(197.246)	(102.783)	-	(300.029)	(96.009)	-	(396.038)
Amortização do ágio para fins fiscais	(143.297)	(46.914)	-	(190.211)	(46.915)	-	(237.126)
Operações com derivativos	(502)	22.687	-	22.185	13.238	-	35.423
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - contas a receber e outros créditos	209.141	(8.351)	-	200.790	(133.097)	-	67.693
Provisão para devolução de aeronaves e motores	310.746	(4.597)	-	306.149	90.453	-	396.602
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	243.826	31.057	-	274.883	16.710	-	291.593
Operações de arrendamento de aeronaves e outros	84.500	102.755	-	187.255	86.716	-	273.971
Outros	48.169	(4.441)	-	43.728	25.578	-	69.306
Total dos impostos diferidos passivos	**(411)**	**(35.943)**	-	**(36.354)**	**(162.163)**	-	**(198.517)**
Total do efeito dos impostos diferidos no resultado		**(34.496)**			**(242.161)**		

(*) Variação cambial reconhecida em outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada direta GLA possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, a compensar com 30% dos lucros tributários futuros anuais, sem prazo para prescrição, não registrados no balanço patrimonial, nos seguintes montantes:

	GLAI 2023	GLAI 2022	GLA 2023	GLA 2022
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	216.727	-	15.041.786	14.989.912
Crédito tributário potencial	73.687	-	5.114.207	5.096.570

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é demonstrada a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(1.131.958)	(1.562.820)	(956.781)	(1.517.675)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	**384.866**	**531.359**	**325.306**	**516.010**
Ajustes para cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	466.806	(358.853)	-	-
Diferença de alíquota sobre resultado de controladas	(963.161)	(185.008)	(532.269)	(26.841)
Receitas (despesas) não tributáveis, líquidas	(23.382)	(80.340)	(354.762)	(270.066)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	125.185	94.189	(174.633)	46.239
Benefício fiscal	-	-	136.819	194.588
Benefício não constituído sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias	(80.615)	-	334.061	(503.728)
Imposto de renda e contribuição social	**(90.301)**	**1.347**	**(265.478)**	**(43.798)**
Imposto de renda e contribuição social Agreement				
Corrente	(13.394)	-	(23.317)	(9.302)
Diferido	(76.907)	1.347	(242.161)	(34.496)
Total imposto de renda e contribuição social	**(90.301)**	**1.347**	**(265.478)**	**(43.798)**

13. IMOBILIZADO

13.1. Controladora: Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do imobilizado era de R$473.237 na controlada GAC (R$416.348 em 31 de dezembro de 2022), relacionado principalmente a adiantamento para aquisição de aeronaves. **13.2. Consolidado**

	Taxa média ponderada (a.a.)	2022 Custo histórico	2022 Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Alteração contratual	Depreciação	Baixas e transferências	Saldo final líquido	2023 Custo histórico	2023 Depreciação acumulada
Equipamentos de voo											
Aeronaves - RoU[1] com opção de compra	10,68%	1.406.085	(69.869)	**1.336.216**	14.939	-	(119.488)	(39.573)	**1.192.094**	1.380.225	(188.131)
Aeronaves - RoU[1] sem opção de compra	16,07%	8.148.917	(2.827.551)	**5.321.366**	387.609	(45.274)	(745.348)	(3.691)	**4.914.662**	8.142.660	(3.227.998)
Peças e motores sobressalentes - próprios [3][4]	6,60%	2.188.299	(1.061.674)	**1.126.625**	458.976	-	(143.105)	(186.941)	**1.255.555**	2.139.023	(883.468)
Peças e motores sobressalentes - RoU[1]	48,53%	146.188	(91.077)	**55.111**	136.153	1.068	(53.820)	(3.912)	**134.600**	275.981	(141.381)
Benfeitorias em aeronaves e motores	40,08%	3.447.804	(2.453.250)	**994.554**	502.004	(71.677)	(465.628)	(30.040)	**929.213**	3.292.621	(2.363.408)
Ferramentas	10,00%	63.183	(36.326)	**26.857**	6.337	-	(4.546)	(127)	**28.521**	68.809	(40.288)
		15.400.476	**(6.539.747)**	**8.860.729**	**1.506.018**	**(115.883)**	**(1.531.935)**	**(264.284)**	**8.454.645**	**15.299.319**	**(6.844.674)**
Imobilizado não aeronáutico											
Veículos	20,00%	11.996	(10.349)	**1.647**	1.448	-	(750)	-	**2.345**	12.722	(10.377)
Máquinas e equipamentos	10,00%	62.926	(51.514)	**11.412**	1.950	-	(1.925)	(36)	**11.401**	63.537	(52.136)
Móveis e utensílios	10,00%	33.870	(23.549)	**10.321**	2.085	-	(2.099)	(62)	**10.245**	34.013	(23.768)
Computadores, periféricos e equipamentos	19,78%	52.220	(42.317)	**9.903**	4.969	-	(5.293)	(47)	**9.532**	43.613	(34.081)
Computadores, periféricos e equipamentos - RoU[1]	43,60%	33.518	(25.579)	**7.939**	6.421	-	(6.468)	-	**7.892**	39.939	(32.047)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	22,35%	185.621	(176.432)	**9.189**	334	-	(4.831)	-	**4.692**	185.929	(181.237)
Imóveis de terceiros - RoU[1]	18,11%	254.130	(43.603)	**210.527**	2.201	8.368	(22.996)	-	**198.100**	264.699	(66.599)
Obras em andamento		14.456	-	**14.456**	991	-	-	(398)	**15.049**	15.049	-
		648.737	**(373.343)**	**275.394**	**20.399**	**8.368**	**(44.362)**	**(543)**	**259.256**	**659.501**	**(400.245)**
Perdas por redução ao valor recuperável [2]	-	(20.488)	-	**(20.488)**	(25.887)	-	-	-	**(46.375)**	(46.375)	-
Total do imobilizado em uso		**16.028.725**	**(6.913.090)**	**9.115.635**	**1.500.530**	**(107.515)**	**(1.576.297)**	**(264.827)**	**8.667.526**	**15.912.445**	**(7.244.919)**
Adiantamento a fornecedores	-	473.061	-	**473.061**	68.751	-	-	(21.638)	**520.174**	520.174	-
Total		**16.501.786**	**(6.913.090)**	**9.588.696**	**1.569.281**	**(107.515)**	**(1.576.297)**	**(286.465)**	**9.187.700**	**16.432.619**	**(7.244.919)**

	Taxa média ponderada (a.a.)	2021 Custo histórico	2021 Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Alteração contratual	Depreciação	Baixas e transferências	Saldo final líquido	2022 Custo histórico	2022 Depreciação acumulada
Equipamentos de voo											
Aeronaves - RoU[1] com opção de compra	10,66%	-	-	-	1.406.085	-	(69.869)	-	**1.336.216**	1.406.085	(69.869)
Aeronaves - RoU[1] sem opção de compra	16,69%	7.127.628	(1.958.755)	**5.168.873**	1.337.200	(186.580)	(987.591)	(10.536)	**5.321.366**	8.148.917	(2.827.551)
Peças e motores sobressalentes - próprios [3][4]	7,21%	2.062.646	(963.949)	**1.098.697**	208.237	-	(144.843)	(35.466)	**1.126.625**	2.188.299	(1.061.674)
Peças e motores sobressalentes - RoU[1]	30,35%	129.223	(62.908)	**66.315**	17.343	(378)	(28.169)	-	**55.111**	146.188	(91.077)
Benfeitorias em aeronaves e motores	37,41%	3.143.372	(2.370.691)	**772.681**	604.953	-	(363.149)	(19.931)	**994.554**	3.447.804	(2.453.250)
Ferramentas	10,00%	56.826	(32.327)	**24.499**	6.407	-	(4.024)	(25)	**26.857**	63.183	(36.326)
		12.519.695	**(5.388.630)**	**7.131.065**	**3.580.225**	**(186.958)**	**(1.597.645)**	**(65.958)**	**8.860.729**	**15.400.476**	**(6.539.747)**
Imobilizado não aeronáutico											
Veículos	20,00%	11.076	(9.915)	**1.161**	920	-	(434)	-	**1.647**	11.996	(10.349)
Máquinas e equipamentos	10,00%	62.837	(50.824)	**12.013**	1.341	-	(1.928)	(14)	**11.412**	62.926	(51.514)
Móveis e utensílios	10,00%	32.508	(22.024)	**10.484**	1.778	-	(1.937)	(4)	**10.321**	33.870	(23.549)
Computadores, periféricos e equipamentos	19,72%	49.636	(40.869)	**8.767**	4.937	-	(3.785)	(16)	**9.903**	52.220	(42.317)
Computadores, periféricos e equipamentos - RoU[1]	49,69%	23.210	(20.251)	**2.959**	10.308	-	(5.328)	-	**7.939**	33.518	(25.579)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	20,32%	183.345	(166.832)	**16.513**	3	-	(9.683)	2.356	**9.189**	185.621	(176.432)
Imóveis de terceiros - RoU[1]	13,13%	28.819	(24.186)	**4.633**	171.084	54.720	(19.910)	-	**210.527**	254.130	(43.603)
Obras em andamento		15.410	-	**15.410**	1.402	-	-	(2.356)	**14.456**	14.456	-
		406.841	**(334.901)**	**71.940**	**191.773**	**54.720**	**(43.005)**	**(34)**	**275.394**	**648.737**	**(373.343)**
Perdas por redução ao valor recuperável [2]	-	(26.854)	-	**(26.854)**	6.366	-	-	-	**(20.488)**	(20.488)	-
Total do imobilizado em uso		**12.899.682**	**(5.723.531)**	**7.176.151**	**3.778.364**	**(132.238)**	**(1.640.650)**	**(65.992)**	**9.115.635**	**16.028.725**	**(6.913.090)**
Adiantamento a fornecedores	-	499.019	-	**499.019**	92.811	-	-	(118.769)	**473.061**	473.061	-
Total		**13.398.701**	**(5.723.531)**	**7.675.170**	**3.871.175**	**(132.238)**	**(1.640.650)**	**(184.761)**	**9.588.696**	**16.501.786**	**(6.913.090)**

(1) Right of Use ("RoU") - Direito de uso. (2) Saldo referente a perdas por redução ao valor recuperável para itens *rotables* (peças de reposição), classificados na rubrica de "Peças e motores sobressalentes", constituído pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício futuro esperado. (3) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de peças sobressalentes está concedido em garantia ao *Senior Secured Notes* 2026 e 2028, conforme nota explicativa 16. (4) Em 31 de dezembro de 2023 não há motores da Companhia concedidos em garantia ao *Spare Engine Facility* e ao *Loan Facility. (*17 motores em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avalia de seus ativos imobilizados pelo método de custo, ou seja, após o reconhecimento inicial, um item do ativo imobilizado é apresentado ao custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

14. INTANGÍVEL: A composição e a movimentação do ativo intangível estão apresentadas a seguir:

Consolidado	Taxa média ponderada (a.a.)	2022 Custo histórico	2022 Amortização acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Amortização	Baixas e transferências	Saldo final líquido	2023 Custo histórico	2023 Amortização acumulada
Ágio	-	542.302	-	**542.302**	-	-	-	**542.302**	542.302	-
Slots	-	1.038.900	-	**1.038.900**	-	-	-	**1.038.900**	1.038.900	-
Softwares	29,32%	564.939	(283.152)	**281.787**	168.017	(90.962)	(2.244)	**356.598**	639.490	(282.892)
Total		**2.146.141**	**(283.152)**	**1.862.989**	**168.017**	**(90.962)**	**(2.244)**	**1.937.800**	**2.220.692**	**(282.892)**

Consolidado	Taxa média ponderada (a.a.)	2021 Custo histórico	2021 Amortização acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Amortização	Baixas e transferências	Saldo final líquido	2022 Custo histórico	2022 Amortização acumulada
Ágio	-	542.302	-	**542.302**	-	-	-	**542.302**	542.302	-
Slots	-	1.038.900	-	**1.038.900**	-	-	-	**1.038.900**	1.038.900	-
Softwares	26,41%	508.650	(268.476)	**240.174**	119.462	(77.651)	(198)	**281.787**	554.939	(273.152)
Outros	20,00%	10.000	(8.167)	**1.833**	-	(1.833)	-	**-**	10.000	(10.000)
Total		**2.099.852**	**(276.643)**	**1.823.209**	**119.462**	**(79.484)**	**(198)**	**1.862.989**	**2.146.141**	**(283.152)**

Os saldos de ágio e dos direitos de operação em aeroportos (*slots*) foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022 por meio do fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa (UGC) de transporte aéreo. A Companhia opera uma única unidade geradora de caixa, considerando que a receita depende de diferentes ativos que não podem ser avaliados isoladamente para mensuração do valor em uso. Para a determinação do valor contábil da UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários para a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico. Os resultados obtidos foram comparados com o valor contábil da unidade geradora de caixa e, como resultado, a Companhia não reconheceu perdas em relação ao valor recuperável de sua UGC. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da unidade geradora de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia, atualizado com o advento do processo do *Chapter 11,* mencionado na nota explicativa 1.2, e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa são: • Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação. • Demanda: a eficiência de mercado é o principal *input* para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (*market share*) e sua participação na oferta (*seat share*). Este indicador reflete o quão eficientemente a Companhia emprega a sua participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo. • Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela GLA e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo). • Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana. A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira - "ANP") e taxa de juros (fonte: Bloomberg). Os quadros a seguir demonstram a sensibilidade de variação do resultado do valor em uso calculado para comparação com o valor contábil em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
31 de dezembro:		
Valor contábil	4.471.882	3.803.774
Valor em uso	36.537.575	34.224.861
Taxa de desconto	17,21%	15,79%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,48%	3,37%
Teste de sensibilidade:		
10% variação		
Valor em uso	30.725.353	28.513.408
Alteração do valor em uso	(5.812.222)	(5.711.453)
25% variação		
Valor em uso	24.193.541	21.713.858
Alteração do valor em uso	(12.344.034)	(12.511.003)

15. OUTROS CRÉDITOS E VALORES

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesas antecipadas[1]	17.801	13.698	95.668	105.502
Comissões com agências ou administradoras de cartão	-	-	89.195	67.604
Outros[2]	85.100	50.177	142.167	59.527
Total	**102.901**	**63.875**	**327.030**	**232.633**
Circulante	**102.473**	**63.858**	**304.385**	**199.446**
Não circulante	**428**	**17**	**22.645**	**33.187**

(1) Referem-se a seguros e adiantamentos a funcionários, entre outros. (2) Saldos a utilizar nos custos de devolução de aeronave.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: A composição e a movimentação dos empréstimos e financiamentos estão apresentadas a seguir:

Controladora	Vencimento	Taxa de juros a.a.	2022 Circulante	2022 Não circulante	2022 Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortização de custos e ágio	2023 Total	2023 Circulante	2023 Não circulante
Contratos em moeda estrangeira															
ESN 2024 [1] (a)	07/2024	3,75%	38.114	1.819.315	**1.857.429**	-	(14.894)	(1.639.173)	69.936	(56.007)	(26.525)	15	**190.781**	190.781	-
Senior Notes 2025 (b)	01/2025	7,00%	98.919	3.372.353	**3.471.272**	-	-	(1.592.644)	138.950	(182.740)	(139.446)	5.772	**1.701.164**	48.352	1.652.812
Senior Secured Notes 2026 (c)	06/2026	8,00%	-	3.272.229	**3.272.229**	-	-	(2.007.389)	128.728	(125.675)	(101.462)	16.663	**1.183.094**	-	1.183.094
Senior Secured Amortizing Notes (d)	06/2026	4,76%	121.111	882.168	**1.003.279**	220.634	-	(161.868)	46.242	(44.883)	(79.089)	7.605	**991.920**	479.148	512.772
Senior Secured Notes 2028 (f)	03/2028	18,00%	-	-	-	7.363.736	-	(6.407.576)	740.357	(154.122)	(237.777)	-	**1.304.618**	4.346	1.300.272
ESSN 2028 [1] (g)	03/2028	18,00%	-	-	-	6.923.269	(3.409.360)	-	284.107	(177.697)	(117.959)	-	**3.502.360**	21.921	3.480.439
Bônus perpétuos (e)	-	8,75%	16.589	803.008	**819.597**	-	-	(79.615)	61.857	(65.182)	(51.723)	-	**684.934**	13.862	671.072
Total			**274.733**	**10.149.073**	**10.423.806**	**14.507.639**	**(3.424.254)**	**(11.888.265)**	**1.470.177**	**(806.306)**	**(753.981)**	**30.055**	**9.558.871**	**758.410**	**8.800.461**

Controladora	Vencimento	Taxa de juros a.a.	2021 Circulante	2021 Não circulante	2021 Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos e ágio	2022 Total	2022 Circulante	2022 Não circulante
Contratos em moeda estrangeira														
ESN 2024 [1] (a)	07/2024	3,75%	40.764	1.947.463	**1.988.227**	-	(132.626)	207.028	(84.037)	(128.292)	7.129	**1.857.429**	38.114	1.819.315
Senior Notes 2025 (b)	01/2025	7,00%	105.797	3.598.981	**3.704.778**	-	-	234.900	(239.917)	(237.683)	9.194	**3.471.272**	98.919	3.372.353
Senior Secured Notes 2026 (c)	06/2026	8,00%	-	3.451.977	**3.451.977**	-	-	268.457	(271.848)	(232.429)	56.072	**3.272.229**	-	3.272.229
Senior Secured Amortizing Notes (d)	06/2026	4,76%	-	-	-	1.003.279	-	-	-	-	-	**1.003.279**	121.111	882.168
Bônus perpétuos (e)	-	8,75%	17.743	858.843	**876.586**	-	-	69.533	(69.778)	(56.744)	-	**819.597**	16.589	803.008
Total			**164.304**	**9.857.264**	**10.021.568**	**1.003.279**	**(132.626)**	**779.918**	**(665.580)**	**(655.148)**	**72.395**	**10.423.806**	**274.733**	**10.149.073**

(1) *Exchangeable Senior Notes* vide nota explicativa 34.2. (a) Emissão do *Exchangeable Senior Notes* ("ESN") pela controlada Gol Finance em março, abril e julho de 2019, com vencimento em 2024, cujos detentores dos títulos terão o direito de permutá-los por *American Depositary Shares* ("ADSs") da Companhia, vide nota explicativa 34. (b) Emissões de *Senior Notes* 2025 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2017 e em fevereiro de 2018, para recompra de Sênior Notes e propósitos gerais da Companhia, com vencimento em 2025. (c) Emissões de *Senior Secured Notes* 2026 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2020, maio e setembro de 2021, com vencimento em 2026. As SSN 2026 têm garantias atreladas à recebíveis Smiles. (d) Emissão de *Senior Secured Amortizing Notes* pela controlada Gol Finance, em dezembro de 2022, janeiro, abril, junho e julho de 2023, com vencimento em 2025 (Série B) e 2026 (Série A), em troca do cumprimento integral de certas obrigações de pagamento de arrendamento de aeronaves, que estão sob acordo de diferimento. (e) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves. (f) Emissão de *Senior Secured Notes 2028* pela controlada Gol Finance com a Abra, entre março e dezembro de 2023, com vencimento em 2028. Vide nota explicativa 16.1.3. (g) Emissão do Exchangeable Senior Secured Notes ("ESSN") pela controlada Gol Finance em setembro de 2023, com vencimento em 2028. As ESSN 2028 têm garantias atreladas à propriedade intelectual da Gol e da Smiles e *Spare Parts* da Gol.

Consolidado	Vencimento	Taxa de juros a.a.	2022 Circulante	2022 Não circulante	2022 Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortização de custos e ágio	2023 Total	2023 Circulante	2023 Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Debêntures (a)	06/2026	17,23%	640.046	431.973	**1.072.019**	886.000	-	(1.090.976)	164.954	(165.537)	-	585	**867.045**	347.614	519.431
Capital de giro (b)	10/2025	17,76%	76.710	39.071	**115.781**	-	-	(76.417)	13.345	(13.934)	-	-	**38.775**	36.632	2.143
Contratos em moeda estrangeira															
Financiamento de importação (d)	05/2024	14,28%	77.193	-	**77.193**	-	-	(45.361)	8.415	(9.442)	(4.787)	-	**26.018**	26.018	-
ESN 2024 (e)	07/2024	3,75%	38.114	1.819.315	**1.857.429**	-	(14.894)	(1.639.173)	69.936	(56.007)	(26.525)	15	**190.781**	190.781	-
Spare Engine Facility (f)	09/2024	6,00%	30.265	93.963	**124.228**	-	-	(115.171)	3.338	(4.686)	(8.057)	348	-	-	-
Credit Facility (n)	11/2024	0,00%	-	-	-	104.377	-	(13.842)	2.199	-	146	-	**92.880**	92.880	-
Senior Notes 2025 (g)	01/2025	7,00%	98.919	3.372.353	**3.471.272**	-	-	(1.592.644)	138.950	(182.740)	(139.446)	5.772	**1.701.164**	48.352	1.652.812
Senior Secured Notes 2026 (h)	06/2026	8,00%	-	3.272.229	**3.272.229**	-	-	(2.007.389)	128.728	(125.675)	(101.462)	16.663	**1.183.094**	-	1.183.094
Senior Secured Amortizing Notes (i)	06/2026	4,76%	121.111	882.168	**1.003.279**	220.634	-	(161.868)	46.242	(44.883)	(79.089)	7.605	**991.920**	479.148	512.772
Loan Facility (j)	03/2028	6,71%	27.682	144.182	**171.864**	-	-	(159.198)	8.532	(10.191)	(12.274)	1.267	-	-	-
Senior Secured Notes 2028 (l)	03/2028	18,00%	-	-	-	7.363.736	-	(6.407.576)	740.357	(154.122)	(237.777)	-	**1.304.618**	4.346	1.300.272
ESSN 2028 [1] (m)	03/2028	18,00%	-	-	-	6.923.269	(3.409.360)	-	284.107	(177.697)	(117.959)	-	**3.502.360**	21.921	3.480.439
Bônus perpétuos [2] (k)	-	8,75%	16.589	803.008	**819.597**	-	-	(79.615)	61.857	(65.182)	(51.723)	-	**684.934**	13.862	671.072
Total			**1.126.629**	**10.858.262**	**11.984.891**	**15.498.016**	**(3.424.254)**	**(13.389.230)**	**1.670.960**	**(1.010.096)**	**(778.953)**	**32.255**	**10.583.589**	**1.261.554**	**9.322.035**

Consolidado	Vencimento	Taxa de juros a.a.	2021 Circulante	2021 Não circulante	2021 Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortização de custos e ágio	2022 Total	2022 Circulante	2022 Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Debêntures (a)	10/2024	18,76%	109.519	1.055.249	**1.164.768**	-	-	(82.574)	187.332	(211.713)	-	14.206	**1.072.019**	640.046	431.973
Capital de giro (b)	10/2025	18,84%	48.239	9.757	**57.996**	110.000	-	(51.383)	10.447	(11.279)	-	-	**115.781**	76.710	39.071
Contratos em moeda estrangeira															
Financiamento com garantia Ex-Im Bank (c)	10/2022	3,56%	99.396	-	**99.396**	-	-	(91.231)	1.415	(988)	(9.931)	1.339	-	-	-
Financiamento de importação (d)	03/2023	11,59%	138.034	-	**138.034**	-	-	(51.889)	8.780	(8.669)	(9.063)	-	**77. 193**	77.193	-
ESN 2024 (e)	07/2024	3,75%	40.764	1.947.463	**1.988.227**	-	(132.626)	-	207.028	(84.037)	(128.292)	7.129	**1.857.429**	38.114	1.819.315
Spare Engine Facility (f)	09/2024	6,00%	24.651	125.106	**149.757**	-	-	(17.321)	4.848	(3.478)	(9.860)	282	**124.228**	30.265	93.963
Senior Notes 2025 (g)	01/2025	7,00%	105.797	3.598.981	**3.704.778**	-	-	-	234.900	(239.917)	(237.683)	9.194	**3.471.272**	98.919	3.372.353
Senior Secured Notes 2026 (h)	06/2026	8,00%	-	3.451.977	**3.451.977**	-	-	-	268.457	(271.848)	(232.429)	56.072	**3.272.229**	-	3.272.229
Senior Secured Amortizing Notes (i)	06/2026	4,76%	-	-	-	1.003.279	-	-	-	-	-	-	**1.003.279**	121.111	882.168
Loan Facility (j)	03/2028	7,11%	50.471	218.040	**268.511**	-	-	(79.366)	11.372	(10.944)	(17.964)	255	**171.864**	27.682	144.182
Bônus perpétuos (k)	-	8,75%	17.743	858.843	**876.586**	-	-	-	69.533	(69.778)	(56.744)	-	**819.597**	16.589	803.008
Total			**634.614**	**11.265.416**	**11.900.030**	**1.113.279**	**(132.626)**	**(373.764)**	**1.004.112**	**(912.651)**	**(701.966)**	**88.477**	**11.984.891**	**1.126.629**	**10.858.262**

(1) *Exchangeable Senior Notes* vide nota explicativa 34.2. (2) Em 31 de dezembro de 2020, contempla eliminação de partes relacionadas, considerando títulos desta emissão, efetuada pela Gol Finance, detidos pela GLA no valor de R$10.609. Estes títulos foram revendidos, logo não há eliminação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. (a) As debêntures referem-se a: (i) 7ª emissão em 3 séries: 84.500 títulos restantes pela controlada GLA, originalmente em outubro de 2018 com a finalidade de liquidação integral antecipada da 6ª emissão; e (ii) 8ª emissão: 610.217 títulos pela controlada GLA em outubro de 2021 destinada ao refinanciamento de dívida de curto prazo. As debêntures têm garantias fidejussórias da Companhia e garantia real prestada pela GLA na forma de cessão fiduciária de determinados recebíveis de cartão de crédito, com a preservação dos direitos de antecipação dos recebíveis dessas garantias. Ambas as emissões repactuadas pela última vez em setembro de 2023, com alteração de prazo, taxa de juros, redução de garantia e remoção de outras obrigações relacionadas. Em 26 de setembro de 2023, a Companhia efetuou a repactuação da 7ª e 8ª emissão, conforme mencionado na nota explicativa 16.1.1. (a) Emissão de operações que tem o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da Companhia. A garantia de capital de giro está atrelada a recebíveis de cartão de crédito. (b) Financiamento garantido captado pela controlada Gol Finance em agosto de 2020, junto à Delta Airlines, garantido através de ações Smiles e outros ativos, integralmente liquidado em 2021. (c) Linhas de crédito junto a bancos privados, utilizadas para financiamento de importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. Têm garantias atreladas ao CDB. (d) Emissão do *Exchangeable Senior Notes* ("ESN") pela controlada Gol Finance em março, abril e julho de 2019, com vencimento em 2024, cujos detentores dos títulos terão o direito de permutá-los por *American Depositary Shares* ("ADSs") da Companhia. (e) Empréstimo com garantia de motores próprios da Companhia, com vencimento em 2024. (f) Emissões de *Senior Notes* 2025 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2017 e em fevereiro de 2018, para recompra de Sênior Notes e propósitos gerais da Companhia. (g) Emissões de *Senior Secured Notes* 2026 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2020, maio e setembro de 2021, com vencimento em 2026. As SSN 2026 têm garantias atreladas à recebíveis Smiles. (h) Emissão de *Senior Secured Amortizing Notes* pela controlada Gol Finance, em dezembro de 2022, janeiro, abril, junho e julho de 2023, com vencimento em 2025 (Série B) e 2026 (Série A), em troca do cumprimento integral de certas obrigações de pagamento de arrendamento de aeronaves, que estão sob acordo de diferimento. (i) Empréstimos com garantia de 3 motores em 31 de dezembro de 2023, realizado entre 2017 e 2020. (j) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves. (k) Emissão de *Senior Secured Notes 2028* pela controlada Gol Finance com a Abra, entre março e setembro de 2023, com vencimento em 2028. Vide nota explicativa 16.1.3. (l) Emissão do Exchangeable Senior Secured Notes ("ESSN") pela controlada Gol Finance em setembro de 2023, com vencimento em 2028. As ESSN 2028 têm garantias atreladas à propriedade intelectual da Gol e da Smiles e *Spare Parts* da Gol. (m) Linha de Crédito através do acordo de cooperação estratégica junto a AIR FRANCE -KLM ("AFKL"), com vencimento em 2024. Vide nota explicativa 16.1.4. O total de empréstimos e financiamentos individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 inclui custos de captação, prêmios, ágio e deságio no importe de R$51.080 e R$71.616, respectivamente (R$155.969 e R$178.706 em 31 de dezembro de 2022) que serão amortizados ao longo da vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos. O total inclui ainda o valor justo do instrumento financeiro derivativo, referente à conversibilidade do ESN 2024, no montante de R$9 em 31 de dezembro de 2023 (R$17.753 em 31 de dezembro de 2022). Em função de suas características, o instrumento financeiro derivativo referente à conversibilidade do ESN 2028 está apresentado separado no grupo de Obrigações com operações de derivativos. **16.1. Novas captações e renegociações de empréstimos e financiamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023: 16.1.1. Debentures:** Em 26 de setembro de 2023 foram realizadas as Assembleias Gerais de Debenturistas que deliberaram a alteração do vencimento da Primeira Série, Segunda Série, Terceira Série da 7ª emissão e Série Única da 8ª emissão de outubro de 2024 para junho de 2026, com nova remuneração de CDI + 5,0% a.a., podendo ser resgatadas antecipadamente pela Companhia. O saldo em aberto de R$886.000 será amortizado em 30 parcelas mensais de janeiro de 2024 a junho de 2026. A liquidação está condicionada à criação, pela Companhia, de uma estrutura de antecipação de recebíveis até 25 de janeiro de 2024, cujos recursos obtidos serão utilizados obrigatoriamente e prioritariamente para o pagamento integral do valor correspondente ao montante principal das emissões. Estas renegociações foram avaliadas de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos financeiros", equivalente ao IFRS 9, e se enquadraram nas definições de modificação contratual. **16.1.2. Financiamento de importação:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a GLA renegociou ainda vencimentos de contratos desta modalidade, com impacto na taxa de juros, divulgados no quadro acima. As demais condições desta operação permaneceram inalteradas. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito para financiamento de importações, com o objetivo de manutenção de motores, compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. Estas renegociações foram avaliadas de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos financeiros", equivalente ao IFRS 9, e não se enquadraram nas definições de desreconhecimento de passivo. **16.1.3. *Senior Secured Amortizing Notes:*** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia emitiu *Senior Secured Amortizing Notes* adicionais às emitidas em 30 de dezembro de 2022, conforme informações presentes na tabela abaixo:

Data da operação	Montante (US$ mil)	Montante (R$ mil)	Custos, prêmios e ágio (US$ mil)	Custos, prêmios e ágio (R$ mil)	Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
27/01/2023	6.993	35.499	365	1.826	5,0%	30/06/2026
20/04/2023	19.976	100.873	578	2.700	3,0%	30/06/2025
07/06/2023	9.000	44.207	214	1.160	3,0%	30/06/2025
19/07/2023	8.970	43.055	34	161	5,0%	30/06/2026
31/12/2023	-	-	(569)	(2.847)	-	-
Total	**44.939**	**223.634**	**622**	**3.000**		

16.1.4. *Credit Facility:* Em outubro de 2023, a Companhia anunciou a expansão de sua parceria estratégica com a Air France - KLM. Em novembro de 2023 a GOL recebeu os montantes relacionados à linha de crédito totalizando US$25.000, sendo R$77.000 (US$16.000) provenientes da Air France e R$ 43.571(US$9.000) da KLM, cujo valor justo no reconhecimento inicial de R$ 72.892 (US$14.818) para Air France e R$ 41.438 (US$8.365) para KLM com vencimento em novembro de 2024, sem a incidência de juros. **16.1.5. *Senior Secured Notes* e *Exchangeable Senior Secured Notes 2028:*** Nos termos da transação do acionista controlador divulgada na nota explicativa 1.5, em fevereiro de 2023, a Companhia e a Abra assinaram o *Support Agreement* com o compromisso de investimento da Abra na Companhia a partir da emissão de *Senior Secured Notes* com vencimento em 2028. Para tanto, a Abra concordou em emitir os *Senior Secured Notes* ("SSNs") com vencimento em 2028, conversíveis em *Exchangeable Senior Secured Notes* ("ESSNs") com vencimento em 2028 e o Grupo Ad-Hoc concordou em trocar certos *Senior Notes* existentes da Companhia (*ESN* 2024, *Senior Notes* 2025, *Senior Secured Notes* 2026 e os Bônus perpétuos) para os SSNs. Em março de 2023, a Abra emitiu os SSNs e celebrou o *Senior Secured Note Purchase Agreement* tendo a GOL como garantidora e agente pagadora, a GOL Finance como emissora e com aval da Smiles Fidelidade S.A.. Nesta mesma data, a GOL emitiu Senior Secured Notes 2028 ("SSNs 2028") para a Abra, que preveem o pagamento de juros de 18,0% a.a., pagos semestralmente, sendo que 4,5% são cupons com pagamento em caixa e 13,5% a.a. em PIK (*payment in kind*). As SSNs 2028 têm como garantia a propriedade intelectual, infraestrutura de sistemas, dados e manuais do programa de fidelidade Smiles, além de garantia de peças compartilhada com as *Senior Secured Notes* 2026. Parte da emissão efetuada foi utilizada para recompra de 90,1% do *ESN* 2024, 47,3% do *Senior Notes* 2025, 61,4% do *Senior Secured Notes* 2026 e 9,9% do Bônus Perpétuos, avaliados contabilmente no montante total de R$5.192.880. Considerando a troca do credor, tais amortizações foram consideradas como extinção parcial, sob a ótica do CPC 48 - "Instrumentos financeiros", equivalente ao IFRS 9. Neste contexto, os custos relacionados a emissão, bem como a diferença entre o valor contábil atribuído à parte desreconhecida pela extinção parcial dos títulos recomprados e o valor nominal do novo passivo assumido, foram reconhecidos diretamente no resultado, vide nota explicativa 33. Além dos valores supracitados, parte da emissão não transitou pelo caixa da Companhia, sendo diretamente transferida pela Abra para pagamento de obrigação da Companhia junto a fornecedor. Até 29 de setembro de 2023, a Companhia emitiu para a Abra, R$6.494.496, equivalente a US$1.258.031 mil, em forma de *Senior Secured Notes* 2028, cujo valor justo no reconhecimento inicial totalizou R$6.934.269 (US$1.343.181 mil). Dado que a transação foi realizada com a Abra, a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor justo foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Nesta mesma data, a Companhia realizou a conversão de R$5.911.181 (US$1.180.442 mil), de SSNs 2028 em *Exchangeable Senior Secured Notes* 2028 ("ESSNs 2028"), as quais poderão ser convertidos em ações preferenciais da GOL pela Abra e estarão sujeitos à determinadas condições precedentes, que podem ou não ser atendidas. As SSNs 2028 convertidas em ESSNs 2028 tinham valor contábil de R$6.407.575 (US$1.279.570 mil). Estas alterações foram avaliadas de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos financeiros", equivalente ao IFRS 9, e se enquadraram nas definições de desreconhecimento de passivo das SSNs 2028, com a extinção do passivo financeiro original, e reconhecimento de um novo passivo financeiro das ESSNs 2028. As ESSNs 2028 emitidas em 29 de setembro de 2023 possuem prazo, data de vencimento e pagamento de juros idênticos às SSNs 2028 anteriormente vigentes. No contexto desta transação, a Companhia emitiu um total de 1.008.166.796 bônus de subscrição de ações preferenciais de emissão da Companhia, sendo 991.951.681 subscritos com o propósito de conversão futura das ESSNs 2028, vide nota explicativa 26.3. A Companhia efetuou a mensuração inicial do valor justo do passivo financeiro, considerando a abordagem de receita, resultando no montante de R$6.789.995 (US$1.355.938 mil). Dado que a transação foi realizada com a Abra, a diferença entre o preço de transação da parcela extinta das SSNs 2028 e o valor justo foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Em setembro de 2023, a parcela correspondente a opção de conversão dos títulos em ações a valor de mercado correspondeu a R$3.409.360 (US$680.837). Entre o período de 01 de outubro de 2023 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia emitiu *Senior Secured Notes* 2028 adicionais para a Abra no montante total de R$407.990 (US$82.364), cujo valor justo no reconhecimento inicial totalizou R$22.349 (US$4.550). Dado que a transação foi realizada com a Abra, a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor justo foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido. **16.2. Empréstimos e financiamentos - não circulante:** Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão apresentados a seguir:

Controladora	2025	2026	2027	2028	Sem vencimento	Total
Contratos em moeda estrangeira						
Senior Notes 2025	1.652.812	-	-	-	-	**1.652.812**
Senior Secured Notes 2026	-	1.183.094	-	-	-	**1.183.094**
Senior Secured Amortizing Notes	376.994	135.778	-	-	-	**512.772**
Senior Secured Notes 2028	-	-	-	1.300.272	-	**1.300.272**
ESSN 2028	-	-	-	3.480.439	-	**3.480.439**
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	671.072	**671.072**
Total	**2.029.806**	**1.318.872**	**-**	**4.780.711**	**671.072**	**8.800.461**
Consolidado						
Contratos em moeda nacional						
Debêntures	345.879	173.552	-	-	-	**519.431**
Capital de giro	2.143	-	-	-	-	**2.143**
Contratos em moeda estrangeira						
Senior Notes 2025	1.652.812	-	-	-	-	**1.652.812**
Senior Secured Notes 2026	-	1.183.094	-	-	-	**1.183.094**
Senior Secured Amortizing Notes	376.994	135.778	-	-	-	**512.772**
Senior Secured Notes 2028	-	-	-	1.300.272	-	**1.300.272**
ESSN 2028	-	-	-	3.480.439	-	**3.480.439**
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	671.072	**671.072**
Total	**2.377.828**	**1.492.424**	**-**	**4.780.711**	**671.072**	**9.322.035**

16.3. Valor justo: Os valores justos dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2023, são conforme segue:

	Controladora Valor Contábil(*)	Controladora Valor justo	Consolidado Valor Contábil(*)	Consolidado Valor justo
Debêntures	-	-	867.045	867.045
ESN 2024	190.781	155.799	190.781	155.799
Senior Notes 2025	1.701.164	563.671	1.701.164	563.671
Senior Secured Notes 2026	1.183.094	439.994	1.183.094	439.994
Senior Secured Amortizing Notes	991.920	622.424	991.920	622.424
Senior Secured Notes 2028	1.304.618	392.065	1.304.618	392.065
ESSN 2028	3.502.360	1.879.613	3.502.360	1.879.613
Bônus Perpétuos	684.934	217.884	684.934	217.884
Demais empréstimos	-	-	157.673	157.673
Total	**9.558.871**	**4.271.450**	**10.583.589**	**5.296.168**

(*) Valor líquido dos custos de captação.

16.4. Condições contratuais restritivas: A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) nas Debêntures e no *Senior Secured Amortizing Notes*. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava em conformidade com os indicadores previstos nas escrituras da 7ª e 8ª emissão. A próxima obrigatoriedade de mensuração será em junho de 2024. Na operação do *Senior Secured Amortizing Notes*, a Companhia possui a observância de cumprir com condições de garantias relacionadas a recebíveis trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía recebíveis da GLA em garantia referente a esse contrato que satisfaziam as condições contratuais. A próxima mensuração será em junho de 2024.

Continua...

...Continuação

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. - CNPJ nº 06.164.253/0001-87

34.1. Classificação contábil de instrumentos financeiros: As classificações contábeis dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão identificadas a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo amortizado		Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo amortizado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo								
Aplicações financeiras	3.826	4.815	-	-	458.537	423.418	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	825.196	887.734
Depósitos (a)	-	-	-	-	-	-	1.982.399	2.068.593
Direitos com operações de derivativos	80	7.002	-	-	810	29.256	-	-
Créditos com empresas relacionadas	-	-	7.581.253	7.084.848	-	-	-	-
Outros créditos e valores	-	-	102.901	63.875	-	-	327.030	232.633
Passivo								
Empréstimos e financiamentos (b)	9	17.753	9.549.937	10.406.053	9	17.753	10.574.655	11.967.138
Arrendamentos a pagar	-	-	-	-	-	-	9.441.375	11.206.959
Fornecedores	-	-	85.004	41.520	-	-	2.093.241	2.319.954
Fornecedores - Risco sacado	-	-	-	-	-	-	39.877	29.941
Taxas e Tarifas aeroportuárias	-	-	-	-	-	-	1.624.442	1.391.617
Obrigações com operações de derivativos	5.010.509	-	-	-	5.019.438	536	-	-
Obrigações com partes relacionadas	-	-	136.763	145.434	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	432.268	589.373	-	-	503.137	692.171

(a) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa 9. (b) Os montantes em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado referem-se ao derivativo contratado atrelado ao *Exchange Senior Notes* 2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve reclassificação entre as categorias de instrumentos financeiros. **34.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Combustível	Taxa de juros	Câmbio	Capped call	ESN	Hedge de receita	Total
Variações no valor justo							
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2021	6.890	-	-	107.170	(162.568)	-	(48.508)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	-	(688)	417	(100.168)	144.815	-	44.376
Ganhos reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial	(38.100)	-	-	-	-	-	(38.100)
Recebimentos durante o exercício	53.465	152	(417)	-	-	-	53.200
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2022	22.255	(536)	-	7.002	(17.753)	-	10.968
Ganhos (Perdas) reconhecidos no resultado	(26.454)	124	(360)	(6.922)	(1.763.530)	-	(1.797.142)
Pagamentos (Recebimentos) durante o exercício	(4.479)	482	769	-	2.568	-	(660)
Ganhos (Perdas) reconhecidos como variação cambial	-	-	-	-	1.778.706	-	1.778.706
Derivativos embutidos em novos contratos	-	-	-	-	(5.010.509)	-	(5.010.509)
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2023	(8.678)	70	409	80	(5.010.518)	-	(5.018.637)
Direitos e obrigações com operações de derivativos - Circulante	(8.678)	70	409	80	-	-	(8.119)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Obrigações com operações de derivativos - Não Circulante	-	-	-	-	(5.010.509)	-	(5.010.509)
Movimentação de ajuste de avaliação patrimonial							
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(9.228)	(296.829)	-	-	-	(612.744)	(918.801)
Ajustes de valor justo durante o exercício	(38.100)	-	-	-	-	-	(38.100)
Ajustes de *hedge accounting* de receita	-	-	-	-	-	175.675	175.675
Reversões líquidas para o resultado	47.328	6.280	-	-	-	114.265	167.873
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(290.549)	-	-	-	(322.804)	(613.353)
Ajustes de *hedge accounting* de receita	-	-	-	-	-	80.191	80.191
Reversões líquidas para o resultado	-	6.792	-	-	-	165.593	172.385
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(283.757)	-	-	-	(77.020)	(360.777)
Efeitos no resultado	(26.454)	(6.698)	(360)	(6.922)	(1.763.530)	(245.783)	(2.049.747)
Receita líquida	-	-	-	-	-	(170.030)	(170.030)
Resultado financeiro	(26.454)	(6.698)	(360)	(6.520)	(1.760.298)	-	(1.800.330)
Variações monetárias e cambiais	-	-	-	(402)	(3.232)	(75.753)	(79.387)

A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa para proteção de taxa de juros, para proteção de combustível aeronáutico e receita futura em dólar. O cronograma de realização do saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2023, referente aos hedges de fluxo de caixa, é como segue:

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Taxa de juros	(6.770)	(35.899)	(36.205)	(36.082)	(35.285)	(133.517)	(283.758)
Hedge de receita	(77.020)	-	-	-	-	-	(77.020)
Total	**(83.790)**	**(35.899)**	**(36.205)**	**(36.082)**	**(35.285)**	**(133.517)**	**(360.778)**

34.3. Riscos de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os principais preços de mercado com impacto sobre a Companhia são: preço de combustível, taxa de câmbio e taxa de juros. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada com o objetivo de estimar o impacto no lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido sobre a: posição de derivativos em aberto, exposição cambial e às taxas de juros em 31 de dezembro de 2023 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia. No cenário provável, na avaliação da Companhia, considerou-se a manutenção dos níveis de mercado, de forma que não há impactos sobre o lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido. A Companhia considerou para os instrumentos financeiros, a aderência à variável de risco: • deterioração de 10% (cenário adverso I); • deterioração de 25% (cenário adverso II). As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes a serem apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas. **34.3.1. Combustível:** O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. A Companhia pode utilizar diferentes instrumentos para proteger a exposição ao preço do combustível, a escolha depende de fatores como liquidez no mercado, valor de mercado dos componentes, níveis de volatilidade, disponibilidade e depósito de margem. Os principais instrumentos são futuros, *calls*, *calls spreads*, *collars* e *swaps*. A estratégia de Gerenciamento de Risco de Combustíveis da Companhia é baseada em modelos estatísticos. Através de modelo desenvolvido, a Companhia é capaz de (i) medir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, visando avaliar se a relação entre o preço do combustível de aviação e o preço do combustível internacional se comporta dentro do esperado; e (ii) definir adequadamente o índice de *hedge* a fim de determinar o volume adequado a ser contratado para proteger a quantidade de litros de combustíveis que será consumido em um determinado período. Os modelos da Companhia consideram os potenciais fatores de ineficácia que podem impactar nas estratégias de gestão de risco, tais como, alteração na precificação do querosene de aviação por parte dos fornecedores e o descasamento de prazo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*. A Companhia tem protegido por contratos de *hedge* aproximadamente 13% para o ano de 2024. Além disso, a Companhia está protegida por compromissos de compra de combustível a preço fixo, conforme descrito na nota explicativa 33.2. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade considerando oscilação dos preços do barril de combustível aeronáutico cotado em dólar americano, tomando como base o preço do barril em 31 de dezembro de 2023 cotado a US$71,65:

	Combustível	
	US$/bbl (WTI)	Impacto (em milhares de R$)
Queda nos preços/barril (-25%)	53,88	(3.467)
Queda nos preços/barril (-10%)	64,66	(2.846)
Aumento nos preços/barril (+10%)	79,02	6.530
Aumento nos preços/barril (+25%)	89,80	29.942

34.3.2. Taxa de juros: A estratégia de gerenciamento de risco de juros da Companhia combina taxas de juros fixas e flutuantes, e determina se será necessário ampliar ou reduzir as exposições às taxas de juros. A Companhia gerencia sua exposição através da apuração do *Basis Point Value* ("BPV") de cada contrato, e utiliza volumes que equivalem à quantidade de BPVs necessários para atingir os objetivos propostos na Gestão de Riscos para a contratação de derivativos. Através de modelos estatísticos, a Companhia comprova a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, considerando potenciais fatores de inefetividade, tais como o descasamento de prazo do Instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*. A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa de juros até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2023 e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir. Os valores demonstram os impactos no resultado de acordo com os cenários aplicados:

	Aplicações financeiras líquidas de dívidas financeiras (a)	
Risco	**Aumento da taxa CDI**	**Aumento da taxa SOFR**
Taxas referenciais	**11,65%**	**5,38%**
Valores expostos (cenário provável) (b)	**(612.539)**	**(216.799)**
Cenário favorável remoto (-25%)	24.052	2.916
Cenário favorável possível (-10%)	9.621	1.166
Cenário adverso possível (+10%)	(9.621)	(1.166)
Cenário adverso remoto (+25%)	(24.052)	(2.916)

(a) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI e SOFR. (b) Saldos contábeis patrimoniais registrados em 31 de dezembro de 2023. **34.3.3. Câmbio:** O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A Companhia possui essencialmente exposição de variação do dólar norte-americano.

A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	215.033	696	460.799	274.186
Contas a receber	-	-	129.977	215.113
Depósitos	-	-	1.982.399	2.068.593
Direitos com operações de derivativos	80	7.002	810	29.256
Total do ativo	**215.113**	**7.698**	**2.573.985**	**2.587.148**
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	(9.558.871)	(10.423.806)	(9.677.769)	(10.797.091)
Arrendamentos a pagar	-	-	(9.198.932)	(10.940.049)
Fornecedores	(23.776)	(24.569)	(327.464)	(461.134)
Provisão para devolução de aeronaves e motores	-	-	(2.388.709)	(2.601.195)
Obrigações com Operações de derivativos	(5.010.509)	-	(5.010.509)	-
Total do passivo	**(14.593.156)**	**(10.448.375)**	**(26.603.383)**	**(24.799.469)**
Total da exposição cambial passiva	**(14.378.043)**	**(10.440.677)**	**(24.029.398)**	**(22.212.321)**
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	(18.827.647)	(20.574.804)	(18.827.647)	(20.574.804)
Total	**(18.827.647)**	**(20.574.804)**	**(18.827.647)**	**(20.574.804)**
Total da exposição cambial (em R$)	**(33.205.690)**	**(31.015.481)**	**(42.857.045)**	**(42.787.125)**
Total da exposição cambial (em US$)	(6.858.838)	(5.944.282)	(8.852.384)	(8.200.380)
Taxa de câmbio (R$/US$)	**4,8413**	**5,2177**	**4,8413**	**5,2177**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R$4,8413/US$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em 31 de dezembro de 2023:

	Taxa de câmbio	Efeito no resultado Controladora	Efeito no resultado Consolidado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	**4,8413**	**14.378.043**	**24.029.398**
Desvalorização do dólar (-25%)	3,6310	3.594.511	6.007.350
Desvalorização do dólar (-10%)	4,3572	1.437.804	2.402.940
Valorização do dólar (+10%)	5,3254	(1.437.804)	(2.402.940)
Valorização do dólar (+25%)	6,0516	(3.594.511)	(6.007.350)

34.3.4. *Capped call*: A Companhia, por meio da Gol Equity Finance, no contexto da precificação do ESN emitidas em 26 de março, em 17 de abril e 17 de julho de 2019, realizou operações privadas de derivativos (*Capped call*) com parte dos subscritores das *Notes* com o objetivo de minimizar a potencial diluição das ações preferenciais e das ADSs da Companhia. **34.4. Riscos de crédito:** O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros classificados como caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são depositados em contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's (entre AAA e AA+), conforme estabelecido por políticas de gestão de risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a contrapartes com *rating* mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente. **34.5. Riscos de liquidez:** A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento. Os cronogramas de vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são como segue:

Controladora	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	71.389	687.021	8.129.389	671.072	9.558.871
Fornecedores	85.004	-	-	-	85.004
Obrigações com partes relacionadas	-	-	136.763	-	136.763
Obrigações com operações de derivativos	-	-	5.010.509	-	5.010.509
Outras obrigações	21.769	269.983	140.516	-	432.268
Em 31 de dezembro de 2023	**178.162**	**957.004**	**13.417.177**	**671.072**	**15.223.415**
Empréstimos e financiamentos	193.864	80.869	9.346.064	803.009	10.423.806
Fornecedores	41.520	-	-	-	41.520
Obrigações com partes relacionadas	-	-	145.434	-	145.434
Outras obrigações	188.272	149.340	251.761	-	589.373
Em 31 de dezembro de 2022	**423.656**	**230.209**	**9.743.259**	**803.009**	**11.200.133**

Consolidado	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	352.055	909.499	8.650.963	671.072	10.583.589
Arrendamentos a pagar	1.082.355	657.287	3.951.886	3.749.847	9.441.375
Fornecedores	2.000.079	-	93.162	-	2.093.241
Fornecedores - Risco sacado	39.877	-	-	-	39.877
Obrigações com operações de derivativos	-	8.929	5.010.509	-	5.019.438
Outras obrigações	26.840	269.983	206.314	-	503.137
Em 31 de dezembro de 2023	**3.501.206**	**1.845.698**	**17.912.834**	**4.420.919**	**27.680.657**
Empréstimos e financiamentos	723.756	402.873	10.055.253	803.009	11.984.891
Arrendamentos a pagar	1.210.715	737.543	4.886.666	4.372.035	11.206.959
Fornecedores	2.274.503	-	45.451	-	2.319.954
Fornecedores - Risco sacado	29.941	-	-	-	29.941
Obrigações com operações de derivativos	260	259	17	-	536
Outras obrigações	225.752	154.096	312.323	-	692.171
Em 31 de dezembro de 2022	**4.464.927**	**1.294.771**	**15.299.710**	**5.175.044**	**26.234.452**

34.6. Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros: Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo: • Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Controladora	Hierarquia de valor justo	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo
Aplicações financeiras	Nível 2	3.826	3.826	4.815	4.815
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	80	80	7.002	7.002
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	(9)	(9)	(17.753)	(17.753)
Obrigações com operações de derivativos	Nível 2	(5.010.509)	(5.010.509)	-	-

Consolidado	Hierarquia de valor justo	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo
Aplicações financeiras	Nível 2	458.537	458.537	423.418	423.418
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	810	810	29.256	29.256
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	(9)	(9)	(17.753)	(17.753)
Obrigações com operações de derivativos	Nível 2	(5.019.438)	(5.019.438)	(536)	(536)

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado não foi divulgado uma vez que o valor justo se aproxima do seu valor contábil com base nas condições estabelecidas, principalmente em função do curto prazo de vencimento destes ativos e passivos. Os valores justos para empréstimos e financiamentos, que diferem dos saldos contábeis, por sua vez, encontram-se divulgados na nota explicativa 16. **34.7. Gerenciamento de capital:** A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que considera parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo. A tabela a seguir demonstra a alavancagem financeira:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Total dos empréstimos e financiamentos	10.583.589	11.984.891
Total de arrendamentos a pagar	9.441.375	11.206.959
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(323.928)	(169.035)
(-) Aplicações financeiras	(458.537)	(423.418)
Dívida líquida	**19.242.499**	**22.599.397**

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

	Controladora 2023	Controladora 2022
Remuneração baseada em ações (investimentos / reservas de capital)	8.177	26.184
Resultado não realizado de derivativos (investimentos / ajuste de avaliação patrimonial)	252.576	305.488
Perdas atuariais de benefício pós-emprego de controlada (investimentos / ajuste de avaliação patrimonial)	-	17.516
Aumento de capital com emissão de ações para acionistas não controladores	-	-
Resultado na alienação de ações em tesouraria	-	21
Transferência de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	19.472	2.567
Resultado de valor justo em transação com controlador (empréstimos / reserva de capital)	844.542	-
Conversão SSN 2028 em ESSN 2028 (empréstimos/financiamentos)	6.407.576	-
Emissão *Senior Secured Amortizing Notes*	-	1.003.279

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Amortização de dívida com depósitos aplicados (depósitos / arrendamentos a pagar)	-	23.707
Direito de uso de equipamentos de voo (imobilizado / arrendamentos a pagar)	-	613.879
Direito de uso de ativos não aeronáuticos (imobilizado / arrendamentos a pagar)	252.654	181.392
Renegociação contratual de arrendamento financeiro (imobilizado / arrendamentos a pagar)	-	163.925
Baixa de contratos de arrendamentos (Arrendamentos a pagar/ outras receitas)	46.007	2.328
Retroarrendamento (Imobilizado / arrendamentos)	307.391	2.454.034
Provisão para devolução de aeronaves (imobilizado / provisões)	36.296	66.154
Perdas atuariais de benefício pós-emprego (provisões / ajuste de avaliação patrimonial)	34.503	17.516
Resultado não realizado de derivativos (direito com derivativos / ajuste de avaliação patrimonial)	-	305.488
Resultado na alienação de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	-	21
Transferência de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	19.472	2.567
Depósitos em garantia	235.383	38.931
Resultado de valor justo em transação com controlador (empréstimos / reserva de capital)	844.542	-
Conversão SSN 2028 em ESSN 2028 (empréstimos/financiamentos)	6.407.576	-
Imposto de renda diferido variação cambial em controladas	2.902	-
Emissão *Senior Secured Amortizing Notes*	-	1.003.279

36. PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 dos passivos das atividades de financiamento da Companhia estão demonstradas a seguir:

36.1. Controladora

2023

	Saldo inicial	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Ajuste ao lucro: Variações cambiais e monetárias e ganho de recompra	Ajuste ao lucro: Juros sobre empréstimos e amortização de custos e ágio	Ajuste ao lucro: Resultados não realizados de derivativos	Transações não caixa: Emissão de dívida para pagamento de partes relacionadas	Transações não caixa: Remuneração baseada em ações e ações em tesouraria	Transações não caixa: Transferência de ações em tesouraria	Valor justo de emissão, custos de transação	Saldo final
Empréstimos e financiamentos	10.423.806	1.724.426	(983.798)	(755.854)	1.679.597	(3.424.254)	50.406	-	-	844.542	9.558.871
Obrigações com partes relacionadas	145.434	3.090	-	(10.492)	(1.269)	-	-	-	-	-	136.763
Capital social	4.040.397	264	-	-	-	-	-	-	-	-	4.040.661
Ações a emitir	-	1.470	-	-	-	-	-	-	-	-	1.470
Ações em tesouraria	(38.910)	-	-	-	-	-	-	-	37.201	-	(1.709)
Reserva de capital	1.178.568	94.836	-	-	-	-	-	8.177	(37.201)	(844.542)	399.838

2022

	Saldo inicial	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Ajuste ao lucro: Variações cambiais, líquidas	Ajuste ao lucro: Provisão de juros e amortização de custos	Ajuste ao lucro: Resultados não realizados de derivativos	Senior Secured Amortizing Notes	Transações não caixa: Remuneração baseada em ações	Transações não caixa: Transferência de ações em tesouraria	Transações não caixa: Integralização com emissão de ações	Saldo final
Empréstimos e financiamentos	10.021.568	-	(665.580)	(655.148)	852.313	(132.626)	1.003.279	-	-	-	10.423.806
Obrigações com partes relacionadas	6.692	135.252	-	3.490	-	-	-	-	-	-	145.434
Capital social	4.039.112	694	-	-	-	-	-	-	-	591	4.040.397
Ações a emitir	3	588	-	-	-	-	-	-	-	(591)	-
Ações em tesouraria	(41.514)	16	-	-	-	-	-	-	2.588	-	(38.910)
Reserva de capital	208.711	946.261	-	-	-	-	-	26.184	(2.588)	-	1.178.568

36.2. Consolidado

2023

	Saldo Inicial	Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Transações não caixa: Compensações com depósitos e outros	Transações não caixa: Aquisição de imobilizados com novos contratos e alteração contratual	Transações não caixa: Transferência de ações em tesouraria	Transações não caixa: Remuneração baseada em ações	Ajustes ao lucro: Variações cambiais e monetárias e ganho de recompra	Ajustes ao lucro: Juros sobre empréstimos e amortização de custos de ágio	Ajustes ao lucro: Resultados não realizados de derivativos	Valor justo de emissão, custos de transação	Saldo final
Empréstimos e financiamentos	11.984.891	3.074.842	(1.185.966)	(105.294)	(15.643)	-	-	(780.826)	1.880.381	(3.424.254)	(844.542)	10.583.589
Arrendamentos a pagar	11.206.959	(2.355.457)	(94.429)	(282.244)	448.590	-	-	(708.145)	1.226.101	-	-	9.441.375
Capital social	4.040.397	264	-	-	-	-		-	-	-	-	4.040.661
Ações a emitir	-	1.470	-	-	-	-		-	-	-	-	1.470
Ações em tesouraria	(38.910)	-	-	-	-	37.201	-	-	-	-	-	(1.709)
Reserva de capital	1.178.568	94.836	-	-	-	(37.201)	8.177	-	-	-	(844.542)	399.838

2022

	Saldo Inicial	Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Transações não caixa: Aquisição de imobilizado por novos contratos e alteração contratual	Transações não caixa: Baixa de arrendamento ou Senior Secured Amortizing Notes	Transações não caixa: Transferência de ações em tesouraria	Transações não caixa: Integralização com emissão de ações	Ajustes ao lucro: Variações cambiais, líquidas	Ajustes ao lucro: Provisão de juros e amortização de custos	Ajustes ao lucro: Resultados não realizados de derivativos	Remuneração baseada em ações	Saldo final
Empréstimos e financiamentos	11.900.030	(263.764)	(912.651)	-	1.003.279	-	-	(701.966)	1.092.589	(132.626)		11.984.891
Arrendamentos a pagar	10.762.984	(2.357.341)	(58.357)	2.723.031	(459.480)	-	-	(720.497)	1.316.619	-		11.206.959
Capital social	4.039.112	694	-	-	-	-	591	-	-	-		4.040.397
Ações a emitir	3	588	-	-	-	-	(591)	-	-	-		-
Ações em tesouraria	(41.514)	16	-	-	-	2.588	-	-	-	-		(38.910)
Reservas de capital	208.711	946.261	-	-	-	(2.588)	-	-	-	-	26.184	1.178.568

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1. *Senior Secured Notes 2028:* Em 22 de janeiro de 2024, a Companhia emitiu para a Abra Senior Secured Notes, no montante de R$87.335, equivalente a US$17.647 mil. **37.2. *Chapter 11:*** Em 25 de janeiro de 2024, a Companhia e suas subsidiárias entraram voluntariamente com pedido de *Chapter 11* no Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York (Tribunal dos EUA), conforme mencionamos na seção de Estrutura de capital e reestruturação financeira acima. Em 26 de janeiro de 2024, a Nova York Stock Exchange ("NYSE") suspendeu a negociação das American Depositary Shares da Companhia ("ADSs") e solicitará à *Securities and Exchange Comission* o cancelamento da listagem dos ADSs, procedimento usual após a realização do protocolo sob o *Chapter 11*, de acordo com a Seção 802.01D do Manual de Empresas Listadas da NYSE (*NYSE Listed Company Manual*). A GOL iniciou o processo legal nos Estados Unidos com um compromisso de financiamento de US$950 milhões, na modalidade *Debtor in Possession* ("DIP") por membros do Grupo Ad Hoc de *Bondholders* da Abra e outros *Bondholders* da Abra, os quais foram aprovados pelo Tribunal dos EUA em 29 de janeiro de 2024. Nos dias 29 e 30 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu a primeira parcela do DIP no valor total de US$350 milhões e em 28 de fevereiro de 2024, o tribunal aprovou a segunda parcela de US$150 milhões, bem como o adicional de US$50 milhões financiados pelos detentores de títulos de 2026, elevando assim DIP total para US$1 bilhão. O financiamento DIP está sujeito a certos objetivos e acordos contratuais. O financiamento, juntamente com o caixa gerado pelas operações em curso, fornecerá liquidez substancial para apoiar as operações, que seguem normalmente, durante o processo de reestruturação financeira. Com o suporte do processo supervisionado pelo Tribunal e com a liquidez adicional do financiamento DIP, os voos de passageiros da GOL, os voos de carga da GOLLOG, o programa de fidelidade Smiles e outras operações da Companhia continuam operando normalmente.

Contadora

Debora Aversoni Branco Pedro - CRC SP 253347/O-4

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Em observância as disposições constantes da Resolução CVM nº80/2022, os diretores declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 27 de março de 2024.

Celso Ferrer - Diretor Presidente

Mario Tsuwei Liao - Diretor Vice-Presidente Financeiro e DRI

Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

Em observância as disposições constantes da Resolução CVM nº80/2022, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a opinião expressa pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., no relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 27 de março de 2024.

Celso Ferrer - Diretor Presidente

Mario Tsuwei Liao - Diretor Vice-Presidente Financeiro e DRI

Relatório do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, individuais e consolidados, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e acompanhado pelo relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças refletem adequadamente a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, reconhecendo que estão em condições de serem deliberadas pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 27 de março de 2024.

Renato Chiodaro - Presidente do Conselho Fiscal

Marcelo Moraes - Membro do Conselho Fiscal

Carla Andrea Furtado Coelho - Membro do Conselho Fiscal

Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE")

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") é um órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia"), sendo composto por três membros independentes que integram o Conselho de Administração, os quais são eleitos pelos conselheiros anualmente, sendo um desses membros qualificado como Especialista Financeiro. O CAE tem como principais funções, nos termos do seu regimento interno: supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios e demonstrações financeiras, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, políticas e procedimentos de controles internos e as atividades dos auditores internos. Adicionalmente, o CAE supervisiona os trabalhos dos auditores independentes, incluindo a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados, além de eventuais divergências de opiniões com a administração e aprova os honorários cobrados por esses. Fiscaliza a disposição dos auditores independentes sobre o seu registro e o exercício da atividade de auditoria no âmbito do mercado brasileiro de valores mobiliários (CVM), além de desempenhar a função de *Audit Committee*, atendendo ao disposto na Sarbanes Oxley Act, a qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). As transações com as partes relacionadas, as atividades relacionadas ao monitoramento de riscos e "*compliance*" e o funcionamento do canal de reclamações e denúncias instalado também são supervisionados pelo CAE. **As atividades desenvolvidas pelo CAE, por meio da realização de 8 reuniões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 compreendem:** • O coordenador do CAE estabeleceu as pautas e presidiu as reuniões do CAE; • Avaliou o plano anual de trabalho e discutiu os resultados das atividades desempenhadas pelos auditores independentes referentes ao exercício de 2023; • Supervisionou as atividades e o desempenho da auditoria interna da Companhia, analisando o plano anual de trabalho, discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas. Os assuntos levantados pela auditoria interna sobre melhorias no ambiente de controles internos são discutidos com os gestores/diretores responsáveis com o objetivo de serem implementadas melhorias contínuas. • Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, a fim de, entre outros, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas à integridade das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; • Supervisionou em conjunto com a Administração e a auditoria interna os contratos de naturezas diversas entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador, de outro lado, para verificar adequação às políticas e controles da Companhia com relação às operações com partes relacionadas; • Reuniu-se com os auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., para propósitos de cumprimento com as exigências da CVM e da U.S. Securities and Exchange Commission, tendo sido tratados, dentre outros, os seguintes temas: a contratação, o relacionamento e a comunicação entre o CAE e os auditores externos, escopo dos trabalhos dos auditores, bem como as conclusões apresentadas por meio da execução do plano de trabalho dos auditores independentes; e • Elaborou o relatório de atividades e o funcionamento do CAE durante o ano de 2023, seguindo as boas práticas de governança corporativa bem como a regulamentação aplicável. **Sistemas de Controles Internos:** Com base na agenda definida para o exercício de 2023, o CAE tratou dos principais temas relacionados aos controles internos da Companhia, avaliando as ações de mitigação de riscos e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o Comitê de Auditoria Estatutário teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, supervisionando os resultados já obtidos em 2023. Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia e de suas controladas é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância às normas internas e externas aplicáveis. **Gerenciamento de Riscos Corporativos:** Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, receberam informações da Administração sobre os riscos corporativos relevantes, inclusive os riscos de continuidade, fazendo as suas avaliações e recomendações para aumentar a eficácia dos processos de gestão de risco, diretamente nas reuniões do Conselho de Administração, contribuindo e ratificando as ações implementadas em 2023. **Conclusão:** O CAE julgou adequados os fatos que lhe foram submetidos por ocasião dos trabalhos executados e descritos no presente Relatório, recomendando, em seu parecer, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 27 de março de 2024

Germán Pasquale Quiroga Vilardo - Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Marcela de Paiva Bomfim Teixeira - Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Philipp Schiemer - Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo, individual e consolidado, de R$1.222 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante, individual e consolidado, em R$799 milhões e R$9.973 milhões, respectivamente. Adicionalmente, em 25 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou petições voluntárias de reorganização perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York* ("Tribunal de Falências dos Estados Unidos"), pautadas nas regras do código de falências dos Estados Unidos ("*Chapter 11*"). Conforme apresentado na Nota 1.2, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1.2, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. • *Receitas de transporte de passageiros:* Conforme mencionado na nota explicativa 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as receitas da Companhia decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros foram de R$17.254 milhões. Conforme divulgado na nota explicativa 4.18.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros são reconhecidas quando o serviço de transporte é prestado. O processo de reconhecimento da receita oriunda do transporte de passageiros é dependente de sistemas de tecnologia da informação e ocorre em grande volume. Esse processo também considera outros aspectos complexos que podem afetar o reconhecimento de receita, tais como o registro de bilhetes vendidos e não voados, créditos aos passageiros referentes às passagens não utilizadas, registro da obrigação de desempenho do programa de fidelidade, entre outros. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação da integridade da base de dados oriunda dos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receitas de transporte de passageiros; teste da reconciliação dos registros contábeis com os relatórios de receitas de transporte de passageiros voados e passivos relacionados a bilhetes vendidos e não voados; acompanhamento do embarque de passageiros e verificação do reconhecimento da respectiva receita para uma amostra de voos; teste de uma amostra de bilhetes transportados e a transportar por meio de inspeção física; e avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de registro de receitas decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para o reconhecimento de receitas decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros, consideramos que os critérios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.18.1 e 30, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. • Provisão para devolução de aeronaves e motores: Conforme mencionado na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, o saldo da provisão para devoluções de aeronaves e motores da Companhia referentes à contratos de arrendamentos era de R$2.389 milhões. Conforme descrito nas notas explicativas 4.16.1 e 24.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, determinados contratos de arrendamentos contém cláusulas de obrigações da Companhia para cumprimento de certas condições de devolução ao final dos respectivos contratos de arrendamento. A Companhia estima os custos de devolução das aeronaves e motores referentes aos contratos de arrendamentos levando em consideração a utilização efetiva das aeronaves e motores, eventos de manutenção durante o período contratual, entre outras variáveis. Os procedimentos de auditoria sobre a provisão para devoluções de aeronaves e motores envolveram julgamentos significativos de nossa parte devido à incerteza e complexidade existentes para estimar os valores que seriam devidos quando da devolução, que levam em consideração padrões de utilização dos equipamentos e respectivos custos para mensuração da provisão. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação da estimativa considerada pela Companhia para registrar a provisão para devoluções de aeronaves e motores através do teste de uma amostra de contratos de arrendamentos com cláusulas de condições de devolução; comparação dos planos da administração para utilização futura das aeronaves e motores com os respectivos padrões históricos de utilização; avaliação do processo de estimativa dos custos de manutenção de aeronaves e motores, conforme seus preços de mercado; e avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para devoluções de aeronaves e motores, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados para a determinação da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.16.1, 24 e 24.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

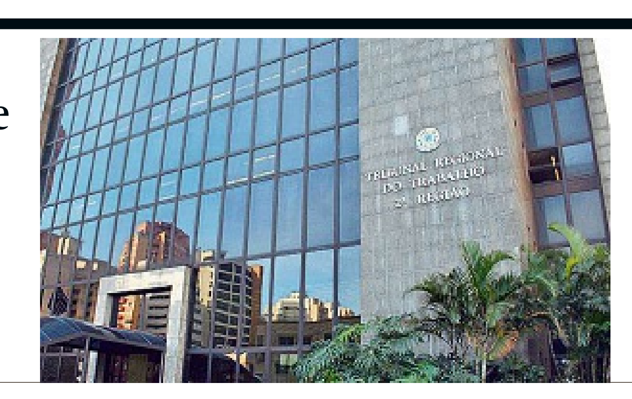
São Paulo, 27 de março de 2024.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Bruno Mattar Galvão
Contador
CRC SP-267770/O

TRT-SP
Furto por liberação de veículos sem ticket em estacionamento gera justa causa
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Desafios da proteção de informantes no setor privado
E2

Fio da Meada
Cristina de Pizano e os impostos
valor.globo.com/legislacao



Fiscal Fazenda Nacional irá analisar a situação e defende que está mantida previsão legal para a prática

Decisão do STF dificulta uso de precatórios para pagamento de dívida ativa da União

Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Contribuintes passaram a relatar dificuldades para usar precatórios em pagamentos de débitos inscritos na dívida ativa da União. O problema começou, segundo advogados tributaristas, após o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), em dezembro, que derrubou o limite anual para a quitação desses títulos. Ao **Valor**, a Fazenda Nacional informou que irá analisar a situação para uniformizar o procedimento e que está mantida previsão legal que permite o uso de precatórios em compensações tributárias.

No julgamento realizado no Plenário Virtual, os ministros do STF derrubaram alterações implementadas em 2021 no regime constitucional de precatórios (Emendas Constitucionais 113 e 114), entre elas a que impunha um teto para o pagamento dessas despesas entre 2022 e 2026 (ADI 7047 e 7064).

Caiu também, com o julgamento, a previsão de que seria autoaplicável para a União a possibilidade de o credor ofertar precatórios próprios ou de terceiros para o pagamento de débitos parcelados ou inscritos em dívida ativa — inclusive por meio de parcelamentos e transações tributárias, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A partir dessa exclusão, alguns contribuintes foram informados por unidades da PGFN que a portaria que tratava do uso de precatórios para pagar débitos inscritos em dívida ativa (Portaria PGFN nº 10.826/2022) não poderia mais ser aplicada por falta de lei específica. Sem o normativo, estaria suspensa a utilização de precatórios para pagamento da dívida ativa, inclusive por meio de transações tributárias.


GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Advogado Luiz Gustavo Bichara: "No caso da transação individual, há a lei e portaria específicas que regulamentam a matéria e deveriam ser observadas"

Para o advogado Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados, porém, embora o Supremo tenha delegado a regulamentação sobre a possibilidade do uso de precatórios para cada ente federado, no caso da transação individual há lei (nº 13.988, de 2020) e portaria específicas (Portaria PGFN nº 6.757, de 2022) que regulamentam a matéria. As portarias deveriam ser observadas, acrescenta o tributarista.

Questionada pelo **Valor**, a PGFN informou em nota que "dada a ampla produção normativa sobre o tema, a retirada do termo 'autoaplicabilidade para a União' no texto do artigo 100, parágrafo 11, da Constituição não impacta os fluxos de trabalho e as orientações atualmente aplicáveis à utilização de precatório para adimplemento da dívida ativa da União".

Dessa forma, de acordo com a procuradoria, suas unidades devem seguir admitindo o uso de precatórios em parcelamentos, transações ou para abatimento direto em inscrição na dívida ativa da União, nos casos em que estão presentes os requisitos normativos, conforme previsto na Portaria PGFN nº 10.826, de 2022.

O julgamento do Supremo também afetou a possibilidade do uso de precatórios para pagamentos em concessões. A partir do julgamento, a Advocacia-Geral da União (AGU) recomendou aos ministérios e agências que aguardassem por uma nova regulamentação antes de aceitarem propostas envolvendo esses títulos em concessões. Foi preparada uma sugestão de nova regulamentação que aguarda análise pela Fazenda, de acordo com o órgão.

Sobre uso de precatórios em concessões, a assessoria de comunicação da Fazenda disse ao **Valor**, por meio de nota, que para assegurar previsibilidade ao pagamento de precatórios da União, o governo federal tem, desde o ano passado, se debruçado em retomar a regularidade e corrigir distorções. De acordo com a nota, "como mais uma etapa deste processo, o Ministério da Fazenda analisa técnica e juridicamente o uso de precatório e reafirma a intenção de concluir um entendimento a ser apresentado em conjunto com a AGU, nos termos do Decreto nº 11.526, de 2023, que alterou o Decreto nº 11.249, de 2022".

> "A impressão é que a União acabou abrindo mão dessa possibilidade em concessões"
> *Marco A. Innocenti*

"A Emenda nº 113 [que trazia o teto de precatórios] ajudaria muito o governo no pagamento dos precatórios, reduzindo o volume pago", diz Pedro Corino, sócio do escritório Corino Advogados. Quando o texto foi derrubado pelo STF, acrescenta, o mercado de compra de precatórios voltou a ficar aquecido, deixando o deságio menor. "Muitas pessoas ainda têm conseguido usar precatórios, mas muito aquém do que se diminuísse a burocracia".

Segundo o advogado, antes do julgamento do STF, foi criada uma outra dificuldade pela PGFN: a exigência, em compensações tributárias, da apresentação da Certidão Líquida de Valor Disponível. Corino explica que, na etapa anterior, a determinação de expedição de precatório por decisão judicial não impede que exista recurso pendente na Justiça.

Para o advogado Marco Antonio Innocenti, do Innocenti Advogados, as compensações vem acontecendo, "talvez num ritmo não tão grande, por dificuldade operacional". O que não tem acontecido, acrescenta, é a utilização para compra de ativos, na participação em leilões de concessão. "Para isso falta portaria da AGU", afirma. "A impressão que dá é que o governo acabou abrindo mão dessa possibilidade de uso dos precatórios."

Associação global de advogados chega ao Brasil

Marcela Villar
De São Paulo

Com a reforma tributária aprovada e o Código Civil em atualização, um grupo de 20 advogados que atua em grandes corporações como Ifood, Uber, Microsoft, Petrobras, Braskem, Mondelez e Grupo Globo viu uma oportunidade para trazer uma das principais associações jurídicas globais para o Brasil. Será anunciado hoje o lançamento da unidade brasileira da Association of Corporate Counsel (ACC), entidade que representa mais de 46 mil advogados ao redor do mundo.

O objetivo é aproximar a comunidade jurídica das grandes empresas, oferecer capacitação e criar um fórum de debate que participe ativamente da transformação jurídica que vive o país hoje, propondo soluções para que o Direito seja sinônimo de melhoria do ambiente de negócios e fomento para a economia. Além de informar e embasar os associados sobre as constantes mudanças legislativas que ocorrem no Brasil.

A meta é também dar mais segurança jurídica para empresas e empresários. "Queremos fazer com que o jurídico seja visto como viabilizador de negócios, como uma ponte segura, que facilita e ajuda iniciativas a acontecerem da forma correta. E não como sinônimo de atraso, que nega direitos", afirma o advogado e presidente da ACC Brasil, Paulo Samico, gerente jurídico da Mondelez Brasil.


DIVULGAÇÃO

> "Queremos fazer com que o jurídico seja visto como viabilizador de negócios"
> *Paulo Samico*

Para trazer a entidade para cá, foram meses de negociação com a presidência da ACC, nos Estados Unidos. A associação fez uma pesquisa com 1.800 pessoas em que foram mapeados os principais interesses dos profissionais da área: desenvolvimento de carreira, inteligência artificial, gestão de risco, legal tech e inovação e gestão de contratos.

Só essa quantidade de respostas, afirma Rafael Soriano, gerente jurídico sênior do Grupo Globo, que faz parte do grupo de fundadores, já demonstra a carência e o entusiasmo da comunidade em ter um espaço para trocas e vivências profissionais. "Hoje não existe no Brasil uma associação com foco no advogado corporativo. Temos a OAB e algumas iniciativas esparsas, mas vimos a falta de um espaço e uma entidade que promova essa vivência", diz.

Segundo ele, o dia a dia da advocacia corporativa é diferente do da carreira pública e de escritório, com pouca troca de informações. "O advogado corporativo precisa entender do business, de orçamento, de contabilidade e do negócio em si para aplicar o direito da melhor forma, entendendo os riscos", completa.

Com a ACC Brasil, quem atua na área terá acesso a milhares de materiais sobre mudanças e tendências globais, com as ferramentas para se atualizar sobre assuntos variados. "No Brasil, tudo muda o tempo inteiro. O investidor e pessoas de fora se perguntam como conseguimos nos atualizar e interpretar a legislação nova de forma rápida. Às vezes só conseguimos entender quando ela chega no Judiciário, mas não é isso que queremos", afirma a advogada Michelle Kogúta, coordenadora jurídica do Ifood, também uma das fundadoras.

Com os conteúdos disponíveis na plataforma, Michelle acredita que novos investidores possam ser atraídos para o Brasil, por meio da capacitação dos profissionais corporativos. "Ele vai ter acesso a cursos e informações em primeira mão e discutir com um grupo a nível global."

Os fundadores que atuaram para trazer a comunidade para o Brasil buscaram recrutar advogados de diferentes setores e especialidades para compor a diretoria e teve como premissa a representatividade de gênero e racial. Dos 20, são oito mulheres e três pessoas negras. "O que nos diferencia é o poder de execução, de fazer acontecer", diz Samico.

A ACC, que tem mais de 30 anos de fundação, fará o primeiro evento no Brasil no dia 23 deste mês, de forma virtual. Outros dois encontros presenciais em São Paulo e Rio de Janeiro estão previstos para ocorrer ainda neste primeiro semestre, embora sem data definida. "Nesse primeiro ano, queremos construir uma comunidade para desenvolver um senso de pertencimento dos advogados corporativos", afirma Samico.

Para participar das atividades, são oferecidos três planos de assinatura, com adesão promocional até setembro. Os benefícios até essa data são descontos de até 67% e um período de uso grátis da plataforma por 90 dias. O preço promocional do primeiro ano de assinatura é de US$ 99. Depois, o valor será de US$ 299.

Destaque

Banco de horas

A 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a validade de uma norma coletiva que autorizava o desconto de banco de horas negativo ao final de cada período de 12 meses ou nas verbas rescisórias em casos de pedido de demissão ou dispensa por justa causa. De acordo com o colegiado, essa disposição normativa não trata de direito absolutamente indisponível assegurado pela Constituição Federal e tratados internacionais ou em normas de saúde e segurança no trabalho e, portanto, pode ser limitado por meio de negociação coletiva. No caso, os acordos coletivos de trabalho firmados entre 2012 e 2014 entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Londrina e Região e a PZL Indústria Eletrônica previam que o período de apuração dos créditos e dos débitos do banco de horas seria de 12 meses. Se houvesse débito, as horas seriam descontadas como faltas, e os créditos seriam pagos como horas extras. Caso o empregado fosse dispensado pela empresa, o saldo negativo seria abonado. Se pedisse demissão ou fosse demitido por justa causa, haveria desconto (RR-116-23.2015.5.09.0513).

MOBLY

MOBLY S.A.
CNPJ nº 31.553.627/0001-01
NIRE nº 35300561201

MBLY
B3 LISTED NM



DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS - 2023

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.200	53.675	152.632	236.323
Contas a receber	6	-	-	102.541	107.302
Estoques	7	-	-	64.890	87.484
Créditos diversos	8	150.189	70	36.803	22.157
Depósitos e bloqueios judiciais	9	3	3	448	1.090
Impostos a recuperar	10	5.379	318	97.414	90.540
Total do ativo circulante		**176.771**	**54.066**	**454.728**	**544.896**
Não circulante					
Investimentos	12	354.797	395.261	-	-
Impostos a recuperar	10	-	-	35.687	21.810
Depósitos e bloqueios judiciais	9	-	-	74.237	70.345
Créditos diversos	8	-	124.542	3.713	3.727
Total do realizável a longo prazo		**354.797**	**519.803**	**113.637**	**95.882**
Imobilizado	13	-	-	64.946	82.435
Direito de uso	21	-	-	122.798	143.471
Intangível	14	-	-	42.686	40.296
		-	-	**230.430**	**266.202**
Total do ativo não circulante		**354.797**	**519.803**	**344.067**	**362.084**
Total do ativo		**531.568**	**573.869**	**798.795**	**906.980**

Passivo	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	15	315	620	73.149	99.491
Risco sacado	15.1	-	-	15.122	15.265
Salários e encargos sociais	16	1.526	2.625	10.510	12.706
Impostos a recolher		1.000	960	6.903	6.188
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	36.042	12.623
Adiantamentos de clientes	18	-	-	15.572	14.422
Passivo de arrendamento	21	-	-	35.967	26.944
Provisão para contingências	19	-	-	696	1.216
Provisões	20	-	-	1.414	2.423
Total do passivo circulante		**2.841**	**4.205**	**195.375**	**191.278**
Não circulante					
Provisão para perdas em investimentos	12	57.700	15.615	-	-
Provisão para contingências	19	-	-	12.242	14.897
Impostos a recolher		-	-	62	580
Provisões	20	-	-	10.921	9.908
Passivo de arrendamento	21	-	-	109.168	136.268
Total do passivo não circulante		**57.700**	**15.615**	**132.393**	**161.653**
Patrimônio líquido					
Capital social	22	1.085.845	1.085.845	1.085.845	1.085.845
Reserva de capital		10.875	8.752	10.875	8.752
Prejuízos acumulados		(625.693)	(540.548)	(625.693)	(540.548)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		471.027	554.049	471.027	554.049
Total do patrimônio líquido		**471.027**	**554.049**	**471.027**	**554.049**
Total do passivo e patrimônio líquido		**531.568**	**573.869**	**798.795**	**906.980**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional líquida	23	-	-	541.944	637.059
Custo dos produtos vendidos		-	-	(306.765)	(382.871)
Lucro bruto		-	-	**235.179**	**254.188**
Despesas comerciais	24.a	(7)	-	(233.476)	(268.402)
Despesas gerais e administrativas	24.b	(10.325)	(12.192)	(88.503)	(83.493)
Perda de crédito esperada		-	-	(881)	(352)
Outras receitas operacionais	25.b	-	-	3.722	2.024
Outras despesas operacionais	25.a	(414)	-	(2.537)	(80)
(Despesas) receitas operacionais		**(10.746)**	**(12.192)**	**(321.675)**	**(350.303)**
Prejuízo antes do resultado financeiro		(10.746)	(12.192)	(86.496)	(96.115)
Despesas financeiras	26	(360)	(514)	(48.866)	(40.752)
Receitas financeiras	26	8.512	9.016	50.217	47.027
Resultado financeiro, líquido		**8.152**	**8.502**	**1.351**	**6.275**
Resultado de equivalência patrimonial	12	(82.551)	(86.148)	-	-
Prejuízo do exercício		**(85.145)**	**(89.838)**	**(85.145)**	**(89.838)**
Prejuízo atribuível a sócios controladores:		(85.145)	(89.838)	(85.145)	(89.838)
Prejuízo atribuível a sócios não controladores:		-	-	-	-
Prejuízo por ação - em R$ (nota explicativa 22)					
Básico				(0,79960)	(0,84363)
Diluído				(0,79960)	(0,84363)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Prejuízo do exercício	(85.145)	(89.838)	(85.145)	(89.838)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(85.145)**	**(89.838)**	**(85.145)**	**(89.838)**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**1.085.845**	**5.687**	**(450.710)**	**640.822**
Transações de pagamento baseado em ações (nota 11.1)	-	3.065	-	3.065
Prejuízo do exercício	-	-	(89.838)	(89.838)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.085.845**	**8.752**	**(540.548)**	**554.049**
Transações de pagamento baseado em ações (nota 11.1)	-	2.123	-	2.123
Prejuízo do exercício	-	-	(85.145)	(85.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.085.845**	**10.875**	**(625.693)**	**471.027**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		**(85.145)**	**(89.838)**	**(85.145)**	**(89.838)**
Ajustes para:					
Depreciação	13	-	-	21.972	20.951
Amortização	14	-	-	11.824	10.953
Baixa de Intangível	14	-	-	-	497
Depreciação - direito de uso	21	-	-	33.855	45.496
Juros passivos de arrendamento	21	-	-	13.417	10.300
Juros sobre antecipação de recebíveis	26	-	-	14.897	10.409
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	17	-	-	3.183	(240)
Receitas/despesas financeiras	26	(8.150)	(8.502)	(29.626)	(30.256)
Provisões para contingências	19	-	-	12.756	3.746
Provisões	20	-	-	04	334
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	12	82.551	86.148	-	-
Resultado da alienação de imobilizado e intangível	25b	-	-	(57)	(921)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	6	-	-	881	352
Provisão para realização dos estoques	7	-	-	1.371	3.313
Provisão para programa de incentivo a longo prazo	11.1	2.123	2.628	2.123	3.065
Variação nos ativos operacionais					
Contas a receber		-	-	16.971	65.142
Estoques		-	-	21.223	41.434
Depósitos e bloqueios judiciais	9	-	(3)	(3.250)	(27.734)
Créditos diversos e impostos a recuperar		(30.640)	(122.232)	(31.970)	(15.444)
Variação nos passivos operacionais					
Fornecedores e Outras contas a pagar		(305)	168	(32.660)	2.445
Salários e encargos sociais e impostos a recolher		(1.059)	514	(1.999)	(9.911)
Adiantamentos de clientes		-	-	1.150	305
Contas a pagar para partes relacionadas		-	-	(6)	(44)
Caixa (utilizados nas) gerados pelas atividades operacionais		**(40.625)**	**(131.117)**	**(29.086)**	**44.354**
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	17	-	-	(1.721)	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	21	-	-	(13.417)	(13.276)
Pagamento de juros de antecipação de recebíveis	26	-	-	(14.897)	(10.409)
Outros juros pagos	26	(360)	(514)	(7.601)	(7.534)
Pagamento de contingências	19	-	-	(15.931)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**(40.985)**	**(131.631)**	**(82.653)**	**13.135**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Juros de aplicações financeiras	26	8.510	9.014	30.318	22.688
Recursos provenientes da alienação de ativo imobilizado		-	-	90	1.850
Aquisição do ativo imobilizado	13	-	-	(4.517)	(29.004)
Aquisição do ativo intangível	14	-	-	(14.214)	(22.280)
Fluxo de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de investimento		**8.510**	**9.014**	**11.677**	**(26.746)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos	17	-	-	52.187	12.863
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	-	-	(30.230)	-
Pagamento de passivo de arrendamento	21	-	-	(34.672)	(34.461)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		-	-	**(12.715)**	**(21.598)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(32.475)**	**(122.617)**	**(83.691)**	**(35.209)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	53.675	176.292	236.323	271.532
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	21.200	53.675	152.632	236.323
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(32.475)**	**(122.617)**	**(83.691)**	**(35.209)**
Transações que não afetaram caixa					
Adições liquidas das reavaliações do ativo de direito de uso	21	-	-	16.595	20.404
Desreconhecimento do ativo de direito de uso	21	-	-	(3.413)	(2.315)
Creditos Diversos (subarrendamentos)	08	-	-	4.169	2.304

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas		-	-	**632.539**	**716.509**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		-	-	629.699	714.837
Outras receitas		-	-	3.721	2.024
Perdas de crédito esperadas	6	-	-	(881)	(352)
Insumos adquiridos de terceiros		**(2.385)**	**(1.943)**	**(464.073)**	**(561.181)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(306.765)	(382.871)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.385)	(1.943)	(157.308)	(178.310)
Valor adicionado bruto		**(2.385)**	**(1.943)**	**168.466**	**155.328**
Depreciação e amortização		-	-	(64.468)	(68.485)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**(2.385)**	**(1.943)**	**103.998**	**86.843**
Valor adicionado recebido em transferência		**(74.039)**	**(77.132)**	**44.355**	**42.592**
Resultado de equivalência patrimonial	12	(82.551)	(86.148)	-	-
Receitas financeiras		8.512	9.016	44.355	42.592
Valor adicionado total a distribuir		**(76.424)**	**(79.075)**	**148.353**	**129.435**
Distribuição do valor adicionado		**(76.424)**	**(79.075)**	**148.353**	**129.435**
Pessoal		**7.326**	**9.045**	**74.804**	**76.818**
Remuneração direta		7.327	7.763	52.217	54.084
Benefícios		(1)	1.282	19.669	18.636
F.G.T.S.		-	-	2.918	4.098
Impostos, taxas e contribuições		**1.394**	**1.626**	**94.863**	**89.034**
Federais		1.394	1.626	56.274	66.993
Estaduais		-	-	38.188	21.721
Municipais		-	-	401	320
Remuneração de capitais de terceiros		**1**	**92**	**63.831**	**53.421**
Juros		1	92	30.166	24.979
Aluguéis		-	-	19.946	17.604
Ajuste a Valor Presente		-	-	9.048	7.890
Outras		-	-	4.671	2.948
Remuneração de capitais próprios		**(85.145)**	**(89.838)**	**(85.145)**	**(89.838)**
Prejuízos no período		(85.145)	(89.838)	(85.145)	(89.838)
Participação dos não-controladores					

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mobly S.A. ("Mobly" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na Avenida das Nações Unidas, 16.737, Sala 3, Várzea de Baixo – São Paulo/SP e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). A controlada Mobly Comércio Varejista Ltda., que iniciou suas operações em novembro de 2011, está envolvida principalmente no setor varejista de móveis, artigos de decoração e utilidades domésticas, voltada para transações de venda via Internet diretamente com o consumidor (B2C) e indiretamente com o intermédio de empresas parceiras (B2B). A Mobly Hub Transportadora Ltda. ("Transportadora") tem como objeto social a exploração de atividades relacionadas à logística de móveis para terceiros. A Mobly Tech tem como objeto social o desenvolvimento de *software* e prestação de serviços de tecnologia da informação para terceiros. Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo atua com 19 lojas próprias e 5 centros de distribuição (19 lojas próprias e 4 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2022) sendo 4 localizados na região sudeste e 1 na região nordeste do País. O Grupo vende principalmente através do seu Website www.mobly.com.br, produtos subdivididos em sete categorias: Móveis, Infantil, Utilidades Domésticas, Jardim e Lazer, Reforma e Garagem, Eletro e Outros, e faz parte de suas atividades operacionais a intermediação de serviços, como a Assistência Técnica, Montagem, Garantia Estendida e Mobly Decora (detalhado na nota 14) através de parcerias. O Grupo é controlado pela Home24 Holding GmbH & Co.Kg. A controladora final é a XXXLutz Group. O Grupo reconheceu prejuízo líquido de R$ 81.476 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 89.838 em 31 de dezembro de 2022) e teve utilização de caixa líquido nas atividades operacionais de R$ 82.653 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 13.135 de caixa gerado em 31 de dezembro de 2022). O Grupo atua fortemente na redução de custos operacionais e não operacionais; na abertura de novas lojas (*megastores*); implantação de novos negócios e na expansão do novo modelo operacional. A administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo terá recursos suficientes para garantir a manutenção/estabilidade/sustentabilidade da operação em um futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Imobiliários ("CVM"). O Comitê de Auditoria recomendou a aprovação e o Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de março de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentados na nota explicativa 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo custo amortizado e valor justo. **2.3 Moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:*** De acordo com o CPC 02 (R2) / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. • Receitas, despesas e fluxos de caixa denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio oficial divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) nas datas de cada transação. • Ativos e passivos monetários são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio oficial divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) nas datas de apresentação. Todos esses valores estão atualizados a valores de mercado vigentes no fechamento das taxas de câmbio. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 13 - Teste de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros: evidências externas e internas de que os ativos podem estar com redução ao valor recuperável. • Nota explicativa 14 – Utilização de julgamento na definição das taxas de amortização dos ativos intangíveis. • Nota explicativa 19 – Provisão para contingências: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências, principais premissas sobre probabilidade e magnitude das saídas de recursos. • Nota explicativa 21 – Prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opção de prorrogação. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 7- Provisões de Estoque: Determinação do valor líquido realizável de estoque e provisão para retorno de mercadorias. • Nota explicativa 21 - Taxa de desconto aplicada no CPC 06(R2) / IFRS 16.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação contrária. Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis. **a. Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e das controladas nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda *(impairment)* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Abaixo estão listadas as controladas incluídas na consolidação

	Participação acionária - % 31/12/2023	Participação acionária - % 31/12/2022
Mobly Comércio Varejista Ltda.	100%	100%
Mobly Hub Transportadora Ltda.	100%	100%
Mobly Tech Ltda.	100%	-

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas não adotaram de maneira antecipada essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. **a. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7).** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota explicativa 15.1, o Grupo celebrou contratos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") para o qual as novas divulgações serão aplicadas. O Grupo está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. **b. Outras Normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21). • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Bancos	65	93	1.270	1.027
Aplicações financeiras	21.135	53.582	151.362	235.296
	21.200	**53.675**	**152.632**	**236.323**

O Grupo possui aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificados de Depósito Bancário ("CDB") à taxa ponderada de 102% dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") em 31 de dezembro de 2023 (102% em 31 de dezembro de 2022), podendo ser resgatados a qualquer momento com o próprio órgão emissor do instrumento financeiro sem perda da remuneração contratada. A exposição do Grupo aos riscos de mudança nas taxas de juros e a análise de sensibilidade referente aos ativos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 28.

6 Contas a receber

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Títulos a Receber – Adquirentes *(i)*	55.610	65.065
Títulos a Receber – Marketplace	33.165	32.048
Títulos a Receber – Cartão Mobly *(ii)*	8.080	1.867
Títulos a Receber – Boletos (Nota explicativa 28)	3.944	7.788
Títulos a Receber – Outros	2.346	5.475
Títulos a Receber – PIX	550	272
Perda de crédito esperada	(1.154)	(5.213)
	102.541	**107.302**

Os valores representam os recebíveis com a administradora de cartões de crédito e vendas com parceiros (Marketplace). Os valores são apresentados líquidos de taxas da administração e dos recursos antecipados pelos cartões. **(i)** O grupo antecipou os recebíveis de cartão de crédito através da operadora PayPal. O montante de recebíveis antecipado de adquirentes foi de R$156.169 no ano de 2023 (R$129.989 durante o ano de 2022). **(ii)** O Grupo passou a gerar recebíveis com o início da operação de cartões private label em parceria com a empresa administradora de meios de pagamento WayUp desde outubro de 2022.

A análise do vencimento dos títulos a receber de clientes é como segue:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Títulos a vencer	101.912	107.181
Vencidos até 30 dias	350	17
Vencidos acima de 30 e menos de 60 dias	237	2
Vencidos acima de 60 dias	1.197	5.315
Perda de crédito esperada	(1.154)	(5.213)
	102.541	**107.302**

A administração julga suficiente a provisão constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber de clientes do Grupo.

Provisões para perda de crédito esperada

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Saldo Inicial	(5.213)	(4.861)
Adições, líquidas de reversões	(881)	(352)
Baixas (i)	4.940	-
	(1.154)	**(5.213)**

(i) As baixas dizem respeito a títulos vencidos a mais de 360 dias, os quais o Grupo entende não haver possibilidade de recebimento seja devido à saúde financeira do cliente ou por outros fatores como tentativas exauridas de cobrança. As provisões foram baixadas de acordo com as baixas dos respectivos títulos vencidos.

7 Estoques

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Mercadoria para revenda	32.277	42.394
Matérias primas	17.897	29.422
Estoques faturados e não entregues	9.292	8.237
Estoques em trânsito	5.424	7.431
	64.890	**87.484**

Os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido, já deduzidos na composição acima, no montante de R$5.221 em 31 de dezembro de 2023 (R$13.676 em 31 de dezembro de 2022). Essa redução foi reconhecida como custo dos produtos vendidos.

Provisões para realização de estoques

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Saldo Inicial	(13.676)	(10.363)
Adições	(1.371)	(3.313)
Baixas	9.826	-
	(5.221)	**(13.676)**

8 Créditos diversos

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Partes relacionadas (nota explicativa 11)	149.794	124.542	-	-
Adiantamentos a fornecedores	207	70	16.763	9.448
Adiantamentos de importação	-	-	5.911	4.360
Depósito caução	-	-	2.172	2.172
Ressarcimento transportes	-	-	2.042	1.728
Adiantamentos p/ aquisição de imobilizados	-	-	1.538	1.555
Bens recebidos de terceiros em comodato	-	-	2.632	1.992
Outros créditos	188	-	2.985	2.325
Subarrendamentos (i)	-	-	6.473	2.304
	150.189	**124.612**	**40.516**	**25.884**
Circulante	150.189	70	36.803	22.157
Não circulante	-	124.542	3.713	3.727

(i) Saldo refere-se aos subarrendamentos de parte do centro de distribuição localizado em Extrema – MG com seu início em outubro de 2022 e da Loja Villa-Lobos localizada em São Paulo - SP em fevereiro de 2023 (nota explicativa 21).

9 Depósitos e bloqueios judiciais

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Depósitos tributários	73.038	69.355
Depósitos trabalhistas	763	581
Bloqueios judiciais	448	1.090
Outros depósitos judiciais	436	409
	74.685	**71.435**
Circulante	448	1.090
Não circulante	74.237	70.345

A movimentação dos depósitos é como segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2022	**43.701**
Adições (i)	23.312
Baixas	(1.790)
Atualização monetária	6.212
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**71.435**
Adições (i)	8.610
Baixas	(11.169)
Atualização monetária	5.809
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**74.685**

(i) A composição das adições de depósitos judiciais encontra-se, essencialmente, detalhada abaixo: (a) Pis e Cofins (base de cálculo Pis e Cofins): Em 23 de outubro de 2020 após o entendimento da 4ª turma do TRF3, o recurso de apelação da Fazenda sobre o mandado de Segurança nº. 5025689-42.2018.4.03.6100 foi julgado desfavorável ao Grupo e sentenciado em 04 de novembro de 2020. Em razão disso, o tema subiu para o STF como repercussão geral e será julgado em mais uma instância. Com base nesta última decisão, o Grupo optou por fazer o depósito em juízo do montante suspenso de R$ 31.496 (sendo R$ 5.005 referente a 2023, R$ 6.336 ao exercício de 2022 e R$ 20.155 a períodos anteriores) até o julgamento final do processo. Os valores estão atualizados pela taxa SELIC. O Grupo, amparado por seus assessores jurídicos, considerou esta ação como possível de êxito (nota explicativa 19.a). **(b)** Diferencial de alíquotas - DIFAL. O Grupo realizou depósitos pertinentes a DIFAL (diferencial de alíquota entre os estados). Em dezembro de 2020, o Grupo ingressou com ação nos Estados pleiteando o seu direito ao não recolhimento da DIFAL, pois esse tema no Brasil estava como repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF) e as chances de êxito vinham evoluindo a favor dos contribuintes. O Grupo, com o apoio de seus assessores jurídicos, avaliou que tal norma está em desacordo com alguns princípios ou hierarquias das leis brasileiras, e avaliou o ingresso de tal ação judicial como de êxito provável e como o Grupo já detém ação judicial em curso questionando a legalidade da cobrança, o efeito suspensivo é imediato a partir da data em que houve o ingresso da ação, com isso o Grupo optou por realizar os depósitos judiciais até que a ação seja julgada. O montante em 31 de dezembro de 2023 totaliza R$ 40.930. Com a instituição da Lei Complementar 190 de 2022, sancionada em 05 de janeiro de 2022, o Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos, avaliou parte dos estados como perda provável e, parte dos estados como perda possível para os depósitos realizados a partir de abril de 2022 (nota explicativa 19.a). Algumas sentenças de 2021 já foram julgadas favoráveis à Companhia e o valor acumulado de R$ 12.302 (do quais R$ 10.483 foi restituído em 2023 e R$ 1.819 em 2022) foi restituído em conta corrente. Algumas sentenças foram julgadas e a Companhia detém uma liminar deferida que garante a suspensão da exigibilidade do tributo em alguns Estados, não sendo necessário o depósito judicial para a competência de 2022. Os Estados nos quais tal liminar foram deferidas são: Espírito Santo, Pará e Sergipe. Após julgamento da liminar não houve depósitos judiciais para estes Estados, referentes a esse processo. Para 2023 a Companhia recolheu, integralmente, os valores devidos a título de diferencial de alíquotas.

10 Impostos a recuperar

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
ICMS a Recuperar	-	-	64.244	60.553
COFINS a Recuperar	-	-	46.499	41.667
PIS a Recuperar	-	-	10.052	8.772
Outros Créditos (i)	5.379	318	10.869	318
IPI a Recuperar	-	-	1.437	1.040
	5.379	**318**	**133.101**	**112.350**
Circulante	5.379	318	97.414	90.540
Não circulante	-	-	35.687	21.810

(i) Refere-se essencialmente ao saldo de IRRF sobre aplicações financeiras.

11 Partes relacionadas

Os saldos ativos e passivos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, relativos às operações com partes relacionadas estão detalhados a seguir:

Companhia	Controladora 31/12/2023 Ativo *(i)*	Controladora 31/12/2023 Passivo	Controladora 31/12/2022 Ativo *(i)*	Controladora 31/12/2022 Passivo	Consolidado 31/12/2023 Ativo	Consolidado 31/12/2023 Passivo *(ii)*	Consolidado 31/12/2022 Ativo	Consolidado 31/12/2022 Passivo *(ii)*
Conta-corrente:								
Mobly Comércio Varejista Ltda.	122.063	-	112.863	-	-	-	-	-
Mobly Hub Transportadora Ltda.	26.370	-	11.679	-	-	-	-	-
Mobly Tech Ltda	1.361	-	-	-	-	-	-	-
Club of Style	-	-	-	-	-	(35)	-	(41)
Total	**149.794**	-	**124.542**	-	-	**(35)**	-	**(41)**
Circulante	149.794	-	-	-	-	(35)	-	(41)
Não Circulante	-	-	124.542	-	-	-	-	-

(i) Os montantes referem-se a saldos transferidos para a Mobly Comércio Varejista Ltda., Mobly Hub Transportadora Ltda e Mobly Tech Ltda. por meio de contrato de conta corrente entre as partes, com vencimento previsto para 29 de maio de 2024. Não há incidência de juros (nota explicativa 8). **(ii)** As transações com a Club of Style (coligada- registrado em 'fornecedores e outras contas a pagar', conforme nota explicativa 15) referem-se a análise de qualidade para as aquisições de mercadorias importadas para revenda. Estas transações não representaram impactos materiais nos resultados consolidados do Grupo. **11.1 Remuneração dos administradores:** Até 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram registrados, a título de remuneração a diretores e administradores, os montantes relacionados abaixo:

Remuneração	Controladora 31/12/2023 Conselho de Administração	Controladora 31/12/2023 Diretoria Estatutária	Controladora 31/12/2022 Conselho de Administração	Controladora 31/12/2022 Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	1.437	6.696	1.440	7.401
Total	**1.437**	**6.696**	**1.440**	**7.401**

Remuneração	Consolidado 31/12/2023 Conselho de Administração	Consolidado 31/12/2023 Diretoria Estatutária	Consolidado 31/12/2022 Conselho de Administração	Consolidado 31/12/2022 Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	1.437	14.495	1.440	14.342
Total	**1.437**	**14.495**	**1.440**	**14.342**

Pagamento baseado em ações: *(i) Programa de opções de compra de ações (liquidável em ações):* **a. Descrição dos acordos de pagamento baseado em ações:** Em 1 de Abril de 2021 o Grupo estabeleceu um programa de opção de compra de ações que deu direito ao pessoal-chave da administração e à alta administração à compra de ações na Entidade. Em 1 de Abril de 2021, em 14 de junho de 2022 e em 12 de maio de 2023 foram realizadas outorgas destas opções ao pessoal-chave da administração e à alta administração. De acordo com o programa, as opções podem ser exercidas pelo preço de mercado das ações após seu vesting e o período de espera de 3 anos.

Data da outorga/beneficiários	Número de ações (em unidades)	Condições de aquisição de direito	Vida contratual da opção
Outorga de opções para pessoal - chave da Administração			
Em 1° de abril de 2021	325.388	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 14 de junho de 2022	785.500	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 12 de maio de 2023	748.000	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Outorga de opções para alta Administração			
	798.675	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 1° de abril de 2021			
Em 14 de junho de 2022	479.205	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 12 de maio de 2023	638.999	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Total de opções de ações	**3.775.767**		

b. Mensuração de valor justo: O modelo de *Black-Scholes* foi utilizado para a valoração do valor justo da opção e seu registro no resultado. Foram consideradas as premissas de volatilidade, taxa de juros livre de risco, prêmio estimado entre outros. Considerando que não há histórico extenso de negociação na bolsa de valores das ações da Companhia, foi utilizada a volatilidade com base no índice do Ibovespa e de ações de empresas com modelos de negócios similares, e com maiores históricos de negociação. As premissas, assim como as despesas reconhecidas no resultado estão apresentadas conforme quadro abaixo:

	Programa de opção de compra de ações: Pessoal-chave da Administração 2023	Alta administração 2023	Pessoal-chave da Administração 2022	Alta administração 2022
Valor justo na data de outorga	1,14	1,14	0,65	0,65
Preço de exercício	1,97	1,97	3,38	3,38
Volatilidade esperada (média ponderada)	71,08%	71,08%	56,00%	56,00%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	Entre 4 anos e 4 anos e 6 meses	Entre 4 anos e 4 anos e 6 meses	Entre 4 anos e 4 anos e 6 meses	Entre 4 anos e 4 anos e 6 meses
Dividendos esperados	-	-	-	-

c. Conciliação das opções de ações em circulação

As opções de ações em circulação estão resumidas abaixo:

	Número de opções de ações em circulação:	Média Ponderada do preço de exercício:
Opções de ações em circulação (em unidades):		
Existentes em 1º de janeiro de 2022	1.192.015	21
Perdidas durante o exercício	(102.248)	14.11
Outorgadas durante o exercício	1.342.205	3.38
Existentes em 31 de dezembro de 2022	2.431.972	11.57
Perdidas durante o exercício	(63.204)	4.52
Outorgadas durante o exercício	1.406.999	1.97
Existentes em 31 de dezembro de 2023	3.775.767	8.11

As opções de compra de ações podem ser exercidas em caso de desligamento do profissional da Companhia e após cumprido o período de *vesting*. Não houve opções de ações exercidas durante os exercícios de 2023 e de 2022. **d. Despesas reconhecidas no resultado:** As despesas provenientes de transações de pagamento baseado em ações foram reconhecidas no resultado como despesas gerais e administrativas (nota explicativa 24.b.) conforme montantes demonstrados no quadro abaixo:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Despesa proveniente de transações de pagamento com base em ações	2.123	2.628	2.123	3.065
	2.123	**2.628**	**2.123**	**3.065**

12 Investimentos e provisão para perdas em investimentos - Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas informações financeiras individuais, é como segue:

Posição em 31/12/2023

Controladas	Participação: Quotas / Ações	Participação: %	Ativo: Circulante	Ativo: Não Circulante	Passivo: Circulante	Passivo: Não Circulante	Reserva de capital	Capital Social	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Prejuízo líquido do exercício
Mobly Comércio Varejista Ltda.	346.951	100	421.245	371.020	315.997	121.471	2.614	906.952	354.797	533.742	(41.037)
Mobly Hub Transportadora Ltda.	1	100	6.096	473	53.675	-	712	476	(47.106)	7.361	(31.929)
Mobly Tech Ltda.	1	100	404	438	11.436	-	247	1	(10.594)	841	(10.842)

Movimentação	Saldo inicial	Transações de pagamento baseado em ações	Novas cotas	Equivalência Patrimonial	Saldo Final
Mobly Comércio Varejista Ltda.	395.261	573	-	(41.037)	354.797
Mobly Hub Transportadora Ltda.	(15.615)	438	-	(31.929)	(47.106)
Mobly Tech Ltda.	-	247	1	(10.842)	(10.594)
	379.646	**1.258**	**1**	**(83.808)**	**297.097**

Posição em 31/12/2022

Controladas	Participação: Quotas / Ações	Participação: %	Ativo: Circulante	Ativo: Não Circulante	Passivo: Circulante	Passivo: Não Circulante	Reserva de capital	Capital Social	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Prejuízo líquido do exercício
Mobly Comércio Varejista Ltda.	346.951	100	491.244	367.318	311.556	151.745	2.041	906.952	395.261	634.014	(75.798)
Mobly Hub Transportadora Ltda.	1	100	2.799	85	18.499	-	274	476	(15.615)	3.045	(10.350)

Movimentação	Saldo inicial	Transações de pagamento baseado em ações	Equivalência Patrimonial	Saldo Final
Mobly Comércio Varejista Ltda.	470.338	721	(75.798)	395.261
Mobly Hub Transportadora Ltda.	(4.983)	(282)	(10.350)	(15.615)
	465.355	**439**	**(86.148)**	**379.646**

INÊS 249

MOBLY S.A. - DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS - 2023

13 Imobilizado

Composição do imobilizado:

	Consolidado			
	Custo	Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Benfeitorias	69.040	(30.784)	38.256	47.247
Equipamentos de informática	16.555	(9.872)	6.683	9.259
Estruturas	20.041	(13.244)	6.797	10.730
Móveis e utensílios	8.812	(2.209)	6.603	7.364
Máquinas, equipamentos e ferramentas	4.599	(1.172)	3.427	3.506
Pallets	3.215	(2.716)	499	1.194
Veículos	4.399	(1.880)	2.519	2.954
Equipamentos de telefonia	475	(313)	162	181
	127.136	**(62.190)**	**64.946**	**82.435**

A movimentação do custo ao longo do ano foi de:

	Consolidado			
	01/01/2023	Adições	Baixas	31/12/2023
Benfeitorias	65.294	3.746	-	69.040
Equipamentos de informática	17.074	151	(670)	16.555
Estruturas	19.985	65	(9)	20.041
Móveis e utensílios	8.697	115	-	8.812
Máquinas, equipamentos e ferramentas	4.253	360	(14)	4.599
Pallets	3.181	34	-	3.215
Veículos	4.399	-	-	4.399
Equipamentos de telefonia	429	46	-	475
	123.312	**4.517**	**(693)**	**127.136**

	Consolidado			
	01/01/2022	Adições	Baixas	31/12/2022
Benfeitorias	43.349	22.456	(511)	65.294
Equipamentos de informática	14.613	2.489	(28)	17.074
Estruturas	21.547	16	(1.578)	19.985
Móveis e utensílios	7.199	1.876	(378)	8.697
Máquinas, equipamentos e ferramentas	3.350	1.810	(907)	4.253
Pallets	3.167	14	-	3.181
Veículos	4.522	-	(123)	4.399
Equipamentos de telefonia	378	51	-	429
	98.125	**28.712**	**(3.525)**	**123.312**

A movimentação da depreciação ao longo do ano foi de:

	Consolidado			
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Benfeitorias	(18.047)	(12.737)	-	(30.785)
Equipamentos de informática	(7.815)	(2.706)	649	(9.872)
Estruturas	(9.255)	(3.991)	3	(13.243)
Móveis e utensílios	(1.333)	(876)	-	(2.209)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(747)	(433)	8	(1.172)
Pallets	(1.987)	(729)	-	(2.716)
Veículos	(1.445)	(435)	-	(1.880)
Equipamentos de telefonia	(248)	(65)	-	(313)
	(40.877)	**(21.972)**	**660**	**(62.190)**

	Consolidado			
	01/01/2022	Adições	Baixas	31/12/2022
Benfeitorias	(6.982)	(11.524)	459	(18.047)
Equipamentos de informática	(5.216)	(2.627)	28	(7.815)
Estruturas	(5.739)	(4.145)	629	(9.255)
Móveis e utensílios	(680)	(829)	176	(1.333)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(1.008)	(438)	699	(747)
Pallets	(1.112)	(875)	-	(1.987)
Veículos	(1.603)	(447)	605	(1.445)
Equipamentos de telefonia	(182)	(66)	-	(248)
	(22.522)	**(20.951)**	**2.596**	**(40.877)**

O Grupo analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais indícios estejam presentes, o valor recuperável do ativo é estimado, e caso ele seja menor do que o valor contábil do ativo, é reconhecida redução de seu saldo contábil. O Grupo efetuou em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 testes de recuperação de seus ativos imobilizados e intangíveis. Quando é identificado que o valor residual de um ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida uma provisão para redução do saldo contábil deste ativo. A administração considera todo o ativo imobilizado e intangível como uma única unidade geradora de caixa (UGC), devido a operação de vendas e-commerce e em lojas físicas por utilizarem da mesma estrutura operacional. As premissas para projeções de fluxo de caixa futuro baseiam-se no plano de negócios do Grupo, aprovado pela Administração, bem como em informações comparáveis de mercado, como taxa de inflação esperada e taxa de crescimento da receita, e representam as melhores estimativas da Administração sobre as condições econômicas que existirão durante a vida útil desses ativos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa de custo de capital de 15.5% em 31 de dezembro de 2023(16,7% em 31 de dezembro de 2022). O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil nos períodos testados e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida

14 Intangível

Composição do Intangível

	Consolidado			
	Custo	Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Softwares - Gerados internamente em desenvolvimento	17.510	-	17.510	18.904
Softwares - Gerados Internamente	57.352	(38.859)	18.493	13.557
Decorado - Modelos para o site (i)	13.548	(12.185)	1.363	2.306
Marcas e Patentes	60	-	60	60
Softwares- Adquiridos de terceiros	11.097	(5.837)	5.260	5.469
	99.567	**(56.881)**	**42.686**	**40.296**

A movimentação do intangível ao longo do ano foi de:

	01/01/2023	Adições	Transferências	31/12/2023
Softwares - Gerados internamente em desenvolvimento	18.904	12.175	(13.569)	17.510
Softwares - Gerados internamente	43.783	-	13.569	57.352
Decorado - Modelos para o site (i)	13.001	547	-	13.548
Marcas e Patentes	60	-	-	60
Softwares - Adquiridos de terceiros	9.605	1.492	-	11.097
	85.353	**14.214**	**-**	**99.567**

	Consolidado				
	01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Softwares - Gerados internamente em desenvolvimento	12.438	17.913	(497)	(10.950)	18.904
Softwares - Gerados internamente	32.833	-	-	10.950	43.783
Decorado - Modelos para o site (i)	11.936	1.065	-	-	13.001
Marcas e Patentes	60	-	-	-	60
Softwares - Adquiridos de terceiros	6.303	3.302	-	-	9.605
	63.570	**22.280**	**(497)**	**-**	**85.353**

A movimentação da amortização ao longo do ano foi de:

	Consolidado		
	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Softwares - Gerados internamente	(30.225)	(8.634)	(38.859)
Decorado - Modelos para o site (i)	(10.696)	(1.489)	(12.185)
Softwares - Adquiridos de terceiros	(4.136)	(1.701)	(5.837)
	(45.057)	**(11.824)**	**(56.881)**

	Consolidado		
	01/01/2022	Adições	31/12/2022
Softwares - Gerados internamente	(22.388)	(7.837)	(30.225)
Decorado - Modelos para o site (i)	(8.849)	(1.847)	(10.696)
Softwares - Adquiridos de terceiros	(2.867)	(1.269)	(4.136)
	(34.104)	**(10.953)**	**(45.057)**

(i) Decorado são modelos 3D utilizados na aplicação de realidade aumentada em nosso aplicativo. Estes modelos são desenvolvidos por um parceiro especializado, elaborados em uma seleção de itens elencada pela Mobly produtos ou categorias, e são disponibilizados na plataforma da Mobly. Os modelos podem ser acessados por nossos clientes a fim de renderizar os produtos selecionados, que podem ser visualizados com a funcionalidade de realidade aumentada.

15 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	39.131	61.551
Fretes	-	-	7.342	11.387
Serviços de *Marketing*	-	-	11.915	10.114
Fornecedores de Serviços	315	620	14.761	16.439
	315	**620**	**73.149**	**99.491**

15.1 Risco Sacado	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Risco sacado *(i)*	15.122	15.265
	15.122	**15.265**

(i) O Grupo celebrou contratos de risco sacado durante o segundo semestre de 2022 e ao longo de 2023 com uma instituição bancária, por opção exclusiva de determinados fornecedores, sem alteração das condições de compra originalmente definidas (prazos de pagamentos e preços negociados).

16 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos sociais a pagar	182	625	1.697	3.913
Provisão para bônus	1.344	2.000	4.409	4.176
Provisão de férias e décimo terceiro	-	-	4.275	4.603
Outros	-	-	129	14
	1.526	**2.625**	**10.510**	**12.706**

17 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		
	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Financiamento- Emp. 4131 *(i)*	31/03/2024	17.154	12.623
Financiamento- Emp. 4131 *(i)*	30/06/2024	18.888	-
Total		**36.042**	**12.623**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	-
Captação	12.863
Variação Cambial	(240)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**12.623**
Captação	52.187
Pagamento Principal	(30.230)
Pagamento de Juros	(1.721)
Variação Cambial	2.029
Provisão de Juros	1.154
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**36.042**

(i) Nas operações de Empréstimos 4131 o prazo dos contratos é de 180 dias protegidos da variação cambial via contrato NDF com base em um dólar futuro fixado no início das operações (Na modalidade FINIMP com swap em 2022 o custo médio do acréscimo era de 7%). Das operações iniciadas em 2022, o montante de R$ 4.775 foi protegido da variação cambial via swap e o montante de R$ 21.978 protegido via NDF, ambos quitados ao longo de 2023.

18 Adiantamentos de clientes

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de clientes	4.758	5.317
Receita futura *(i)*	10.814	9.105
	15.572	**14.422**

(i) Refere-se aos pedidos que foram faturados e não entregues aos clientes, seu reconhecimento deve acontecer em uma data posterior aos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

19 Provisão para contingências: O Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. A composição da provisão são para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contingências cíveis (iii)	7.769	2.312
Contingências trabalhistas	1.500	693
Contingências fiscais *(ii)*	3.669	13.108
	12.938	**16.113**
Circulante (i)	696	1.216
Não circulante	12.242	14.897

(i) Os processos classificados como passivo circulante tratam-se, essencialmente, de processos judiciais movidos por consumidores, os quais possuem um prazo de execução médio inferior a 12 meses. **(ii)** Em março de 2018, o Grupo ingressou com uma ação judicial através do n.º 5009564-33.2017.4.03.6100 para pleitear a inconstitucionalidade da cobrança do IPI na revenda de mercadorias importadas. Considerando que o fato gerador do IPI é a industrialização, o Grupo, amparado por seus assessores jurídicos, optou por discutir a legalidade de tal tributo pelo fato de simplesmente importar as mercadorias e revender sem praticar nenhuma alteração no produto, não caracterizando assim o processo de industrialização previsto no artigo 2º do Decreto 7212/10. Em função da ação judicial, o Grupo passou a não tributar o IPI na revenda de mercadorias importadas. No entanto, em 15 de dezembro de 2020 o tema foi julgado parcialmente no STF (Supremo Tribunal Federal) a favor do Fisco. Com isso o Grupo reavaliou o tema junto aos seus assessores concluindo serem remotas as chances de êxito incorrendo na provisão para cobrir os riscos. Em julho de 2023 a decisão liminar que afastava a cobrança do IPI sobre revenda de importados foi revogada, pois a ação foi julgada de forma desfavorável ao Grupo que fez os recolhimentos dos últimos 5 anos, em que ingressou com a liminar, entre os dias 21 e 28 de julho. O montante recolhido foi de R$ 15.481 já com atualização monetária referente às competências de abril de 2018 a julho de 2023. A partir da decisão, o Grupo passou a tributar o IPI sobre a revenda de produtos importados. O montante do exercício de 2023 refere-se ao Diferencial de alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS destinados a operações ao consumidor final, em que o Grupo discute administrativamente e judicialmente e entende que as chances de perda para alguns Estados é provável e, portanto, foi constituída a provisão. O valor provisionado é de R$ 3.669 já atualizados pela taxa Selic. Os demais processos sobre esse tema estão descritos no item abaixo no tópico Contingências Possíveis. Além da provisão, o Grupo constituiu depósito judicial conforme descrito na NE 9. (iii) O aumento nesta rubrica refere-se ao aumento em provisões de casos TAC (Termo de Ajustamento de Conduta).

A movimentação das contingências prováveis é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	**12.367**
Adições, líquidas das reversões	1.853
Atualização monetária	1.893
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**16.113**
Adições, líquidas de reversões	10.817
Pagamentos	(15.931)
Atualização monetária	1.939
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**12.938**

a. Contingências possíveis: O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Existem processos avaliados pelo Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos como sendo de risco possível, relacionados a processos cíveis no montante de R$ 859 (R$ 1.429 em 31 de dezembro de 2022), trabalhistas no montante de R$ 4.331 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 7.216 em 31 de dezembro de 2022), e previdenciários possíveis no montante de R$ 12.327 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 6.887 em 31 de dezembro de 2022). O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do PIS e COFINS em suas próprias bases. Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, o Grupo requereu o direito de excluir os valores do PIS e COFINS das suas próprias bases de cálculo de contribuições. Esta ação, amparada por seus assessores jurídicos, foi considerada como possível de êxito sendo o seu montante na data base de 31 de dezembro de 2023 no valor de R$ 31.496 (R$23.926 em 31 de dezembro de 2022) (Nota explicativa 9). Os números mencionados estão atualizados pela taxa Selic. O grupo ingressou com novas ações judiciais em 2022 para suspender a exigibilidade da cobrança do DIFAL (diferencial de alíquotas) pelo fato de a Lei que o instituiu, a Lei Complementar 190 de 2022, ter sido sancionada apenas no dia 05 de janeiro de 2022. Com base na Constituição Federal em seu artigo 150, inciso III, alínea B, é inconstitucional a cobrança de quaisquer tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Dessa forma, a Companhia passou a depositar judicialmente os valores apurados a partir de abril de 2022 pelo fato dos Estados, responsáveis pela cobrança do tributo, respeitarem apenas o princípio nonagesimal, ou seja, passando a cobrar noventa dias após a publicação da Lei. Em 29 de novembro de 2023, o STF (Supremo Tribunal Federal) realizou o julgamento da matéria nas ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) 7066, 7070 e 7078 e, diante da não publicação do inteiro teor do acórdão, nem dos termos específicos da tese firmada pelo Tribunal e tampouco o julgamento do tema 1.266 de repercussão geral, além do descumprimento das Unidades Federativas quanto a necessidade de publicação de Lei Estadual de forma tempestiva, nossos assessores jurídicos classificam as chances de êxito como possíveis. O montante apurado em 31 de dezembro de 2023 representa R$ 18.500 (R$ 16.641 em 31 de dezembro de 2022) depositados judicialmente e R$ 774 (R$ 802 em 31 de dezembro de 2022) são o montante com exigibilidade suspensa, não sendo necessário efetuar os depósitos judiciais (Nota explicativa 9). Os números mencionados estão atualizados pela taxa Selic. Para 2023 o grupo voltou a recolher, integralmente, os valores devidos a título de diferencial de alíquotas, cessando, portanto, os depósitos judiciais. O Grupo apropria créditos de PIS e COFINS referente às despesas com Marketing, Marketplace e Data Center. Para apropriação de créditos dessa natureza, o Grupo foi amparado por seus assessores jurídicos que avaliaram as chances de êxito como "*possível tendente a provável".* O montante de créditos dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de dezembro de 2023 representa R$ 7.150 (R$ 5.943 em 31 de dezembro de 2022) para o PIS e R$ 32.936 (R$ 27.376 em 31 de dezembro de 2022) para o COFINS.

20 Provisões

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para restituições (i)	10.921	10.739
Provisão para devolução	1.414	1.592
	12.335	**12.331**
Circulante	1.414	2.423
Não circulante	10.921	9.908

(i) Refere-se a estimativa de custos a serem incorridos pelo Grupo na desmontagem, remoção e restituição dos imóveis arrendados, após o fim do prazo de locação destes ativos.

Movimentação das provisões	Consolidado		
	Restituições	Devoluções	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**10.376**	**1.621**	**11.997**
Adições. líquidas de reversões	363	(29)	334
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**10.739**	**1.592**	**12.331**
Adições. líquidas de reversões	182	(178)	4
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.921**	**1.414**	**12.335**

21 Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

a. Arrendamentos como arrendatário: O Grupo atua como arrendatário em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Desde o ano de 2019 o Grupo reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi a seguinte:

	Consolidado			
Direito de uso	**Imóveis**	**Equipamentos**	**Veículos**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**153.612**	**4.546**	**12.720**	**170.878**
Adições (i)	18.760	488	1.156	20.404
Desreconhecimento	(2.315)	-	-	(2.315)
Depreciação	(40.845)	(1.380)	(3.271)	(45.496)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**129.212**	**3.654**	**10.605**	**143.471**
Adições	14.684	275	9.937	24.896
Reavaliações (ii)	(1.859)	-	(6.442)	(8.301)
Desreconhecimento *(iii)*	(3.413)	-	-	(3.413)
Depreciação	(31.855)	(1.149)	(851)	(33.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**106.769**	**2.780**	**13.249**	**122.798**

Passivo de arrendamento	Consolidado			
	Imóveis	**Equipamentos**	**Veículos**	**Total**
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**162.127**	**5.148**	**12.970**	**180.245**
Adições (i)	18.760	488	1.156	20.404
Pagamento passivo de arrendamento	(30.111)	(1.300)	(3.050)	(34.461)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(12.295)	(356)	(625)	(13.276)
Apropriação de juros	9.325	350	625	10.300
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**147.806**	**4.330**	**11.076**	**163.212**
Adições (i)	14.684	275	9.937	24.896
Pagamento passivo de arrendamento	(29.607)	(1.230)	(3.835)	(34.672)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(12.494)	(233)	(690)	(13.417)
Apropriação de juros	12.494	233	690	13.417
Reavaliações	(1.859)	-	(6.442)	(8.301)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**131.024**	**3.375**	**10.736**	**145.135**
Circulante	-	-	-	35.967
Não Circulante	-	-	-	109.168

(i) O montante de adições em 2022 refere-se essencialmente a arrendamentos de novas lojas no montante de R$20.404. Em 2022 foram abertas novas lojas em Sorocaba - São Paulo, São José dos Campos - São Paulo, Marechal Tito e Bandeirantes. As adições de 2023 referem-se principalmente ao novo contrato de arrendamento de caminhões, utilizados para a entrega de produtos para os nossos clientes, e também à renovação do contrato da loja de Nações Unidas - São Paulo. **(ii)** Redução nos veículos sublocados após reavaliação de contrato, que resultou na redução de pagamentos futuros. **(iii)** Refere-se ao subarrendamento de parte do Centro de Distribuição localizado em Extrema - MG e de parte da loja de Villa Lobos. O Grupo chegou às suas taxas de desconto com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazo dos contratos	**Taxa % a.a.**
Até 5 anos	De 5,1% a 12,9%
De 6 a 7 anos	De 9,5% a 13,1%
Acima de 7 anos	De 7,3% a 12,1%

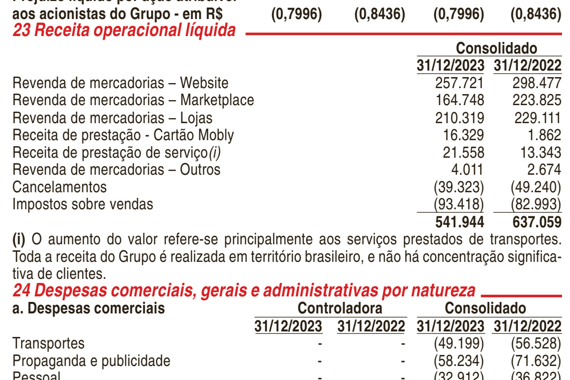
	2023		2022	
Fluxo de caixa	**Nominal**	**Ajustado a valor presente**	**Nominal**	**Ajustado a valor presente**
Contraprestações do arrendamento	175.453	145.135	199.356	163.212
PIS/COFINS potencial (9,25%) (i)	16.229	13.425	18.400	15.097

(i) Potenciais créditos de PIS e COFINS gerados pelas despesas com arrendamentos. Considerando as orientações de divulgação do Ofício Circular 02/20 da CVM, os fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão apresentados na nota explicativa 28 c. (v) - risco de liquidez. **b. Arrendamentos como arrendador - *(i) Arrendamento financeiro:*** O Grupo possui subarrendamentos sobre parte do direito de uso de edifícios, sendo um onde funciona uma de suas lojas físicas na capital paulista, e outro em um de seus Centros de Distribuição. O Grupo classificou estes arrendamentos como financeiros porque transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos (nota explicativa 8). O aumento dos valores de arrendamento como arrendador refere-se ao aumento da área sublocada de parte do Centro de Distribuição localizado em Extrema - MG, e de parte da loja de Villa Lobos.

Em milhares de reais	**2023**	**2022**
Menos de 1 ano	2.543	649
1 a 2 anos	1.896	605
2 a 3 anos	2.844	334
3 a 4 anos	1.343	-
Total	**8.626**	**1.588**

22 Patrimônio líquido - Composição societária

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:



	Quantidade de Ações (em unidades)	Participação %
Acionistas controladores	54.482.042	51,16
Administração	7.563.417	7,10
Ações em circulação	44.444.445	41,74
Total	**106.489.904**	**100,00**

Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 1.085.846, dividido em 106.489.904 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (106.489.904 ações em 31 de dezembro de 2022). **Prejuízo por ação :** O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Consolidado			
	Básico		Diluído	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(85.145)	(89.838)	(85.145)	(89.838)
Média ponderada de ações durante o exercício (em milhares)	106.490	106.490	106.490	106.490
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo - em R$	**(0,7996)**	**(0,8436)**	**(0,7996)**	**(0,8436)**

23 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Revenda de mercadorias – Website	257.721	298.477
Revenda de mercadorias – Marketplace	164.748	223.825
Revenda de mercadorias – Lojas	210.319	229.111
Receita de prestação - Cartão Mobly	16.329	1.862
Receita de prestação de serviço*(i)*	21.558	13.343
Revenda de mercadorias – Outros	4.011	2.674
Cancelamentos	(39.323)	(49.240)
Impostos sobre vendas	(93.418)	(82.993)
	541.944	**637.059**

(i) O aumento do valor refere-se principalmente aos serviços prestados de transportes. Toda a receita do Grupo é realizada em território brasileiro, e não há concentração significativa de clientes.

24 Despesas comerciais, gerais e administrativas por natureza

a. Despesas comerciais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transportes	-	-	(49.199)	(56.528)
Propaganda e publicidade	-	-	(58.234)	(71.632)
Pessoal	-	-	(32.912)	(36.822)
Meios de pagamento	-	-	(8.884)	(8.778)
Aluguel, condomínio e IPTU	-	-	(5.585)	(1.917)
Depreciação e amortização	-	-	(51.648)	(56.491)
Despesas judiciais	-	-	(1.962)	(3.113)
Segurança	-	-	(1.057)	(2.979)
Tecnologia da Informação e Telecomunicações	(7)	-	(2.608)	(2.936)
Locação de equipamentos	-	-	(1.653)	(7.102)
Energia, água e gás	-	-	(4.029)	(3.996)
Consultoria e assessoria	-	-	(1.284)	(2.326)
Chapas - carregamento e descarregamento	-	-	(4.493)	(4.800)
Outras despesas	-	-	(9.928)	(8.982)
	(7)	**-**	**(233.476)**	**(268.402)**

b. Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(8.361)	(10.248)	(48.205)	(50.812)
Depreciação e amortização	-	-	(12.821)	(11.993)
Tecnologia da Informação	(98)	(18)	(12.671)	(12.927)
Despesas judiciais	(295)	(504)	(11.361)	(3.933)
Serviços de auditoria/consultoria	(1.316)	(983)	(1.654)	(1.496)
Outras despesas	(255)	(439)	(1.791)	(2.332)
	(10.325)	**(12.192)**	**(88.503)**	**(83.493)**

25 Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

a. Outras Despesas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Cartão Mobly	-	-	(358)	-
Outras despesas operacionais	(414)	-	(2.179)	(80)
	(414)	**-**	**(2.537)**	**(80)**

b. Outras receitas	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas não operacionais	3.665	1.103
Ganho (perda) líquido na venda de ativo imobilizado	57	921
	3.722	**2.024**

26 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras				
Juros sobre antecipação de recebíveis	-	-	(14.897)	(10.409)
Ajuste a valor presente	-	-	(9.048)	(7.516)
Variações monetárias passivas	-	-	(3.399)	(1.226)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(12.933)	(13.575)
Juros sobre parcelamento de impostos	(1)	(92)	(2.264)	(1.349)
Atualizações monetárias	-	-	(976)	(492)
Descontos financeiros concedidos	-	-	(3.500)	(4.532)
Outras despesas financeiras	(359)	(422)	(1.849)	(1.653)
	(360)	**(514)**	**(48.866)**	**(40.752)**
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente	-	-	13.091	17.356
Variação monetária ativa	-	-	6.612	6.639
Juros de aplicações financeiras	8.510	9.014	30.318	22.688
Descontos financeiros obtidos	2	2	196	344
	8.512	**9.016**	**50.217**	**47.027**
Resultado financeiro, líquido	**8.152**	**8.502**	**1.351**	**6.275**

27 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo contábil do exercício	**(85.145)**	**(89.838)**	**(85.145)**	**(89.838)**
Imposto de renda e Contribuição Social - 34%	28.949	30.545	28.949	30.545
Diferenças permanentes	-	-	(3.651)	(1.753)
Resultado de equivalência patrimonial	(28.067)	(29.290)	-	-
Ativo fiscal diferido não reconhecido sobre prejuízo fiscal e sobre diferenças temporárias	**882**	**1.255**	**25.298**	**28.792**
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**
Alíquota de Imposto Efetiva	**0.00%**	**0.00%**	**0.00%**	**0.00%**

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía prejuízo fiscal acumulado no montante de R$ 484.424 (R$ 413.772 em 31 de dezembro de 2022) para compensação com lucros tributáveis futuros. Conforme legislação fiscal vigente, a referida compensação está limitada, anualmente, a 30% do lucro tributável, não havendo, entretanto, prazo de prescrição. O Grupo não constituiu ativos fiscais diferidos, pois não é provável que lucros tributáveis no curto prazo estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar esses benefícios.

28 Parecer do comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria da MOBLY S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o Relatório da Administração e o relatório emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes. Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Comitê de Auditoria, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 21 de março de 2024.

Maria Letícia de Freitas Costa
Coordenadora

José Écio Pereira da Costa Junior — Membro
Álvaro Taiar Junior — Membro

Diretoria

Victor Pereira Noda — Diretor Presidente

Marcelo Rodrigues Marques — **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

Cleberson dos Santos Alves — Contador CRC SP-349301/O-1

ÂNIMA HOLDING S.A.

ânima EDUCAÇÃO — ANIM3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 NIRE: 35300350430

Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

Data, hora e local: Realizada aos 30/11/2023, às 13:00 horas, por videoconferência. **Convocação:** A convocação foi dispensada. **Presenças**: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Daniel Faccini Castanho, Maurício Nogueira Escobar, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Marcelo Barbalho Cardoso, Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga e Ana Paula de Assis Bogus. **Mesa:** Daniel Faccini Castanho - Presidente. Heleno Carlos Fernandes - Secretário. **Deliberações:** Os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, deliberaram: (i) Consignar o recebimento da carta de renúncia, apresentada, pelo Sr. **Marcus Vinicius Cuiabano Peixoto** ao cargo de Diretor de Relação com Investidores; (ii) Tendo em vista a renúncia recebida, o Conselho de Administração, aprovou a eleição da Sra. **Marina Oehling Gelman**, RG nº 18.629.380-X, SSP/SP, CPF/MF nº 251.164.408-85, como nova **Diretora de Relação com Investidores**, com mandato unificado de 02 anos que se encerrará; (iii) Pela ratificação da eleição dos Diretores abaixo arrolados, para dar continuidade ao mandato unificado de 02 anos, para os cargos e funções abaixo: (a) Sr. **Marcelo Battistella Bueno**, RG nº 14.360.088-6, SSP/SP, CPF nº 171.266.448-41, para o cargo de **Diretor Presidente**; (b) Sr. **Átila Simões da Cunha**, RG nº 22.942.915-4/SSP-SP, CPF nº 178.893.298-65, para o cargo de **Diretor Financeiro**; (c) Sr. **Ricardo Cançado Gonçalves de Souza**, RG M -182. 125 SSP/MG, CPF/MF nº 250.347.826-34, para o cargo de **Diretor Executivo.** (d) Sra. **Marina Oehling Gelman**, RG nº 18.629.380-X, SSP/SP, CPF/MF nº 251.164.408-85, para o cargo de **Diretora de Novos Negócios**, acumulado com o de nova **Diretora de Relação com Investidores. Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30 de novembro de 2023. JUCESP sob o nº 100.875/24-5 em 08.03.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ÂNIMA HOLDING S.A.

ânima EDUCAÇÃO — ANIM3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 NIRE: 35300350430

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 06 de Fevereiro de 2024 às 10:00 Horas

Data, hora e local: Realizada dia 06/02/2024, às 10:00 horas, na sede social em São Paulo - SP, e por videoconferência. **Convocação:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados nos termos do artigo 5º do Regimento Interno. **Presenças**: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Daniel Faccini Castanho, Maurício Nogueira Escobar, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Marcelo Barbalho Cardoso, Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga, Ana Paula de Assis Bogus e Paula Maria Harraca. **Mesa:** Daniel Faccini Castanho - Presidente. Heleno Carlos Fernandes - Secretário. **Deliberações:** Os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, deliberaram: (i) Aprovar a indicação da Sra. **Paula Maria Harraca**, CPF nº 018.469.186-93, como nova coordenadora e membro do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, em substituição à Conselheira Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca, que solicitou desligamento do cargo de membro e da coordenação do mencionado Comitê. O prazo do mandato coincidirá com o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração. (ii) Ratificar a composição dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, todos com prazo de mandato que coincidirá com o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração:

COMITÊ DE AUDITORIA, GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS (CAR)

Coordenadora/membro:	Paula Maria Harraca
Membros especialistas:	Edgar Jabbour
	Roberta Anchieta da Silva

Encerramento: Nada mais. São Paulo, 06 de fevereiro de 2024. JUCESP nº103.370/24-9 em 13/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO



O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.570/2023, de 20 de setembro de 2023, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2024012000113 – Fornecimento de equipamentos odontológicos para Diversas Unidades. Abertura: 26/04/2024 às 10h30.

PE 2024012000114 – Fornecimento de equipamentos odontológicos para Diversas Unidades. Abertura: 30/04/2024 às 10h30.

PE 2024012000119 – Serviços de montagem de *layout* e ambientação, incluindo adequações civis, elétricas e hidráulicas, para a futura Unidade Franca. Abertura: 25/04/2024 às 10h30.

PE 2024012000123 – Licenciamento e serviços de implementação de *software* de solução informatizada para conferência de autenticidade e integridade de documentos por meio de assinatura eletrônica e digital na modalidade *SaaS*. Abertura: 02/05/2024 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.



CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 200 LOTES - DIA: 03/04/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 03/04/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 93Y4SRF84JJ194402 - 98861118XMK434921 - 9BHPB81BBNP022747 - 93YRBB008MJ437063 - 9BFZH54L3L8408344 - 9BD197132D3045049 - LJ12EKR22F4301523 - 9BD11812EE1285999 - 9BGRZ08909G100750 - 9BWAA05W39T083147 - 9BGAD69W08B259080 - 935FCKFV87B525929 - 9BWKB05Z684092042 - 8BCMFN6AK6G508145 - 93YLM2M3H7J845434 - 9BFZE12PX78789641 - 9BD15802774901018 - 9BWCA05X45P051053 - KMHTC61CBDU116281 - 9BD11056CD1552867 - 9C6RG3150L0027074 - 9C2KC2210NR040785 - 9C2KC2200MR036621 - 9C2JB0100PR123596 - 9C2ND1120JR050349 - WAUBYAF30L1049297 - 9BD376A37PYB01828 - 93YRBB001NJ807660 - 9BHBG51CAHP732097 - 9BWDA05U7CT136287 - 9BHCP51DBLP011470 - 9BWCB05W07T106323 - 93YBSR86KDJ403582 - 9C6DG3320M0031543 - 99Z0D7008KZM39875 - 9C2NC4310CR061993 - 96PEXHA12EFS01312 - 9C2KC1670BR510350 - 9BWDB45U1ET206499 - 8BCLCN6BYCG530988 - 93YBSR7RHCJ885599 - 9BG148LP0DC488916 - 9BD110586A1512761 - 9BWDB45U6JT148304 - 93HGE57407Z201000 - 9BD27803MC7413626 - 9BFZF55A1E8486580 - 9BD17102LE5925167 - 9BGRZ08907G229372 - 9BWAA05W29P038872 - 9BD11812181009000 - 9BFZH55L4F8257808 - 9BGCS80X0DB349695 - 9BD57814UGB060651 - 9BGRP48F0DG104961 - 9BD17106LC5793689 - 9BR53ZEC238512754 - 9BD341A5NHB419805 - 93Y5SRD04FJ708180 - 9BWDA05U39T249081 - 9BFZH54L8K8337690 - 9BD11818LD1259828 - 9BWAA05Z7A4062424 - 9BD195163C0214750 - 8A1BB8215GL386222 - 9BFZH55L6J8088500 - 9BFBSZGDA5B531720 - 9BWDB49N9CP018886 - 9BFZD55P3EB653745 - 8C3RV2850G1101400 - 93Y4SRFH4LJ886309 - 988611122GK084160 - 9C2KC2500PR048420 - 9C2KC2500PR061620 - 9C6RG5020R0081890 - 9C2KC2200PR602600 - 9C2KC2200PR035818 - 9C2KC2500PR013739 - 9BGCA80X0EB146300 - 8A1LZBW2TEL871954 - 9BR53ZEC488700117 - 9BWAA05WXEP046941 - 935FCKFVYAB515958 - 9BGRM69808G206774 - 9BWDA05U3BT064793 - 8BCLDRFJWAG537789 - 9BD15804AC6686077 - 9BWDB05U7BT016260 - 8AFTZZFHCCJ018644 - 935FCKFVYBB517565 - 9BD27802M97104628 - 9BWAA05Z194075861 - 9BGTR69C0AB239099 - 9BFZE55PXA8577445 - 9BWAA05W2CP004230 - 8AP17202LC2237216 - 935FCKFVY9B527676 - 9BGXF75004C163064 - 8A1BB8215FL677426 - 9BD17164G72805639 - 9BGRZ08909G218893 - 9BFZH55LXH8432257 - 9BHBG41CAEP120326 - 8A1CB8V05BL665775 - WDDGF4FW3AA410292 - 9BGRZ08908G143068 - 9C6RH0910G0002428 - 99Z0G2203JR862191 - 9BD358A4NLYJ76757 - 9BD19251R93079056 - 9BFZH55L2J8014507 - 8AWPB05ZX9A303187 - 9BFZH55L6K8244391 - 9BWCA05W26T143827 - 9BD13531SF2279877 - 93YBSR76HEJ840622 - 9BD15802AC6698920 - 9BFZB55HXF8994184 - 99ADJ78V9G4000394 - 9BFZK53A4CB389906REM - 9BGJB69X0CB256103 - 9BD17164G95310540 - 8AD3CN6B48G074711 - 9BWDG45U5LT020155 - 9BFZF55A298430119 - 9BGJC69X0CB249591 - 94DVCUD40DJ567367 - 9BWLB45U8AP079586REM - 9BWDB05U9DT181178 - 3GNFLME79AS544836 - 9BD17103242357803 - 9BFZH55LXJ8084692 - 9BD119707C1088092 - 9BD17202LA3511901 - 8AD2CKFW97G014948 - 9BGXL68607C155725 - 8A1BB8215FL758381 - 9BGSA1910AB132017 - 9362EN6A98B067553 - 9C2KC2200RR612735 - 8BCLCN6BYBG555617 - 8AFSZZFHCFJ337169 - 9BWAH5BZ2KP567641 - 9BD358A4NJYH13852 - 95PJN81BPDB038021 - 935SLYFY1GB500411 - 9BD195A4ZM0906487 - 9BWAA05W2DP038203 - 9BGRP69X0CG188814 - 9BWDA05U7AT127313 - 9BD195A4ZM0917408 - WBAPG5106BA849307 - 9BRBDWHEXG0294509 - WBAWX3108E0G08121 - 9BGKT69L0EG176451 - 9BD17241ZA3531976 - 94DTMND225J644473 - KMHDC51EBCU384347 - VF7UDRFJWAJ515214 - 93YLSR1RH8J963923 - 9BFZF54P798438304 - 9BGTR69W09B147602 - 9BD341A5XKY612283 - 9BWAA05W8CP082303 - 9BFZK53A3AB153874 - 93HGE6850DZ206679 - 8ADUWNFGYMG506161 - 9BWAA45Z0E4083015 - 9BRKC3F31P8222215 - 9BGXH68P0BC165086 - 9BFZH54L8M8092568 - 9BWAA05UXAT074321 - 988611116KK247045 - 9BWAA05U9DT286650 - 8AP359A1DLU078265 - 93HGM2520AZ126093 - 9BD17204LA3573887 - 8AFTZZFFCCJ022528 - 9BGKS69L0FG288048 - 9BFZH55L9F8282431REM - 8AGBN69S0JR114268 - 3N1BB7AD2KY295949REM - 9BHBH51DBDP044607REM - KNAPB811AB7112547REM - 91VG0932MNC200146 - 96PEXCP16RFS00048 - 9C6RG3160R0106367 - 9C2KF3400LR005631REM - 9BGRM69X0BG266862 - 9BHCN51AALP069216 - 94DFFUK13HB105489.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.



LATAM AIRLINES GROUP S.A.

CHAMADA PARA LICITAÇÃO
AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS
CONFORME PROCEDIMENTO DE PERMUTA DE SLOTS

Em cumprimento à decisão proferida pelo Tribunal de Defesa da Livre Concorrência do Chile ("TDLC") e o definido no documento "Procedimento de Permuta de Slots LATAM, de acordo com Resolução nº 37/2011 HTDLC" aprovado pelo Tribunal de Defesa da Livre Concorrência do Chile ("Procedimento"), LATAM Airlines Group S.A. ("LATAM") comunica o início dos procedimentos de licitação regulados no Procedimento e informa o que segue:

1. A data de encerramento de apresentação das propostas será às 12hs do dia 23 de abril de 2024.
2. O cartório que subscreve os instrumentos que estabelece o Procedimento é o cartório **Patricio Raby Benavente** de Santiago/Chile.
3. Segue o calendário de atividades publicado pelo Comitê de Facilitação de Vôos do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro, localizado na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, Brasil ("GRU"), para a seguinte temporada IATA:

COMITÊ DE FACILITAÇÃO DE VOOS
Calendário de Atividades

ATIVIDADES	Temporada de Inverno 2024 (W24)
Divulgação da Declaração de Capacidade	08/04/2024
Divulgação da Lista de Histórico (SHL)	15/04/2024
Limite para Validação do Histórico de Slots (AHD)	02/05/2024
Limite para Submissão Inicial (ISD)	09/05/2024
Divulgação da Alocação Inicial (SAL)	30/05/2024
Conferência Internacional de Slots (SC)	11/06/2024 a 13/06/2024
Limite para Devolução dos Slots (SRD)	15/07/2024
Conferência Nacional de Slots (SCB)	14/08/2024 a 16/08/2024
Divulgação da Base de Referência (BDR)	31/08/2024
Vigência da Temporada	27/10/2024 a 29/03/2025

Outrossim, a LATAM informa que poderá iniciar um Procedimento Especial de Intercâmbio ("PEI"), caso ocorra as seguintes condições: (i) a LATAM não tenha permutado até este momento quatro slots diários de decolagem e quatro slots diários de aterrissagem; e (ii) não haja outra Licitação em andamento, de acordo com as regras estabelecidas no Procedimento.
Para maiores informações, favor entrar em contato com LATAM:
Página web: www.latamairlinesgroup.net
E-mail: jose.valenzuelar@latam.com

INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 369ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21H0770067) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 369ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 2 de agosto de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **19 de abril de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 369ª Série da 1ª Emissão - IF 21H0770067), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio da procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 428ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21K0915478) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 428ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 24 de novembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **19 de abril de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 428ª Série da 1ª Emissão - IF 21K0915478), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio da procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 113ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 14I0138240) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 09 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 29 de setembro de 2014 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia **09 de abril de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A retenção, pela Emissora, do valor de até R$ 6.458,23 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) dos recursos integrantes do Patrimônio Separado ("Valor da Retenção"), a ser descontado da próxima parcela de amortização e Juros Remuneratórios ("PMT") a ser paga aos Titulares dos CRI em 15 de abril de 2024, conforme Fluxo de Amortização e Juros dos CRI constante do Anexo ao Termo de Securitização, para fazer frente às despesas a serem incorridas pelo Patrimônio Separado com a contratação de escritório de advocacia especializado em modalidade "*Built to Suit*" ("Escritório"), que deverá elaborar parecer jurídico para compor a defesa dos interesses dos Titulares dos CRI no âmbito do procedimento de arbitragem contratual nº 27160/RLS, movido pela Vibra Energia S.A. junto à Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato Atípico de Locação ("Procedimento Arbitral"), sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, o Valor da Retenção, não pago aos Titulares dos CRI a título de PMT, será incorporado ao saldo devedor dos CRI. As propostas de honorários recebidas pela Emissora e que fundamentam o Valor da Retenção constam no Anexo II à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com), no website da CVM e que constarão como anexo à ata da Assembleia. A escolha do Escritório será feita pela Emissora, em observância aos seus deveres regulatórios e fiduciários e de defesa dos interesses dos Titulares dos CRI, sendo certo que a informação acerca de tal escolha será divulgada pela Emissora por meio de Comunicado ao Mercado; **(ii)** A concessão de prazo adicional de 90 (noventa) dias a contar da aprovação em Assembleia, para envio, pela Devedora à Emissora e ao Agente Fiduciário, dos documentos constantes na lista, que constará como Anexo III à Proposta de Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que constará também como anexo à ata da Assembleia ("Documentos Pendentes"); **(iii)** Caso aprovada a matéria constante no item (ii) da Ordem do Dia, e caso a Devedora não envie os Documentos Pendentes no prazo concedido, a autorização para que a Emissora realize o registro dos Documentos Pendentes, com a consequente retenção dos recursos necessários para o registro, a ser descontado da PMT subsequente ao decurso do prazo indicado no item (ii) da Ordem do Dia; e **(iv)** A autorização para que a Emissora realize, sempre que necessário, a retenção dos recursos integrantes do Patrimônio Separado para fazer frente ao pagamento de custas, despesas e honorários a serem incorridos para a defesa dos interesses dos Titulares dos CRI no âmbito do Procedimento Arbitral, sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, os valores retidos e não pagos aos Titulares dos CRI a título de PMT, serão incorporados ao saldo devedor dos CRI, e as retenções serão previamente comunicadas, com 5 (cinco) dias de antecedência, aos Titulares dos CRI com cópia ao Agente Fiduciário, na forma da regulação vigente, mediante a realização de prestação de contas a ser elaborado pela Emissora, e divulgado em seu website (www.opeacapital.com) mensalmente. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 113ª Série da 1ª Emissão - IF 14I0138240), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação.

São Paulo, 01 de abril de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

SPE Navegantes Energia S.A.

CNPJ nº 10.401.234/0001-02 - NIRE 35.300.360.940

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Navegantes Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 15h10min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.258.278/0001-70 - NIRE 35.300.465.415 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.** ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede social da Companhia ("**AGOE**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária**: (i) aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; (ii) deliberar sobre a aprovação do orçamento de capital para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) aprovar a proposta de destinação dos lucros acumulados verificados em 31 de dezembro de 2023, incluindo a distribuição de dividendos; (iv) definir o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus suplentes. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: (i) fixar a remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) ratificar a remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii) aditar o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. **Informações Gerais:** Poderão participar da AGOE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual para Participação na AGOE, divulgado pela Companhia na presente data ("**Manual da AGOE**"). Os acionistas que optarem por participar presencialmente ou por procurador devidamente constituído deverão comparecer à AGOE munidos dos seguintes documentos: (a) documento de identidade ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; e (b) comprovante da sua respectiva participação acionária expedido pelo Escriturador (conforme abaixo definido); e, se for o caso, (b) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, solicita-se aos acionistas da Companhia o depósito dos documentos exigidos na sede da Companhia, ou por e-mail através do endereço <ri@ourofino.com.br>, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas a contar da hora marcada para a realização da AGOE. Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará também o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância (i) por meio de seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central; (ii) por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de escrituração das ações de emissão da Companhia, qual seja o Banco Bradesco S.A. ("**Escriturador**"), caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente à Companhia, conforme modelo a ser disponibilizado pela Companhia e observadas as orientações constantes do Manual da AGOE. Sem prejuízo do disposto acima, caso V.Sa. compareça à AGOE até o momento da abertura dos trabalhos de posse dos documentos necessários, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. Excepcionalmente para esta AGOE, a Companhia não exigirá: (i) o reconhecimento de firma nos instrumentos de mandato para os acionistas a participarem da AGOE; e (ii) o reconhecimento de firma dos boletins de voto a distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país, exclusivamente com relação aos boletins de voto a distância a serem encaminhados diretamente à Companhia. Recomendamos aos senhores acionistas que cheguem ao local da realização da AGOE com antecedência de 1 (uma) hora, para o devido cadastramento e ingresso na AGOE. Para um melhor entendimento da ordem do dia, bem como instruções relativas à participação na AGOE, os senhores acionistas são convidados a consultar o Manual da AGOE, disponível na sede social da Companhia, no seu *website* de Relações com Investidores (ri.ourofino.com), e nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br). A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, e da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo. A requisição do processo de voto múltiplo deve ser realizada por meio de notificação por escrito entregue à Companhia com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGOE. Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, e em cumprimento ao disposto no artigo 7º e seguintes da Resolução CVM 81, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no seu *website* de Relações com Investidores (ri.ourofino.com), e nos *websites* da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm), todos os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGOE ora convocada, incluindo o Manual da AGOE. Eventuais esclarecimentos poderão ser solicitados ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia por e-mail (ri@ourofino.com) ou telefone (+55 (16) 3518-2000). Cravinhos, 29 de março de 2024.

Jardel Massari

Presidente do Conselho de Administração

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 69ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 12J0037879) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 10 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 29 de outubro de 2012, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia **10 de abril de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A retenção, pela Emissora, do valor de até R$ 443.541,77 (quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta e sete centavos) dos recursos integrantes do Patrimônio Separado ("Valor da Retenção"), a ser descontado da próxima parcela de amortização e Juros Remuneratórios ("PMT") a ser paga aos Titulares dos CRI em 15 de abril de 2024, conforme Fluxo de Amortização e Juros dos CRI constante do Anexo II ao Termo de Securitização, para fazer frente às despesas a serem incorridas pelo Patrimônio Separado com a contratação de escritório de advocacia especializado em modalidade "*Built to Suit*" ("Escritório"), que deverá elaborar parecer jurídico para compor a defesa dos interesses dos Titulares dos CRI no âmbito do procedimento de arbitragem contratual nº 27160/RLS, movido pela Vibra Energia S.A. junto à Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato Atípico de Locação ("Procedimento Arbitral"), sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, o Valor da Retenção, não pago aos Titulares dos CRI a título de PMT, será incorporado ao saldo devedor dos CRI. As propostas de honorários recebidas pela Emissora e que fundamentam o Valor da Retenção constam no Anexo II à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com), no website da CVM e que constarão como anexo à ata da Assembleia. A escolha do Escritório será feita pela Emissora, em observância aos seus deveres regulatórios e fiduciários e de defesa dos interesses dos Titulares dos CRI, sendo certo que a informação acerca de tal escolha será divulgada pela Emissora por meio de Comunicado ao Mercado; **(ii)** A concessão de prazo adicional de 90 (noventa) dias a contar da aprovação em Assembleia, para envio, pela Devedora à Emissora e ao Agente Fiduciário, dos documentos constantes na lista, que constará como Anexo III à Proposta de Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que constará também como anexo à ata da Assembleia ("Documentos Pendentes"); **(iii)** Caso aprovada a matéria constante no item (ii) da Ordem do Dia, e caso a Devedora não envie os Documentos Pendentes no prazo concedido, a autorização para que a Emissora realize o registro dos Documentos Pendentes, com a consequente retenção dos recursos necessários para o registro, a ser descontado da PMT subsequente ao decurso do prazo indicado no item (ii) da Ordem do Dia; e **(iv)** A autorização para que a Emissora realize, sempre que necessário, a retenção dos recursos integrantes do Patrimônio Separado para fazer frente ao pagamento de custas, despesas e honorários a serem incorridos para a defesa dos interesses dos Titulares dos CRI no âmbito do Procedimento Arbitral, sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, os valores retidos e não pagos aos Titulares dos CRI a título de PMT, serão incorporados ao saldo devedor dos CRI, e as retenções serão previamente comunicadas, com 5 (cinco) dias de antecedência, aos Titulares dos CRI com cópia ao Agente Fiduciário, na forma da regulação vigente, mediante a realização de prestação de contas a ser elaborado pela Emissora, e divulgado em seu website (www.opeacapital.com) mensalmente. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 69ª Série da 1ª Emissão - IF 12J0037879), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direto de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação.

São Paulo, 01 de abril de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

7ª Vara Cível do Foro Regional II - Santo Amaro/SP.
Edital de Citação. Prazo: 20 dias úteis. Processo nº. 1086148-22.2022.8.26.0100. O MM. Dr. SERGIO LUDOVICO MARTINS, Juíz de Direito da 7ª Vara Cível - Foro Regional II - Santo Amaro/SP., na forma da lei. Faz saber a Exploar Demolições e Terraplenagem Ltda. CNPJ 33.375.038/0001- 06, que Ar Sethe Locação de Equipamentos Eireli ajuizou ação comum para cobrança de R$ 121.481,20 (ago/2020), referente aos Contratos de Locação de Equipamentos nº 48/21 e 58/21, de 21.06.2021. Estando a ré em lugar incerto, expede-se edital de citação, para em 15 dias, a fluir do prazo supra, contestar a ação, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei.

Cherobim Energética S.A.

CNPJ/MF nº 04.469.360/0001-98 - NIRE 35.300.502.949

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Cherobim Energética S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias") a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 16h30 de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024.

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8

Código CVM nº 02234-9

VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("**Companhia**"), vem pela presente convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 10h, de forma exclusivamente digital (não havendo possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e demais documentos aplicáveis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a proposta de orçamento de capital da Companhia; (iv) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (v) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (vi) a fixação do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia; (vii) a indicação, dentre os conselheiros da Companhia, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração. Para participação na Assembleia, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, a qual deverá ser recebida pela Companhia até **28.04.2024** ("**Cadastro"**). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, descritos na versão da íntegra deste Edital e na Proposta da Administração da Companhia para a Assembleia. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia para participação na Assembleia, a Companhia enviará *link* contendo o formulário de cadastramento e, uma vez que o Cadastro seja realizado, confirmado e validado pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail **ri@arezzoco.com.br**, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso ao sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma para participação da Assembleia por sistema eletrônico, não se responsabilizando a Companhia por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas no *site* da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (**http://www.b3.com.br**), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital está disponível nas páginas eletrônicas dos jornais "Hoje em Dia" e "Valor Econômico (São Paulo)" (**https://www.hojeemdia.com.br/publicidadelegal/editais** e **https://valor.globo.com/valor-ri/**, respectivamente), da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 (**http://www.b3.com.br**). Belo Horizonte, 28 de março de 2024. **Alessandro Giuseppe Carlucci -** Presidente do Conselho de Administração.

ânima EDUCAÇÃO — ANIM3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

ÂNIMA HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 - NIRE 35300350430

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs(as) Acionistas da Ânima Holding S.A para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), **a ser realizada de modo exclusivamente digital**, no dia 29 de abril de 2024, às 15 horas, a fim de: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Proposta da Administração. (2) Deliberar sobre o eventual orçamento de capital para o exercício de 2024, nos termos da Proposta da Administração. (3) Deliberar sobre a destinação de eventual lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e sobre a eventual distribuição de dividendos, nos termos da Proposta da Administração. (4) Fixar a remuneração global dos administradores da companhia a ser paga até a assembleia geral ordinária em que se deliberar acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024, nos termos da Proposta da Administração. (5) Definir o número de membros para o conselho de administração da Companhia, tendo em vista o pedido renúncia apresentado pela conselheira Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca. **Instruções Gerais: 1.** A assembleia será realizada de **modo exclusivamente digital** pelo sistema de videoconferência zoom, através de link e senha de acesso, a serem disponibilizados conforme itens 3 e 4 abaixo; **2.** Será admitida a participação de todos os acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que o nome de tal acionista esteja registrado no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações – Banco Bradesco S.A. **3.** Nos termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, bem como da Resolução CVM 81/2022, deverão ser observados os seguintes procedimentos: (a) A Companhia solicita aos acionistas o encaminhamento por e-mail de procurações, com firma reconhecida ou assinatura digital do outorgante, e documentos de representação em até 2 (dois) dias antes da data marcada para a realização da AGOE, em conformidade com o caput do Art. 8º do seu Estatuto Social, e do parágrafo terceiro do artigo 6ºda Resolução CVM 81/2022; e (b) Documentos a serem apresentados pelos acionistas: (i) pessoas físicas - documento de identificação, (ii) pessoas jurídicas - documento de identificação do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria) e (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - documento de identidade do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou gestor, conforme o caso), juntamente com a ata de eleição do representante legal. **4.** Admite-se a apresentação dos documentos de identificação mencionados no item 3 destas instruções por meio digital, através do e-mail ri@animaeducacao.com.br; **5.** Os acionistas que apresentarem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2024 receberão o link e a senha de acesso à sala de videoconferência virtual; **6.** Para fins de esclarecimento, acionistas que não apresentem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2024 não poderão participar da assembleia. **7.** O acionista que participar da assembleia poderá: **7.1.** Simplesmente participar da assembleia, sem votar, tenha ou não enviado boletim de voto a distância; ou **7.2.** Participar e votar na assembleia. Caso o acionista já tenha enviado o boletim de voto a distância, mas, ainda assim, queira votar durante a assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de boletim de voto a distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ. **8.** Em cumprimento a Resolução CVM 81/2022, informamos que a assembleia será gravada. **9.** Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na AGOE, conforme previsto no Art. 7º da Resolução CVM nº 81/2022, encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e no seu website (ri.animaeducacao.com.br), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).**10.** Observando o procedimento previsto na Resolução CVM nº 81/2022, "Capítulo III", os acionistas poderão exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia na página da CVM e, também, em sua própria página na rede mundial de computadores. **11.** Por fim, a assembleia realizada exclusivamente de modo digital será considerada como realizada na sede da companhia.

São Paulo (SP), 28 de março de 2024.

Daniel Faccini Castanho

Presidente do Conselho de Administração

INÊS 249



DM Instituição de Pagamento S.A. | CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

(a) A Companhia possui dois mútuos a receber de partes relacionadas em aberto, sendo com a: • Eldorado Administração e Participações Imobiliários Ltda. no valor original de R$350 a taxa anual de 4,28% com vencimento em 30 de novembro de 2026. • DMCore Holding Financeira no valor original de R$2.250 a taxa anual de 4,28% com vencimento em 30 de novembro de 2027.

8 Investimentos

Na controladora, a rubrica "Investimentos", no valor de R$ 83.081 (R$1.098 em 2022) corresponde à participação societária da Companhia na DM Securitizadora S.A. ("DM SEC") e na FortBrasil Instituição de Pagamento S.A. ("FortBrasil").

	DM Securitizadora	FortBrasil	31/12/2023
% de participação societária	99,00%	49,99%	–
Total do investimento	**99**	**82.982**	**83.081**

	DM Meios	DM Securitizadora	31/12/2022
% de participação societária	99,90%	99,00%	–
Total do investimento	**999**	**99**	**1.098**

A participação de 99,90% na DM Meios de Pagamento cessou em 23 de agosto de 2023, quando os acionistas da Companhia, decidiram pela retirada da Sociedade da DM Meios, cedendo e transferindo 99,9% do capital social para constituição da DM Cartões PL S.A. ("DM PL"). A equivalência patrimonial da DM Meios foi registrada na Companhia com base no lucro líquido apurado até 30 de setembro de 2023. Todas as investidas acima são contabilizadas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

	Controladora			
	DM Securitizadora	FortBrasil	DM Meios	31/12/2023
Resultado base equivalência patrimonial	197	(4.102)	8.640	–
% de participação societária	99,00%	49,99%	99,90%	–
Resultado da equivalência patrimonial	**196**	**(2.051)**	**8.631**	**6.776**

	Controladora		
	DM Securitizadora	DM Meios	31/12/2022
Resultado base equivalência patrimonial	2	14.380	–
% de participação societária	99,00%	99,90%	–
Resultado da equivalência patrimonial	**1**	**14.366**	**14.367**

	Consolidado		
	FortBrasil	DM Meios	31/12/2023
Resultado base equivalência patrimonial	(4.102)	8.640	–
% de participação societária	49,99%	99,90%	–
Resultado da equivalência patrimonial	**(2.051)**	**8.631**	**6.580**

8.1. Aquisição da FortBrasil: Em 06 de abril de 2023, a Companhia adquiriu 49,99% (quarenta e nove vírgula noventa e nove por cento) da participação societária da FortBrasil. A participação na FortBrasil faz parte da estratégia de ampliar a carteira de clientes de cartões na região Nordeste do país. As demais ações que representam 50,01% (cinquenta vírgula zero um por cento), vinculadas a uma opção de compra, que poderá ser exercida pela compradora após a aprovação do órgão regulador Banco Central do Brasil. A aquisição das participações societárias iniciais de 49,99%, foram realizados pelo preço total de R$100.000 (cem milhões de reais), sendo a primeira parcela do preço de aquisição das participações societárias iniciais no valor de R$ 70.000 (setenta milhões de reais), e segunda parcela do preço de aquisição das participações societárias iniciais no valor de R$ 30.000 (trinta milhões de reais), apresentada no grupo de outras contas a pagar, especificamente na conta de Contas a pagar por aquisição de empresas, que será retida pela para fins de assegurar o pagamento do ajuste de preço (se aplicável) em caso de perdas indenizáveis. O valor retido será corrigido por 100% (cem por cento) do CDI entre a Data do 1º Fechamento e a data de sua respectiva liberação. Resultante da elaboração do relatório de "Purchase Price Allocation" ("PPA"), emitido em 22 de dezembro de 2023, em conformidade com os requisitos do CPC 15 – Combinação de negócios, o valor do investimento registrado contabilmente em 31 de dezembro é de:

	31/05/2023	% de aquisição	31/12/2023
Ativos	429.948	49,99%	214.931
Caixa e equivalentes de caixa	51.327		
Capital de giro	336.152		
Ativos intangíveis	17.045		
Ativos fixos	826		
Investimentos	20		
Outros ativos	24.578		
Passivos	*(395.638)*	*49,99%*	*(197.779)*
Partes relacionadas	(347.156)		
Empréstimos e financiamentos	(8.309)		
Debêntures	(40.173)		
Valor contábil dos ativos líquidos	**34.310**	**49,99%**	**17.152**
Marca	92.879		
Licença Banco Central	13.353		
Carteira de clientes	5.639		
Valor justo dos ativos intangíveis	**111.871**	**49,99%**	**55.924**
Valor justo da opção de compra	**–**	**49,99%**	**12.856**
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo		**–**	**85.932**
Ágio na aquisição	**–**	**49,99%**	**14.068**
Total da contraprestação	**–**		**100.000**
Equivalência patrimonial negativa			(2.051)
Outros instrumentos financeiros (a)			(12.856)
Amortização ágio			(2.111)
Total do investimento			**82.982**

(a) Pela aquisição de 49,99% da participação societária da FortBrasil IP, a Companhia possui preferência na aquisição da participação societária remanescente de 50,01%, desta forma, o relatório de PPA considerou o valor justo pela opção de compra da participação societária remanescente da FortBrasil IP, classificado como "Outros instrumentos financeiros" no realizável a longo prazo.

9 Intangível

A rubrica "Intangível", registrada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, representam os valores de R$36.664 (R$13.705 em 2022).

2023	Período de amortização (meses)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Carteira de clientes	18 a 120	40.641	(8.761)	31.880
Software	60	1.014	(1.005)	9
Software em desenvolvimento		4.775	–	4.775
Total		**46.430**	**(9.766)**	**36.664**

2022	Período de amortização (meses)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Carteira de clientes	18 a 120	12.397	(3.482)	8.915
Software	60	1.014	(999)	15
Software em desenvolvimento		4.775	–	4.775
Total		**18.186**	**(4.481)**	**13.705**

	2022	Aquisições	Baixas	Amortização	2023
Carteira de clientes	8.915	28.244	–	(5.279)	31.880
Software	15	–	–	(6)	9
Software em desenvolvimento	4.775	–	–	–	4.775
Total	**13.705**	**28.244**	**–**	**(5.285)**	**36.664**

	2021	Aquisições	Baixas	Amortização	2022
Carteira de clientes	466	9.773	–	(1.324)	8.915
Software	350	–	(1)	(334)	15
Software em desenvolvimento	3.228	2.149	(602)	–	4.775
Total	**4.044**	**11.922**	**(603)**	**(1.658)**	**13.705**

10 Contas a pagar lojistas

A rubrica "Contas a pagar lojistas", registrada conforme demonstrado abaixo, é composta pelos valores a repassar aos lojistas e a Mastercard à meios de pagamento do grupo, DM Meios, referente às compras dos clientes em loja credenciadas e com operações de private label e pelo cartão bandeira Mastercard.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a pagar lojistas	773.590	587.228	773.590	587.380
	773.590	**587.228**	**773.590**	**587.380**

11 Empréstimos e financiamentos

A rubrica "Empréstimos e financiamentos", registrada conforme valores abaixo, é composta por captações junto a instituições financeiras e partes relacionadas, e estão pulverizadas em produtos como Cédula de Crédito Bancário, Conta Garantida, Operação de Risco Sacado e empréstimos com partes não relacionadas.

Tipo de Operação	Taxa média de juros	Controladora/ Consolidado 2023	2022
Cédula de crédito bancário	CDI + 4,91% a.a. a 132% CDI	35.255	45.256
Conta Garantida	CDI + 0,40% a 1,5850% a.m.	7.750	54.491
Risco Sacado	1,1036% a.m.	–	607
Partes não relacionadas	4,5% a CDI + 5%	14.340	25.130
		57.345	**125.484**
	Circulante	37.345	115.857
	Não Circulante	20.000	9.627
		57.345	**125.484**

O montante amortizado de juros referente ao exercício de 2023 foi de R$4.954 e referente ao exercício de 2022 foi de R$2.598.

Controladora/Consolidado	
Saldo 2021	**70.515**
Captações	140.815
Amortização e Outras Despesas	7.035
Pagamento do Principal	(92.881)
Total de Pagamentos	***(85.846)***
Saldo 2022	**125.484**
Saldo 2022	**125.484**
Captações	30.000
Amortização e Outras Despesas	9.908
Pagamento do Principal	(108.047)
Total de Pagamentos	***(98.139)***
Saldo 2023	**57.345**

As parcelas têm a seguinte composição por vencimento:

Ano de Vencimento	Controladora/Consolidado
2024	37.345
2025	12.000
2026	8.000
	57.345

Não há cláusulas de covenants atreladas as operações acima.

12 Tributos e contribuições sociais

A rubrica "Tributos e contribuições sociais", registrada conforme valores abaixo, é composta por impostos federais a pagar, ISS e IOF a pagar, impostos retidos a pagar e IRPJ e CSLL a pagar.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ a pagar	1.781	198	1.782	721
CSLL a pagar	2.163	91	2.165	282
PIS a pagar	180	269	180	280
COFINS a pagar	1.327	1.628	1.328	1.679
ISS a pagar	1.918	2.244	1.918	2.328
IOF a pagar	756	1.753	756	1.753
Impostos retidos a pagar	800	715	801	715
	8.925	**6.898**	**8.930**	**7.758**

13 Tributos e impostos parcelados

No exercício de 2022 a Companhia aderiu a modalidade de parcelamento simplificado de tributos federais embasado na Lei 10.522/2022 e Instrução Normativa da RFB nº 2.063/2022, parcelados em 60 meses, conforme demonstrado abaixo.

Parcelamento	Data Consolidação	Principal	Multa e Juros Adesão	Valor Consolidado
02110001200465121692202	29/09/2022	2.286	457	2.743
02110001200534621342220	31/10/2022	2.337	468	2.805
02110001200625441602216	07/12/2022	2.337	490	2.827
02110001200852250632388	20/09/2023	2.949	620	3.569
02110001200915048582392	10/10/2023	1.398	294	1.692
02110001200984562932316	06/11/2023	5.891	1.237	7.128
02110001201099878732388	11/12/2023	3.232	678	3.910
		20.430	**4.244**	**24.674**

Os pagamentos foram realizados em dia, apresentando um saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 de:

Parcelamento	Valor Consolidado	Juros Competência	Pagamentos	31/12/2023
02110001200465121692202	2.743	389	(789)	2.343
02110001200534621342220	2.805	376	(753)	2.428
02110001200625441602216	2.827	333	(651)	2.509
02110001200852250632388	3.569	130	(241)	3.458
02110001200915048582392	1.692	46	(85)	1.652
02110001200984562932316	7.128	131	(239)	7.021
02110001201099878732388	3.910	39	(65)	3.884
	24.674	**1.444**	**(2.823)**	**23.295**
			Circulante	4.935
			Não circulante	18.360
				23.295

Parcelamento	Valor Consolidado	Juros Competência	Pagamentos	31/12/2022
02110001200465121692202	2.743	109	(185)	2.667
02110001200534621342220	2.805	85	(142)	2.748
02110001200625441602216	2.827	28	(47)	2.808
	8.375	**222**	**(374)**	**8.223**
			Circulante	1.675
			Não circulante	6.548
				8.223

14 Debêntures

A rubrica "Debêntures", registrada conforme valores abaixo, é composta pela injeção de fluxo de caixa captados por meio de operações de debêntures.

	Taxa média de juros e comissões – % ao ano	Controladora/ Consolidado 2023	2022
3ª Debênture	100% do DI + 6,00%	33.411	28.156
7ª Debênture	100% do DI + 7,00%	–	10.172
8ª Debênture	100% do DI + 3,00%	120.266	–
8ª Debênture	87,5% do CDI	237.365	–
8ª Debênture	100% do DI + 5,50%	15.192	–
9ª Debênture	100% do DI + 5,00%	102.388	–
		508.622	**38.328**
	Circulante	37.119	10.172
	Não circulante	471.503	28.156
		508.622	**38.328**

O montante amortizado referente a remuneração e despesas das debêntures no período de 2023 e 2022, foi de:

Controladora/Consolidado	
Saldo 2021	**77.584**
Captações	20.570
Amortização e Outras Despesas	5.571
Pagamento do Principal	(65.397)
Total de Pagamentos	**(59.826)**
Saldo 2022	**38.328**
Captações	476.375
Amortização e Outras Despesas	3.919
Pagamento do Principal	(10.000)
Total de Pagamentos	**(6.081)**
Saldo 2023	**508.622**

As parcelas têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	Controladora/Consolidado
2024	37.119
2025	441.753
2026	29.750
Total	**508.622**

Em 2023, com o crescimento das operações, aquisições de carteira e participações societárias e para adequar os seus fluxos financeiro e operacional, a Companhia captou por meio da Comercial Zaragoza (R$357.000), do Continental Banco (R$15.000), XP Investimentos (R$102.000) e Fundo Eldorado (R$2.375). Em 2022, as captações foram pelo Continental Banco (R$10.000) e Fundo Eldorado (R$10.570). As atuais debêntures não são conversíveis em ações. Não há cláusulas de covenants atreladas aos números das operações de debêntures nas demonstrações financeiras.

15 Transações em operações de transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios

As transações em operações de transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios é composta pelas cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC DM") e das debêntures da DM Securitizadora S.A., ambas com garantias de direitos creditórios da Companhia.

Controladora		2023		2022	
	Nota explicativa	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FIDC DM	15.1	–	229.485	–	252.512
DM Securitizadora	15.2	44.237	88.769	–	133.006
		44.237	**318.254**	**–**	**385.518**

Consolidado		2023		2022	
	Nota explicativa	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FIDC DM	15.1	–	179.274	–	221.604
DM Securitizadora	15.2	44.237	88.769	–	133.006
		44.237	**268.043**	**–**	**354.610**

15.1. Fundo de investimento em Direitos Creditórios (FIDC DM): A Companhia finalizou em 9 de abril de 2019 a estruturação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, disciplinado pela Resolução CMN nº 2.907/01, conforme alterada e pela Instrução CVM nº 356/01, conforme alterada, e regido pelo regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. O Fundo tem prazo de duração indeterminado, sendo que cada série de cotas seniores e/ou classe de cotas subordinadas mezanino tem o prazo de duração estipulado no respectivo suplemento. O Fundo tem por objetivo proporcionar rendimento aos cotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios do segmento de cartões de crédito e financiamentos a ele relacionados, inerentes à utilização dos cartões DM, emitidos e administrados pela cedente, que atendam à política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo, descrita no regulamento. O patrimônio líquido do Fundo contou com aporte inicial de R$ 101.190, mediante integralização em dinheiro: R$70.282, oriundos de cotas públicas (seniores), e em direitos creditórios: R$30.908, oriundos do aporte de cotas subordinadas juniores, aportadas pela própria Companhia.

	Total Cotas	Valor Cotas	Total
Cotas Seniores	70.000.000	1,004029	70.282
Cotas Subordinadas	30.786.268	1,003944	30.908
Total			**101.190**

As cotas públicas movimentaram em decorrência dos seguintes eventos: a) Em 2021, integralização de cotas públicas (seniores II) no valor de R$100.000, amortizando o principal das cotas públicas (seniores I) no valor de R$46.664; b) Em 2022, nova integralização de cotas públicas (seniores III) no valor de R$120.000, e a amortização do principal das cotas públicas (seniores I) no valor de R$23.333, liquidando integralmente essas cotas. c) Em 2023, amortização do principal das cotas públicas (seniores II) no valor de R$41.667 e integralização de 17.404.882 cotas subordinadas juniores mediante dação de direitos creditórios no montante de R$ 19.303.

		2023		2022	
	Total Cotas	Valor Cotas	Total	Valor Cotas	Total
Cotas Seniores II	100.000.000	0,58655	58.656	1,00753	100.753
Cotas Seniores III	120.000.000	1,00516	120.619	1,00709	120.851
Cotas Subordinadas I	30.786.268	1,28280	39.493	0,98959	30.466
Cotas Subordinadas II	17.404.882	1,28280	22.326	–	–
Total			**241.094**		**252.070**

As cotas subordinadas foram remuneradas em R$9.027 (R$4.605 em 2022). Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) é composto da seguinte forma pelas cotas valorizadas:

		2023		2022	
	Total Cotas	Valor Cotas	Total	Valor Cotas	Total
Cotas Seniores II	100.000.000	0,58655	58.656	1,00753	100.753
Cotas Seniores III	120.000.000	1,00516	120.619	1,00709	120.851
Cotas Subordinadas I	30.786.268	1,28280	39.493	0,98959	30.466
Cotas Subordinadas II	17.404.882	1,28280	22.326		
Total			**241.094**		**252.070**
Cotas subordinadas					
(-) Remuneração			(24.609)		(12.558)
(+) Amortização de principal			8.672		8.672
(+) Amortização de remuneração			4.328		4.328
Total			**229.485**		**252.512**

Os saldos das transações com o Fundo em 31 de dezembro de 2023 na demonstração individual da Companhia são:

	2023	
Controladora	**Ativos**	**Passivos**
Saldo de Operações FIDC DM		
Aplicações em cotas FIDC	61.820	–
Clientes a receber (a)	179.274	–
Obrigações em operações de transferência de ativos	–	229.484
Resultado de remuneração FIDC	–	11.610
	241.094	**241.094**

(a) O valor apresentado na rubrica "Clientes a receber" refere-se a carteira de clientes cedida em garantia a cotas sêniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). O saldo de ativos e passivos do FIDC DM estão abaixo relacionados:

Ativos e passivos do FIDC DM em 31 de dezembro de 2023

Ativo	Fundo 2023	Passivo e patrimônio líquido	Fundo 2023
Caixa e equivalentes de caixa	6	Outros passivos	120
Aplicações em Letras do Tesouro	14.332		
Saldo de cessão	224.492	**Patrimônio líquido**	
Despesas antecipadas	1	Cotas Sênior	179.274
Ajuste e aprovisionamento patrimonial	2.383	Cotas Subordinadas	61.820
Total do ativo	**241.214**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**241.214**

15.2. Operações de Debêntures com DM Securitizadora S.A.: A DM Securitizadora S.A. foi constituída em 02 de dezembro de 2019 por meio da assembleia geral de constituição para fim de emissão de debêntures com participação de 99% da Companhia DM Instituição de Pagamento S.A., sua controladora, e participação de 1% da DM Processamento de Dados e Central de Atendimento Ltda. Em 13 de abril de 2020, a DM Securitizadora celebrou com a Planner Corretora de Valores e Câmbio Ltda. na qualidade de Agente Fiduciário e Agente de Garantias, DM Instituição de Pagamento S.A. e DM Processamento de Dados e Central de Atendimento Ltda. na qualidade de fiadoras e intervenientes garantidoras a 1.ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em séria única, para distribuição pública com esforços restritos da DM Securitizadora S.A. no valor total da emissão de R$ 200.000, observada a possibilidade de distribuição parcial das debêntures em número de série única. A título de garantia a DM Securitizadora cederá fiduciariamente em favor da totalidade dos titulares das Debêntures, representados pelo agente fiduciário, a totalidade dos direitos creditórios a serem adquiridos da DM Instituição de Pagamento SA., nos termos do "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios com Coobrigação e Outras Avenças", os quais correspondem à totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, detidos originalmente pela DM Instituição de Pagamento SA., na qualidade de emissora e administradora dos cartões de crédito, contra os respectivos titulares da totalidade das contas dos Cartões DM vinculadas aos estabelecimentos comerciais parceiros indicados na Escritura de Emissão, decorrentes do fluxo de utilização, a qualquer tempo, dos Cartões DM a eles emitidos, incluindo o cartão do titular e eventuais cartões adicionais, para a realização de compras de produtos e serviços, os quais incluem todos e quaisquer pagamentos, tarifas, encargos, taxas, serviços e valores devidos por Devedores Cedidos, nos termos do Contrato dos Cartões DM. Em 14 de abril de 2020 foi emitida uma debênture no valor de R$40.000 e terá prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 14 de abril de 2025. A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 5,5% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal das debêntures. O pagamento da amortização ocorrerá mensalmente, após o período de carência, a partir do mês de novembro de 2022, sendo o primeiro pagamento em 14 de novembro de 2022 e o último, na data de vencimento. O pagamento da Remuneração ocorrerá durante o período de carência, trimestralmente, a partir da data de emissão, sendo devidos nas datas de pagamento dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 13 de julho de 2020 e o último em 14 de outubro de 2022. Em 11 de novembro de 2022, a Companhia realizou Assembleia Geral de Debenturistas para repactuar as datas de pagamento de remuneração e principal das Debêntures. Ficou aprovado pelos debenturistas as alterações a seguir: (i) o prazo de vigência das Debêntures de 60 (sessenta) para 80 (oitenta) meses; (ii) período de carência das Debêntures de 30 (trinta) para 44 (quarenta e quatro) meses; e (iii) data de vencimento das Debêntures de abril 2025 para dezembro 2026. Foram subscritas Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, conforme segue:

Debêntures emitidas no âmbito da 1ª Emissão

Boletim de Subscrição	Data de Emissão	Quantidade	Valor em R$ mil
Nº 001	28/05/2020	40.000.000	R$ 40.000
Nº 002	25/02/2021	39.656.900	R$ 40.000
Nº 003	25/02/2021	1.982.845	R$ 2.000
Nº 004	25/02/2021	3.965.690	R$ 4.000
Nº 005	13/01/2022	10.000.000	R$ 10.006
Nº 006	12/01/2022	1.000.000	R$ 1.000
Nº 007	12/01/2022	15.000.000	R$ 15.000
Nº 008	12/01/2022	3.000.000	R$ 3.000
Nº 009	12/01/2022	11.000.000	R$ 11.000
Nº 010	12/01/2022	2.000.000	R$ 2.000
Nº 011	12/01/2022	500.000	R$ 500
Nº 012	12/01/2022	500.000	R$ 500
Nº 013	12/01/2022	500.000	R$ 500
Nº 014	12/01/2022	2.000.000	R$ 2.000
Nº 015	12/01/2022	1.500.000	R$ 1.500
	Total	**132.605.435**	**R$ 133.006**

As emissões totalizam o montante de R$ 133.006 com prazo de vigência de 80 (oitenta) meses contados da data de emissão de Escritura das Debêntures, conforme segue:

Série	Valor	Data de emissão	Vencimento
1ª Emissão	40.000	28/05/2020	12/2026
1ª Emissão	46.000	25/02/2021	12/2026
1ª Emissão	37.000	12/01/2022	12/2026
1ª Emissão	10.006	13/01/2022	12/2026
Total	**133.006**		

Em complemento, a emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos, motivo pelo qual não foram identificados riscos relacionados à contratação desses instrumentos na estrutura da emissão. A Escritura de Emissão das Debêntures públicas possui cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira que obriga a Companhia a calcular índices financeiros e operacionais trimestralmente. Em consonância aos termos do contrato, a Companhia, a título de "emissora", deverá adquirir e vincular à emissão, novos direitos creditórios a cada integralização de Debêntures. Em 28 de maio de 2020, a DM Instituição de Pagamento S.A. ("Cedente") e a Companhia ("Cessionária") firmaram o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, cedendo o valor total do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios descritos nos termos de cessão, pagos mediante depósito bancário, conforme abaixo: - Termo de cessão nº 001/2020 emitido em 28 de maio de 2020 no valor de R$ 34.000; - Termo de cessão nº 002/2020 emitido em 16 de setembro de 2020 no valor de R$ 14.000. - Termo de cessão nº 003/2021 emitido em 25 de fevereiro de 2021 no valor de R$ 37.000. - Termo de cessão nº 004/2021 emitido em 28 de maio de 2021 no valor de R$ 11.000. - Termo de cessão nº 005/2021 emitido em 31 de agosto de 2021 no valor de R$ 0. - Termo de cessão nº 006/2022 emitido em 13 de janeiro de 2022 no valor de R$ 0. - Termo de cessão nº 007/2022 emitido em 15 de fevereiro de 2022 no valor de R$ 19.895. - Termo de cessão nº 008/2022 emitido em 05 de maio de 2022 no valor de R$ 15.163. - Termo de cessão nº 009/2023 emitido em 08 de setembro de 2023 no valor de R$ 6.905. - Termo de cessão nº 010/2023 emitido em 22 de dezembro de 2023 no valor de R$ 5.894. **a) Remuneração das debêntures:** A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI (Certificado de Depósito Interbancário), acrescida de uma sobretaxa de 5,5% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal das Debêntures. O pagamento de juros remuneratórios ocorrerá trimestralmente, a partir da data de emissão, sendo devidos nas datas de pagamento dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 13 de julho de 2020 e o último em 13 de outubro de 2023. O pagamento de Principal acrescido de juros remuneratórios ocorrerá mensalmente, nas datas de pagamento, sendo o primeiro em 12 de janeiro de 2024 e o último, na Data de Vencimento, conforme novo cronograma de pagamentos constante do Anexo A da ata de assembleia geral de debenturistas realizada em 11 de novembro de 2022. **b) Movimentação das Debêntures:** As mutações com obrigações por emissão de Debêntures esta apresentada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**86.000**
Emissão de Debêntures	47.006
Juros provisionados sobre Debêntures	22.810
Juros pagos sobre Debêntures	(22.810)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**133.006**
Juros provisionados sobre Debêntures	23.384
Juros pagos sobre Debêntures	(23.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**133.006**

16 Passivos Contingentes

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundo do curso normal de suas operações os quais envolvem assuntos de natureza cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. A Companhia não possui processos que envolvem assuntos fiscais. Em 2023, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R$518 (R$137 em 2022). A Companhia não apresenta depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais. A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1.o de janeiro	**137**	**117**	**137**	**117**
Adições	518	30	547	30
Baixas/Reversões	(137)	(10)	(137)	(10)
Em 31 de dezembro	**518**	**137**	**547**	**137**
Variação do período	**381**	**20**	**410**	**20**

O saldo provisionado em 2023 e 2022 corresponde a processos de natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cível	491	137	520	137
Trabalhista (a)	27	–	27	–
	518	**137**	**547**	**137**

(a) A Companhia não possui colaboradores em sua estrutura, no entanto, é responsável subsidiária em processos contra empresas prestadoras de serviço de cobrança. A Companhia é parte em 1.640 processos avaliados com probabilidade de perda possível, de natureza cível, que totalizam R$2.653 (R$2.124 em 2022). A Companhia atua preventivamente para evitar o acionamento de processos judiciais, porém o crescimento da própria carteira de clientes e aquisição de novas lojas, aliado ao cenário de superendividamento dos clientes e fraudes digitais contra o sistema financeiro, o aumento de processos judiciais é um reflexo natural da operação e mercado.

17 Dividendos

Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, definido no Acordo de Acionistas do Grupo DM, em consonância aos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as destinações e pagamentos de dividendos, são compostas conforme quadro abaixo:

Controladora/Consolidado 2023	
Saldo Dividendos a pagar 2022	**3.747**
Destinação Reserva Lucros	10.488
Destinação Resultados	13.875
Total de Dividendos Propostos	**24.363**
Dividendos Pagos (1º semestre)	(333)
Dividendos Pagos (2º semestre)	(21.778)
Total de dividendos pagos	**(22.111)**
Saldo Dividendos a pagar 2023	**5.999**

Controladora/Consolidado 2022	
Saldo Dividendos a pagar 2021	**140**
Destinação Reserva Lucros	–
Destinação Resultados	3.607
Total de Dividendos Propostos	**3.607**
Dividendos Pagos	–
Saldo Dividendos a pagar – Ano 2022	**3.747**

Por meio de atos societários, a Companhia deliberou em 18 de dezembro de 2023 a distribuição da reserva de lucros acumulada em 2022 no valor de R$10.488 e a distribuição de dividendos intermediários de 2023 no valor de R$11.290, totalizando R$21.778.

18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações entre a Companhia e outras empresas ligadas direta ou indiretamente aos acionistas da Companhia, conforme CPC 05 – Divulgações sobre Partes Relacionadas. **a) Transações comerciais:** Durante o ano de 2023 e 2022, houve operação de prestação de serviço de processamento de dados e rateio de despesas conforme contrato entre a Companhia e a empresa DM Processamento de Dados e Central de Atendimento Ltda. O montante envolvido nas operações no ano de 2023 e 2022, foi respectivamente de R$ 220.171 e R$213.304. Houve operação de prestação de serviço de cobrança conforme contrato entre a Companhia e as empresas Libbero Central de Atendimento Ltda. e Winover Call Center Ltda. e prestação de serviço de processamento de dados conforme contrato entre a Companhia e a Tusta Tecnologia e Meios de Pagamento S.A. O montante envolvido nas operações no ano de 2023 e 2022 foi respectivamente de R$650 e R$2.383 para a empresa Libbero, R$17.616 e R$20.729 para a empresa Winover e R$19 e R$38 para a Companhia Tusta. **b) Mútuos com partes relacionadas e não relacionadas:** Durante o ano de 2023 e 2022, houve operação de mútuo entre partes relacionadas e não relacionadas com a DMCore Holding Financeira S.A. e Eldorado Administração e Participações Imobiliárias Ltda. que totalizam em aberto no grupo de outros créditos o valor de R$2.364 e R$383 respectivamente. O montante de juros incorrido no período foi de R$116. **c) Remuneração aos administradores:** Não houve remuneração aos administradores durante o ano de 2023 e 2022 na Companhia e nas investidas. **d) Contas a pagar lojista:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo entre Companhia e DM Meios de Pagamentos Ltda., referente ao saldo a pagar aos lojistas e a Mastercard era de R$773.590 e R$587.228, respectivamente. **e) Repasse de despesas com securitização:** A DM Securitizadora S.A. repassou todos os custos de debêntures e captação de debêntures e despesas operacionais por meio de nota de débito, conforme detalhamento abaixo.

	2023	2022
Contas a receber	**166**	**–**
Reembolso de custos e despesas	166	–
Contas a pagar	**–**	**115**
Adiantamento de recebíveis	–	115
Reembolso de custos e despesas da operação	**25.832**	**26.140**
Receita operacional líquida	1.634	3.054
Receita de juros com Debêntures	23.384	22.810
Outros custos e despesas operacionais	814	276

19 Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 26 de junho de 2023, os acionistas da Companhia, decidiram pelo aumento de capital da Sociedade, mediante a emissão de 80.200.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando um capital de R$ 115.200, e pela alteração da razão social de DM Cartões de Crédito S.A. para DM Instituição de Pagamento S.A. Em 15 de dezembro de 2023, o acionista da Companhia DM Participações, decidiu por retirar-se da Sociedade, cedendo e transferindo 99,99999913% do capital social para a Holding Financeira do Grupo, DMCore, no total de 115.199.999 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

2023			
Sócio	% Participação	Quant. Quotas	Valor
DMCore Holding Financeira S.A.	99,99999913%	115.199.999	115.199
Denis Cesar Correia	0,00000087%	1	1
	100%	**115.200.000**	**115.200**

2022			
Sócio	% Participação	Quant. Quotas	Valor
DM Participações S.A.	99,99997%	34.999.999	35.000
Denis Cesar Correia	0,00003%	1	–
	100%	**35.000.000**	**35.000**

b) Adiantamento para futuro aumento de capital: No exercício de 2023 não houve o ingresso de recursos para futuro aumento de capital. **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve destinação de 5% do lucro líquido do exercício no valor de R$2.403 (R$722 em 2022). **d) Reserva de lucros:** A reserva de lucros, conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia, tem por finalidade não distribuir a parcela da equivalência patrimonial não realizada financeiramente na forma de dividendos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi destinado R$31.782 e em 31 de dezembro de 2022 foi destinado R$10.101 para Reservas de Lucros. Em 18 de dezembro de 2023, a Companhia deliberou a distribuição da reserva de lucros acumulada em 2022 no valor de R$10.488 à DM Participações S.A., tendo seu pagamento efetivado em 27 de dezembro de 2023. **e) Dividendos e juros sobre o**

... continua





DM Instituição de Pagamento S.A. | CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

capital próprio: A Companhia não apurou juros sobre o capital próprio em 2023 (R$1.318 em 2022, líquido de imposto de renda no valor de R$1.120). O Acordo de Acionistas do Grupo DM, assegura aos acionistas, estatutariamente, o dividendo mínimo obrigatório de 30% do saldo remanescente do lucro líquido em cada exercício. Os dividendos mínimos obrigatórios estão contemplados na nota explicativa 17 – Dividendos a pagar.

20 Resultado

20.1. Receita líquida de serviços: A rubrica "Receita líquida de serviços", registrada nas demonstrações financeiras é composta por taxas administrativas, comissões, taxas de manutenção e outros serviços decorrentes da atividade de administração de cartões.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita Bruta	307.380	248.658	307.380	264.678
(-) COFINS sobre serviços	(16.116)	(18.898)	(16.116)	(19.379)
(-) PIS sobre serviços	(3.499)	(4.103)	(3.499)	(4.207)
(-) ISS sobre serviços	(9.362)	(11.909)	(9.362)	(12.704)
	278.403	**213.748**	**278.403**	**228.388**

20.2. Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo cobrança terceirizada	(105.923)	(104.495)	(105.923)	(104.495)
Custo processamento de cartões	(121.162)	(72.111)	(121.162)	(72.111)
Custo com confecção de cartões	(1.536)	(1.629)	(1.536)	(1.629)
Custo com livro digital	(2.184)	–	(2.184)	–
Custo de perdas operações cartões	(1.464)	(2.277)	(1.464)	(2.300)
Custo serviços de consultas	(2.477)	(2.556)	(2.477)	(2.556)
Custo de postagem	(534)	(795)	(534)	(795)
Custo com serviços de pessoa jurídica	(4.511)	(155)	(4.511)	(155)
Custo com informática	(2.374)	(1.954)	(2.374)	(1.954)
Custo com produtos	(337)	(328)	(337)	(328)
Custo com telefonia	(280)	(71)	(280)	(71)
Custo com treinamentos	(57)	(36)	(57)	(36)
Custo com amortização	(6)	(334)	(6)	(334)
Custo com comissões de vendas	(1)	(7)	(1)	(7)
Outros custos	(378)	(352)	(378)	(380)
	(243.224)	**(187.100)**	**(243.224)**	**(187.151)**

20.3. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Consultoria e assessoria	(7.211)	(5.160)	(7.211)	(5.222)
Comissão sobre vendas	(1.859)	(5.184)	(1.859)	(5.184)
Despesas com bancarização	(2.966)	(2.617)	(2.966)	(2.617)
Despesas com administração Fundo	(2.473)	(2.090)	(2.473)	(2.090)
Serviços de terceiros PJ	(2.908)	(1.511)	(2.908)	(1.542)
Amortização	(5.280)	(1.324)	(5.280)	(1.324)
Amortização não dedutível	(2.111)	–	(2.111)	–
Seguros	(883)	(68)	(883)	(68)
Acordos Judiciais	(589)	(457)	(589)	(459)
Eventos institucionais	(400)	–	(400)	–
Despesas Patrocínio (FADENP)	(683)	(387)	(683)	(387)
Tecnologia /Informática	(165)	(111)	(165)	(111)
Treinamentos	(156)	(182)	(156)	(182)
Provisões e despesas não dedutíveis	(415)	(94)	(444)	(95)
Taxas Impostos Contribuições	(301)	(90)	(301)	(91)
Processamento de cartões	(560)	(4)	(560)	(4)
Call center	(158)	–	(158)	–
Outras despesas	(592)	(45)	(592)	(44)
	(29.710)	**(19.324)**	**(29.739)**	**(19.420)**

20.4. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita com cessão de carteira (a)	–	210.255	–	210.255
Recuperação de créditos	37.790	21.759	37.790	21.759
Lucro na operação de compra de carteira	2.807	–	2.807	–
Outras receitas e despesas	772	220	772	231
	41.369	**232.234**	**41.369**	**232.245**

(a) Vide nota explicativa 5.4 – Cessão de carteiras

20.5. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Juros por atraso	374.867	304.735	374.867	305.207
Multa por atraso	49.093	38.931	49.093	39.029
Juros de antecipação	29.485	26.129	29.485	28.556
Juros com recuperação de crédito	30.690	31.176	30.690	31.176
Juros de venda parcelada	22.254	32.847	22.254	32.847
Remuneração FIDC	12.051	4.605	12.051	4.605
Rendimentos financeiros	38.886	4.133	39.197	4.159
Juros Ativos	391	290	394	290
Receita com captação de debêntures	–	–	1.634	3.054
Juros com debêntures	–	–	23.384	22.810
Tarifas	221	26	221	27
Total receitas financeiras	**557.938**	**442.872**	**583.270**	**471.760**
Perdas com crédito (a)	(1)	(201.954)	(1)	(201.954)
PIS e COFINS s/Receitas Financeiras	(25.944)	(20.614)	(25.959)	(20.614)
Despesas com debêntures	(77.368)	(35.083)	(101.063)	(58.299)
Juros passivos	(47.340)	(29.114)	(47.340)	(29.149)
Tarifas bancárias	(9.874)	(9.252)	(11.197)	(12.038)
Descontos concedidos	(4.154)	(2.408)	(4.154)	(2.408)
Encargos e juros sobre empréstimos	(6.899)	(9.432)	(6.899)	(9.432)
IOF/IOC	(677)	(1.251)	(683)	(1.253)
Encargos e juros sobre parcelamento	(4.051)	(1.637)	(4.051)	(1.859)
Juros sobre capital próprio	–	(1.318)	–	(1.318)
Outras despesas financeiras	(361)	–	(361)	–
Total despesas financeiras	**(176.669)**	**(312.063)**	**(201.708)**	**(338.324)**
Resultado financeiro líquido	**381.269**	**130.809**	**381.562**	**133.436**

(a) Vide nota explicativa 5.4 – Cessão de carteira

20.6. Imposto de renda e contribuição social: O cálculo do imposto de renda e da contribuição social corrente foram calculados sobre o lucro do exercício com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício. Os impostos diferidos passivos foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, sendo provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis. O cálculo do imposto de renda e contribuição social ("impostos") correntes e diferidos estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro	68.680	14.611	68.748	17.375
Lucro contábil	**68.680**	**14.611**	**68.748**	**17.375**
Despesas não dedutíveis (adição)	974.142	5.012	972.091	5.012
Receitas não tributáveis (exclusão)	(972.333)	(18.972)	(962.917)	(4.604)
Compensação de prejuízo fiscal	(20.395)	(195)	(20.395)	(4.505)
Total de adições/(exclusões):	**(18.586)**	**(14.155)**	**(11.221)**	**(4.097)**
Lucro real	**50.094**	**456**	**57.527**	**13.278**
Encargos de 15% IR + Adicional de 10%	(12.639)	(90)	(12.688)	(2.105)
Encargos de 15% CS (a)	(7.332)	(91)	(7.358)	(826)
Impostos correntes	**(19.971)**	**(181)**	**(20.046)**	**(2.931)**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisões temporárias	19.101	–	19.126	–
Obrigações fiscais diferidas	(20.724)	–	(20.725)	–
Diferenças temporárias	**(1.623)**	**–**	**(1.599)**	**–**
Impostos diferidos (40%)	**(649)**	**–**	**(640)**	**–**

(a) A alíquota de contribuição social sobre o lucro tributável é de 15%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Entre o período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, seguindo a Medida Provisória 1115/22, editada pelo Poder Executivo, foram considerados os ajustes da alíquota de CSLL de 16%. Em 31 de dezembro de 2023, os créditos tributários líquidos apresentam as seguintes naturezas e movimentações:

Controladora	2022	Adições	Exclusões	2023
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	–	969.567	(950.866)	18.701
Outras (b)	–	990	(590)	400
Créditos de prejuízo fiscal e base negativa	–	20.394	(20.394)	–
Total de provisões temporárias		**990.951**	**(971.850)**	**19.101**
Total ativo fiscal diferido (40%)				**7.640**
Remuneração Fundo de Investimento de Direito Creditório	–	8.328	(29.053)	**(20.725)**
Total de obrigações fiscais diferidas	**–**	**8.328**	**(29.053)**	**(20.725)**
Total passivo fiscal diferido (40%)				**(8.290)**

Consolidado	2022	Adições	Exclusões	2023
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	–	969.567	(950.866)	18.701
Outras (b)	–	1.015	(590)	425
Créditos de prejuízo fiscal e base negativa	–	20.394	(20.394)	–
Total de provisões temporárias		**990.976**	**(971.850)**	**19.126**
Total ativo fiscal diferido (40%)				**7.650**
Remuneração Fundo de Investimento de Direito Creditório	–	8.328	(29.053)	**(20.725)**
Total de obrigações fiscais diferidas	**–**	**8.328**	**(29.053)**	**(20.725)**
Total passivo fiscal diferido (40%)				**(8.290)**

(b) Composta por provisões para contingências cíveis e outras provisões de despesas incorridas e não faturadas.

21 Seguros

O Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, incluindo seguro para diretores (D&O). Os seguros são contratados pela DM Processamento de Dados e Central de Atendimento Ltda., empresa do Grupo DM.

22 Gestão de riscos

a) Estrutura e governança de gestão de riscos: A Companhia possui e segue política de gestão de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes. A política de gestão de riscos da Companhia foi estabelecida pela Alta Gestão e contém em sua estrutura Comitês, responsáveis por monitorar os riscos inerentes às operações e processos, submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. A estrutura de Comitês permite apoiar a Diretoria na identificação e gerenciamento dos principais riscos que a empresa está sujeita, suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **b) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito é definido como o risco de incorrer perdas em contas a receber (existentes ou potenciais, devido a compromissos dados) resultantes de uma mudança na qualidade do crédito dos devedores, o que pode resultar em inadimplência. A Companhia, em conformidade com as políticas internas de gerenciamento de riscos, alinhado as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil possui processos e ferramentas para mensurar, classificar, acompanhar e mitigar o risco de crédito. O gerenciamento do risco de crédito engloba a definição de limites de exposição do portfólio e o acompanhamento dos índices de inadimplência com o intuito de definir planos de ação em caso de desvio em relação à política e aos limites preestabelecidos. A política de risco de crédito considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise financeira de seus clientes através de birôs de crédito e revisão periódica das metodologias utilizadas. Para o exercício de 2023 e 2022, a Companhia elaborou um modelo econométrico baseado em dados históricos da carteira de crédito da DM, de janeiro de 2018 a dezembro de 2023 e, que representam a melhor estimativa das perdas de crédito futuras esperadas. As previsões do modelo econométrico são adaptadas aos requisitos da norma de CPC 48 – Instrumentos Financeiros, em sua abordagem geral. O modelo é baseado na proporção dos saldos de crédito pendentes classificados como H-I para os saldos totais de crédito pendentes no período. Em essência, os saldos de crédito originados em cada período de 12 meses, e os dados de inadimplência relacionados em combinação com os dados macroeconômicos, são preditivos de perdas de crédito futuras medidas verificadas no modelo com limite de confiança de 95%. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros foram reconhecidos no resultado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(366.203)	(370.123)	(366.203)	(370.123)
Total	**366.203**	**370.123**	**366.203**	**370.123**

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente, incluindo oscilações do mercado e do país, movimentações direcionadas a faixa salarial de clientes que a Companhia atua. A política de crédito estabelece as etapas do processo de gerenciamento de risco, da aprovação a recuperação. i. Aprovação & majoração de limite: a política de concessão de crédito avalia dados internos, como experiência de pagamento dos clientes, e externos, como por exemplo bureau de informações, de forma a identificar o perfil de risco do cliente no mercado. Periodicamente, são realizados testes para a verificação da aderência dos modelos. ii. Acompanhamento & alertas: após a concessão de crédito, os clientes são monitorados durante toda a vida da operação. Os indicadores analisados, como por exemplo, a atividade do cliente, perfil de pagamento, atrasos. Nessa etapa os modelos segmentam os clientes de acordo com o seu comportamento, e esses modelos derivam políticas aumento/bloqueio do limite, além de oferta de produtos adicionais iii. Recuperação: recuperação de clientes em atraso, levando em consideração o perfil, e predisposição de pagamento. O modelo de perda esperada é geral, com a combinação de dados macroeconômicos e com os históricos de comportamento de carteira de clientes. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de ECL "Expected Credit Loss", analisando a probabilidade de "default", liquida da realização de colaterais dados em garantia (LGD "Loss Given Default") pela probabilidade de ocorrência de "default" (PD "Probability of Default") e pela exposição em "default" (EAD "Exposure at Default"). A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Nível	Dias de Atraso	Percentual	2023 Carteira Bruta	2023 Provisão ao valor recuperável
(Performado)	0 dia de atraso	12,13%	894.150	(108.460)
(Performado)	Entre: 1 e 30 dias de atraso		108.217	(13.127)
(Subperformado)	Entre: 31 e 60 dias de atraso	31,87%	52.336	(16.679)
(Subperformado)	Entre: 61 e 90 dias de atraso		51.010	(16.257)
(Não Performado)	Entre: 91 e 120 dias de atraso	49,30%	51.631	(25.452)
(Não Performado)	Entre: 121 e 150 dias de atraso		50.055	(24.675)
(Não Performado)	Entre: 151 e 180 dias de atraso		42.055	(20.731)
(Não Performado)	Entre: 181 e 360 dias de atraso		288.186	(142.065)
	Outras contas a receber (a)		1.416	–
Total			**1.539.056**	**(367.446)**

Nível	Dias de Atraso	Percentual	2022 Carteira Bruta	2022 Provisão ao valor recuperável
(Performado)	0 dia de atraso	12,35%	683.366	(84.396)
(Performado)	Entre: 1 e 30 dias de atraso		86.649	(10.701)
(Subperformado)	Entre: 31 e 60 dias de atraso	33,94%	49.012	(16.635)
(Subperformado)	Entre: 61 e 90 dias de atraso		45.573	(15.467)
(Não Performado)	Entre: 91 e 120 dias de atraso	45,55%	45.589	(20.768)
(Não Performado)	Entre: 121 e 150 dias de atraso		45.351	(20.659)
(Não Performado)	Entre: 151 e 180 dias de atraso		43.689	(19.902)
(Não Performado)	Entre: 181 e 360 dias de atraso		243.024	(110.705)
	Outras contas a receber (a)		483	–
Total			**1.242.736**	**(299.233)**

(a) Corresponde contas a receber de novos produtos em fase de teste como DMPAG e DMCRED. As taxas de perda são baseadas no histórico de carteira de crédito verificada nos últimos cinco anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômica durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis. As mudanças na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes durante o ano estão apresentadas a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	**299.233**	**228.665**
Adições	366.203	370.123
Baixa de Clientes acima de 360 dias	(297.990)	(299.555)
Saldo final	**367.446**	**299.233**

As seguintes mudanças significativas nos valores contábeis brutos de contas a receber de clientes contribuíram nas mudanças na provisão para perda por redução ao valor recuperável durante 2023: i. Crescimento da carteira de clientes em decorrência de novas aquisições de carteiras, levando a carteira bruta de R$ 1,242 bilhões para R$ 1,539 bilhões; ii. Impactos dos problemas de recuperação de crédito no Brasil, com alto índice de desemprego e os efeitos remanescentes da recuperação após pandemia COVID. iii. Efeitos das especulações e instabilidade econômica, mesmo com leves sinais de melhora. **c) Gestão de risco de liquidez:** É a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios (descasamentos) entre ativos e passivos exigíveis, que possam afetar a capacidade da Companhia. A estrutura prevê o monitoramento diário dos descasamentos entre ativos e passivos que possam comprometer a Companhia de honrar seus compromissos, gerando informações à Tesouraria sobre possíveis exposições a riscos, para que ações corretivas sejam tomadas, baseadas em Políticas que regem o tema. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentava risco de liquidez relevante. O impacto de caixa dos ativos e passivos financeiros de acordo com o seu vencimento contratual são demonstrados a seguir:

			Faixa de vencimento		
Ativos Financeiros:	Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2023	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias
Caixa e equivalentes de caixa	4	298.550	298.550	–	–
Aplicação financeira		399	–	21	63
Contas a Receber	5	1.384.177	156.726	1.007.029	220.422
		1.683.126	**455.276**	**1.007.050**	**220.485**
Passivos Financeiros:					
Fornecedores		6.314	–	6.314	–
Empréstimos e Financiamentos	11	57.345	–	3.023	34.322
Debêntures	14	508.622	–	1.211	35.908
Outras contas a pagar		70.907	4.037	4.683	–
Total		**643.188**	**4.037**	**15.231**	**70.230**

			Faixa de vencimento		
Ativos Financeiros:	Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2022	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias
Caixa e equivalentes de caixa	4	109.248	109.248	–	–
Aplicação financeira		317	–	21	63
Contas a Receber	5	1.114.106	–	908.435	205.671
		1.223.671	**109.248**	**908.456**	**205.734**
Passivos Financeiros:					
Fornecedores		3.819	–	3.819	–
Empréstimos e Financiamentos	11	125.484	65.082	30.674	20.101
Debêntures	14	38.328	–	517	9.655
Outras contas a pagar		1.118	310	808	–
Total		**168.749**	**65.392**	**35.818**	**29.756**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não apresentava risco de liquidez. **d) Risco de mercado:** É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das oscilações nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, provenientes de variações ou flutuações de taxa de juros, índices e de câmbio. A Companhia monitora continuamente os riscos de mercado em que está exposta com o objetivo de mitigar eventuais riscos. A estrutura da Companhia prevê a mediação, monitoramento e controle das exposições aos riscos que age tempestivamente para mitigação de risco iminente. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não apresentava risco de mercado relevante. **e) Risco de capital:** A Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está exposta e planejar metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não apresentava risco de capital. **f) Risco de operacional:** É a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Os eventos de riscos operacionais incluem: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia; situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia ou a descontinuidade dos serviços prestados; falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da Companhia, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não apresentava risco operacional relevante.

23 Controles internos

Os controles internos têm como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia. Entre as atividades de controles internos estão: • Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não abordados; • Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados pelas auditorias; • Buscar a conformidade aos requisitos legais. Tendo a auditoria interna atuando na revisão da avaliação periódica dos controles internos e dos principais riscos da Companhia em atendimento aos requisitos do Banco Central, como: • Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para controlar e/ou mitigar os eventos de risco operacional, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos; • Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados. Os apontamentos identificados pela auditoria interna serão tratados pela administração, buscando seguir as melhores práticas de mercado e manter controles adequados à estrutura da Companhia.

24 Outros assuntos

Pela aquisição da FortBrasil, a Companhia registrou o instrumento financeiro derivativo pela opção de compra da participação societária remanescente de 50,01% no exercício. Em períodos anteriores, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não identificou efeitos significativos no exercício, bem como projeções futuras, no negócio decorrentes do ramo de atividade da Companhia.

25 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Tharik Camocardi de Moura – CFO e Relação com Investidores

Carolina Camacho de Paula – Contadora CRC 1SP 317.067/0-7

Bruno Pascele Piva – Controller CRC 1SP 267.093/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
DM Instituição de Pagamento S.A.
São José dos Campos-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DM Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da DM Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2024.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP 014.428/O-6

Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP 295.315/O-4



Andorra Holdings S.A.

CNPJ nº 08.503.501/0001-00 – NIRE 35.300.337.018

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 9h30, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade sob a presidência do senhor Cassiano Ricardo Scarpelli, que convidou o senhor Marcelo de Araújo Noronha para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Eurico Ramos Fabri** ao cargo de Diretor Gerente da Sociedade, em carta de 27.11.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será enviada para que assinem eletronicamente. aa) Cassiano Ricardo Scarpelli, Marcelo de Araújo Noronha, Rogério Pedro Câmara e José Ramos Rocha Neto. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Andorra Holdings S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 124.333/24-2, em 20.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 20ª EMISSÃO (IF CRA021000RZ/ CRA021000S0) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 19 de abril de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **19 de abril de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão - IF CRA021000RZ/CRA021000S0), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 216ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19F0923004) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 216ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 08 de julho de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **18 de abril de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 216ª Série da 1ª Emissão - IF 19F0923004), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 255ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20C1008009) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 255ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 20 de março de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **18 de abril de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 255ª Série da 1ª Emissão - IF 20C1008009), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06 - NIRE 41 3 0029559 0
Companhia Aberta
AVISO AOS ACIONISTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, a Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial ("Companhia") comunica que os documentos a que se referem os incisos I a IV do referido artigo, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Cjto. 1101, 11º Andar, Centro, Cep 80410-180, em Curitiba, Estado do Paraná. Curitiba, 29 de março de 2024. **A DIRETORIA**

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 218ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 21K1073642) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 218ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 08 de dezembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 218ª Série da 4ª Emissão - IF 21K1073642), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 26ª EMISSÃO (IF CRA021002SP) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 26ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 13 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **19 de abril de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 26ª Emissão - IF CRA021002SP), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 499ª E 501ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 22C0978882 / 22C0978890) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 499ª e 501ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 24 de março de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **17 de abril de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 499ª e 501ª Séries da 1ª Emissão - IF 22C0978882 / 22C0978890), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

SPE Farol de Touros Energia S.A.

CNPJ nº 10.369.836/0001-11 - NIRE 35.300.360.974

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Farol de Touros Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias") a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h40min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Costa das Dunas Energia S.A.

CNPJ nº 10.401.225/0001-03 - NIRE 35.300.360.966

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Costa das Dunas Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias") a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h30min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024.

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE: 33.300.292.896
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
29 de abril de 2024, às 10:00 horas

Ficam convocados os senhores acionistas de ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Enauta" ou "Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a realizar-se em 29 de abril de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, via plataforma TEN Meetings, em linha com o parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76 e com a Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada, e com o prazo de cadastramento até às 10:00 horas do dia 27 de abril de 2024, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores e aprovar o relatório da administração da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes; (iii) deliberar a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, considerando a absorção do prejuízo apurado por parte da reserva de lucros; (iv) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores; e Em Assembleia Geral Extraordinária: (v) ratificar a remuneração global anual paga aos administradores no período compreendido entre 1º de abril de 2023 até 31 de março de 2024. Os documentos e as informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGOE estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na página da internet de relações com investidores (https://ri.enauta.com.br/governanca/assembleias-e-reunioes/), e nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Todos os documentos encontram-se disponíveis também na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas da Companhia poderão participar da AGOE, ora convocada, por si, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de um ano, desde que esse seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, consoante o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Os seguintes documentos deverão ser apresentados pelos acionistas/representantes legais/procuradores: (a) Se pessoas naturais: cópia de documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); (b) Se pessoas jurídicas: (i) cópia do último estatuto ou contrato social consolidado; (ii) documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iii) cópia do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (c) Se fundos de investimento: (i) cópia do último regulamento consolidado do fundo; (ii) cópia do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme aplicável; (iii) documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iv) cópia do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Deve ser apresentado ainda o comprovante da titularidade das ações de emissão da Enauta, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia. Excepcionalmente para a AGOE ora convocada, a Companhia não exigirá reconhecimento de firma em procurações, desde que haja identificação clara do signatário, nem cópia autenticada de documentos, bastando que os documentos acima sejam enviados em cópia simples. Em caso de documento estrangeiro, basta que seja enviado juntamente com uma tradução livre para o português. Os acionistas que tiverem interesse em participar, pessoalmente ou através de representantes legais e/ou procuradores devidamente constituídos, da AGOE ora convocada, que será realizada de forma exclusivamente digital, deverão seguir os seguintes passos, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da realização da AGOE, ou seja, até às 10:00 horas (horário de Brasília) do dia 27 de abril de 2024, impreterivelmente, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada: 1. Acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/647839587; 2. Preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGOE, incluindo instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na AGOE, se for o caso; 3. Em caso de pendências e ainda dentro do prazo, envio das solicitações de regularização do cadastro. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, haverá a liberação para participação digital na data e horário da AGOE, utilizando-se o mesmo endereço eletrônico acima. O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do preenchimento e entrega com antecedência do boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega podem ser verificados no próprio boletim disponibilizado, sendo que, dentre outras maneiras, poderá ser enviado boletim digital diretamente para a Companhia, acessando o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/647839587, realizando o cadastro e anexando os documentos de habilitação, preenchendo os campos de opções de voto e confirmando o voto. Para maiores informações sobre a participação na AGOE, consulte o Manual para Participação e Regras e Procedimentos que está disponível na seguinte página na internet: https://ri.enauta.com.br/governanca/assembleias-e-reunioes/, e nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. Sr. Mateus Tessler Rocha - **Presidente do Conselho de Administração**.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 441ª E 442ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 22A0883824/22A0884066) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 441ª e 442ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 21 de janeiro de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **23 de abril de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@framcapital.com, identificando no título do e-mail a operação (CRI 441ª e 442ª Séries da 1ª Emissão - IF 22A0883824/ 22A0884066), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@framcapital.com, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ÂNIMA HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 NIRE: 35300350430
Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração

Data, hora e local: Realizada dia 20/12/2023, às 09:00 horas, na sede social em São Paulo - SP, e por videoconferência. **Convocação:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados nos termos do artigo 5º do Regimento Interno. **Presenças**: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Daniel Faccini Castanho, Maurício Nogueira Escobar, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Marcelo Barbalho Cardoso, Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga e Ana Paula de Assis Bogus. Presentes, membros da Diretoria da Companhia, e o Procurador Jurídico Geral da Companhia, João Batista Pacheco Antunes de Carvalho. **Mesa:** Daniel Faccini Castanho - Presidente. Heleno Carlos Fernandes - Secretário. **Deliberações:** Os Conselheiros presentes, por unanimidade, deliberaram: (i) Pela aprovação, do Orçamento para o ano de 2024, incluindo Orçamento de Capital, acatando, ao previsto no CPC 26 (R1), entendimento da diretoria de que a Companhia, apresenta capacidade de continuar em operação no futuro previsível; (ii) Pela aprovação do Calendário Anual de Reuniões do Conselho de Administração 2024; (iii) Pela ratificação do Calendário Anual de Eventos Corporativos de 2024. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 20 de dezembro de 2023. JUCESP nº 103.827/24-9 em 13/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

ÂNIMA HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 NIRE: 35300350430
Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração

Data, hora e local: Realizada dia 09/11/2023, às 09:00 horas, por videoconferência. **Convocação:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados nos termos do artigo 5º do Regimento Interno. **Presenças**: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Daniel Faccini Castanho, Maurício Nogueira Escobar, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Marcelo Barbalho Cardoso, Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga e Ana Paula de Assis Bogus. Presentes, membros da Diretoria da Companhia, o Procurador Jurídico Geral da Companhia, João Batista Pacheco Antunes de Carvalho e, os auditores independentes Tomas Menezes e Susanne Murta, representantes da Ernst & Young (EY). **Mesa:** Daniel Faccini Castanho - Presidente. Heleno Carlos Fernandes - Secretário. **Deliberações:** Os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, deliberaram: (i) pela aprovação dos resultados e demonstrações financeiras trimestrais (ITR) relativas ao 3º trimestre do exercício social de 2023, considerando, a recomendação favorável do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, autorizando sua divulgação, na forma da legislação aplicável. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 09 de novembro de 2023. JUCESP nº102.959/24-9 em 13/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2024/SEMA/MT
SEMA-PRO-2023/06725- SIAG nº 1006725/2023
(Lote remanescente do P.E. 028/2023)

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, neste ato representada por sua Pregoeira Oficial, no uso de suas atribuições, torna público o Edital, que visa a **"AQUISIÇÃO DE NOBREAKS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO".**
LANÇAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS: dia 03 de abril de 2024, até às 13h45min do dia 15 de abril de 2024, como referência o horário de Cuiabá-MT.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 14h00min do dia 15 de abril de 2024, tendo como referência o horário de Cuiabá-MT.
AQUISIÇÃO DO EDITAL: o edital está disponível na internet, no seguinte endereço: **https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br.** No caso de dúvidas, os interessados poderão entrar em contato pelos telefones: (065) 3613-7308, 3613-3718 (SUPORTE SIAG) ou por meio do endereço eletrônico: **licitacao1@sema.mt.gov.br.**

Cuiabá – MT, 01 de abril de 2024.
BRUNA CARLA GUARIM DA SILVA
Pregoeira Oficial
SEMA/MT

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 246ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20A0977074) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 246ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 30 de março de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **19 de abril de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 246ª Série da 1ª Emissão - IF 20A0977074), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 211ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19D0618118) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 211ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 05 de abril de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **17 de abril de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 211ª Série da 1ª Emissão - IF 19D0618118), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 159ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 21H0975635) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 159ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 30 de agosto de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 159ª Série da 4ª Emissão - IF 21H0975635), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 3ª E 4ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 16D0718054/ 16D0718055) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 3ª e 4ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 27 de abril de 2016, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 15:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 3ª e 4ª Séries da 1ª Emissão - IF 16D0718054/ 16D0718055), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 360ª, 361ª, 398ª E 399ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21H1034619/ 21H1035398/21H1035009/21H1035558) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 360ª, 361ª, 398ª e 399ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 26 de agosto de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 360ª, 361ª, 398ª e 399ª Séries da 1ª Emissão - IF 21H1034619/ 21H1035398/21H1035009/21H1035558), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 212ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19G0000001) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 212ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 28 de junho de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **18 de abril de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)**As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 212ª Série da 1ª Emissão - IF 19G0000001), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 180ª, 181ª E 182ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 21D0733766/21D0733780/ 21D0733947) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 180ª, 181ª e 182ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 22 de abril de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **18 de abril de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 180ª, 181ª e 182ª Séries da 4ª Emissão - IF 21D0733766/21D0733780/21D0733947), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 24ª EMISSÃO (IF CRA0210054C) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 24ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 08 de dezembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **18 de abril de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 24ª Emissão - IF CRA0210054C), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 136ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 20B0817201) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 136ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 12 de fevereiro de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 136ª Série da 4ª Emissão - IF 20B0817201), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

BRADESCO GESTÃO DE SAÚDE S.A.

CNPJ Nº 41.774.199/0001-92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Bradesco Gestão de Saúde S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que incluem as Notas Explicativas, e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Bradesco Gestão de Saúde S.A., sociedade anônima de capital fechado tem sede na Avenida Alphaville, 779, Barueri – SP, tem por objeto social participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

A Sociedade é administrada por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, e por uma diretoria.

O resultado acumulado do exercício de 2023 foi de R$ 1,085 bilhão (R$ 817 milhões em 2022) e o patrimônio líquido somou R$ 13,441 bilhões em dezembro de 2023 (R$ 12,071 bilhões em dezembro de 2022).

Investimentos

As aplicações financeiras e os investimentos alcançaram, ao final do período, o montante de R$ 13,376 bilhões (R$ 11,906 bilhões em dezembro de 2022).

Os Ativos Financeiros estão classificados na categoria "Valor justo por meio do resultado", conforme normas contábeis em vigor.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do Capital Social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Gestão de Saúde do mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.

Evento Societário

Em 27 de dezembro de 2023 ocorreu a antecipação de dividendos no montante de R$ 146 milhões.

Maiores detalhes constam na Nota Explicativa nº 10b às Demonstrações Contábeis Individuais.

Gestão de Riscos

A Bradesco Gestão de Saúde adota as melhores práticas de Gestão de Riscos, regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Controles Internos

A atribuição de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro, sustentável e controlado satisfatoriamente. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretivas da política da Organização Bradesco sobre o tema e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objetives for Information and Related Technology*).

Compliance

A estrutura de *Compliance* visa a aderência às legislações e regulamentações aplicáveis ao negócio, produtos e serviços. Dentre suas responsabilidades estão: a identificação e avaliação dos riscos regulatórios; o monitoramento e suporte contínuo às atividades destinadas à garantia da conformidade; e o apoio ao aculturamento e conscientização dos temas de *compliance*. As tomadas de decisão e o resguardo aos padrões de conduta e as responsabilidades corporativas são atendidas, conforme as governanças estabelecidas.

Prevenção a Fraude

A Bradesco Gestão de Saúde mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater as fraudes, disponibilizando canais de denúncia a todos os públicos de interesse, para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando total sigilo.

Privacidade e Segurança da Informação

Diante da evolução, ampliação e velocidade das soluções digitais, adotamos um arcabouço de normas, processos, procedimentos e controles com o objetivo de conduzir o adequado gerenciamento e diligência à privacidade, segurança da informação e cibernética, sempre direcionados pelos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e definições emanadas pelos Órgãos Reguladores sobre Segurança da Informação e Cibernética.

Sendo assim, a Bradesco Gestão de Saúde e suas controladas aprimoram continuamente sua governança, com a adoção de medidas (preventivas e/ou tempestivas), mantendo o foco no compromisso organizacional com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade dos *stakeholders* e dos ativos de informação, sempre apoiadas nos direcionamentos do encarregado de Proteção de Dados ou *Data Protection Officer* (DPO), durante todo o ciclo de tratamento de dados, concentrando esforços na conformidade aos dispositivos legais aplicáveis para melhoria da qualidade, transparência, proteção aos dados, capacitações obrigatórias e ações de conscientização e aculturamento. Para tanto, aplicamos as boas práticas de segurança, para proteção, identificação, detecção, respostas a ameaças e recuperação de cenários de negócio, bem como a revisão de normas internas, processos, documentos firmados com terceiros e sistemas de informação e controles e o atendimento as solicitações de titulares de dados pessoais em geral, dentre outras atribuições.

Os trabalhos referentes à Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance*, Prevenção a Fraude e Privacidade e Segurança da Informação são realizados pela Bradesco Seguros (*Holding*).

Barueri, 28 de março de 2024

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2023	2022
CIRCULANTE		**609.571**	**199.030**
Disponível		**10**	**10**
Bancos		10	10
Aplicações	4	**532.940**	**27.355**
Títulos e créditos a receber		**76.621**	**171.665**
Títulos e créditos a receber	5	75.843	165.270
Créditos tributários e previdenciários	6.a	778	6.395
NÃO CIRCULANTE		**12.843.012**	**11.878.919**
Realizável a longo prazo		**21**	**21**
Títulos e créditos a receber		**21**	**21**
Créditos tributários e previdenciários	6.a	21	21
Investimentos		**12.842.991**	**11.878.898**
Participações societárias	7	12.842.991	11.878.898
TOTAL DO ATIVO		**13.452.583**	**12.077.949**

PASSIVO	Notas	2023	2022
CIRCULANTE		**11.676**	**7.108**
Contas a pagar		**11.676**	**7.108**
Obrigações a pagar	8	11.251	60
Impostos e contribuições	9	425	7.048
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	**13.440.907**	**12.070.841**
Capital social		12.672.471	12.672.471
Reservas de lucros		1.313.181	1.239.083
Ajuste de avaliação patrimonial		(162.567)	(1.355.333)
Reserva de capital		(298.956)	(324.487)
Ações em tesouraria		(83.222)	(160.893)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**13.452.583**	**12.077.949**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil individual.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais - equivalência Patrimonial	7	1.084.059	797.770
Resultado Bruto		**1.084.059**	**797.770**
Despesas administrativas	12. a	(165)	(247)
Despesas tributárias.	12. b	(167)	(1.476)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**1.083.727**	**796.047**
- Receitas financeiras		3.579	29.895
- Despesas financeiras		(1.639)	(468)
Resultado financeiro	12. c	**1.940**	**29.427**
Resultado patrimonial		**-**	**819**
Resultado antes dos impostos		**1.085.667**	**826.293**
Imposto de renda	12.d	(374)	(7.107)
Contribuição social	12.d	(143)	(2.567)
Lucro líquido do período		**1.085.150**	**816.619**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil individual.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do período	**1.085.150**	**816.619**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:		
Companhia	-	(28)
Investidas	987.055	(429.533)
Imposto de renda e contribuição social	-	9
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):		
Investidas	292.255	-
Total do resultado abrangente do período	**2.364.460**	**387.067**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil individual.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

		Reserva de capital		Reservas de lucros					
	Capital Social	Mudança de participação em controlada	Outras reservas	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesoraria	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022	**12.352.471**	**(297.661)**	**(29.332)**	**29.655**	**557.809**	**(925.781)**	**(82.629)**	**-**	**11.604.532**
Aumento de Capital conforme AGE 21.11.2022	320.000	-	-	-	-	-	-	-	320.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	-	(19)	-	-	(19)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	-	-	(429.533)	-	-	(429.533)
Outorga de ações reconhecida em Controlada	-	-	2.506	-	-	-	-	-	2.506
Ações em tesouraria reconhecida em Controlada	-	-	-	-	-	-	(78.264)	-	(78.264)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	816.619	816.619
Dividendos pagos conforme ata de 29.12.2022 (R$ 13,47 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(165.000)	(165.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	40.831	610.788	-	-	(651.619)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**12.672.471**	**(297.661)**	**(26.826)**	**70.486**	**1.168.597**	**(1.355.333)**	**(160.893)**	**-**	**12.070.841**
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	-	-	987.055	-	-	987.055
Cancelamento de ações em tesouraria - Controlada	-	-	(10.726)	-	-	(66.945)	77.671	-	-
Outorga de ações reconhecida em Controlada	-	-	36.257	-	-	(19.984)	-	-	16.273
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	385	-	-	385
Efeitos do CPC 50 em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(853.864)	(853.864)
Efeitos da taxa de juros reconhecido em controladas	-	-	-	-	-	292.255	-	-	292.255
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.085.150	1.085.150
Dividendos pagos conforme ata de 27.12.2023 (R$ 11,92 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(146.000)	-	-	-	(146.000)
Dividendos propostos (R$ 0,91 por lote de mil ações).	-	-	-	-	-	-	-	(11.188)	(11.188)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	58.887	161.211	-	-	(220.098)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**12.672.471**	**(297.661)**	**(1.295)**	**129.373**	**1.183.808**	**(162.567)**	**(83.222)**	**-**	**13.440.907**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil individual.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MODELO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado antes dos Impostos	**1.085.667**	**826.293**
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	-	(819)
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(1.084.059)	(797.770)
Lucro ajustado do período	**1.608**	**27.704**
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado	(505.585)	257.750
Títulos e créditos a receber	112.372	(5.133)
Contas a pagar	(6.081)	(171.887)
Caixa (consumido)/gerado pelas operações	**(399.294)**	**80.730**
Imposto de renda sobre o lucro pago	(767)	(656)
Contribuição social sobre o lucro pago	(289)	(2.856)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	**(398.742)**	**104.922**
Atividades de Investimento		
Dividendos recebidos	651.497	3.850
Alienação/vencimentos e juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	21.228
Aquisição de investimentos.	(106.755)	(450.000)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	**544.742**	**(424.922)**
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	-	320.000
Dividendos pagos	(146.000)	-
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de financiamento	**(146.000)**	**320.000**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	-	-
Caixa e equivalente de caixa no início do período	10	10
Caixa e equivalente de caixa no final do período	10	10
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil individual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Bradesco Gestão de Saúde S.A. é uma Companhia por ações de capital fechado regida por Estatuto Social e disposições legais que lhes forem aplicadas e pode, para consecução de seus fins e por critério da Diretoria, instalar ou suprir sucursais, filiais, escritórios e dependências de qualquer natureza no País e no Exterior. Foi constituída em 11 de fevereiro de 2021 e, constituída com objeto exclusivo da Companhia a participação no Capital Social de outras Sociedades como cotista ou acionista. O endereço registrado da sede da Companhia é na Av. Alphaville, 779, 17º andar, Sala 1.701 parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP.

A Companhia é controlada direta da Bradseg Participações S.A. e, em última instância, do Banco Bradesco.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração e pelo Conselho de Administração da Bradseg Participações S.A. em 28 de março de 2024.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas no período apresentado nas demonstrações contábeis individuais.

a. Declaração de conformidade e base de preparação

As presentes demonstrações contábeis individuais foram preparadas em conformidade com o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas em CPC ou IFRS. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação e moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A nota explicativa 4 – Aplicações, inclui informações sobre julgamento referente a política contábil adotada.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de apresentar no não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

e. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica os ativos financeiros em duas categorias sendo: mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

i. Modelo de Negócio

Configura a maneira pela qual a Companhia administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

ii. Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI

O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

iii. Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

iv. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

v. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

vi. Ativos financeiros mensurados a valor justo por outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em "Outros resultados abrangentes", com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado do exercício.

vii. Determinação do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Títulos privados - Letras Financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Letras Financeiras leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O *spread* de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contatos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O *spread* de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera o cálculo do *spread* por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

viii. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

A Companhia avalia as perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma:

Ativos financeiros: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Companhia espera reaver, descontados pela taxa efetiva de juros da operação. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas esperadas para a vida inteira é aplicada quando um ativo financeiro, na data de relatório, tiver aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicada quando o risco de crédito não tiver aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial. A Companhia pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente quando o ativo tiver baixo risco de crédito na data do relatório.

Com relação aos Títulos Públicos, a Companhia desenvolveu internamente um estudo para avaliação do risco de crédito desses títulos, que demonstra que a perda esperada é igual a zero para os próximos 12 meses, isto é, não há necessidade de provisão para perdas de crédito.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após o reconhecimento da perda de crédito esperada, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, sobre o valor contábil bruto da provisão, exceto para ativos com problema de recuperação de crédito, nos quais, a taxa mencionada é aplicada ao valor contábil líquido de provisão.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado do exercício.

f. Investimentos

As participações acionárias em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas de ágio gerado nas aquisições, e, para as Companhias controladas do segmento saúde, contempla os efeitos do normativo CPC 50 – Contratos de seguros que teve início a partir de 1º de janeiro de 2023. Os efeitos já estão reconhecidos no resultado o detalhamento dos investimentos, bem como o resultado de equivalência patrimonial estão apresentados na nota explicativa 7 – Participações Societárias.

g. Ágios sobre investidas

O ágio ou deságio são originados no processo de aquisição de investidas.

O ágio representa o excesso de custo da aquisição em razão da participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis na empresa adquirida na data da aquisição. Quando há deságio, o montante é reconhecido imediatamente no resultado.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por *impairment* em relação a ágio sobre os investimentos em coligadas pode ser revertida.

h. Redução ao valor recuperável *(Impairment)* de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor. Em relação ao ágio, ainda que não haja indicação de perda, anualmente é realizado o teste de *impairment*.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes), ou por apuração de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

j. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor dos ativos financeiros classificados como custo amortizado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto empréstimos e recebíveis).

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Emenda Constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional 132 que estabelece as bases para a Reforma Tributária. O principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS — em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O texto aprovado necessita de regulamentação que se dará através da emissão de Leis Complementares que serão avaliadas pela Administração quando divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o aculturamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Bradseg Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que incluem as Notas Explicativas, e o Relatório dos Auditores Independentes.

Empresas Controladas e Coligadas
Em 31 de dezembro de 2023, a Bradseg Participações S.A., possuía investimentos nas seguintes empresas: Bradesco Seguros S.A., Bradesco Segprev Investimentos Ltda., Bradescor Corretora de Seguros Ltda., BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. e Bradesco Gestão de Saúde S.A.
A Sociedade é administrada por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral e por uma diretoria.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do Capital Social integralizado.
O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradseg Participações do mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.

Desempenho das Operações
O resultado acumulado do exercício de 2023 foi de R$ 6,893 bilhões (R$ 7,147 bilhões em 2022) e o patrimônio líquido somou R$ 38,878 bilhões em dezembro de 2023 (R$ 33,302 bilhões em dezembro de 2022).

Investimentos
As aplicações financeiras e os investimentos alcançaram, ao final do exercício, o montante de R$ 40,202 bilhões (R$ 37,401 bilhões em 2022).
Os Ativos Financeiros estão classificados nas categorias “Valor justo por meio do resultado” e “Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”, conforme normas contábeis em vigor.

Evento Societário
Em 28 de abril de 2023 ocorreu o aumento de capital no montante de R$ 500 milhões.
Maiores detalhes constam na Nota Explicativa nº 12b às Demonstrações Contábeis Individuais.

Gestão de Riscos
A Bradseg Participações adota as melhores práticas de Gestão de Riscos, regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Controles Internos
A atribuição de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro, sustentável e controlado satisfatoriamente. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretivas da política da Organização Bradesco sobre o tema e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e o COBIT (Control Objetives for Information and Related Technology)*.

Compliance
A estrutura de *Compliance* visa a aderência às legislações e regulamentações aplicáveis ao negócio, produtos e serviços. Dentre suas responsabilidades estão: a identificação e avaliação dos riscos regulatórios; o monitoramento e suporte contínuo às atividades destinadas à garantia da conformidade; e o apoio ao aculturamento e conscientização dos temas de *compliance*. As tomadas de decisão e o resguardo aos padrões de conduta e as responsabilidades corporativas são atendidas, conforme as governanças estabelecidas.

Prevenção a Fraude
A Bradseg Participações mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater as fraudes, disponibilizando canais de denúncia a todos os públicos de interesse, para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando total sigilo.

Privacidade e Segurança da Informação
Diante da evolução, ampliação e velocidade das soluções digitais, adotamos um arcabouço de normas, processos, procedimentos e controles com o objetivo de conduzir o adequado gerenciamento e diligência à privacidade, segurança da informação e cibernética, sempre direcionados pelos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e definições emanadas pelos Órgãos Reguladores sobre Segurança da Informação e Cibernética.
Sendo assim, a Bradseg Participações aprimora continuamente sua governança, com a adoção de medidas (preventivas e/ou tempestivas), mantendo o foco no compromisso organizacional com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade dos *stakeholders* e dos ativos de informação, sempre apoiadas nos direcionamentos do encarregado de Proteção de Dados ou *Data Protection Officer* (DPO), durante todo o ciclo de tratamento de dados, concentrando esforços na conformidade aos dispositivos legais aplicáveis para melhoria da qualidade, transparência, proteção aos dados, capacitações obrigatórias e ações de conscientização e aculturamento. Para tanto, aplicamos as boas práticas de segurança, para proteção, identificação, detecção, respostas a ameaças e recuperação de cenários de negócio, bem como a revisão de normas internas, processos, documentos firmados com terceiros e sistemas de informação e controles e o atendimento as solicitações de titulares de dados pessoais em geral, dentre outras atribuições.
Os trabalhos referentes à Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance*, Prevenção a Fraude e Privacidade e Segurança da Informação são realizados pela Bradesco Seguros (*Holding*).

Osasco, 28 de março de 2024.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2023	2022
CIRCULANTE		**6.351.913**	**6.209.588**
Disponível		**2.774**	**76**
Bancos		2.774	76
Aplicações	4	**5.611.924**	**5.402.811**
Títulos e créditos a receber		**737.215**	**806.701**
Créditos a receber	6	525.275	386.096
Créditos tributários e previdenciários	7.a	211.940	420.605
NÃO CIRCULANTE		**35.723.906**	**33.140.010**
Realizável a longo prazo		**1.486.528**	**1.459.084**
Aplicações	4	**352.830**	**317.231**
Títulos e créditos a receber		**1.133.698**	**1.141.853**
Créditos tributários e previdenciários	7.a	495.342	600.988
Depósitos judiciais e fiscais	11.b	637.041	540.865
Outros créditos operacionais		1.315	-
Investimentos		**34.237.378**	**31.680.926**
Investimentos em controladas e coligadas	8	34.237.378	31.680.926
TOTAL DO ATIVO		**42.075.819**	**39.349.598**

PASSIVO	Notas	2023	2022
CIRCULANTE		**2.555.224**	**5.492.456**
Contas a pagar		**2.555.224**	**5.492.456**
Obrigações a pagar	9	2.461.275	5.215.395
Impostos e encargos sociais a recolher		720	401
Impostos e contribuições	10	93.229	276.660
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**643.080**	**554.910**
Outros débitos		**643.080**	**554.910**
Provisões judiciais	11.a	643.080	554.910
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	**38.877.515**	**33.302.232**
Capital social		18.725.400	18.225.400
Reservas de lucros		19.484.415	18.571.767
Ajuste de avaliação patrimonial		763.405	(4.266.737)
Ações em tesouraria		(95.705)	(173.376)
Lucros acumulados		-	945.178
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**42.075.819**	**39.349.598**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS - MODELO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado antes dos Impostos	**7.021.847**	**7.366.180**
Ajustes para:		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(6.568.226)	(6.478.649)
Juros e atualizações monetárias	(31.264)	(465.802)
Despesas antecipadas	-	(1)
Lucro ajustado do exercício	**422.357**	**421.728**
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado	(20.221)	2.617.582
Títulos e créditos a receber	353.198	(350.932)
Contas a pagar	(634.807)	739.855
Outros débitos	29.788	73.585
Caixa gerado/consumido pelas operações	**(272.042)**	**3.080.090**
Imposto de renda sobre o lucro pago	(3.978)	(6.046)
Contribuição social sobre o lucro pago	(64.607)	(119.362)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**81.730**	**3.376.410**
Atividades de Investimento		
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	6.177.287	2.064.590
Aquisição de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(2.282.131)	(5.710.068)
Alienação/vencimentos e juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	2.331.781	7.703.276
Redução/aquisição de investimentos	231.000	(320.000)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**6.457.937**	**3.737.798**
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(6.536.969)	(7.114.134)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(6.536.969)**	**(7.114.134)**
Aumento/redução líquido de caixa e equivalente de caixa	**2.698**	**74**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	76	2
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.774	76
Aumento/redução líquido de caixa e equivalente de caixa	**2.698**	**74**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receitas operacionais - equivalência Patrimonial	8	6.568.226	6.478.649
Resultado Bruto		**6.568.226**	**6.478.649**
Outras despesas/receitas operacionais		110.245	(108.227)
Despesas administrativas	14. a	(90.434)	(64.391)
Despesas tributárias	14. b	(30.204)	(73.695)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**6.557.833**	**6.232.336**
Resultado financeiro	14. c	464.014	1.133.844
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		**7.021.847**	**7.366.180**
Imposto de renda	14. d	(94.252)	(160.196)
Contribuição social	14. d	(34.265)	(58.723)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**6.893.330**	**7.147.261**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**6.893.330**	**7.147.261**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):		
Companhia	(25.155)	(24.282)
Investidas	3.690.932	(1.003.926)
Imposto de renda e contribuição social	8.553	8.256
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		
Companhia	268.032	(679.035)
Investidas	1.265.455	-
Imposto de renda e contribuição social	(91.131)	230.872
Total do resultado abrangente do exercício	**12.010.016**	**5.679.146**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros					
	Capital Social	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações de tesouraria	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1° DE JANEIRO DE 2022	**18.221.181**	**2.367.957**	**10.913.018**	**(2.061.979)**	**(95.112)**	**-**	**29.345.065**
Aumento/Redução de Capital:							
- Aumento de capital conforme AGE de 24.08.2022	4.219	-	-	-	-	-	4.219
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	(464.189)	-	208.535	(255.654)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	(1.740.569)	-	736.643	(1.003.926)
Outorga de ações reconhecida em Controlada	-	-	2.505	-	-	-	2.505
Ações em tesouraria reconhecida em Controlada	-	-	-	-	(78.264)	-	(78.264)
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.147.261	7.147.261
Proposta para destinação do lucro líquido	-	357.362	4.752.929	-	-	(5.110.291)	-
Dividendos Propostos	-	-	177.996	-	-	(2.036.970)	(1.858.974)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**18.225.400**	**2.725.319**	**15.846.448**	**(4.266.737)**	**(173.376)**	**945.178**	**33.302.232**
Aumento/Redução de Capital:							
- Aumento de capital conforme AGE de 28.04.2023	500.000	-	(500.000)	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	160.299	-	-	160.299
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	3.690.932	-	(1.141.114)	2.549.818
Efeitos do CPC 50 em controladas	-	-	-	-	-	(1.282.653)	(1.282.653)
Efeitos da taxa de juros reconhecido em controladas	-	-	-	1.265.455	-	-	1.265.455
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(10.726)	(66.945)	77.671	-	-
Outorga de ações reconhecida em Controlada	-	-	36.257	(19.984)	-	-	16.273
Outros resultados abrangentes	-	-	-	385	-	-	385
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Venda de ações	-	-	-	-	-	46.427	46.427
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.893.330	6.893.330
Proposta para destinação do lucro líquido	-	422.106	1.643.006	-	-	(2.065.112)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(2.396.056)	(2.396.056)
Destinação dividendos extra	-	-	(677.995)	-	-	(1.000.000)	(1.677.995)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**18.725.400**	**3.147.425**	**16.336.990**	**763.405**	**(95.705)**	**-**	**38.877.515**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Bradseg Participações S.A. é uma Companhia por ações de capital fechado regida por Estatuto Social e disposições legais que lhes forem aplicadas e pode, para consecução de seus fins e por critério da Diretoria, instalar ou suprir sucursais, filiais, escritórios e dependências de qualquer natureza no País e no Exterior. Constitui objeto exclusivo da Companhia a participação no Capital Social de outras Companhias que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquela Instituição. O endereço registrado da sede da Companhia é Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP.
A Companhia é controlada direta do Banco Bradesco S.A.
As demonstrações contábeis consolidadas da Bradseg Participações foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais.

a. Declaração de conformidade e base de preparação
As presentes demonstrações contábeis individuais foram preparadas em conformidade com o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.
As demonstrações financeiras consolidadas da companhia não estão sendo apresentadas, neste momento, dado a faculdade prevista no item 4 do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.
As demonstrações financeiras consolidadas da companhia não estão sendo apresentadas, neste momento, dado a faculdade prevista no item 4 do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação e moeda funcional
As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).
A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 4 – Aplicações e 10 – Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante
A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de apresentar no não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.
Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judicias.

e. Aplicações e instrumentos financeiros
A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC’s 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
A Companhia classifica os ativos financeiros em três categorias mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

(i) Modelo de negócio
Configura a maneira pela qual o Grupo administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI
O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

(iii) Disponível (caixa e Equivalentes de Caixa)
São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iv) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado
Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

(v) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.
Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

- ***Recebíveis***

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis do Grupo compreendem os valores registrados nas rubricas “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos a receber” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(vi) Ativos financeiros mensurados a valor justo por outros resultados abrangentes
São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado do exercício.

(vii) Determinação do valor justo
O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos
O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos
Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Ações
Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

(viii) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros
A Companhia avalia as perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).
Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma:
Ativos financeiros: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Companhia espera reaver, descontados pela taxa efetiva de juros da operação. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.
As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas esperadas para a vida inteira é aplicada quando um ativo financeiro, na data de relatório, tiver aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicada quando o risco de crédito não tiver aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial. O Grupo pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente quando o ativo tiver baixo risco de crédito na data do relatório.
Com relação aos Títulos Públicos, o Grupo desenvolveu internamente um estudo para avaliação do risco de crédito desses títulos, que demonstra que a perda esperada é igual a zero para os próximos 12 meses, isto é, não há necessidade de provisão para perdas de crédito.
A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.
Após o reconhecimento da perda de crédito esperada, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, sobre o valor contábil bruto da provisão, exceto para ativos com problema de recuperação de crédito, nos quais, a taxa mencionada é aplicada ao valor contábil líquido de provisão.
A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado do exercício.

INÊS 249

BRADESCO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE S.A.

CNPJ: 42.074.758/0001-14

em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o aculturamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Sociedade. No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Sociedade e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação.

Exposição ao risco de crédito

O quadro a seguir apresenta as exposições da Sociedade:

		AAA
Aplicações/*Rating*	**2023**	**2022**
Valor justo por meio do resultado	**35.687**	**56.458**
Título de renda fixa privado	14.316	3.131
Título de renda fixa público (*)	21.371	53.327
Total	**35.687**	**56.458**

(*) Os títulos públicos classificados como AAA referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Sociedade honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação.

Exposição ao risco de liquidez

O quadro a seguir apresenta as exposições da Sociedade:

Ativo	**fluxo de ativos**	**fluxo de passivos**
Fluxo de 0 a 3 meses.	13.322	-
Fluxo de 4 a 12 meses.	761	2.912
Fluxo de 13 a 60 meses.	7.613	20.881
Fluxo acima de 60 meses	26.769	-
	48.465	**23.793**

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Sociedade, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

A Sociedade avaliou a composição dos seus instrumentos financeiros e tendo em vista que possui exposição em ativos de renda fixa pós fixados (LFT e Letras Financeiras de emissão privada) e operações compromissadas, em carteira ou fundo, consideradas de baixo risco, concluiu que o risco de mercado oriundo destes instrumentos não é representativo.

e. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2023	**%**	**2022**	**%**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**35.687**	**100,00%**	**56.458**	**100,00%**
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos.	35.687	100,00%	56.458	100,00%
Total	**35.687**	**100,00%**	**56.458**	**100,00%**

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos.

							2023
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil/ Valor justo**	**Valor do investimento atualizado**	**Ajuste a valor justo**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**545**	**761**	**7.613**	**26.768**	**35.687**	**35.528**	**159**
Letras financeiras do tesouro	-	761	7.613	12.997	21.371	21.371	-
Letras financeiras de emissores privados	-	-	-	13.771	13.771	13.612	159
Letras do tesouro nacional - Op. Compromissadas/outros (i)	545	-	-	-	545	545	-
Total	**545**	**761**	**7.613**	**26.768**	**35.687**	**35.528**	**159**

							2022
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil/ Valor justo**	**Valor do investimento atualizado**	**Ajuste a valor justo**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**3.131**	**1.329**	**2.307**	**49.691**	**56.458**	**56.432**	**26**
Letras financeiras do tesouro	-	1.329	2.307	49.691	53.327	53.301	26
Notas do tesouro nacional – Op. Compromissadas/outros (i)	3.131	-	-	-	3.131	3.131	-
Total	**3.131**	**1.329**	**2.307**	**49.691**	**56.458**	**56.432**	**26**

(i) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

				2023			2022
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**21.371**	**545**	**13.771**	**35.687**	**53.327**	**3.131**	**56.458**
Letras financeiras do tesouro	21.371	-	-	21.371	53.327	-	53.327
Letras financeiras de emissores privados	-	-	13.771	13.771	-	-	-
Letra do tesouro nacional - Op. Compromissadas/outros (i)	-	545	-	545	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - Op. Compromissadas/outros (i)	-	-	-	-	-	3.131	3.131
Total	**21.371**	**545**	**13.771**	**35.687**	**53.327**	**3.131**	**56.458**

(i) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

d. Movimentação das aplicações financeiras

	Títulos a valor justo por meio do resultado	
	2023	**2022**
Saldo em 1º janeiro	**56.458**	**93.459**
(+) Aplicações	36.602	104.994
(-) Resgates	(64.223)	(157.715)
(+) Rendimentos	6.850	15.720
Saldo em 31 de dezembro	**35.687**	**56.458**

e. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2023, o desempenho global dos fundos de investimentos, atingiu 108,24% (101,12% em dezembro de 2022) no acumulado do período, em relação ao referido *benchmark*.

5. Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

			2023			2022
	Circulante	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Impostos a compensar	11.798	-	11.798	10.014	-	10.014
Finsocial	447	-	447	200	-	200
Créditos e tributos diferidos (b-i)	-	27.868	27.868	-	9.872	9.872
Total	**12.245**	**27.868**	**40.113**	**10.214**	**9.872**	**20.086**

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Movimentação dos créditos tributários e tributos diferidos

	Saldo em 31/12/2022	**Constituição**	**Saldo em 31/12/2023**
Amortização de ativos identificáveis (*)	9.849	17.971	27.820
Outros	23	25	48
Total dos creditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias	**9.872**	**17.996**	**27.868**

(*) Refere-se substancialmente a constituição sobre aquisição de participações societárias na empresa investida. Maiores detalhes, consta na nota 6 - participações societárias.

c. Previsão de realização dos créditos tributários

			Diferenças temporárias
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Total**
2024	36	12	48
2028 a 2031	20.456	7.364	27.820
	20.492	**7.376**	**27.868**

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 23.788 (R$ 9.658 em 2022).

6. Participações Societárias

As participações societárias estão assim apresentadas:

	Fleury S.A.
Dados 31 de dezembro de 2023	
Capital social	2.736.029
Quantidade de ações/cotas possuídas:	
- ON.	135.961.396
Percentual de participação na data-base	24,85%
Total de ativos.	9.839.889
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	4.750.556
Provisões judiciais	5.882
Patrimônio líquido	5.083.451
Total das receitas	4.244.637
Lucro líquido do período	423.758
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**1.760.607**
Aumento de capital (i)	590.041
Outorga de ações reconhecidas em controlada	1.702
Dividendos/juros sobre capital próprio	(105.789)
Resultado de equivalência patrimonial	107.482
Amortização de ágio	(28.968)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.325.075**
Outorga de ações reconhecidas em controlada	15.785
Dividendos/juros sobre capital próprio	(59.115)
Resultado de equivalência patrimonial	353.094
Amortização de ágio	(52.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.581.984**

(i) Em 21 de novembro de 2022, a Administração da Sociedade identificou em um cenário de oportunidade de mercado, aumentar o percentual de participação na Fleury. O montante de ações (FLRY3) compradas foi de 34.165.654 através da Brasil Bolsa Balcão (B3) no montante de R$ 590.041 representando um aumento de participação societária de 5,30% totalizando 35,26%. A transação foi aprovada sem restrições pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Os valores das transações são os seguintes:

Valor pago (5,30%)	**590.041**
Valor patrimonial em 30 de novembro de 2022	401.577
Intangíveis/Imobilizado na aquisição	**188.464**
Alocação do preço de aquisição dos intangíveis/imobilizado:	
- Marcas e Patentes	96.779
- Relacionamento com clientes	90.383
- Imobilizado	5.048
- Debêntures	(5.520)
- Ágio (*Goodwill*) (*)	1.774
	188.464

(*) O ágio (*Goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. É alocado à unidade de negócio (UN) para fins de teste de *impairment*, as quais se beneficiam da combinação de negócios que originou o ágio.

O ágio (*Goodwill*), registrado no valor de R$ 1.309.938 (R$ 1.362.792 em 31 de dezembro de 2022), refere-se a Unidade Geradora de Caixa (UGC) Fleury S.A..

Anualmente é realizado o teste de *impairment* do ágio, aplicando-se a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado, com abordagem baseada em sua rentabilidade futura uma vez que premissas de crescimento e lucratividade estão em linha com dados históricos e de mercado e os parâmetros de avaliação são consistentes com o tamanho e com a expectativa de longo prazo da empresa.

A seguir relacionamos as premissas utilizadas para realização do último teste de *impairment* da controlada Fleury S.A.

Período de apuração:	5 anos, compreendendo o período entre 1° de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2028, e perpetuidade;
Moeda de projeção:	Reais (R$) em termos nominais, considerando o efeito inflacionário;
Taxa de desconto:	10,71% de acordo com a metodologia CAPM (*);
Taxa de crescimento na perpetuidade:	5,6 a.a
Premissas macroeconômicas:	Variação do PIB

(*) Capital Asset Pricing Model (CAPM) = Modelo de precificação do ativo

Adicionalmente são realizadas avaliações contínuas quanto a eventuais existências de indicativos de perda do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura, o qual é baseado em premissas que consideram, entre outras, análise de desempenho das ações da investida, crescimento das operações frente às projeções efetuadas e análises de índices operacionais. Para a data-base em questão, não foi identificada nenhuma existência de indicativo de perda no valor recuperável desses ativos.

7. Obrigações a pagar

	2023	**2022**
Dividendos a pagar	2.840	787
Outras obrigações	72	68
Total	**2.912**	**855**

8. Impostos e contribuições

	2023	**2022**
Imposto de renda	14.757	12.322
Contribuição social	2.757	3.056
COFINS	2.768	2.910
PIS	599	631
Total	**20.881**	**18.919**

9. Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 2.193.503.887 (2.193.503.887 em 2022) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2023	**2022**
Lucro líquido do período	298.969	82.806
Constituição da reserva legal	(14.948)	(4.140)
Base de cálculo dos dividendos	**284.021**	**78.666**
Dividendos propostos no período	2.840	787
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado de período	**1%**	**1%**

b. Atos societários

Em 27 de dezembro de 2023, em Reunião da Diretória foi deliberado o pagamento de dividendos à Bradesco Gestão de Saúde S.A, única acionista da Sociedade, no valor de R$ 47.000, sendo utilizado o saldo da conta "Reserva de Lucros – Estatutária".

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

10. Transações e saldos com partes relacionadas

		Ativo		Passivo
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Banco Bradesco S.A.(controlador) (a)	27.093	3.141	-	-
Bradesco Gestao Saúde (controlador) (c)	-	-	2.840	787
Total	**27.093**	**3.141**	**2.840**	**787**

		Receitas		Despesas
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Banco Bradesco S.A.(controlador) (d)	-	-	(19)	(32)
Fleury S.A. (coligada/investida) (b).	59.115	38.131	-	-
Total	**59.115**	**38.131**	**(19)**	**(32)**

(a) Refere-se a saldo em conta corrente, operações compromissadas, aplicações em ações via fundos de investimentos e Títulos Públicos.
(b) Juros sobre Capital Próprio.
(c) Dividendos a pagar.
(d) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
- Foi determinado o valor de R$ 2 (R$ 1 em 2022), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores.

11. Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas Administrativas

	2023	**2022**
Despesas com donativos e contribuições	(199)	-
Despesas com serviços de terceiros	(65)	(66)
Despesas com publicações.	(80)	(145)
Despesas administrativas diversas	(18)	-
Total	**(362)**	**(211)**

b. Despesas com tributos

	2023	**2022**
Despesas com PIS	(1.022)	(731)
Despesas com COFINS	(4.781)	(3.527)
Outras despesas com tributos.	(1)	(1)
Total	**(5.804)**	**(4.259)**

c. Resultado financeiro

i.- Receitas financeiras

	2023	**2022**
Receitas com títulos de renda fixa	6.850	15.720
Outras receitas financeiras	352	14
Total	**7.202**	**15.734**
ii. - Despesas financeiras	**2023**	**2022**
Taxa de gestão de fundos.	(83)	(78)
Outras despesas financeiras	(70)	-
Total	**(153)**	**(78)**
Resultado financeiro	**7.049**	**15.656**

d. Imposto de renda e contribuição social

	2023	**2022**
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no exercício sobre adições temporárias	17.996	9.872
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(20.149)	(16.766)
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(2.153)**	**(6.894)**

12. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

Resultado antes de impostos e participações.	**301.122**	**89.700**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(102.381)	(30.498)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial tributada nas controladas e coligadas	111.319	30.795
Doações, patrocínios e brindes	(68)	-
Outros Valores - Manual	(11.023)	(7.191)
Imposto de renda e contribuição social no exercício.	**(2.153)**	**(6.894)**
Alíquota efetiva.	1%	8%

DIRETORIA

Manoel Antonio Peres	Diretor-Presidente
Carlos Alberto Iwata Marinelli	Diretor-Geral
Flávio Bitter	Diretor-Gerente
Gedson Oliveira Santos	Diretor-Gerente
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor

Alberto Barcellos Miranda
Contador
CRC 1RJ094195/O-2 S SP

INÊS 249

ORIZON

Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Relatório da Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Demonstração do Resultado	2023	AV (%)	2022	AV (%)	2023/2022 (AH em %)
Receita operacional líquida	**658.813**	**100,00%**	**551.518**	**100,00%**	**19,45%**
Custo dos serviços prestados	**(512.582)**	**-77,80%**	**(403.784)**	**-73,21%**	**26,94%**
Lucro bruto	**146.231**	**22,20%**	**147.734**	**26,79%**	**-1,02%**
Receitas (despesas) Operacionais					
Despesas gerais e administrativas	(126.953)	-19,27%	(104.851)	-19,01%	21,08%
Outras receitas (despesas) líquidas	**36.048**	**5,47%**	**1.830**	**0,33%**	**1869,84%**
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	**55.326**	**8,40%**	**44713**	**8,11%**	**23,74%**
Resultado de equivalência patrimonial	11.060	1,68%	7.117	1,40%	43,32%
Resultado Financeiro	**(60.963)**	**-9,25%**	**(93.807)**	**-17,01%**	**-35,01%**
Receitas financeiras	134.043	20,35%	157.839	28,62%	-15,08%
Despesas financeiras	(195.006)	-29,60%	(251.646)	-45,63%	-22,51%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**5.423**	**0,82%**	**(41.377)**	**-7,50%**	**na.**
Imposto de renda e contribuição social	**(15.358)**	**-2,33%**	**(41.232)**	**-7,48%**	**-62,75%**
Corrente	(29.274)	-4,44%	(36.895)	-6,69%	-20,66%
Diferido	13.916	2,11%	(4.337)	-0,79%	-420,87%
Resultado do exercício	**(9.935)**	**-1,51%**	**(82.609)**	**-14,98%**	**-87,97%**

Receita operacional líquida

A receita líquida no período encerrado em 31 de dezembro de 2023 atingiu R$658.813 mil, em comparação com R$551.518 mil no mesmo período de 2022, crescimento de 19,45%. Esta variação foi principalmente devido: (i) ao reflexo de 12 (doze) meses dos ativos adquiridos ao longo de 2022, (ii) aos ativos adquiridos em 2023, (iii) aumento de volume do Ecoparque Pantanal e (v) variação positiva no preço médio de destinação final de resíduos.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$512.582 mil comparativamente a R$403.784 mil no ano de 2022, o que representou um aumento de R$108.798 mil ou 26,94%. Esse aumento é atribuído substancialmente aos ativos que foram adquiridos ao longo de 2022 estarem com per cento consolidados no exercício de 2023.

Lucro bruto

O lucro bruto no período encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$146.231 mil comparativamente a R$147.734 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de 1,02%. O lucro bruto representou 22,20% e 26,79% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A variação decorreu substancialmente de (i) melhora operacional nos ativos, e (ii) ativos que foram adquiridos ao longo de 2022 estarem 100% consolidados no exercício de 2023.

Despesas gerais e administrativas

No ano de 2023, as despesas gerais e administrativas totalizaram R$126.953 mil comparativamente a R$104.851 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R$22.102 mil ou 21,08%. As despesas gerais e administrativas representaram 19,27% e 19,01% da receita líquida nos anos de 2023 e de 2022, respectivamente. Essa variação pode ser atribuída substancialmente ao reforço da estrutura administrativa para consolidação dos ativos recém adquiridos, bem como pela incorporação das unidades Jaboatão dos Guararapes em maio de 2022 e Paulínia em fevereiro de 2023 na Orizon Meio Ambiente S.A..

Outras receitas (despesas), líquidas

No período encerrado em 31 de dezembro de 2023, as outras receitas, líquidas, foram de R$36.048 mil comparativamente a R$1.830 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R$34.218 mil.

Resultado antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial

Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial no período encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$55.326 mil comparativamente lucro de R$44.713 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R$10.613 mil em função dos itens dos acima mencionados e representa uma variação percentual no período de 23,74%.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro em 2023 foi uma despesa financeira líquida de R$60.963 mil comparativamente a uma despesa financeira de R$93.807 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R$32.844 mil. Essa variação ocorreu devido tanto a receitas financeiras menores na comparação entre os períodos quanto a redução de despesas financeiras

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

No ano de 2023, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social foi um lucro de R$5.423 mil comparativamente ao prejuízo de R$41.377 mil no ano de 2022, e pode ser atribuído substancialmente ao conjunto de fatores mencionados anteriormente.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício de 2023 totalizou R$15.358 mil no ano de 2023, comparado a R$41.232 mil de 2022, representou uma redução de R$25.874 mil ou 62,75%. A linha de Imposto de renda e contribuição social representou 2,33% e 7,48% da receita líquida em 2023 e 2022, respectivamente. Isto ocorreu, principalmente, pela incorporação das unidades Jaboatão dos Guararapes (antiga "Ecopesa") em maio de 2022 e Paulínia em fevereiro de 2023 na Orizon Meio Ambiente S.A..

Resultado do exercício

Em 2023, a OMA encerrou com prejuízo de R$9.935 mil comparativamente ao prejuízo de R$82.609 mil no mesmo período de 2022. Essa redução é atribuída aos itens destacados acima, a destacar os efeitos dos ativos recém-adquiridos, que trouxeram um volume de receita adicional e relevante para a Companhia.

Declaração da Administração

Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela elaboração adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas ("DFP").

Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com conclusão expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre o exame da DFP relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestou serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**216.861**	5.002	**249.528**	28.669
Títulos e valores mobiliários	4	**30**	99	**8.132**	1.441
Contas a receber de clientes	5	**40.956**	75.772	**167.386**	269.775
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	**11.504**	5.508	**24.893**	11.985
Adiantamentos	8.a	**21.502**	41.965	**38.640**	61.955
Total do ativo circulante		**290.853**	128.346	**488.579**	373.825
Não circulante					
Debêntures	10	**488.249**	419.967	**488.249**	419.967
Contas a receber de clientes	5	**40.666**	-	**76.355**	14.660
Partes relacionadas	7	**183.756**	218.318	**139.396**	194.519
Depósitos judiciais e cauções	18.c	**796**	6.572	**796**	6.578
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	**76.287**	62.372	**76.287**	62.372
Investimentos	9	**1.260.876**	1.240.113	**98.955**	39.281
Imobilizado	11	**207.170**	160.261	**722.870**	670.454
Intangível	12	**43.774**	76.354	**465.845**	530.286
Direito de uso	13	**22.790**	10.923	**40.381**	42.258
Adiantamentos	8.a	**2**	7.018	**5.599**	13.140
Total do ativo não circulante		**2.324.370**	2.201.898	**2.114.733**	1.993.515
Total do ativo		**2.615.223**	2.330.244	**2.603.312**	2.367.340

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	**21.134**	6.264	**41.826**	37.468
Arrendamentos	13	**18.734**	6.685	**28.759**	15.080
Fornecedores	14	**25.794**	26.889	**55.704**	61.494
Outorgas a pagar	15	**101**	101	**13.969**	11.415
Salários e encargos sociais	16	**12.819**	9.400	**23.074**	22.910
Impostos e contribuições a recolher	6.b	**7.038**	5.855	**33.336**	41.205
Parcelamento de impostos	17	**6.705**	6.705	**18.401**	17.904
Adiantamentos de clientes	19	**1.435**	12.514	**2.511**	21.928
Contas a pagar	20	**17.219**	9.553	**19.882**	15.146
Outros passivos circulantes	8.b	**13.131**	1.526	**708**	26.471
Total do passivo circulante		**124.110**	85.492	**238.170**	271.021
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	**1.070.864**	944.844	**1.084.736**	978.445
Arrendamentos	13	**14.487**	14.873	**23.329**	40.676
Parcelamento de impostos	17	**21.317**	19.920	**47.551**	55.622
Provisão para perdas em investimentos	9	**158**	5.799	**158**	-
Partes relacionadas	7	**651.414**	494.880	**431.581**	225.025
Provisão para contingências	18	**13.612**	17.140	**19.316**	22.914
Contas a pagar	20	**20.975**	37.742	**20.975**	37.742
Outros passivos não circulantes	8.b	**-**	-	**27.701**	26.183
Total do passivo não circulante		**1.792.827**	1.535.198	**1.655.347**	1.386.765
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	**806.843**	806.843	**806.843**	806.843
Reserva especial de ágio		**14.401**	14.401	**14.401**	14.401
Reservas de capital	21.b	**156.654**	156.654	**156.654**	156.654
Ajuste de avaliação patrimonial		**10.359**	10.359	**10.359**	10.359
Prejuízos acumulados		**(289.971)**	(278.703)	**(289.971)**	(278.703)
		698.286	709.554	**698.286**	709.554
Participação de controladores		**698.286**	709.554	**698.286**	709.554
Participação de não controladores		**-**	-	**11.509**	-
Total do patrimônio líquido		**698.286**	709.554	**709.795**	709.554
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.615.223**	2.330.244	**2.603.312**	2.367.340

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado - Exercícios findos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Notasocial	Reserva especial de ágio	Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	806.843	14.401	10.359	156.654	(196.094)	792.163	-	792.163
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(82.609)	(82.609)	-	(82.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	806.843	14.401	10.359	156.654	(278.703)	709.554	-	709.554
Aquisição parcial de participação societária	-	-	-	-	**-**	**-**	**10.176**	**10.176**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	**(11.268)**	**(11.268)**	**1.333**	**(9.935)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**806.843**	**14.401**	**10.359**	**156.654**	**(289.971)**	**698.286**	**11.509**	**709.795**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	22	**225.403**	112.162	**658.813**	551.518
Custo dos serviços prestados	23	**(221.278)**	(102.712)	**(512.582)**	(403.784)
Lucro bruto		**4.125**	9.450	**146.231**	147.734
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	**(92.807)**	(76.209)	**(126.953)**	(104.851)
Outras receitas (despesas), líquidasl	25	**20.617**	11.937	**36.048**	1.830
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial		**(68.065)**	(54.822)	**55.326**	44.713
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	**130.987**	153.723	**134.043**	157.839
Despesas financeiras	24	**(168.111)**	(209.835)	**(195.006)**	(251.646)
		(37.124)	(56.112)	**(60.963)**	(93.807)
Resultado de equivalência patrimonial	9	**80.005**	35.534	**11.060**	7.717
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(25.184)**	(75.400)	**5.423**	(41.377)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		**-**	(3.600)	**(29.274)**	(36.895)
Diferido	6.c	**13.916**	(3.609)	**13.916**	(4.337)
Lucro líquido (prejuízo) do período		**(11.268)**	(82.609)	**(9.935)**	(82.609)
Atribuível aos quotistas					
Não controladores		**-**	-	**1.333**	-
Controladores		**(11.268)**	(82.609)	**(11.268)**	(82.609)
Lucro (prejuízo) líquido básico/diluído por ação		**(3,21)**	(23,54)	**(2,83)**	(23,54)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(11.268)**	(82.609)	**(9.935)**	(82.609)
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**	-
Resultado abrangente do exercício	**(11.268)**	(82.609)	**(9.935)**	(82.609)
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores	**-**	-	**1.333**	-
Controladores	**-**	-	**(11.268)**	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	**263.892**	125.401	**765.208**	620.735
Serviços prestados	**261.775**	131.229	**758.913**	625.593
Reversão (provisão) de créditos de liquidação duvidosa	**2.117**	(5.828)	**6.295**	(4.858)
Insumos adquiridos de terceiros	**(106.285)**	(54.919)	**(268.859)**	(225.047)
Custo dos serviços prestados	**(75.607)**	(49.608)	**(227.420)**	(205.370)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(30.678)**	(5.311)	**(41.439)**	(19.677)
Valor adicionado bruto	**157.607**	70.482	**496.349**	395.688
Retenções	**(98.008)**	(41.789)	**(162.411)**	(132.469)
Depreciação e amortização	**(98.008)**	(41.789)	**(162.411)**	(132.469)
Valor adicionado líquido produzido	**59.599**	28.693	**333.938**	263.219
Valor adicionado recebido em transferência	**215.906**	195.407	**150.244**	171.490
Resultado de equivalência patrimonial	**80.005**	35.534	**11.060**	7.717
Receitas financeiras	**135.901**	159.873	**139.184**	163.773
Valor adicionado total a distribuir	**275.505**	224.100	**484.182**	434.709
Distribuição do valor adicionado	**275.505**	224.100	**484.182**	434.709
Pessoal	**82.027**	59.397	**162.801**	126.614
Remuneração direta	**49.760**	35.798	**96.595**	80.821
Benefícios	**6.334**	5.207	**11.057**	8.571
FGTS	**4.344**	3.890	**8.953**	6.877
Outros	**21.589**	14.502	**46.196**	30.345
Impostos, taxas e contribuições	**27.371**	32.427	**120.598**	121.240
Federais	**15.080**	26.004	**83.394**	90.213
Estaduais	**285**	258	**3.230**	3.048
Municipais	**12.006**	6.165	**33.974**	27.979
Remuneração de capital de terceiros	**177.375**	214.885	**210.718**	269.464
Aluguéis	**9.264**	5.050	**15.712**	17.818
Despesas financeiras	**168.111**	209.835	**195.006**	251.646
Remuneração de capitais próprios	**(11.268)**	(82.609)	**(9.935)**	(82.609)
Prejuízo do exercício	**(11.268)**	(82.609)	**(11.268)**	(82.609)
Participação de não controladores	**-**	-	**1.333**	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(11.268)	(82.609)	(9.935)	(82.609)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo):				
Resultado de equivalência patrimonial	(80.005)	(35.534)	(11.060)	(7.717)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(2.117)	5.828	(6.295)	4.858
Provisão para contingências	(3.528)	(6.898)	(3.598)	(4.383)
Ajuste a valor presente	9.422	(58.322)	9.422	(58.619)
Variação Cambial	1.263		4.228	
Rendimentos de debêntures	(69.709)	(107.563)	(69.709)	(107.564)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.915)	3.609	(13.916)	3.609
Depreciações e amortizações	95.541	41.789	162.516	132.469
Provisão para fechamento de aterro	(2.118)		1.863	
Provisão para redução ao valor recuperável	68.062	-	68.062	-
Ganho com compra vantajosa	-	(5.496)	-	(5.496)
Valor residual do imobilizado baixado	2.730		2.637	
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	150.515	89.546	158.649	97.069
Juros provisionados sobre aquisição de participação societária	-	43.184	-	43.184
Ganho com compra vantajosa e de capital na alienação de controlada	(84.492)		(84.492)	
Mensuração de instrumento financeiro a valor justo	(49.000)		(49.000)	
Custo de aquisição de participação societária	-	3.164	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	24.965	(41.949)	37.962	(56.174)
Impostos a recuperar	(4.305)	732	(12.908)	(6.028)
Depósitos judiciais e cauções	5.776	(797)	5.782	(601)
Adiantamentos	8.032	(30.378)	8.603	(20.737)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(12.285)	(21.138)	(10.953)	(6.147)
Outorgas a pagar	-	-	2.554	(846)
Salários e encargos sociais	777	1.269	(541)	3.952
Impostos e contribuições a recolher	(694)	355	21.405	27.137
Adiantamentos de clientes	(11.832)	1.389	(19.417)	4.599
Contas a pagar	(23.610)	(282.932)	(26.540)	32.036
Parcelamento de impostos	(7.496)	7.850	(7.768)	29.304
Outros	(4.501)	(636)	(25.380)	19.124
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(13.792)	(475.537)	132.171	40.420
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(29.274)	(19.939)
Juros pagos	(126.670)	(56.989)	(137.274)	(78.367)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais	(140.462)	(532.526)	(34.377)	(57.886)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de participação societária, líquidos dos caixas adquiridos	(6.501)	(406.981)	(5.508)	(406.981)
Alienação de controlada	84.492		84.492	
Aquisições de imobilizado e intangível	(52.788)	(39.012)	(169.426)	(252.752)
Títulos e valores mobiliários	69	557.761	(6.691)	560.659
Adiantamentos para futuro aumento de capital	3.048	(87.531)	29.602	(21.598)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	28.320	24.237	(67.531)	(120.672)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Arrendamentos pagos	(15.377)	(5.117)	(32.162)	(24.723)
Empréstimos e financiamentos captados	130.000	400.000	130.000	460.000
Empréstimos e financiamentos pagos	(7.617)	(12.000)	(36.750)	(21.500)
Partes relacionadas	216.403	128.773	261.679	(208.681)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	323.409	511.656	322.767	205.096
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	211.267	3.367	220.859	26.538
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.002	1.007	28.669	2.131
Caixa de incorporação - SPE Paulínia/ Ecopesa	592	628	-	-
	-	5.002	-	28.669
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	216.861	3.367	249.528	26.538
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	211.267	3.367	220.859	26.538

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Orizon Meio Ambiente foi constituída no ano de 1999 e tem como objetivo investir e atuar nos seguintes segmentos: Tratamento e Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos: A Orizon Meio Ambiente detém, direta ou indiretamente (por meio de suas controladas, controladas em conjunto), 3 (três) plantas para tratamento e destinação final de resíduos perigosos e 14 (quatorze) aterros sanitários para resíduos não perigosos. Os ativos são localizados nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Alagoas, Paraíba, Rondonia e Mato Grosso, recebendo cerca de 23.000 toneladas diárias de resíduos. Energia de Biogás, Fornecimento de Biogás e Créditos de Carbono - Controladora e controladas: Algumas controladas da Orizon Meio Ambiente vêm explorando o biogás de seus aterros sanitários para aproveitamento energético. Atualmente, a empresa capta cerca de 46.000 Nm3 por hora de biogás em 06 de seus aterros sanitários, o que significa um potencial de geração de aproximadamente 86MW instalados, que vem sendo utilizado das mais diversas maneiras , sendo parte para geração de energia e parte queimando em flare. Os aterros sanitários de Nova Iguaçu e São Gonçalo tem contratos de disponibilidade e fornecimento de biogás de longo prazo, no formato take-or-pay, com clientes privados, que desenvolvem projetos de geração de energia elétrica incentivada. O aterro de Barra Mansa de propriedade da CTR Barra Mansa produz biogás para a geração de 2 MW para projeto de geração distribuída que atende grandes empresas. Em relação ao aterro de Jaboatão dos Guararapes, a Orizon Meio Ambiente participa de *joint venture* (em formato de consórcio) que desenvolve projeto de geração de energia elétrica a partir do biogás. Em Paulínia, o aterro sanitário, recém-adquirido no contexto da UPI Aterros, fornece biogás para a planta de biometano, que por sua vez, fornece combustível para a UTE Paulínia. Por fim, no ultimo trimestre de 2023, a Companhia e suas controladas iniciaram a queima do biogás em flare nos ecoparques de Maceió e Rosario do Catete. Além disto, no que tange à exploração de créditos de carbono, as Orizon Meio Ambiente e suas controladas, possuem através de seus aterros geração anual da ordem de 3 milhões de toneladas de carbono, seja pela queima do biogás ou ainda pela geração de energia limpa[1]. [1]Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. Beneficiamento de Resíduos: Na atividade de beneficiamento de resíduos, em 31 de dezembro de 2023, a Orizon Meio Ambiente conta com 05 (cinco) unidades operacionais, sendo: (i) uma filial em Magé (com blendagem para coprocessamento), (ii) 01 joint venture com a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. para processamento de resíduos industriais em planta instalada na Companhia Siderurgica Nacional no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, (iii) 01 unidade de blendagem para coprocessamento e logística reversa em Sorocaba, estado de São Paulo, (iv) 01 unidade em Jaboatão dos Guararapes de triagem mecanizada e (v) 01 unidade de triagem mecanizada em Paulínia. Engenharia Ambiental: A Orizon Meio Ambiente possui diversos contratos de prestação de serviços, com presença em todo o Brasil, na área de serviços, ambientais, tais como: (i) recuperação de áreas degradadas, (ii) remediação de áreas contaminadas; (iii) diagnóstico e monitoramento ambiental; (iv) gerenciamento de resíduos; (v) limpeza de tanques da indústria petrolífera; dentre outros. O contexto operacional das controladas diretas é como segue: Controladas diretas: a) *Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A. ("CTRNI"):* A CTRNI foi constituída em fevereiro de 2003, e tem por objeto social obras de terraplenagem para proteção ambiental, contenção e proteção de talude, drenagem, construção, implantação, operação e manutenção da central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos no município de Nova Iguaçu (RJ), nos termos do Contrato de Concessão de Serviços ("Contrato de Concessão") celebrado com a Empresa Municipal de Limpeza Urbana ("EMLURB"), daquele município; dentre outras atividades afins. As principais características do Contrato de Concessão firmado entre a CTRNI e a EMLURB estão descritas a seguir: • Obra/Serviço: Concessão de serviços para a construção, implantação, operação e manutenção de uma central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos. • Início: 15 de dezembro de 2000. • Término: 15 de dezembro de 2034. Atualmente, além do município de Nova Iguaçu, a CTRNI atende outros clientes (públicos e privados), dentre eles as cidades de Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e Mesquita. Adicionalmente, a CTRNI disponibiliza entre 10.000 e 12.000 Nm3 por hora de biogás para usina de geração de energia elétrica, que atualmente possui cerca de 23MW instalados, bem como gera créditos de carbono. A Orizon Meio Ambiente detém área adjacente ao aterro sanitário para ampliações das atividades ali desempenhadas além do prazo da concessão. b) *Central de Tratamento de Resíduos de Alcântara S.A. ("CTRA"):* A CTRA desempenh a as atividades relacionadas ao encerramento e monitoramento do antigo lixão de Itaóca, a implantação e operação da nova unidade de tratamento e destinação final de resíduos previstas no Contrato de Concessão PMSG nº 001/2004. A CTRA é um dos principais aterros sanitários do estado do Rio de Janeiro, recebendo resíduos dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Cachoeira de Macacu,Tanguá, Niterói, Guapimirim e Maricá. Atualmente, a CTRA tem contrato com a São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda ("SGEGAR") para disponibilidade e fornecimento de biogás. A concessão da CTRA tem vencimento em agosto de 2030, podendo ser prorrogada por mais 10 anos. *Termo de composição e ajuste de entendimentos:* Em 23 de novembro de 2017, a controlada CTRA firmou termo de composição e ajuste de entendimentos com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo ("PMSG"), tendo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ("MPRJ") como interveniente. O documento firmado objetiva, dentre outros assuntos, o entendimento para recebimento dos saldos em aberto de longa data que a PMSG (concedente) possui perante à CTRA e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão PMSG n.º 001/2004. Adicionalmente, foi iniciada perícia para levantamento dos valores a receber atualizados que a controlada possui em aberto junto ao poder concedente. Em 19 de abril de 2019, o MPRJ emitiu uma peça no âmbito do processo judicial tendo como resultado as seguintes informações:

Em favor da CTRA (Concessionária)	Saldo (Abril/2019)
Tarifas mensais de referência (*)	31.649
Volume excedente	20.509
Reajuste	667
Crédito de carbono	16.042
Tratamento de chorume de Itaóca	14.715
Transporte de chorume de Itaóca	7.943
Total	**91.525**
Glosa aplicada	(14.724)
Saldo líquido ajustado	**76.801**

(*) Os valores firmados inicialmente no acordo estão contemplados nesta linha e se referem a pleito inicial da CTRA. Os valores excedentes pleiteados somente serão reconhecidos após a conclusão do processo e definição dos valores corrigidos envolvidos. Em 10 de fevereiro de 2023, a CTRA e a PMSG assinaram aditivo ao termo de composição de ajuste de entendimentos, convencionando entre as partes que a quantia estimada de R$22.427 será liquidada de forma diferida em parcelas mensais de R$300 desde a homologação do instrumento de aditivo até a liquidação integral do montante. c) *Central de Tratamento de Resíduos de Barra Mansa S.A. ("CTRBM"):* Em 3 de dezembro de 2011, a CTRBM venceu a concorrência para a implantação do aterro sanitário do município de Barra Mansa (RJ), cujo vencimento ocorrerá em 2031, renovável até 2036. A CTRBM recebe entre de 500 e 1.300 toneladas diárias de municípios e clientes privados, com destaque para a indústria siderúrgica. A CTRBM fornece biogás para planta de geração termoelétrica com capacidade instalada de 2MW, que atualmente são utilizados em projeto de geração distribuída. d) *ETR Jardim Gramacho S.A. ("ETR Gramacho"):* A ETR Gramacho tem como objeto o transbordo e a destinação de resíduos não perigosos. Esta unidade está localizada na cidade de Duque de Caxias, localizada no Estado no Rio de Janeiro, onde possui um transbordo para realização de suas atividades operacionais. A ETR Gramacho recebe cerca de 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes do município de Duque de Caxias e clientes privados, que são destinados em sua totalidade na CTR NI. e) *Ecopesa Ambiental S.A. ("Ecopesa"):* A Ecopesa, com sede na cidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, tem por objeto a prestação de serviços de implantação e operação do sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, gestão de resíduos, incluindo ainda as atividades de conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, elaboração de estudos técnicos e obras necessárias à consecução desses serviços. A Ecopesa possui apenas uma unidade operacional, sendo o aterro sanitário localizado em Jaboatão dos Guararapes ("CTR Candeias"), no estado de Pernambuco, que recebe aproximadamente 3.750 toneladas diárias de resíduos. Em 31 de maio de 2022, a Ecopesa foi incorporada pela sua controladora direta Orizon Meio Ambiente. O acervo líquido incorporado foi no montante de R$65.182, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos na Orizon Meio Ambiente, com objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data da incorporação. A Ecopesa, com sede na cidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, tem por objeto a prestação de serviços de implantação e operação do sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, gestão de resíduos, incluindo ainda as atividades de conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, elaboração de estudos técnicos e obras necessárias à consecução desses serviços. A Ecopesa possui apenas uma unidade operacional, sendo o aterro sanitário localizado em Jaboatão dos Guararapes ("CTR Candeias"), no estado de Pernambuco, que recebe aproximadamente 4.000 toneladas diárias de resíduos. Em 31 de maio de 2022, a Ecopesa foi incorporada pela Companhia. O acervo líquido incorporado foi no montante de R$65.182, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos na Orizon Meio Ambiente, com objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data da incorporação. *Aproveitamento de biogás para geração de energia:* Em 17 de novembro de 2016, a Ecopesa firmou instrumento vinculante com a ASJA do Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. ("Asja Brasil"), tendo a ASJA Ambiente Italia S.p.A. como interveniente garantidora, para geração e comercialização de energia elétrica através do biogás produzido no aterro sanitário de Jaboatão dos Guararapes. A ASJA, líder de projetos de geração de energia a partir de biogás de aterros sanitários na Europa, será a responsável por todos os investimentos e despesas necessárias para implantação, operação, manutenção e aproveitamento de todo o biogás produzido no aterro sanitário. O contrato firmado iniciou vigência a partir da data de assinatura e vigorará por até 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. Conforme detalhado na nota 27, A Orizon Meio Ambiente S.A. possui opção de compra da Asja Pernambuco, desenvolvedora do projeto de energia no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes. Asja Foxx e do Consórcio Paraíba Asja Foxx. Atualmente, a Companhia está avaliando o exercício da opção. f) *UTM Jaboatão dos Guararapes LTDA ("UTM Jaboatão"): Unidade de triagem mecanizada em Pernambuco:* Em 06 de maio de 2021, a Companhia celebrou contrato para a implantação de uma unidade de triagem mecanizada ("UTM") instalada no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco. O empreendimento entrou em operação no 3° trimestre de 2022 e tem capacidade de recebimento de 500.000 toneladas anuais de resíduos. g) *SPEs UPIs Estre ("UPIs Estre"):* O Conselho de Administração do Grupo Orizon aprovou, em 13 de maio de 2021, a apresentação, em conjunto com fundo de investimentos creditórios gerido pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. ("Fundo Jive"), de proposta vinculante para participação, desde que na condição de primeiro proponente (*stalking horse*), do processo competitivo voltado à aquisição da totalidade da participação societária representativa de uma Unidade Produtiva Isolada ("UPI Aterros") formada por 08 ativos, sendo 07 aterros sanitários e 01 planta de blendagem de líquidos, sólidos e logística reversa. Em 14 de maio de 2021, foi aprovado na assembleia geral de credores, o plano de recuperação judicial do Grupo Estre, prevendo a participação da Companhia, por meio da Orizon Meio Ambiente S.A., em conjunto com o Fundo Jive, como primeiros proponentes ("*stalking horse")*, mediante apresentação de proposta vinculante para aquisição da UPI Aterros, em envelope lacrado. Em 19 de abril de 2022, a Companhia concluiu através da Orizon Meio Ambiente, a aquisição de participação societária integral de 07 (sete) UPI Aterros da Estre Ambiental S.A. - Em Recuperação Judicial ("Ativos"), quais sejam: SPE Paulínia Ambiental S.A., SPE Tremembé Ambiental S.A., SPE Itapevi Ambiental S.A., SPE Itaboraí Ambiental S.A., Rosário do Catete Ambiental S.A., SPE CTR Metropolitana Participações S.A. e SPE Sorocaba Ambiental S.A. Tal aquisição foi realizada no âmbito do Processo de Recuperação de Judicial do Grupo Estre, e, ato imediatamente contínuo, perante fundos geridos pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda.. Para a conclusão da aquisição da UPI Aterros, em 26 de agosto de 2022, a Estre Ambiental obteve anuência junto à Prefeitura Municipal de Maceió para a alienação da SPE Maceió, autorizando a sua transferência aquisição pela Companhia. Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da SPE Maceio. Em contrapartida a esse último passo na aquisição da totalidade dos ativos da UPI Aterros, a Orizon Valorização de Resíduos S.A assumiu o pagamento, à Jive, de 4.636 mil ações da mesma, equivalente a R$184.063, considerando o preço por ação de R$39,70 (preço por ação do aumento de capital privado concluído em fevereiro de 2023). Para registro da aquisição e preparação do PPA de aquisição, a Orizon Valorização de Resíduos S.A considerou a data base de 31 de dezembro de 2022. Em conformidade com o CPC 15, o excedente pago na aquisição foi alocado como mais valia de licença, em razão da SPE Maceió possuir licença de concessão. Como contrapartida total da operação, a Orizon Valorização de Resíduos S.A entregou, no âmbito do aumento de capital privado anunciado em 26 de dezembro de 2022, o valor total de 8.181 mil ações para a Jive ao preço unitário de R$39,70, totalizando o montante de R$324.818. Em abril de 2023, a Jive deixou de ser acionista da Companhia no contexto do processo de *follow on* no segundo trimestre de 2023. As condições de pagamento estão detalhadas na nota explicativa 20. *Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):* A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Bussiness Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorreu. *Incorporação SPE Paulínia:* Em 28 de fevereiro de 2023, a SPE Paulínia foi incorporada pela sua controladora direta Orizon Meio Ambiente. O acervo líquido incorporado foi no montante de R$108.981, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos na Orizon Meio Ambiente, com objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data da incorporação.

Abaixo, resumo das informações contábeis intermediárias da SPE Paulínia na data de incorporação:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	**592**	Fornecedores	**7.059**
Contas a receber de clientes	**29.961**	Salários e encargos sociais	**2.642**
Impostos a recuperar	**1.691**	Impostos e contribuições a recolher	**1.877**
Adiantamentos	**2.122**	Adiantamento de clientes	**753**
Total do ativo circulante	**34.366**	Outros passivos	**1.951**
Não circulante		Total do passivo circulante	**14.282**
Partes relacionadas	**25.307**	Não circulante	
Imobilizado	**84.780**	Arrendamentos	**13.421**
Direito de uso	**12.896**	Parcelamento de impostos	**8.893**
Total do ativo não circulante	**122.983**	Provisão para fechamento	**11.772**
		Total do passivo não circulante	**34.086**
		Patrimônio líquido	
		Capital social	**106.532**
		Reservas de lucro	**2.449**
		Total do patrimônio líquido	**108.981**
Total do ativo	**157.349**	Total do passivo e do patrimônio líquido	**157.349**

h) *Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações Ltda.):* A Orizon Pantanal Ltda tem sede na cidade de São Paulo (SP) e tem como objeto a participação em sociedades. Atualmente, a Orizon Pantanal é detentora de 100% (cem por cento) das quotas da CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e de 100% (cem por cento) das quotas da Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada, que tem por objeto o tratamento e destinação final de resíduos em aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Cuiabá. Em 12 de setembro de 2022, a Foxx Inova Ambiental S.A. ("Foxx Inova") e a Foxx Holding S.A. ("Foxx Holding"), alienaram suas participações societárias direta e indireta, respectivamente, na Orizon Pantanal, em favor da Orizon Meio Ambiente. Desta forma, as quotas foram integralmente cedidas na mesma data, momento em que a Orizon Pantanal passou a ser integralmente controlada pela Orizon Meio Ambiente. Esta transação, não gerou nenhum impacto no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia. i) *CTR Porto Velho ("CTR PV"):* Em 17 de janeiro de 2023, a Companhia adquiriu, 51% da participação societária na empresa CTR Porto Velho S.A. ("CTR PV") junto à Ecofort Engenharia ("Ecofort"), pelo montante de R$10.000. A unidade está localizada no município de Porto Velho, no estado de Rondônia. A transação ratifica a estratégia de crescimento da Companhia quanto à ampliação de suas atividades com projetos que agregam valor para a empresa, meio ambiente e população com a expectativa de, ao longo da vida da CTR PV, implantar a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica e/ou biometano, recuperação de recicláveis, dentre outras atividades. No ultimo trimestre de 2023, o CTR PV passou a receber resíduos do município de Porto Velho, maior município da região, e ratificando a estratégia do projeto. *Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):* A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Bussiness Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição das CTR Porto Velho foram alocados conforme previsto pelo CPC15/ IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. As informações referentes aos saldos na data da aquisição estão detalhadas nos quadros abaixo:

Patrimônio líquido da CTR Porto Velho	**19.039**
% participação adquirida	**51%**
Total adquirido	**9.710**
Ativos líquidos identificáveis a valor justo	**290**
Preço de aquisição - Contraprestação	**10.000**

Controladas em conjunto e coligada: a) *UTE Paulínia Verde Participações S.A. ("UTE Paulínia"):* a) UTE Paulínia foi criada, em conjunto com com a Gera Energia do Brasil S.A. ("Gera") e a Mercúrio Holding S.A. ("Mercúrio"), visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural renovável, gerado no aterro localizado no município de Paulínia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulínia não gerou efeitos no resultado ou ágio. No final de abril de 2022, a UTE Paulínia passou a ser a titular do contrato firmado pela Mercurio com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para a venda de 15,7 MW médios, com previsão de início de fornecimento de energia elétrica, pela UTE, a partir de 01 de maio de 2022, início este prorrogável até 31 de julho de 2022, mediante condições contratuais previamente estabelecidas. Em 29 de junho de 2022, via Despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou a liberação da nona unidade geradora da UTE Paulínia, a qual possibilitou o pleno atendimento dos 15,7 MW médios negociados no leilão, a partir de 30 de junho de 2022 com fornecimento da integralidade do volume de energia elétrica negociado no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado em 25 de outubro de 2021. Entre os meses de maio e junho de 2022, a UTE Paulinia incorreu em penalidade contratual junto a CCEE no montante de R$18.369 refletindo o hiato entre a data original de início de operação, prevista no contrato, e o prazo efetivo, sendo tal montante refletido no resultado da equivalência patrimonial individual e consolidado da Companhia na proporção de sua participação no negócio. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a UTE Paulínia registrou uma receita líquida de R$259.202 e um resultado de R$28.732, refletindo a operação total da usina térmica com fornecimento do montante contratado com a CCEE. Os montantes citados nesta nota geram efeitos via equivalência patrimonial na Companhia a razão de 33,33%, em conformidade com a participação no capital social da investida. b) *Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada ("CGR Cuiabá)) e CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda ("CGR Ambiental"):*

continua...

INÊS 249

ORIZON

Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

Combinação de negócios: Em 09 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu através de sua controlada direta Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações), a totalidade da participação societária nas empresas CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada, localizadas em Cuiabá, no estado de Mato Grosso. As empresas adquiridas têm como atividade principal a destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário privado localizado no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso. A aquisição ocorreu da seguinte forma: • Preço da aquisição: R$46.000 com o seguinte cronograma de pagamento: (1) R$46.000 liquidados na data do fechamento; (2) R$10.000 liquidados 30 dias após a data de fechamento; (3) R$5.000 liquidados 60 dias após a data de fechamento; (4) R$5.000 com vencimento em 5 anos, que será corrigido a partir da data de fechamento pela variação correspondente de 105% da Taxa DI. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui reconhecido no seu contas a pagar o montante de R$4.471, visto queno início de 2023, a Companhia começou a quitar o valor anteriormente retido, atendendo as condições do acordo firmado, que determina que o saldo corrigido será liberado a razão de 20% ao ano, perfazendo o total de 100% no final de 5 anos. *Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA)*: A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Bussiness Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorreu. A Administração tem a intenção de incorporar e/ou fundir as CGR Cuiabá e Ambiental, com vistas a gerar eficiências administrativas e operacionais; dessa forma, considerou as bases fiscais dos ativos e passivos iguais às bases contábeis, motivo pelo qual não foi reconhecido passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados aos ativos. Controladas em conjunto e coligadas: a) *SES Haztec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. ("SES Haztec")*: A SES Haztec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Haztec manteve-se sem qualquer atividade operacional. b) *Vamtec Orizon Soluções Ambientais Ltda. ("Vamtec Orizon")*: A Vamtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Orizon tem como único cliente a Companhia Siderúrgica Nacional, operando com a capacidade total disponível. c) *CTR Santa Luzia ("CTR SL")*: Em 10 de abril de 2023 , a Companhia celebrou, instrumento contratual vinculante através de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., para aquisição de participação societária da empresa CTR Santa Luzia S.A. ("CTR SL"), localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, pelo valor de R$ 25.000, sendo parte através de capitalização de valores anteriormente transferidos para a CTR SL e o restante através de futuros aumentos de capital. Com o fechamento da transação e cumprimento das obrigações assumidas pela Suma Brasil Serviços Urbano e Meio Ambiente S.A. ("SUMA"), o capital social da CTR SL foi distribuído da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para OMA e 50% (cinquenta por cento) para SUMA, empresa brasileira controlada pela portuguesa Mota-Engil SGPS S.A. e espanhola Urbaser S.A.. A CTR SL é proprietária de um aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo início da operação ocorreu no 1º trimestre de 2023, com volume esperado de recebimento de até 1.500 toneladas diárias de resíduos. d) *Biometano Verde Paulínia S.A.*.: Em 14 de agosto de 2023, a Companhia e sua controladora Orizon Valorização de Resíduos S.A. divulgaram fato relevante acerca da formação de uma sociedade com a Compass Comercialização S.A. ("Compass"), para a produção de biometano no Ecoparque de Paulínia, em conjunto com a Compass Comercialização S.A. ("Compass"), companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A.. Formação de investida para produção de biometano em Paulínia: No contexto da transação, a Compass investirá até R$ 355.000, sendo R$ 235.000 no estágio inicial da parceria, dos quais R$ 100.000 aportados na Biometano Verde Paulínia S.A.e R$ 135.000 em aquisição junto a Grupo Orizon. O montante adicional de até R$ 120.000 está condicionado à entrega de um maior volume de biogás. A Companhia por sua vez´, por um período de 20 anos, se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano a preço de mercado (Vide Nota 27). d) *Biometano Verde Paulínia S.A.*: Em 20 de outubro de 2023, com o implemento das condições contratuais precedentes, a transação foi concluída, ficando a Compass com 51% de participação na Biometano Verde Paulínia S.A. e o Grupo Orizon, por meio de sua controlada direta OMA com 49%. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em até R$ 450 milhões. O início da operação da planta de Biometano de Paulínia está previsto para 2025. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em R$ 400 milhões e início da operação da planta de Biometano de Paulínia está previsto para o segundo semestre de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Adicionalmente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Administração considerou também as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações materiais próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de março de 2024. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e de suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue:

Companhia	Categoria	Participação no capital (%) 31/12/2023	31/12/2022
CTRNI	Controlada	100	100
CTRA	Controlada	100	100
CTRBM	Controlada	100	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	50	50
ETR Gramacho	Controlada	100	100
UTM Jaboatão	Controlada	100	100
Vamtec Orizon	Controlada em conjunto	50	50
UTE Paulínia	Controlada em conjunto	33,33	33,33
SPE Itaboraí	Controlada	100	100
SPE Itapevi	Controlada	100	100
SPE Paulínia [2]	Controlada	-	100
SPE Rosário do Catete	Controlada	100	100
SPE Sorocaba	Controlada	100	100
SPE Tremembé	Controlada	100	100
SPE CTR Metropolitana	Controlada	100	100
Metropolitana Serviços Ambientais	Controlada indireta	50	50
SPE Maceio	Controlada	100	100
Orizon Pantanal [1]	Controlada	100	100
CTR Porto Velho	Controlada	51	-
CTR Santa Luzia	Controlada em conjunto	75	-
Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada	Controlada indireta	100	100
CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. [1]	Controlada indireta	100	100
Orizon Holding Ceará Ltda.	Controlada direta	100	-
Biometano Verde Paulínia S.A.	Controlada em conjunto	49	-

[1] Em 12 de setembro de 2022, a Orizon Pantanal passou a ser controlada pela Orizon Meio Ambiente após suas antigas controladoras Foxx Holding e Foxx Inova, cederem suas cotas sem ônus para a nova controladora. [2] Incorporada na Orizon Meio Ambiente em 28 de fevereiro de 2023. **2.4. Investimento em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint venture):** Os investimentos da Companhia são registrados com base no método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente registrado ao custo de aquisição. Todas as alterações no patrimônio líquido das investidas são refletidas no investimento da Companhia. **2.5. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. • Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação; A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. **2.6. Mensuração de valor justo:** A Companhia avalia seus instrumentos financeiros aos respectivos valores justos, levando em consideração o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá em conformidade com a premissas da norma, conforme abaixo: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo de Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; Periodicamente a Companhia faz avaliações de seus instrumentos financeiros, afim de determinas se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo). As divulgações dos instrumentos financeiros e aqueles classificados por seus valores justos estão detalhados na nota 26. **2.7. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. O CPC 47/ IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. 2.7.1. Receita com engenharia ambiental: A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base no progresso da execução dos serviços contratados. Os gestores de cada contrato enviam periodicamente status de execução do serviços versus condições contratuais, mensurando a partir desta base as receitas e custos que deverão ser reconhecidos contabilmente. 2.7.2. Receita com tratamento e destinação de resíduos: A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base nas medições emitidas para cada cliente. As medições são extraídas do relatório da balança que controla periodicamente o volume de resíduos (TN) recebidos nas unidades de tratamento e destinação de resíduos. Ao final de cada mês são gerados relatórios com volume recebido de cada cliente, valor unitário e receita total. Com base nesta informação a receita é reconhecida contabilmente. 2.7.3. Receitas com biogás e biometano: A receita de biogás e biometano é reconhecida pela competência com base em medições, através de controle de vazão de gás bioquímico e biometano auferidos por equipamentos instalados nos aterros sanitários. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor da operação obtém a receita do período pela multiplicação de volumes de gás e biometano com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. 2.7.4. Receita com crédito de carbono: A receita de crédito de carbono é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de redução de emissão de gases poluentes na atmosfera, auferido por equipamentos instalados nos aterros sanitários. Embora não haja preço de venda dos créditos de carbono definido em contrato. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor da operação obtém a receita do período pela relação do volume redução de emissão de gases do efeito estufa com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. 2.7.5. Receita com consórcios de energia e unidade triagem mecânica ("UTM"): A receita de participação em consórcio de energia é reconhecida por competência com base em medições, através de controle de energia gerada e comercializada sob responsabilidade do consorciado ASJA. Com base neste levantamento, as controladas indiretas participantes destes consórcios são remuneradas por meio de participação variável de acordo com as condições contratuais estabelecidas. As receitas das unidades de triagem mecânica, advém do processo de separação dos produtos recicláveis do lixo orgânico e posterior comercialização. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita por competência, após a venda e efetiva entrega dos materiais vendidos ao cliente. 2.7.6. Receita financeira: A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva. **2.8. Impostos:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: A Companhia mensura seus ativos e passivos tributários correntes com base em seus valores recuperáveis ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias utilizadas para cálculo dos valores são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Impostos diferidos: A Companhia avalia e mensura seus impostos diferidos ativos e passivos considerando os efeitos das diferenças temporárias apuradas nas transações correntes na data do balançoentre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Periodicamente a Companhia revisa o valor contábil dos impostos diferidos ativos e procede ao reconhecimento de baixa de para o resultado do exercício de acordo com estudos e projeções para realização destes créditos. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.9. Imobilizado:** As classes de ativo imobilizado são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o montante na aquisição e/ou construção do ativo. Os demais custos referentes a reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, considerando também as vidas úteis para os ativos com vida útil definida. Os ecoparques (operações de aterros sanitários) são amortizados de forma variável, considerando capacidade total de recebimento de resíduos nos vales, baseadas em estudos realizados por engenheiros da Companhia e/ou especialistas contratados, o volume recebido de resíduos e o custo de formação dos vales. Os ativos são avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Um item de imobilizado é baixado por motivo de venda ou obsolescência (quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda). Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação e amortização são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando ocorrerem alterações relevantes nas estimativas de vida útil do ativo. **2.10. Intangíveis:** As classes de ativo intangível são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados periodicamente e consideram também as taxas fiscais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.11. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados em conformidade com o CPC 48 / IFRS 9 e as informações detalhadas estão apresentadas na nota 26. Ativos financeiros: A Companhia reconhece seus instrumentos financeiros ao custo amortizado ou por seu valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação. A classificação deste instrumento é avaliada pela Companhia de acordo com a característica de cada instrumento. *Reconhecimento inicial e mensuração:* Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros correspondem basicamente a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes e de partes relacionadas. Passivos financeiros: A Companhia avalia seus passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem basicamente os empréstimos e financiamentos, arrendamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. *Compensação de instrumentos financeiros:* Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.12. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, além de possuir vencimento de curto prazo para realização. **2.13. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas periodicamente pela Companhia e ajustadas quando necessário. **2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas avaliadas pelo jurídico e consultores com possibilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Vidas úteis do ativo imobilizado:* Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e à capacidade total das operações de aterro sanitário (ecoparque) para recebimento de resíduos sólidos. *Provisão para créditos de liquidação duvidosa:* Ao longo de cada exercício, a Companhia avalia a realização dos créditos a receber com base em estimativa a partir da ponderação dos riscos de perda de cada grupo do "aging list", considerando os diferentes riscos de acordo com as operações e clientes e a probabilidade futura de inadimplência, na melhor expectativa da administração. A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, considerando histórico de inadimplência por faixa de idade. Análise de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu perdas para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, no montante de R$68.062, relativo a baixa de ativos do segmento de engenharia. **2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** O Grupo analisou as seguintes normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma): • IFRS 17 - Contratos de seguro e alterações; • CPC 26/ IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2 - Divulgação de políticas contábeis; • CPC 23/ IAS 8 - Definição de estimativa contábil; • CPC 32/ IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. A Companhia avaliou como não aplicável o IFRS 17 nas práticas contábeis. Em relação às demais normas, a Companhiaalnão identificou mudanças relevantes aplicáveis às atuais práticas adotadas. **2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

Pronunciamento	Alteração
Alterações ao IFRS 16	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)
Alterações ao IAS 1	Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	Acordo de financiamento de fornecedores

A Companhia não identificou mudanças relevantes aplicáveis às atuais práticas adotadas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	-	**44**	58
Equivalentes de caixa	**6.982**	5.002	**39.605**	28.611
Certificado de depósito bancário (CDB)	**209.879**	-	**209.879**	-
Total	**216.861**	5.002	**249.528**	28.669

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os certificados de depósito bancários possuem remuneração aproximada de 100% do CDI (100% do CDI em 2022).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Certificado de depósito bancário (CDB)	**30**	99	**8.132**	1.441
Total	**30**	99	**8.132**	1.441

O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate e remuneradas a rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDIs").

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	**42.073**	71.747	**295.829**	335.241
Serviços a faturar [1]	**56.955**	23.548	**102.872**	110.449
	99.028	95.295	**398.701**	445.690
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(17.406)**	(19.523)	**(154.960)**	(161.255)
Total	**81.622**	75.772	**243.741**	284.435
Circulante	**40.956**	75.772	**167.386**	269.775
Não circulante	**40.666**	-	**76.355**	14.660

[1] O saldo de serviços a faturar refere-se a (i) Créditos de Carbono comercializados conforme as condições contratuais, que serão oportunamente baixados do contas a receber de acordo com o processo de registro, verificação e entrega; e (ii) A apropriação por competência, com base nos boletins de medição que indicam a efetiva prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
A vencer	**13.027**	47.432	**65.706**	79.580
Vencidos até 30 dias	**2.213**	2.133	**13.602**	18.110
Vencidos de 31 a 60 dias	**1.024**	933	**6.726**	4.172
Vencidos de 61 a 90 dias	**219**	1.101	**8.446**	5.721
Vencidos de 91 a 180 dias	**356**	815	**13.270**	6.265
Vencidos de 181 a 360 dias	**5.754**	1.226	**22.843**	26.866
Vencidos acima de 360 dias	**19.480**	18.107	**165.236**	194.527
Total	**42.073**	71.747	**295.829**	335.241

Dos saldos a receber da controlada CTRA junto a PMSG, no montante de R$36.890, R$12.068 estão integralmente classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias Como detalhado na nota 1, há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, atualmente contabilizados, porém, somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro	**(19.523)**	(13.695)	**(161.255)**	(35.373)
(Reversão) Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversão	**2.117**	(5.828)	**6.295**	(4.858)
Saldo oriundo de aquisição de empresa	-	-	-	(121.024)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**(17.406)**	(19.523)	**(154.960)**	(161.255)

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 31 de dezembro de 2023. Conforme detalhado na Nota 1.d, há acordo firmado pela controlada CTRA junto à Concedente com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

Movimentação do acordo	
Saldo em 1º de janeiro e 2022	14.660
Parcelas recebidas em 2022	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.660
Parcelas recebidas em 2023	(1.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**13.460**

Conforme descrito na nota 1, no primeiro trimestre houve assinatura de um aditivo com a PMSG firmando no novo fluxo de pagamento. Comercialização de créditos de carbono (Consolidado): As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificação para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

Empresa	Período de geração de créditos	Quantidade de Créditos de Carbono (tCO2eq)	Saldo em R$ Mil
CTRNI	01-01-21 a 31-12-21	563	11.997
CTRA	01-01-21 a 31-12-21	422	8.997
Orizon Meio Ambiente (Saldo incorporado da Ecopesa)	01-01-21 a 31-12-21	491	10.455
			31.449

Os créditos gerados em contratos anteriores a 2021, foram integralmente entregues e parcialmente recebidos no início de 2023, cujo montante correspondeu R$7.493. Os valores estão impactados pelos efeitos de variação cambial atualizada até 31 de dezembro de 2023. O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou a venda dos créditos de carbono gerados em 2021 no montante de R$39.275 através das controladas CTRNI, CTRA, Ecopesa(Incorporada em maio de 2022 pela OMA) e Foxx URE-JP. O montante atualizado para 31 de dezembro de 2023, considerando o efeito da variação cambial é de R$31.448 (R$36.511 em 31 de dezembro de 2022). Estes contratos abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021, sem estipular volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato inicialmente tem preço-base para os projetos no âmbito do Clean Development Mechanism ("CDM") com preço adicional caso a Companhia esteja apta ao mercado voluntário O processo de enquadramento em entidade é composto pelas seguintes etapas e está em fase de desenvolvimento pela Companhia: 1. Desenvolvimento do projeto; 2. Consulta aos stakeholders do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs, etc); 3. Envio do projeto para a nova entidade; 4. Revisão do projeto pela nova entidade; 5. Certificação do projeto. Atualmente, a Companhia, através de suas controladas indiretas, está aplicando para registro de todos os seus projetos em entidades do mercado voluntário, tais como Verified Carbon Standard (Verra) ou Gold Standard.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos e contribuições a recuperar:

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) [1]	**6.962**	2.274	**13.437**	3.263
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) [1]	**1.550**	1.137	**1.637**	1.422
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	38	**1.317**	1.519
Programa de Integração Social (PIS) [1]	**248**	328	**700**	651
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) [1]	**1.007**	1.472	**3.064**	2.912
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	**75**	71	**106**	101
Outros impostos a recuperar	**1**	1	**410**	422
Subtotal - tributos federais	**9.843**	5.321	**20.671**	10.290
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	**18**	12	**76**	773
Subtotal - tributos estaduais	**18**	12	**76**	773
Imposto sobre Serviços (ISS) [2]	**1.643**	175	**4.146**	922
Subtotal - tributos municipais	**1.643**	175	**4.146**	922
Total	**11.504**	5.508	**24.893**	11.985

[1] Os saldos apresentados referem-se principalmente (i) aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços, e (ii) impostos retidos das aplicações financeiras, cujo aumento se deve ao aumento no montante do saldo de aplicações financeiras orindo dos recuros captados no IFC (Nota 13.); [2] O saldo apresentado refere-se à retenção de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais.

b) Impostos e contribuições a recolher:

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	**1.592**	393	**2.650**	6.358
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**2.507**	2.955	**10.564**	8.740
Programa de Integração Social (PIS)	**502**	541	**2.110**	5.417
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	**2.509**	2.886
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	**6.308**	6.491
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	**1.946**	712	**5.159**	5.655
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	**91**	50	**961**	674
Outros impostos (*)	**400**	1.204	**3.075**	4.984
Total	**7.038**	5.855	**33.336**	41.205

(*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar.

SUDENE - Incentivo fiscal obtido: Em dezembro de 2023, a Companhia através de algumas de suas controladas, recebeu da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), órgão vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, aprovação do enquadramento referente ao incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais em favor da filial da OMA em Jaboatão dos Guararapes-PE, UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda., SPE Maceió Ambiental S.A. e Rosário do Catete Ambiental S.A.. Os referidos enquadramentos permitem redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda Pessoa Jurídica pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício social de 2023. A Companhia protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a receita federal do Brasil com base nos laudos emitidos pela SUDENE. c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período: A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(25.184)**	(75.400)	**5.423**	(41.377)
Alíquota nominal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	**8.563**	25.636	**(1.844)**	14.068
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**27.202**	12.082	**3.760**	2.624
Doações	**450**	-	**450**	-
Multa e juros	**1.010**	-	**3.088**	-
Investidas tributadas no lucro presumido	-	-	**(8.374)**	-
Créditos tributários constituídos (não constituídos)	**(23.309)**	(44.927)	**(12.438)**	(57.924)
Total do Imposto de renda e contribuição social	**13.916**	(7.209)	**(15.358)**	(41.232)
Alíquota efetiva (*)	**-55%**	10%	**-283%**	100%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(3.600)	**(29.274)**	(36.895)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	**13.916**	(3.609)	**13.916**	(4.337)

(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido e pelos créditos não constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia. d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são como segue:

Ativo	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	**158.600**	141.940
Diferenças temporárias		
Provisão de créditos para liquidação duvidosa	**52.686**	54.827
Provisão para contingências	**6.567**	7.791
Créditos tributários não constituídos por alcançar o limite de recuperabilidade	**(70.129)**	(73.177)
	147.724	131.381
Passivo		
Diferenças temporárias		
Aproveitamento do ágio gerado nas aquisições incorridas entre 2006 e 2009	**(21.417)**	(32.525)
Ajuste a valor presente / valor justo e outras diferenças temporárias	**(50.020)**	(36.484)
	(71.437)	(69.009)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	**76.287**	62.372

Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração realização de reestruturações societárias realizadas e esperadas para a Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre sua controladora Orizon Valorização de Resíduos e a Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável. Visando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia tem interesse de incorporar as empresas recém-adquiridas na Orizon Meio Ambiente, por isso não constituiu passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados. Em 28 de fevereiro de 2023, a Orizon Meio Ambiente incorporou sua controlada SPE Paulínia. Além disto, a Companhia segue avaliando incorporações de ativos recém adquiridos. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme abaixo:

2025	**2.824**
2026	**5.490**
2027	**8.633**
2028	**10.821**
2029	**12.690**
2030	**14.103**
2031	**15.986**
2032	**17.319**
2033	**19.339**
2034	**40.519**
TOTAL	**147.724**

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. O passivo fiscal diferido registrado pela Companhia se refere ao efeito de 34% sobre a dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização fiscal dos ágios, cuja amortização cessou contabilmente a partir do exercício de 2009. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são como segue:

Ativo fiscal diferido:

	Controladora e Consolidado 31/12/2023 Ativo Diferido	Passivo Diferido	Efeito líquido	31/12/2022 Ativo diferido	Passivo diferido	Efeito líquido
Orizon Meio Ambiente (*)	**147.724**	**(71.437)**	**76.287**	131.381	(69.009)	62.372

(*) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía passivo fiscal diferido constituído sobre ajuste a valor justo da operação da 5ª emissão de debêntures, na controladora e sobre ajustes a valor presente do empréstimo junto ao Banco Bradesco e dívida pela aquisição da Estre, no consolidado.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Ativo	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
ETR Jardim Gramacho [1]	-	1.164	-	
Orizon Valorização de Resíduos S.A. [4]	-	108.261	**26.747**	135.006
Gera Energia Brasil S.A.	**153**	153	**153**	153
Centro Gerenciamento Residuais Cuiabá	**5.428**	3.587	-	-
SPE Itapevi	**2.423**	-	-	
Metropolitana	**1.405**	-	**1.405**	-
SPE Itaboraí	**3.435**	-	-	-
SPE Rosário do Catete	**11.521**	-	-	-
SPE Maceió	**2.347**	-	-	-
SPE Metropolitana	**1**	-	-	-
Foxx Holding [1]	**37.909**	35.905	**37.909**	36.064
Foxx Inova [1]	**66.882**	23.121	**66.942**	23.181
Barueri Energias Renováveis [1]	**5.776**	1	**5.776**	1
Orizon Pantanal [1]	**46.012**	46.012	-	-
Orizon Biometano Paulinia II	**39**	-	**39**	-
Orizon Energia	**1**	-	**1**	-
Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes	**287**	-	**287**	-
Orizon Locações	**1**	-	**1**	-
Orizon Compostagem	**12**	-	**12**	-
Orizon Verde Paulinia	**9**	-	**9**	-
Orizon Holding Ceará	**1**	-	**1**	
Foxx URE - JP [1]	**114**	114	**114**	114
UTM Jaboatão dos Guararapes	-	-	-	-
Total	**183.756**	218.318	**139.396**	194.519

[1] Referem-se a transações de conta corrente, para manutenção do capital de giro. [2] Refere-se a recursos captados pela Companhia em 2022, através de emissão de debêntures, transferidos para a OVR com a finalidade de conta corrente.

Passivo	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
CTR Alcântara	**24.824**	28.363	-	-
ETR Gramacho	**2.122**	-	-	
CTRNI	**166.803**	199.475	-	-
CTRBM	**30.821**	33.218	-	-
CTR Porto Velho	**440**	-		
Orizon Valorização de Resíduos S.A. [1]	**340.411**	184.064	**342.364**	185.892
UTE Paulinia	**3.837**	3.618	**3.837**	3.618
Orizon Biometano Paulínia	**61.524**	14.540	**61.524**	14.540
SPE PAULÍNIA	-	24.393	-	-
SPE ROSÁRIO DO CATETE	-	704	-	-
SPE SOROCABA	**59**	190	-	-
SPE TREMEMBÉ	**20.329**	6.182	-	-
CGR AMBIENTAL	**244**	133	-	-
Foxx Holding	-	-	**2.933**	2.933
Foxx Inova	-	-	**20.618**	18.034
Barueri Energias Renováveis	-	-	**8**	8
ECOFORT	-	-	**297**	-
Total	**651.414**	494.880	**431.581**	225.025

[1] Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro.

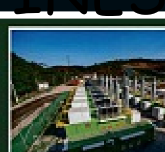
continua...

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36





MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2023 foi marcado por diversas conquistas para a OrizonVR, consolidando sua posição como uma das empresas líderes no setor de destinação, tratamento e valorização de resíduos no Brasil. O grupo reforçou seu posicionamento geográfico com a aquisição de novos ativos, avançou em importantes e diferentes frentes com projetos de biometano e economia circular, tudo isso com o fortalecimento de sua estrutura de capital e geração de resultados ainda mais sustentáveis.

Ao longo do ano, nossa Companhia demonstrou sua capacidade de expansão com as aquisições dos ecoparques de Porto Velho e Santa Luzia e o anúncio da compra do ecoparque de Juazeiro do Norte, este ainda em processo de conclusão da aquisição. Com isso, nosso posicionamento geográfico alcançou 11 estados brasileiros. Ainda no segmento de destinação final de resíduos, foi celebrada no mês de junho a extensão do prazo de concessão do Ecoparque João Pessoa por mais 20 (vinte) anos, ou seja, até 2043.

As iniciativas de biometano continuaram em foco, com alguns pontos a serem destacados no exercício encerrado: (i) contrato de fornecimento de gás natural renovável do projeto de Jaboatão dos Guararapes com a Copergás que totalizou, com o aditivo anunciado em dezembro de 2023, o suprimento contratado de um volume de até 130.000 m3/ dia; (ii) a importante parceria com a Compass Comercialização S.A., para a produção do biometano a partir do biogás capturado no Ecoparque Paulínia, que maximiza a geração do biometano e reforça o posicionamento comercial do biometano produzido no ecoparque de Paulínia, agregando a expertise de nosso sócio. Neste início de 2024, em adição aos avanços conquistados ao longo de 2023, comunicamos ao mercado a submissão, para apreciação, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE da parceria com a GN Verde Participações S.A. para a constituição de duas novas sociedades para produção inicial de cerca de 180.000 m3/dia de biometano nos Ecoparques Nova Iguaçu e São Gonçalo. As iniciativas acima descritas reforçam nosso compromisso com o nosso plano de negócios e o papel da OrizonVR na transição energética do Brasil, em busca de uma economia mais sustentável.

No segmento de Economia Circular, celebramos parcerias estratégicas que demonstram nossa capacidade de inovação e colaboração com novas alternativas no mercado. Os principais destaques nesse segmento foram o início de operação do primeiro projeto de fertilizantes orgânicos a partir do lodo de tratamento de efluentes no Ecoparque Paulínia e o contrato de fornecimento de 3 (três) anos com a Owen-Illinois que alavanca a reciclagem do vidro proveniente da UTM Jaboatão dos Guararapes. Ambas as iniciativas ressaltam nossa confiança no mercado de reciclagem e que passou o ano de 2023 em fase de amadurecimento. Essas parcerias estratégicas não apenas fortalecem nossa posição no mercado, mas também ampliam nosso alcance e impacto, permitindo-nos explorar novas oportunidades de crescimento e criação de valor.

No que tange a estrutura de capital, em abril de 2023, realizamos a oferta bem-sucedida de ações da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("OrizonVR"), em formato de oferta primária e secundária, no valor total de R$369,3 milhões, sendo R$91,1 milhões em uma primária que reforçou a posição de caixa da Companhia, e R$278,2 milhões em uma oferta secundária, que permitiu a venda das ações da Jive Investments, concluindo um ciclo vitorioso desse parceiro conosco.

Além disso, a assinatura do primeiro *sustainability linked-loan* no setor de resíduos do Brasil junto a International Finance Corporation no valor de R$130 milhões destaca nosso protagonismo com práticas empresariais responsáveis e sustentáveis, reforçando nosso papel na promoção do desenvolvimento social e ambiental.

A robustez financeira do grupo ainda foi atestada pela reafirmação da classificação de crédito corporativo da OrizonVR pela S&P Global Ratings em 'brAA+' na Escala Nacional Brasil, com mudança de perspectiva para estável. Destaca-se neste relatório a indicação de melhora na eficiência operacional entre os anos de 2023 e 2024, bem como a adequada posição de liquidez associada a uma estrutura de capital que permite a execução de nosso plano de investimentos.

Do lado social, ao longo de 2023, mantivemos os projetos que geram efeitos positivos nas comunidades do entorno de nossos ecoparques impactando 10.471 pessoas diretamente e mais de 40.000 pessoas indiretamente, com abrangência em 38 municípios envolvidos.

Dessa forma, encerramos o ano de 2023 com resultados financeiros sólidos, evidenciando nossa capacidade de gerar valor e crescimento de forma sustentável e consistente. Destacamos o incremento na receita líquida de 23,96% e do EBITDA Ajustado em 47,71% em relação ao ano anterior, refletindo os desenvolvimentos das nossas atividades de gestão e valorização de resíduos.

Iniciamos o ano de 2024 com determinação e entusiasmo, prontos para os novos desafios e para explorar nossas oportunidades de crescimento orgânico e inorgânico, buscando gerar valor para todos os nossos *stakeholders* e contribuir para um futuro mais limpo e sustentável.

Por fim, agradecemos a todos os nossos colaboradores, acionistas e conselheiros pela contribuição e apoio no processo de transformação positiva pela qual a Companhia está passando.

Atenciosamente,

Milton Pilão Jr.
CEO

Leonardo Santos
CFO e DRI

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 4T23 E 2023

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31/12/2023	AV%	Exercício Social encerrado em 31/12/2022	AV%	AH%
Receita operacional líquida	776.276	100,00%	626.224	100,00%	23,96%
Custos dos serviços prestados	(528.599)	-68,09%	(438.329)	-70,00%	20,59%
Lucro Bruto	247.677	31,91%	187.895	30,00%	31,82%
Despesas gerais e administrativas e com vendas	(132.723)	-17,10%	(148.420)	-23,70%	-10,58%
Outras receitas (despesas) líquidas	63.706	8,21%	10.310	1,65%	517,90%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	178.660	23,02%	49.785	7,95%	258,86%
Resultado de equivalência patrimonial	11.060	1,42%	7.720	1,23%	43,26%
Receitas Financeiras	80.387	10,36%	77.221	12,33%	4,10%
Despesas Financeiras	(199.191)	-25,66%	(231.580)	-36,98%	-13,99%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	70.916	9,14%	(96.854)	-15,47%	n.a.
Imposto de renda e contribuição social corrente	(34.665)	-4,47%	(38.691)	-6,18%	-10,41%
Imposto de renda e contribuição social diferido	13.916	1,79%	(7.919)	-1,26%	n.a.
Prejuízo do exercício	50.167	6,46%	(143.464)	-22,91%	n.a.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$776.276 mil comparativamente a R$626.224 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R$150.052 mil ou 23,96%. Esse aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores:

I. Tratamento e destinação final: aumento de R$ 90.415 mil ou 18,38% entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e o mesmo período de 2022, passando de R$ 491.796 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R$ 582.211 mil no mesmo período de 2023, devido (i) ao reflexo de 12 (doze) meses dos ativos adquiridos ao longo de 2022, (ii) aos ativos adquiridos em 2023, (iii) aumento de volume do Ecoparque Pantanal e (v) variação positiva no preço médio de destinação final de resíduos;

II. Energia, biogás e créditos de carbono: aumento de R$ 57.850 mil ou 96,89% entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e o mesmo período de 2022, passando de R$ 59.708 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R$ 117.558 mil no mesmo período de 2023, devido a venda de biometano para a UTE Paulínia Verde S.A. durante todo o ano de 2023;

III. Beneficiamento de resíduos e WtE: aumento de R$ 14.038 mil ou 44,80% entre o exercício social encerrado 31 de dezembro de 2023 e o mesmo período de 2022, passando de R$ 31.335 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R$ 45.373 mil no mesmo período de 2023, devido ao aumento de receita na planta de triagem mecanizada em Jaboatão dos Guararapes e reconhecimento de 12 (doze) meses da recém-adquirida unidade de blendagem para coprocessamento de Sorocaba;

Os aumentos acimas descritos foram parcialmente compensados pelas reduções abaixo:

IV. Engenharia Ambiental: redução de R$ 12.251 mil ou 28,24% entre o exercício social encerrado 31 de dezembro de 2023 e o mesmo período de 2022, passando de R$ 43.385 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R$ 31.134 mil no mesmo período de 2023, devido ao reflexo da redução dessas atividades na OrizonVR.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 528.599 mil comparativamente a R$ 438.329 mil no mesmo período de 2022, o que representou aumento de R$ 90.270 mil ou 20,59%. O custo dos serviços prestados representou 68,09% e 70,00% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento é atribuído substancialmente aos ativos que foram adquiridos ao longo de 2022 estarem 100% do consolidados no exercício de 2023.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$247.677 mil comparativamente a R$187.895 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R$59.782 mil ou 31,82%. O lucro bruto representou 31,91% e 30,00% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A variação decorreu substancialmente de (i) melhora operacional nos ativos, e (ii) ativos que foram adquiridos ao longo de 2022 estarem 100% consolidados no exercício de 2023.

Despesas gerais, administrativas e com vendas

As despesas gerais, administrativas e com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R$ 132.723 mil comparativamente a R$ 148.420 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R$ 15.697 mil ou 10,58%. As despesas gerais, administrativas e com vendas representaram 17,10% e 23,70% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, e incluem as despesas da administração central e comercial, bem como despesas diretas e indiretas das unidades operacionais.

Outras receitas (despesas), líquidas

As outras receitas (despesas), líquidas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram positivas em R$ 63.706 mil comparativamente a R$ 10.310 mil do mesmo período de 2022. Esse aumento é atribuído principalmente ao ganho de capital da alienação societária de 51% do capital da Biometano Paulínia Verde, compensados pelos custos da transação e baixa por impairment de engenharia ambiental e ativo mantido para venda.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi negativo em R$ 118.804 mil comparativamente a R$ 154.359 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R$ 35.555 mil ou 23,03%. O resultado financeiro líquido representou 15,30% e 24,65% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi positivo em R$11.060 mil comparativamente a R$7.720 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R$ 3.340 mil ou 43,26%. Esse aumento é atribuído substancialmente ao aumento nos resultados auferidos pela UTE Paulínia Verde que entrou em operação no meio do exercício de 2022.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$70.916 mil comparativamente ao prejuízo de R$96.854 mil de 2022, o que representou uma melhora de R$167.770 mil. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 9,14% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento reflete principalmente o ganho de capital oriundo da alienação de 51% do capital social da Biometano Paulínia Verde.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R$20.749 mil comparativamente a R$46.610 do ano de 2022, o que representou uma redução de R$25.861 mil ou 55,48%. O imposto de renda e contribuição social representaram 2,67% e 7,44% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Resultado do exercício

O resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi positivo em R$50.167 mil comparativamente ao prejuízo de R$143.464 mil de 2022, o que representou uma reversão de R$ 193.631 mil no resultado. O lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 representou 6,46% da receita operacional líquida. Esse aumento é atribuído substancialmente aos itens destacados acima.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestou serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Declaração da Administração

Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela preparação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas ("DFP").

Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com conclusão expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre o exame da DFP relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

IBRA B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 ITAG B3 SMLL B3 UTIL B3

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	36.299	138.827	289.426	168.875
Títulos e valores mobiliários	4	16.506	70.000	33.608	71.922
Contas a receber de clientes	5	-	-	184.168	258.897
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	4.175	1.815	30.042	13.907
Outros ativos	8.a	2.106	976	55.392	66.610
Total do ativo circulante		59.086	211.618	592.636	580.211
Não circulante					
Contas a receber de clientes	5	-	-	48.572	14.660
Partes relacionadas	7	360.011	190.039	3.006	7.866
Depósitos judiciais e cauções	17.c	-	-	10.938	7.162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	-	-	76.287	53.090
Investimentos	9	839.952	771.975	98.957	44.084
Imobilizado	10	-	-	920.767	785.079
Intangível	11	-	-	465.870	525.522
Direito de uso	12	-	-	40.670	42.658
Outros ativos	8.a	-	-	4.461	12.964
Total do ativo não circulante		1.199.963	962.014	1.669.708	1.493.085
Total do ativo		1.259.049	1.173.632	2.262.344	2.073.296

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	45.583	37.616
Arrendamentos	12	-	-	29.057	15.211
Fornecedores	13	1.295	312	59.533	65.821
Outorgas a pagar	14	-	-	14.818	11.676
Salários e encargos sociais	15	1.278	1.112	25.248	24.849
Impostos e contribuições a recolher	6.b	787	4.320	37.120	48.673
Parcelamento de impostos	16	564	-	19.011	17.904
Adiantamento de clientes	18	-	-	3.976	24.140
Partes relacionadas	7	-	32.255	-	32.255
Contas a pagar	19	-	78	18.394	12.945
Outros passivos circulantes	8.b	15	160	5.691	31.792
Total do passivo circulante		3.939	38.237	258.431	322.882
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	487.076	418.912	1.079.806	977.538
Arrendamentos	12	-	-	23.329	40.800
Parcelamento de impostos	16	13.845	678	63.901	56.406
Provisão para perdas em investimentos	9	-	-	158	158
Partes relacionadas	7	44.045	151.893	20.949	3.619
Provisão para contingências	17.a	-	-	21.477	25.075
Imposto de renda e contribuíção social diferidos	6.d	-	9.282	-	-
Pis e cofins diferidos	6.e	4.139	4.139	4.139	4.139
Contas a pagar	19	-	-	22.463	40.021
Outros passivos não circulantes	8.b	-	-	23.098	21.191
Total do passivo não circulante		549.105	584.904	1.259.320	1.168.947
Patrimônio líquido					
Capital social	20.a	1.091.127	844.323	1.091.127	844.323
Reserva para investimentos		453.262	566.649	453.262	566.649
Ajuste de avaliação patrimonial	20.c	10.359	10.359	10.359	10.359
Prejuízo acumulado		(848.743)	(888.858)	(848.743)	(888.858)
Outros resultados abrangentes		-	18.018	-	18.018
		706.005	550.491	706.005	550.491
Participação de controladores		706.005	550.491	706.005	550.491
Participação de não controladores		-	-	38.588	30.976
Total do patrimônio líquido		706.005	550.491	744.593	581.467
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.259.049	1.173.632	2.262.344	2.073.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	40.115	(149.006)	50.167	(143.464)
Perda líquida em instrumentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (Nota 19)	(27.300)	27.300	(27.300)	27.300
Constituição (Reversão) de imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	9.282	(9.282)	9.282	(9.282)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes, líquidos de tributos	(18.018)	18.018	(18.018)	18.018
Total de outros resultados abrangentes do resultado, líquidos de tributos	22.097	(130.988)	32.149	(125.446)
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores			10.052	5.542
Controladores			22.097	(130.988)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital: Custo na emissão de ações	Reserva de capital: ágio na emissão de novas ações	Reserva de capital: Instrumentos patrimoniais	Outras reservas	Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação de não controladores	Total Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	20	844.323	(31.146)	3.023	-	268.941	10.359	(739.852)	-	355.648	13.765	369.413
Instrumentos patrimoniais		-	-	-	297.518	-	-	-	-	297.518	-	297.518
Remensuração ao valor justo de instrmentos patrimoniais		-	-	-	-	-	-	-	27.300	27.300	-	27.300
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	(9.282)	(9.282)	-	(9.282)
Alienação parcial de participação de controlada		-	-	-	-	28.313	-	-	-	28.313	11.669	39.982
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	(149.006)	-	(149.006)	5.542	(143.464)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		844.323	(31.146)	3.023	297.518	297.254	10.359	(888.858)	18.018	550.491	30.976	581.467
Emissão de novas ações e conversão de instrumentos patrimoniais		246.804	(8.390)	-	(297.518)	192.521	-	-	(27.300)	106.117	-	106.117
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	9.282	9.282	-	9.282
Aquisição parcial de participação societária		-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.328	9.328
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.768)	(11.768)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	40.115	-	40.115	10.052	50.167
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20	1.091.127	(39.536)	3.023	-	489.775	10.359	(848.743)	-	706.005	38.588	744.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional líquida	21	-	-	776.276	626.224
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(528.599)	(438.329)
Lucro bruto		-	-	247.677	187.895
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	(21.747)	(27.343)	(132.723)	(148.420)
Outras (despesas) receitas, líquidas	24	50.526	(1.064)	63.706	10.310
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		28.779	(28.407)	178.660	49.785
Resultado de equivalência patrimonial	9	67.977	(58.572)	11.060	7.720
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	16.054	77.144	80.387	77.221
Despesas financeiras	23	(72.695)	(135.589)	(199.191)	(231.580)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		40.115	(145.424)	70.916	(96.854)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	6.c	-	-	(34.665)	(38.691)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	6.c	-	(3.582)	13.916	(7.919)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		40.115	(149.006)	50.167	(143.464)
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores				10.052	5.542
Controladores				40.115	(149.006)
Prejuízo básico /diluído por ação				0,48	(2,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas	50.526	(1.064)	954.133	710.046
Serviços prestados	-	-	883.401	704.910
Outras receitas	50.526	(1.064)	63.706	10.310
Reversão (provisão) de créditos de liquidação duvidosa	-	-	7.026	(5.174)
Insumos adquiridos de terceiros	(8.352)	(5.052)	(302.466)	(267.626)
Custo dos serviços prestados	-	-	(231.872)	(226.956)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.352)	(5.052)	(70.594)	(40.670)
Valor adicionado bruto	42.174	(6.116)	651.667	442.420
Retenções	-	-	(167.523)	(140.517)
Depreciação e amortização	-	-	(167.523)	(140.517)
Valor adicionado líquido produzido	42.174	(6.116)	484.144	301.903
Valor adicionado recebido em transferência	85.262	22.534	97.179	94.834
Resultado de equivalência patrimonial	67.977	(58.572)	11.060	7.720
Receitas financeiras	17.285	81.106	86.119	87.114
Valor adicionado total a distribuir	127.436	16.418	581.323	396.737
Distribuição do valor adionado	127.436	16.418	581.323	396.737
Pessoal	13.395	22.291	181.495	153.925
Remuneração direta	10.810	19.706	112.122	103.385
Benefícios	-	-	10.826	8.252
FGTS	-	-	9.285	7.422
Outros	2.585	2.585	49.262	34.866
Impostos, taxas e contribuições	1.231	7.544	133.606	135.189
Federais	1.231	7.544	93.793	102.021
Estaduais	-	-	3.235	3.048
Municipais	-	-	36.578	30.120
Remuneração de capital de terceiros	72.695	135.589	216.055	251.087
Aluguéis	-	-	16.864	19.507
Despesas financeiras	72.695	135.589	199.191	231.580
Remuneração de capitais próprios	40.115	(149.006)	50.167	(143.464)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	40.115	(149.006)	40.115	(149.006)
Participação de não controladores	-	-	10.052	5.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	40.115	(149.006)	50.167	(143.464)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo):				
Resultado de equivalência patrimonial	(67.977)	58.572	(11.060)	(7.720)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(7.026)	5.174
Provisão para contingências	-	-	95	(11.298)
Ajuste a valor presente	(1.428)	(42.488)	7.756	(14.405)
Variação cambial	-	-	4.513	6.599
Amortização de gastos na captação de recursos	-	918	-	918
Imposto de renda e contribuíção social diferidos	-	3.582	(13.915)	7.191
PIS e COFINS diferidos	-	(4.966)	-	(4.966)
Depreciações e amortizações	-	-	165.660	135.346
Provisão para fechamento de aterro	-	-	1.863	5.171
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	68.062	-
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	69.592	107.508	158.883	96.995
Valor residual de imobilizado baixado	-	-	2.636	-
Juros provisionados sobre saldo a pagar de aquisição de participação societária	-	-	-	43.184
Ganho com alienação de controlada	(50.507)	-	(135.000)	(5.496)
Instrumento financeiro mensurado a valor justo	-	-	(49.000)	-
Marcação a mercado do pagamento baseado em ações, liquidados em caixa	-	11.827	-	11.827
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	43.330	(54.749)
Impostos a recuperar	(2.360)	(841)	(16.135)	(6.742)
Depósitos judiciais e cauções	-	11	(3.776)	(583)
Adiantamentos	(1.130)	1.228	(9.374)	16.752
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(3.774)	186	(16.208)	(2.898)
Outorgas a pagar	-	-	3.142	(965)
Salários e encargos sociais	166	104	(306)	4.052
Impostos e contribuições a recolher	(3.533)	4.219	21.349	33.389
Adiantamentos de clientes	-	-	(20.164)	(20.615)
Contas a pagar	(78)	(4.206)	(20.274)	(31.711)
Parcelamento de impostos	4.862	678	8.408	29.821
Outros	(145)	(58)	(27.887)	20.877
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(16.197)	(12.732)	205.739	111.684
Imposto de renda e contribuíção social pagos	-	-	(32.902)	(21.214)
Juros pagos	-	-	(137.358)	(77.802)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(16.197)	(12.732)	35.479	12.668
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de participação societária, líquidos dos caixas adquiridos	-	-	(11.852)	(406.981)
Alienação de participação societárias	50.507	-	135.000	40.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	29.601	(21.588)
Dividendos recebidos	-	-	(11.768)	-
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-	(255.334)	(197.348)
Títulos e valores mobiliários	53.494	166.496	38.314	335.677
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	104.001	166.496	(76.039)	(250.240)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos captados	-	-	130.000	460.000
Empréstimos e financiamentos pagos	-	-	(36.750)	(21.500)
Arrendamentos pagos	-	-	(32.948)	(25.680)
Partes relacionadas	(277.102)	(7.153)	14.039	(1.211)
Pagamento baseado em ações, líquidado em caixa	(718)	(8.079)	(718)	(8.079)
Emissão de novas ações	87.488	-	87.488	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(190.332)	(15.232)	161.111	403.530
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(102.528)	138.532	120.551	165.958
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	138.827	295	168.875	2.917
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.299	138.827	289.426	168.875
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(102.528)	138.532	120.551	165.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Orizon" ou "Companhia") é uma companhia aberta (ORVR3), constituída em dezembro de 2009 e sede na Avenida Nações Unidas, nº 12.901, Torre Oeste, 8º andar, Brooklin, município e estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, e outras atividades afins, sendo que, em 31 de dezembro de 2023, o principal ativo da Companhia é o investimento direto na Orizon Meio Ambiente S.A. ("Orizon Meio Ambiente"). Adicionalmente, a Companhia também detém 100% das ações da Foxx Holding S.A. ("Foxx Holding"), entidade detentora, através da Foxx Inova, de (i) 67% do ecoparque de João Pessoa (PB) e (ii) 80% da Unidade de Recuperação Energética ("URE") de Barueri, primeiro projeto de geração de energia elétrica a partir da queima de resíduos (*waste-to-energy*) da América Latina, em fase pré-operacional, tendo a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP") como acionista com participação de 20% no capital social da Barueri Energia Renovável S.A. A Companhia detém, em 31 de dezembro de 2023, 15 aterros sanitários para destinação final de resíduos não-perigosos (distribuídos em 10 estados), 02 transbordos, 04 unidades de tratamento e destinação de resíduos perigosos, 08 plantas de exploração de biogás, 07 projetos de créditos de carbono registrados na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, 01 planta de biometano, 05 plantas de beneficiamento de resíduos e 01 projeto de *waste-to-energy* e 01 usina termelétrica a partir do biometano, que em 2023, receberam cerca 8,3 milhões de toneladas de resíduos. As empresas controladas e controladas em conjunto são aqui definidas como "Grupo Orizon" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia.O contexto operacional das controladas diretas é como segue: Controladas diretas: a) *Orizon Meio Ambiente:* A Orizon Meio Ambiente foi constituída no ano de 1999 e tem como objetivo investir e atuar nos seguintes segmentos: *Tratamento e Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos:* A Orizon Meio Ambiente detém, direta ou indiretamente (por meio de suas controladas, controladas em conjunto), 3 (três) plantas para tratamento e destinação final de resíduos perigosos e 14 (quatorze) aterros sanitários para resíduos não-perigosos. Os ativos são localizados nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Alagoas, Paraíba, Rondonia e Mato Grosso, recebendo cerca de 23.000 toneladas diárias de resíduos. *Energia de Biogás, Fornecimento de Biogás e Créditos de Carbono - Controladora e controladas:* Algumas controladas da Orizon Meio Ambiente vêm explorando o biogás de seus aterros sanitários para aproveitamento energético. Atualmente, a empresa capta cerca de 46.000 Nm3 por hora de biogás em 08 de seus aterros sanitários, o que significa um potencial de geração de aproximadamente 86MW instalados, que vem sendo utilizado das mais diversas maneiras, sendo parte para geração de energia e parte queimando em flare. Os aterros sanitários de Nova Iguaçu e São Gonçalo tem contratos de disponibilidade e fornecimento de biogás de longo prazo, no formato *take-or-pay*, com clientes privados, que desenvolvem projetos de geração de energia elétrica incentivada. O aterro de Barra Mansa de propriedade da CTR Barra Mansa produz biogás para a geração de 2 MW para projeto de geração distribuída que atende grandes empresas. Em relação ao aterro de Jaboatão dos Guararapes, a Orizon Meio Ambiente participa de *joint venture* (em formato de consórcio) que desenvolve projeto de geração de energia elétrica a partir do biogás. Em Paulínia, o aterro sanitário, recém-adquirido no contexto da UPI Aterros, fornece biogás para a planta de biometano, que por sua vez, fornece combustível para a UTE Paulínia. No último trimestre de 2023, a Companhia iniciou, através de suas controladas, a queima do biogás em flare nos ecoparques de Maceió e Rosario do Catete. Por fim, no que tange à exploração de créditos de carbono, a Orizon Meio Ambiente, suas controladas e a Foxx URE-JP, possuem através de seus aterros geração anual da ordem de 3 milhões de toneladas de carbono, seja pela queima do biogás ou ainda pela geração de energia limpa[1]. [1] Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. *Beneficiamento de Resíduos:* Na atividade de beneficiamento de resíduos, em 31 de dezembro de 2023, a Orizon Meio Ambiente conta com 05 (cinco) unidades operacionais, sendo: (i) uma filial em Magé (com blendagem para coprocessamento), (ii) 01 joint venture com a Vamtec Rio Insumos Siderurgicos Ltda. para processamento de resíduos industriais em planta instalada na Companhia Siderurgica Nacional no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, (iii) 01 unidade de blendagem para coprocessamento e logística reversa em Sorocaba, estado de São Paulo, (iv) 01 unidade em Jaboatão dos Guararapes de triagem mecanizada e (v) 01 unidade de triagem mecanizada em Paulínia. *Engenharia Ambiental:* A Orizon Meio Ambiente possui diversos contratos de prestação de serviços, com presença em todo o Brasil, na área de serviços, ambientais, tais como: (i) recuperação de áreas degradadas, (ii) remediação de áreas contaminadas; (iii) diagnóstico e monitoramento ambiental; (iv) gerenciamento de resíduos; (v) limpeza de tanques da indústria petrolífera; dentre outros. b. *Foxx Holding:* A Foxx Holding é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo e tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior. A Foxx Inova Ambiental S.A., é uma holding de participações subsidiária integral da Foxx Holding, que tem como investimentos: (i) participação majoritária (67%) da Foxx URE JP, que detém a concessão do aterro sanitário de João Pessoa, e (ii) é única acionista da Barueri Energia Renovável S.A., que detém a concessão, em formato de Parceria Público Privada, do projeto de geração de energia a partir dos resíduos (*waste-to-energy*) que será implantado no município de Barueri, na Região Metropolitana de São Paulo. O contexto operacional das controladas indiretas é como segue: Controladas indiretas: a) *Central de Tratamento de Resíduos Nova Igua*çu S.A. ("CTRNI")*:* A CTRNI foi constituída em fevereiro de 2003, e tem por objeto social obras de terraplenagem para proteção ambiental, contenção e proteção de talude, drenagem, construção, implantação, operação e manutenção da central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos no município de Nova Iguaçu (RJ), nos termos do Contrato de Concessão de Serviços ("Contrato de Concessão") celebrado com a Empresa Municipal de Limpeza Urbana ("EMLURB"), daquele município; dentre outras atividades afins. As principais características do Contrato de Concessão firmado entre a CTRNI e a EMLURB estão descritas a seguir: • Obra/Serviço: Concessão de serviços para a construção, implantação, operação e manutenção de uma central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos. • Início: 15 de dezembro de 2000. • Término: 15 de dezembro de 2034. Atualmente, além do município de Nova Iguaçu, a CTRNI atende outros clientes (públicos e privados), dentre eles as cidades de Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e Mesquita. Adicionalmente, a CTRNI disponibiliza entre 10.000 e 12.000 Nm3 por hora de biogás para usina de geração de energia elétrica, que atualmente possui cerca de 23MW instalados, bem como gera créditos de carbono. A Orizon Meio Ambiente detém área adjacente ao aterro sanitário para ampliações das atividades ali desempenhadas além do prazo da concessão. b) *Central de Tratamento de Resíduos de Alcântara S.A. ("CTRA"):* A CTRA desempenha as atividades relacionadas ao encerramento e monitoramento do antigo lixão de Itaóca, a implantação e operação da nova unidade de tratamento e destinação final de resíduos previstas no Contrato de Concessão PMSG nº 001/2004. A CTRA é um dos principais aterros sanitários do estado do Rio de Janeiro, recebendo resíduos dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Tanguá, Niterói, Guapimirim e Maricá. Atualmente, a CTRA tem contrato com a São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda ("SGEGAR") para disponibilidade e fornecimento de biogás. A concessão da CTRA tem vencimento em agosto de 2030, podendo ser prorrogada por mais 10 anos. *Termo de composição e ajuste de entendimentos:* Em 23 de novembro de 2017, a controlada CTRA firmou termo de composição e ajuste de entendimentos com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo ("PMSG"), tendo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ("MPRJ") como interveniente. O documento firmado objetiva, dentre outros assuntos, o entendimento para recebimento dos saldos em aberto de longa data que a PMSG (concedente) possui perante à CTRA e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão PMSG n.º 001/2004. Adicionalmente, foi iniciada perícia para levantamento dos valores a receber atualizados que a controlada possui em aberto junto ao poder concedente. Em 19 de abril de 2019, o MPRJ emitiu uma peça no âmbito do processo judicial tendo como resultado as seguintes informações:

Em favor da CTRA (Concessionária)	Saldo (Abril/2019)
Tarifas mensais de referência (*)	31.649
Volume excedente	20.509
Reajuste	667
Crédito de carbono	16.042
Tratamento de chorume de Itaóca	14.715
Transporte de chorume de Itaóca	7.943
Total	**91.525**
Glosa aplicada	(14.724)
Saldo líquido ajustado	**76.801**

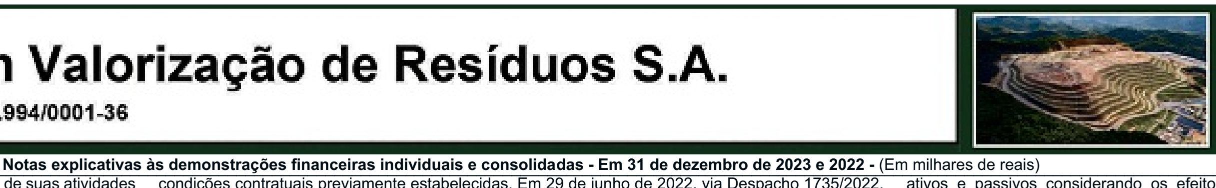
(*) Os valores firmados inicialmente no acordo estão contemplados nesta linha e se referem a pleito inicial da CTRA. Os valores excedentes pleiteados somente serão reconhecidos após a conclusão do processo e definição dos valores corrigidos envolvidos.

Em 10 de fevereiro de 2023, a CTRA e a PMSG assinaram aditivo ao termo de composição de ajuste de entendimentos, convencionando entre as partes que a quantia estimada de R$22.427 será liquidada de forma diferida em parcelas mensais de R$300 desde a homologação do instrumento de aditivo até a liquidação integral do montante. *c) Central de Tratamento de Resíduos de Barra Mansa S.A. ("CTRBM"):* Em 3 de dezembro de 2011, a CTRBM venceu a concorrência para a implantação do aterro sanitário do município de Barra Mansa (RJ), cujo vencimento ocorrerá em 2031, renovável até 2036. A CTRBM recebe entre 500 e 1.300 toneladas diárias de municípios e clientes privados, com destaque para a indústria siderúrgica. A CTRBM fornece biogás para planta de geração termoelétrica com capacidade instalada de 2MW, que atualmente são utilizados em projeto de geração distribuída. d) *ETR Jardim Gramacho S.A. ("ETR Gramacho"):* A ETR Gramacho tem como objeto o transbordo e a destinação de resíduos não perigosos. Esta unidade está localizada na cidade de Duque de Caxias,

continua...

INÊS 249

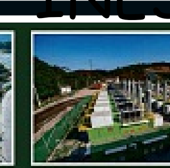
ORIZON
VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36





Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

localizada no Estado no Rio de Janeiro, onde possui um transbordo para realização de suas atividades operacionais. A ETR Gramacho recebe cerca de 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes do município de Duque de Caxias e clientes privados, que são destinados em sua totalidade na CTRNI. e) *Ecopesa Ambiental S.A. ("Ecopesa"):* A Ecopesa, com sede na cidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, tem por objeto a prestação de serviços de implantação e operação do sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, gestão de resíduos, incluindo ainda as atividades de conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, elaboração de estudos técnicos e obras necessárias à consecução desses serviços. A Ecopesa possui apenas uma unidade operacional, sendo o aterro sanitário localizado em Jaboatão dos Guararapes ("CTR Candeias"), no estado de Pernambuco, que recebe aproximadamente 4.000 toneladas diárias de resíduos. Em 31 de maio de 2022, a Ecopesa foi incorporada pela sua controladora direta Orizon Meio Ambiente. O acervo líquido incorporado foi no montante de R$65.182, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos na Orizon Meio Ambiente, com objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data da incorporação. *Aproveitamento de biogás para geração de energia:* Em 17 de novembro de 2016, a Ecopesa firmou instrumento vinculante com a ASJA do Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. ("Asja Brasil"), tendo a ASJA Ambiente Italia S.p.A. como interveniente garantidora, para geração e comercialização de energia elétrica através do biogás produzido no aterro sanitário de Jaboatão dos Guararapes. O contrato firmado iniciou vigência a partir da data de assinatura e vigorará por até 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. Conforme detalhado na nota 26, a Orizon Meio Ambiente S.A. possui opção de compra da Asja Pernambuco, desenvolvedora do projeto de energia no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes. Atualmente, a Companhia está avaliando o exercício da opção. f) *Foxx Inova:* A Foxx Inova, é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo (SP). A Foxx Inova tem como objeto a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior e o desenvolvimento de estudos e projetos para execução de obras e realização de serviços de relativos à limpeza urbana e destinação de resíduos sólidos, além de execução de serviços de engenharia civil e ambiental. g) *Barueri Energia Renovável S.A. ("Barueri Energia"* - anteriormente denominada *Foxx URE-BA):* A Barueri Energia é uma sociedade por ações, formada pela Foxx Inova e Sabesp, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, e tem como objeto social o tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos sob regime de concessão, comercialização da energia oriunda da reciclagem energética, créditos de carbono e créditos de reciclagem. A Barueri Energia é pioneira na implantação de waste-to-energy na América Latina. Nos exercícios de 2021 e 2022, a Barueri Energia participou e se sagrou vencedora de dois leilões de geração de energia promovidos pelo governo federal. A partir de 01 de janeiro de 2026, a Barueri Energia comercializará anualmente 105.000 MWh, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço atualizado de R$613,64/MWh, totalizando cerca de R$1,3 bilhão para o período de 20 anos, corrigido anualmente pelo IPCA. A Barueri Energia terá uma potência instalada de 20 MWe, com capacidade de tratamento de aproximadamente 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano[1]. [1]Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. *Alienação de participação societária:* Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia alienou 20% (vinte por cento) do capital social da Barueri Energia Renovável, subsidiária indireta da OrizonVR, para a Sabesp, pelo valor de R$ 40.000 (quarenta milhões de reais). O ganho líquido de R$28.313, decorrente desta operação, é consequência da baixa de 20% do acervo líquido da Barueri Energia Renovável, no montante de R$11.687 e do reconhecimento da venda de R$40.000, cujo saldo foi integralmente recebido na data de fechamento da operação. Uma vez que o Grupo manteve o controle da Barueri Energia, o resultado desta operação foi registrado no patrimônio líquido. h) *Orizon Pantanal (Antiga "Orizon Locações Ltda"):* A Orizon Pantanal Ltda tem sede na cidade de São Paulo (SP) e tem como objeto a participação em sociedades. Atualmente, a Orizon Pantanal é detentora de 100% (cem por cento) das quotas da CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e de 100% (cem por cento) das quotas do Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada, que tem por objeto o tratamento e destinação final de resíduos em aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Cuiabá. Em 12 de setembro de 2022, a Foxx Inova Ambiental S.A. ("Foxx Inova") e a Foxx Holding S.A. ("Foxx Holding"), alienaram suas participações societárias direta e indireta, respectivamente, na Orizon Pantanal, em favor da Orizon Meio Ambiente. Desta forma, as quotas foram integralmente cedidas na mesma data, momento em que a Orizon Pantanal passou a ser integralmente controlada pela Orizon Meio Ambiente. Esta transação, não gerou nenhum impacto no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia. i) *Foxx URE-JP:* A Foxx URE-JP é concessionária junto ao município de João Pessoa, recebendo os resíduos de vários municípios na região com volume da ordem de 2.000 toneladas diárias, e tem como objeto social o tratamento e destinação final de resíduos não-perigosos, incluindo a eliminação de resíduos não-perigosos pela combustão ou incineração, com ou sem o objetivo de geração de eletricidade ou vapor, cinzas ou outros subprodutos para posterior aproveitamento. A Foxx URE-JP atua também na geração de energia a partir do biogás em consórcio firmado com a ASJA. Em 30 de maio de 2023, a Foxx URE-JP celebrou Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com a Autarquia Especial Municipal de João Pessoa, prorrogando o prazo de contrato de concessão por 20 anos, cuja nova vigência será até 29 de maio de 2043. j) *FIDC Orizon - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados:* Em 10 de dezembro de 2020, a Orizon assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Orizon Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC Orizon"), CNPJ nº 37.737.564/0001-11, administrado pela Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gerido pela Modal Asset Management Ltda. e (ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC ORIZON, cuja integralização de recursos ocorreu em 11 dezembro de 2020, no montante de R$8.000. O Fundo destinado à aplicação exclusivamente por único cotista (Orizon), que se qualifica como Investidor Profissional, nos termos da regulamentação aplicável. k) *UTM Jaboatão dos Guararapes LTDA* ("*UTM Jaboatão*"): *Unidade de triagem mecanizada em Pernambuco:* Em 06 de maio de 2021, a Companhia celebrou contrato para a implantação de uma unidade de triagem mecanizada ("UTM") instalada no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco. O empreendimento entrou em operação no 3° trimestre de 2022 e tem capacidade de recebimento de 500.000 toneladas anuais de resíduos. l) *Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda ("CGR Cuiabá) e CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda ("CGR Ambiental"):* Em 09 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu através de sua controlada indireta Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações), a totalidade da participação societária nas empresas CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada, localizadas em Cuiabá, no estado de Mato Grosso. As empresas adquiridasA têm como atividade principal a destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário. m) *SPEs UPIs Estre ("UPIs Estre"):* O Conselho de Administração do Grupo Orizon aprovou, em 13 de maio de 2021, a apresentação, em conjunto com fundo de investimentos creditórios gerido pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. ("Fundo Jive"), de proposta vinculante para participação, desde que na condição de primeiro proponente (*stalking horse*), do processo competitivo voltado à aquisição da totalidade da participação societária representativa de uma Unidade Produtiva Isolada ("UPI Aterros") formada por 08 ativos, sendo 07 aterros sanitários e 01 planta de blendagem de líquidos, sólidos e logística reversa. Em 14 de maio de 2021, foi aprovado na assembleia geral de credores, o plano de recuperação judicial do Grupo Estre, prevendo a participação da Companhia, por meio da Orizon Meio Ambiente S.A., em conjunto com o Fundo Jive, como primeiros proponentes ("*stalking horse")*, mediante apresentação de proposta vinculante para aquisição da UPI Aterros, em envelope lacrado. Em 19 de abril de 2022, a Companhia concluiu através de sua controlada Orizon Meio Ambiente, a aquisição de participação societária integral de 07 (sete) sociedades que são parte da UPI Aterros da Estre Ambiental S.A. - Em Recuperação Judicial ("Ativos"), quais sejam: SPE Paulínia Ambiental S.A., SPE Tremembé Ambiental S.A., SPE Itapevi Ambiental S.A., SPE Itaboraí Ambiental S.A., Rosário do Catete Ambiental S.A., SPE CTR Metropolitana Participações S.A. e SPE Sorocaba Ambiental S.A.. Tal aquisição foi realizada no âmbito do Processo de Recuperação de Judicial do Grupo Estre, e, ato imediatamente contínuo, perante fundos geridos pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. Em contrapartida à aquisição da totalidade dos investimentos, a controlada Orizon Meio Ambiente pagou o montante total de R$516 milhões, sendo R$403 milhões primordialmente em caixa, parte à vista e parte a prazo, e o saldo remanescente com 3.545.459 ações ordinárias de emissão da Companhia (estimado, na época do fechamento da compra, em R$113 milhões). Este saldo atualizado foi inicialmente classificado no patrimônio líquido, tendo como contrapartida o ativo da Orizon Valorização de Resíduos, em virtude de mútuo celebrado a favor da Companhia, com a Orizon Meio Ambiente, como consequência das condições de pagamento da operação. Já a controlada Orizon Meio Ambiente, registrou o montante na rubrica de partes relacionada versus contas a pagar por aquisição de empresas. O detalhamento do fluxo financeiro da aquisição está na nota 19. Para a conclusão da aquisição da UPI Aterros, em 26 de agosto de 2022, a Estre Ambiental obteve anuência junto à Prefeitura Municipal de Maceió para a alienação da SPE Maceió. Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia, por meio da sua subsidiária integral Orizon Meio Ambiente S.A. conclui a aquisição da SPE Maceio. Em contrapartida a esse último passo na aquisição da totalidade dos ativos da UPI Aterros, a Companhia assumiu o pagamento, à Jive, de 4.636 mil ações da Companhia, equivalente a R$184.063, considerando o preço por ação de R$39,70 (preço por ação do aumento de capital privado concluído em fevereiro de 2023). Para registro da aquisição e preparação do PPA de aquisição, a Companhia considerou a data base de 31 de dezembro de 2022. Em conformidade com o CPC 15, o excedente pago na aquisição foi alocado como mais valia de licença, em razão da SPE Maceió possuir licença de concessão. Como contrapartida total da operação, a Companhia entregou, no âmbito do aumento de capital privado anunciado em 26 de dezembro de 2022, o valor total de 8.181 mil ações para a Jive ao preço unitário de R$39,70, totalizando o montante de R$324.818. Em abril de 2023, a Jive deixou de ser acionista da Companhia no contexto do processo de *follow-on* no segundo trimestre de 2023. As condições de pagamento estão detalhadas na nota explicativa 19. *Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):* A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Bussiness Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorreu. *Incorporação SPE Paulínia:* Em 28 de fevereiro de 2023, a SPE Paulínia foi incorporada pela sua controladora direta Orizon Meio Ambiente. O acervo líquido incorporado foi no montante de R$108.981, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos na Orizon Meio Ambiente, com objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data da incorporação. Abaixo, resumo das demonstrações financeiras da SPE Paulínia na data da incorporação:

Ativo		**Passivo**	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	**592**	Fornecedores	**7.059**
Contas a receber de clientes	**29.961**	Salários e encargos sociais	**2.642**
Impostos a recuperar	**1.691**	Impostos e contribuições a recolher	**1.877**
Adiantamentos	**2.122**	Adiantamento de clientes	**753**
Total do ativo circulante	**34.366**	Outros passivos	**1.951**
		Total do passivo circulante	**14.282**
Não circulante		Não circulante	
Partes relacionadas	**25.307**	Arrendamentos	**13.421**
Imobilizado	**84.780**	Parcelamento de impostos	**8.893**
Direito de uso	**12.896**	Provisão para fechamento	**11.772**
Total do ativo não circulante	**122.983**	Total do passivo não circulante	**34.086**
		Patrimônio líquido	
		Capital social	**106.532**
		Reservas de lucro	**2.449**
		Total do patrimônio líquido	**108.981**
Total do ativo	**157.349**	Total do passivo e do patrimônio líquido	**157.349**

n) *Orizon Energia e Gás Renovável Ltda ("Orizon Energia"):* Em 05 de abril de 2022, foi constituída a Orizon Energia e Gás Renovável Ltda ("Orizon Energia"), cujo objeto social é a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista nas investidas listadas abaixo:

Empresa	**Objeto**
Orizon Biometano Paulínia Ltda	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon Biometano Paulínia II Ltda	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon O&M Ltda.	Operação e manutenção de equipamentos
Orizon Locação de equipamento Ltda.	Locação de equipamentos
Orizon Biometano Rosário do Catete Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon GD Itapevi 1 Ltda	Planta para geração de energia elétrica
Orizon GD Itapevi 2 Ltda	Planta para geração de energia elétrica
Orizon GD Itapevi 3 Ltda	Planta para geração de energia elétrica
Orizon GD Itapevi 4 Ltda	Planta para geração de energia elétrica
Orizon GD Itapevi 5 Ltda	Planta para geração de energia elétrica

o) *CTR Porto Velho ("CTR PV"):* Em 17 de janeiro de 2023, a Companhia adquiriu através da controlada Orizon Meio Ambiente, 51% da participação societária na empresa CTR Porto Velho S.A. ("CTR PV") junto à Ecofort Engenharia ("Ecofort"), pelo montante de R$10.000. A unidade está localizada no município de Porto Velho, no estado de Rondônia. A transação ratifica a estratégia de crescimento da Companhia quanto à ampliação de suas atividades com projetos que agregam valor para a empresa, meio ambiente e população com a expectativa de, ao longo da vida da CTR PV, implantar a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica e/ou biometano, recuperação de recicláveis, dentre outras atividades. No ultimo trimestre de 2023, o CTR PV passou a receber resíduos do município de Porto Velho, maior município da região, e ratificando a estratégia do projeto. *Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):* A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Bussiness Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição das CTR Porto Velho foram alocados conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. As informações referentes aos saldos na data da aquisição estão detalhadas nos quadros abaixo:

Patrimônio líquido da CTR Porto Velho	**19.039**
% participação adquirida	**51%**
Total adquirido	**9.710**
Ativos líquidos identificáveis a valor justo	**290**
Preço de aquisição - Contraprestação	**10.000**

Controladas em conjunto e coligadas: a) *UTE* Paulínia Verde Participações S.A. ("*UTE Paulínia"):* A UTE Paulínia foi criada, em conjunto com a Gera Energia do Brasil S.A. ("Gera") e a Mercúrio Holding S.A. ("Mercúrio"), visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural renovável, gerado no aterro localizado no município de Paulínia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulínia não gerou efeitos no resultado ou ágio. No final de abril de 2022, a UTE Paulínia passou a ser a titular do contrato firmado pela Mercurio com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para a venda de 15,7 MW médios, com previsão de início de fornecimento de energia elétrica, pela UTE, a partir de 01 de maio de 2022, início este prorrogável até 31 de julho de 2022, mediante condições contratuais previamente estabelecidas. Em 29 de junho de 2022, via Despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou a liberação da nova unidade geradora da UTE Paulínia, a qual possibilitou o pleno atendimento dos 15,7 MW médios negociados no leilão, a partir de 30 de junho de 2022 com fornecimento da integralidade do volume de energia elétrica negociado no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado em 25 de outubro de 2021. Entre os meses de maio e junho de 2022, a UTE Paulínia incorreu em penalidade contratual junto a CCEE no montante de R$18.369 refletindo o hiato entre a data original de início de operação, prevista no contrato, e o prazo efetivo, sendo tal montante refletido no resultado da equivalência patrimonial individual e consolidado da Companhia na proporção de sua participação no negócio. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a UTE Paulínia registrou uma receita líquida de R$259.202 e um resultado de R$28.732, refletindo a operação total da usina térmica com fornecimento do montante contratado com a CCEE. Os montantes citados nesta nota geram efeitos via equivalência patrimonial na Companhia a razão de 33,33%, em conformidade com a participação no capital social da investida. *b) SES Haztec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. ("SES Haztec"):* A SES Haztec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Haztec manteve-se sem qualquer atividade operacional. *c) Vamtec Orizon Soluções Ambientais Ltda. ("Vamtec Orizon"):* A Vamtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Orizon tem como único cliente a Companhia Siderúrgica Nacional, operando com a capacidade total disponível. *d) CTR Santa Luzia ("CTR SL"):* Em 10 de abril de 2023, a Companhia celebrou, instrumento contratual vinculante através de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., para aquisição de participação societária da empresa CTR Santa Luzia S.A. ("CTR SL"), localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, pelo valor de R$ 25.000, sendo parte através de capitalização de valores anteriormente transferidos para a CTR SL e o restante através de futuros aumentos de capital. Com o fechamento da transação e cumprimento das obrigações assumidas pela Suma Brasil Serviços Urbano e Meio Ambiente S.A. ("SUMA"), o capital social da CTR SL foi distribuído da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para OMA e 50% (cinquenta por cento) para SUMA, empresa brasileira controlada pela portuguesa Mota-Engil SGPS S.A. A CTR SL é proprietária de um aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo início da operação ocorreu no 1º trimestre de 2023, com volume esperado de recebimento de até 1.500 toneladas diárias de resíduos. *e) Biometano Verde Paulínia:* Sociedade para produção de biometano em Paulínia: Em 14 de agosto de 2023, a Companhia e sua subsidiária integral Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") divulgaram fato relevante acerca da formação de uma sociedade para a produção de biometano no Ecoparque de Paulínia em conjunto com a Compass Comercialização S.A. ("Compass"), Companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. Formação de investida para produção de biometano em Paulínia: No contexto da transação, a Compass investirá até R$ 355.000, sendo R$ 235.000 no estágio inicial da parceria, dos quais R$ 100.000 aportados na Biometano Verde Paulínia S.A. e R$ 135.000 em secundária para o Grupo Orizon. O montante adicional de até R$ 120.000 está condicionado à entrega de um maior volume de biogás. A OMA por sua vez, por um período de 20 anos, se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Nota 26). Em 20 de outubro de 2023, com o implemento das condições contratuais precedentes, a transação foi concluída, ficando a Compass com 51% de participação na Biometano Verde Paulínia S.A. e o Grupo Orizon, por meio da sua controlada direta OMA com 49%. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em R$ 400 milhões, o início da operação da planta de Biometano de Paulínia está previsto para o segundo semestre de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Adicionalmente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Administração considerou também as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações materiais próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de março de 2024. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e de suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária de uma controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (incluindo ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue:

Controladas da Orizon Valorização de Resíduos:		31/12/2023	31/12/2022
Orizon Meio Ambiente S.A	Controlada direta	**100**	100
Foxx Holding S.A	Controlada direta	**100**	100
FIDC Orizon [1]	Controlada direta	**100**	100
Orizon Energia e Gás Renovável Ltda	Controlada direta	**100**	100
Orizon Compostagem Ltda.	Controlada direta	**100**	-
Controladas da Orizon Meio Ambiente:			
CTRNI	Controlada indireta	**100**	100
CTRA	Controlada indireta	**100**	100
CTRBM	Controlada indireta	**100**	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	**50**	50
ETR Gramacho	Controlada indireta	**100**	100
UTM Jaboatão	Controlada indireta	**100**	100
Vamtec Orizon	Controlada em conjunto	**50**	50
UTE Paulínia	Controlada em conjunto	**33,33**	33,33
SPE Itaboraí	Controlada indireta	**100**	100
SPE Itapevi	Controlada indireta	**100**	100
SPE Paulínia [4]	Controlada indireta	**-**	100
SPE Rosário do Catete	Controlada indireta	**100**	100
SPE Sorocaba	Controlada indireta	**100**	100
SPE Tremembé	Controlada indireta	**100**	100
SPE CTR Metropolitana	Controlada indireta	**100**	100
Metropolitana Serviços Ambientais	Controlada indireta	**50**	50
SPE Maceio	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Pantanal [2]	Controlada indireta	**100**	100
CTR Porto Velho	Controlada indireta	**51**	-
CTR Santa Luzia	Controlada em conjunto	**50**	-
Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Holding Ceará Ltda.	Controlada indireta	**100**	-
Controladas da Foxx Holding:			
Foxx Inova Ambiental S.A	Controlada indireta	**100**	100
Foxx URE JP Ambiental S.A	Controlada indireta	**67**	67
Barueri Energia Renovável S.A	Controlada indireta	**80**	80
Controladas da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda.			
GD1 Itapevi[3]	Controlada indireta	**100**	100
GD2 Itapevi[3]	Controlada indireta	**100**	100
GD3 Itapevi[3]	Controlada indireta	**100**	100
GD4 Itapevi[3]	Controlada indireta	**100**	100
GD5 Itapevi[3]	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Paulínia Ltda	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Paulínia II Ltda	Controlada indireta	**100**	-
Orizon O&M Ltda.	Controlada indireta	**100**	-
Orizon Locação de equipamento Ltda.	Controlada indireta	**100**	-
Orizon Biometano Rosário do Catete Ltda.	Controlada indireta	**100**	-
Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Ltda.	Controlada indireta	**100**	-
Controladas da Orizon Compostagem Ltda.			
Consório Orizon Tera	Controlada indireta	**50**	-
SPE Biovalore I S.A	Controlada em conjunto	**30**	-
SPE Biovalore II S.A	Controlada em conjunto	**30**	-

[1] O FIDC Orizon está sem operações. [2] Em 12 de setembro de 2022, a Orizon Pantanal passou a ser controlada pela Orizon Meio Ambiente após suas antigas controladoras Foxx Holding e Foxx Inova, cederem suas cotas sem ônus para a nova controladora. [3] As GDs Itapevi referem-se basicamente à empresas criadas para eventual futura geração de energia no ecoparque Itapevi. [4] Incorporada na Orizon Meio Ambiente em 28 de fevereiro de 2023. **2.4. Investimento em controladas, coligadas e controladas em conjunto:** Os investimentos da Companhia *são registrados com base no método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente registrado ao custo de aquisição. Todas as alterações no patrimônio líquido das investidas são refletidas no* investimento da Companhia. **2.5. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. • Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação; A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. **2.6. Mensuração de valor justo:** A Companhia avalia seus instrumentos financeiros aos respectivos valores justos, levando em consideração o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá em conformidade com a premissas da norma, confome abaixo: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo de Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; Periodicamente a Companhia faz avaliações de seus instrumentos financeiros, afim de determinas se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo). As divulgações dos instrumentos financeiros e aqueles classificados por seus valores justos estão detalhados na nota 26. **2.7. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. O CPC 47/ IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. 2.7.1. Receita com engenharia ambiental: A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base no progresso da execução dos serviços contratados. Os gestores de cada contrato enviam periodicamente status de execução do serviços versus condições contratuais, mensurando a partir desta base as receitas e custos que deverão ser reconhecidos contabilmente. 2.7.2. Receita com tratamento e destinação de resíduos: A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base nas medições emitidas para cada cliente. As medições são extraídas do relatório da balança que controla periodicamente o volume de resíduos (TN) recebidos nas unidades de tratamento e destinação de resíduos. Ao final de cada mês são gerados relatórios com volume recebido de cada cliente, valor unitário e receita total. Com base nesta informação a receita é reconhecida contabilmente. 2.7.3. Receitas com biogás e biometano: A receita de biogás e biometano é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de vazão de gás bioquímico e biometano auferidos por equipamentos instalados nos aterros sanitários. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor de cada contrato obtém as receitas do período pela multiplicação de volumes de gás e biometano com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. 2.7.4. Receita com crédito de carbono: A receita de crédito de carbono é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de redução de emissão de gases poluentes na atmosfera, auferido por equipamentos instalados nos aterros sanitários, e desde que haja preço de venda dos créditos de carbono definido em contrato. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor da operação obtém a receita do período pela relação do volume redução de emissão de gases do efeito estufa com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. 2.7.5. Receita com consórcios de energia e unidade triagem mecânica ("UTM"): A receita de participação em consórcio de energia é reconhecida por competência com base em medições, através de controle de energia gerada e comercializada sob responsabilidade do consorciado ASJA. Com base neste levantamento, as controladas indiretas participantes destes consórcios são remuneradas por meio de participação variável de acordo com as condições contratuais estabelecidas. As receitas das unidades de triagem mecânica, advém do processo de separação dos produtos recicláveis do lixo orgânico e posterior comercialização. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita por competência, após a venda e efetiva entrega dos materiais vendidos ao clientes. 2.7.6. Receita com a comercialização de energia: A receita de energia é reconhecida por competência com base na quantidade contratada de energia (MWh) estabelecida em contrato e entregue pela Companhia. Esta operação atualmente é realizada pela controlada integral indireta Barueri Energia. 2.7.7. Receita financeira: A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva. **2.8. Impostos:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: A Companhia mensura seus ativos e passivos tributários correntes com base em seus valores recuperáveis ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias utilizadas para cálculo dos valores são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Impostos diferidos: A Companhia avalia e mensura seus impostos diferidos ativos e passivos considerando os efeitos das diferenças temporárias apuradas nas transações correntes na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Periodicamente a Companhia revisa o valor contábil dos impostos diferidos ativos e procede ao reconhecimento de baixa de para o resultado do exercício de acordo com estudos e projeções para realização destes créditos. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.9. Imobilizado:** As classes de ativo imobilizado são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o montante na aquisição e/ou construção do ativo. Os demais custos referentes a reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, considerando também as taxas fiscais para os ativos com vida útil definida. Os ecoparques (operações em aterros sanitários) são amortizados de forma variável, considerando capacidade total de recebimento de resíduos nos vales, baseadas em estudos realizados por engenheiros da Companhia e/ou especialistas contratados, o volume recebido de resíduos e o custo de formação dos vales. Os ativos são avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Um item de imobilizado é baixado por motivo de venda ou obsolescência (quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda). Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação e amortização são revistos periódicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando ocorrerem alterações relevantes nas estimativas de vida útil do ativo. **2.10. Intangíveis:** As classes de ativo intangível são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados periodicamente e consideram também as taxas fiscais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.11. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados em conformida com o CPC 48 / IFRS 9 e as informações detalhadas estão apresentadas na nota 26. Ativos financeiros: A Companhia reconhece seus instrumentos financeiros ao custo amortizado ou por se valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação. A classificação deste instrumento é avaliada pela Companhia de acordo com a característica de cada instrumento. *Reconhecimento inicial e mensuração:* Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros correspondiam basicamente a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes e de partes relacionadas. Passivos financeiros: A Companhia avalia seus passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem basicamente os empréstimos e financiamentos, arrendamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. *Compensação de instrumentos financeiros:* Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.12. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, além de possuir vencimento de curto prazo para realização. **2.13. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas periodicamente pela Companhia e ajustadas quando necessário. **2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas avalidas pelo jurídico e consultores com possibilidade perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Vidas úteis do ativo imobilizado:* Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e à capacidade total das operações de aterro sanitário (ecoparque) para recebimento de resíduos sólidos. *Provisão para créditos de liquidação duvidosa:* Ao longo de cada exercício, a Companhia avalia a realização dos saldos de contas a receber com base em estimativa a partir da ponderação dos riscos de perda de cada grupo do "aging list", considerando os diferentes riscos de acordo com as operações de cobrança e a probabilidade futura de inadimplência, na melhor expectativa da administração. A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, considerando histórico de inadimplência por faixa de idade. *Análise de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:* Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu perdas para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, no montante de R$68.062, relativo a baixa de ativos do segmento de engenharia. **2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** O Grupo analisou as seguintes normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma): • IFRS 17 - Contratos de seguro e alterações; • CPC 26/ IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2 - Divulgação de políticas contábeis; • CPC 23/ IAS 8 - Definição de estimativa contábil; • CPC 32/ IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. A Companhia avaliou como não aplicável o IFRS 17 nas práticas contábeis. Em relação às demais normas, a Companhia não identificou mudanças relevantes aplicáveis às atuais práticas adotadas. **2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

Pronunciamento	**Alteração**
Alterações ao IFRS 16	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)
Alterações ao IAS 1	Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	Acordo de financiamento de fornecedores

A Companhia não identificou mudanças relevantes aplicáveis às atuais práticas adotadas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Caixa	**1**	1	**1**	59
Bancos	**484**	785	**43.686**	30.775
Certificado de depósito bancário (CDB)	**35.814**	138.041	**245.739**	138.041
Total	**36.299**	138.827	**289.426**	168.875

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os certificados de depósito bancários possuem remuneração aproximada de 100% do CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Certificado de depósito bancário (CDB)	**16.506**	70.000	**33.608**	71.922

O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate e remuneradas a rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDIs").

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

	31/12/2023	**31/12/2022**
Faturados	**300.033**	315.523
A faturar[(1)]	**88.291**	120.644
	388.324	436.167
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(155.584)**	(162.610)
Total	**232.740**	273.557
Circulante	**184.168**	258.897
Não circulante	**48.572**	14.660

[(1)] O saldo de contas a receber a faturar refere-se a (i) créditos de carbono comercializados conforme as condições contratuais, que serão oportunamente baixados do contas a receber de acordo com o processo de registro, verificação e entrega; e (ii) a apropriação por competência, com base nos boletins de medição que indicam a efetiva prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.
A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

	31/12/2023	**31/12/2022**
A vencer	**66.396**	54.875
Vencidos até 30 dias	**15.849**	18.235
Vencidos de 31 a 60 dias	**7.346**	4.172
Vencidos de 61 a 90 dias	**8.455**	5.721
Vencidos de 91 a 180 dias	**13.281**	7.707
Vencidos de 181 a 360 dias	**22.843**	27.532
Vencidos acima de 360 dias	**165.863**	197.281
Total	**300.033**	315.523

Dos saldos a receber da controlada indireta CTRA junto a PMSG, no montante de R$36.890, R$12.068 estão integralmente classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias. Como detalhado na nota 1, há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, que somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31 de dezembro de 2023 é como segue:

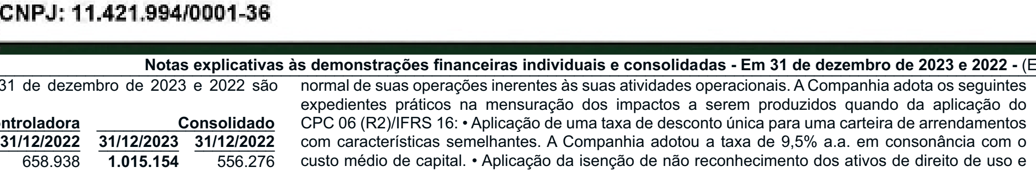
	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Saldo em 1° de janeiro	**(162.610)**	(36.412)
Reversão (Constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	**7.026**	(5.174)
Saldo oriundo de aquisição de empresa	**-**	(121.024)
Saldo no fim do exercício	**(155.584)**	(162.610)

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 31 de dezembro de 2023. Conforme detalhado na Nota 1.d, há acordo firmado pela controlada indireta CTRA junto à PMSG, com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

Movimentação do acordo	
Saldo em 1° de janeiro e 2022	14.660
Parcelas recebidas em 2022	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.660
Parcelas recebidas em 2023	**(1.200)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**13.460**

continua...

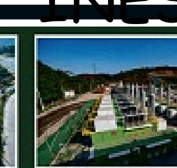
INÊS 249



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36





Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1° de Janeiro	**418.912**	658.938	**1.015.154**	556.276
Encargos financeiros	**69.709**	107.508	**154.450**	93.119
Ajuste a valor presente	**(1.428)**	(42.488)	**(409)**	804
Captações de recursos	**-**	-	**130.000**	460.000
Custos na captação de recursos	**(117)**	-	**(4.131)**	(15.394)
Amortização de gastos na captação de recursos	**-**	918	**-**	918
Pagamento de principal	**-**	(256.000)	**(36.750)**	(21.500)
Pagamento de juros	**-**	(49.964)	**(132.925)**	(59.069)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**487.076**	418.912	**1.125.389**	1.015.154

Cronograma de pagamentos: Em 31 de dezembro de 2023, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2025	**50.989**
2026	**190.586**
2027	**185.191**
2028	**178.505**
2029 em diante	**474.535**
Total	**1.079.806**

Orizon Meio Ambiente - Banco ABC Brasil (Consolidado): Em 18 de fevereiro de 2020, a controlada Orizon Meio Ambiente assinou contratos de empréstimos com o Banco ABC Brasil, com o propósito de suportar a quitação da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante e Garantias Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Orizon Meio Ambiente. A captação de recursos junto ao Banco ABC Brasil foi realizada através da emissão de duas cédulas de créditos bancários ("CCBs") no valor total de R$40.000. A Companhia liquidou a última parcela desta dívida no primeiro semestre de 2023. *CTRNI - Banco ABC Brasil (Consolidado):* Em 11 de junho de 2021, a controlada indireta CTRNI captou o montante de R$15.000 junto ao Banco ABC Brasil, através de emissão de cédula única. Este montante é remunerado por 100% do CDI + 0,2141% a.m. A dívida será quitada em 40 parcelas de R$375, sendo a primeira com vencimento em 12 de julho 2021 e a última em 11 de outubro 2024. O empréstimo não possui garantias e as cláusulas de vencimento antecipado desses instrumentos estão relacionadas ao atendimento dos mesmos índices não financeiros já descritos na seção que trata de recurso captado pela Orizon Meio Ambiente junto ao ABC. Adicionalmente, em 08 de dezembro de 2022, a controlada indireta CTRNI assinou com o Banco ABC do Brasil Cédula de Crédito Bancário (CDB), no montante de R$20.000. A dívida será liquidada em 8 parcelas semestrais de R$5.000, vencendo a primeira em 09 de janeiro de 2023 e a última em 12 de janeiro de 2026, com remuneração de 100% da variação do CDI + 2,9183% a.a. Os juros serão pagos mensalmente a partir do pagamento da primeira parcela de principal. O Termo também possui clausula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento. A dívida possui alguns *covenants* não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outros itens de vencimento antecipado: • A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) declaração de falência; (2) deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) protesto de títulos; dentre outros itens menos relevantes. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui obrigações descumpridas. *CTRNI - Banco Safra (Consolidado):* Em 30 de maio de 2022, a controlada indireta CTRNI captou o montante de R$20.000 junto ao Banco Safra, através de emissão de cédula única. O montante será remunerado por 100% do CDI+0,19% a.m. A dívida será quitada em 4 parcelas semestrais de R$5.000, ocorrendo o primeiro vencimento em 05 de dezembro de 2022 e o último em 03 de junho de 2024. A dívida possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outros itens de vencimento antecipado: • A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) Declaração de falência; (2) Deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) Protesto de títulos e/ou vencimento declarado de dívidas com valores superiores a R$15.000; dentre outros itens menos relevantes. • A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBTIDA - 4,5x a 4x escalonada até o vencimento; • Relação EBTIDA x Despesas Financeiras - Inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui obrigações descumpridas. *CTR NI - Banco Votorantim:* Em 22 de julho de 2022, a controlada indireta CTRNI firmou com o Banco Votorantim Termo de Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, no montante de R$20.000, representado por 20.000 notas comerciais. A dívida será liquidada em 4 parcelas semestrais de R$5.000, vencendo a primeira em 22 de janeiro 2023 e a última em 22 de julho 2024, com remuneração de 100% da variação do CDI + 2,6% a.a. O Termo também possui clausula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento. A dívida possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outros itens de vencimento antecipado: A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) declaração de falência; (2) deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) protesto de títulos e/ou vencimento declarado de dívidas com valores superiores a R$15.000; dentre outros itens menos relevantes. A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBTIDA - 4,5x a 4x escalonada até o vencimento; • Relação EBTIDA x Despesas Financeiras - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui obrigações descumpridas. *Orizon Meio Ambiente - Assunção de dívida - Banco Bradesco (Consolidado):* Em 23 de junho de 2020, a dívida que a Synthesis possuía junto ao Bradesco foi cedida para a Orizon Meio Ambiente, passando a Companhia a ser devedora da dívida que sua controlada direta e quitando a dívida que a Companhia possuía em aberto com a Synthesis. Em virtude desta transação, a Companhia possui reconhecido montante de R$23.860 (R$23.451 em 31 de dezembro de 2022) como ajuste a valor presente, de forma a refletir o fluxo temporal dos valores a receber da controlada Orizon Valorização de Resíduos. O efeito do ajuste a valor presente reduziu a dívida reconhecida em conta redutora no passivo, que será realizado até o vencimento da mesma. Desta forma, o Banco Bradesco S.A. e Orizon Meio Ambiente, com interveniência e garantia da Companhia, firmaram Instrumento Particular de Confissão, Assunção de Dívida e Outras Avenças, na qual a Orizon Meio Ambiente assumiu a posição da Synthesis junto ao Banco Bradesco, a ser pago da seguinte forma: (a) 12 parcelas no valor de R$327, mensais e consecutivas, e; (b) O saldo devedor remanescente no dia 30 de abril de 2029: Após 19 de junho 2021, o juros remuneratório passaram a ser calculados a 0,08% ao mês, equivalente a taxa anual de 1% e, sobre o valor acrescido, atualização de acordo com a flutuação diária correspondente a 100% da taxa dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, de prazo igual a um dia útil, apurada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. No referido documento, Synthesis e Companhia, em decorrência do ajustado no Instrumento de Confissão e Assunção de Dívida, outorgaram-se mútua e recíproca quitação, para nada mais reclamarem, uma da outra, a que tempo ou título for em relação ao saldo existente entre as partes. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 4ª Emissão (Consolidado):* Em 16 de novembro de 2021, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 séries, da Orizon Meio Ambiente, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160), de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, de 500.000 Debêntures, sendo: (i) 250.000 Debêntures da primeira série; e (ii) 250.000 Debêntures da segunda série, perfazendo o montante total de R$500.000 na data de emissão. Os recursos captados na Emissão das Debêntures da Primeira Série serão utilizados exclusivamente para os custos relativos à Emissão, e para a consecução, adequação e ampliação das centrais de tratamento de resíduos localizadas em Barra Mansa, Nova Iguaçu e Alcântara, enquanto os recursos captados na Emissão das Debêntures da Segunda Série serão utilizados para refinanciamento de dívidas existentes e para utilização geral da Companhia, de acordo com seu objeto social. As séries foram emitidas pela controlada Orizon Meio Ambiente. As debêntures possuem prazo de carência de principal e a partir novembro de 2023, os valores de principal e juros começarão a ser pagos em parcelas semestrais até os respectivos vencimentos da primeira e segunda série, em 15 de novembro de 2035 e 15 de novembro de 2031, respectivamente. As correções das séries ocorrerão pelo CDI + 3,8% a.a e IPCA + 6,76% a.a., respectivamente. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 30 de setembro de 2022. Dentre estas destacam-se: • Listagem da controlada Orizon Meio Ambiente na CVM - Tipo B. No 4° trimestre de 2022, a Orizon Meio Ambiente teve seu registro na CVM ("Comissão de Valores Mobiliários") na categoria Tipo B para realização de transações de capital. • Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua controlada Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBTIDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBTIDA x Despesas Financeiras - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decretar decreto falência da devedora ou de qualquer fiadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 5ª Emissão (Consolidado):* Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160), de 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures, perfazendo o montante total de R$400.000. (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros serão pagos mensalmente a partir de dezembro de 2022. A remuneração desta emissão é de 100% CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 30 de setembro de 2022. Dentre estas destacam-se: • Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua controlada Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBTIDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBTIDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou a qualquer empresa do Grupo; • Não haver decretar decreto falência da devedora ou de qualquer fiadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Celebração de contrato de financiamento com a International Finance Corporation ("IFC"):* Em 30 de junho de 2023, a Orizon Meio Ambiente celebrou contrato de financiamento com a International Finance Corporation ("IFC"), braço do Banco Mundial voltado ao setor privado, para fortalecer a estratégia de crescimento e posicionamento do grupo. O financiamento, no montante de R$130.000, foi desembolsado em 04 setembro de 2023, objetivando principalmente reembolso de investimentos realizados em triagem mecanizada e estações de tratamento de chorume, com vencimento final em 15 de abril de 2031, com 1 ano de carência de principal e pagamentos semestrais de juros e principal. O financiamento possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, destacando-se abaixo os principais: • Relação Dívida Líquida x EBTIDA - 4,5x a 3,5x, devendo a menor ocorrer a partir de 2025; • Relação EBTIDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Índice de cobertura do serviço da dívida - Não inferior a 1,25x. Restrição a reorganizações societárias exceto pelos casos permitidos no contrato de empréstimo. Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia emitiu a Escritura Particular de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussórias, no valor de R$150.000, em série única, pelo prazo de 7 anos, ao custo de 100% da variação acumulada da DI+*Spread* que varia de 2,50% a 4% a.a., dependendo da relação "Dívida Líquida/ EBITDA". As debêntures possuíam prazo de carência de principal e juros de 24 meses com cronograma de pagamento a partir de janeiro de 2017, devendo os valores de principal e juros começarem a ser pagos trimestralmente, em 21 parcelas, até o vencimento destas debêntures, que originalmente deveria ocorrer em janeiro de 2022. Conforme detalhado nesta nota, a operação estava suportada por waiver obtido em 2021 com validade até novembro de 2023 com efeito de suspensão de vencimento desta dívida. A 5ª Emissão de Debêntures da Companhia foi repactuada em 26 de dezembro de 2022, sendo mantidos os covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação dos debenturistas e das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures. *Repactuação da 5ª emissão e Quitação da 4ª emissão de Debêntures Simples:* Em 26 de dezembro de 2022, foi assinado Instrumento ("*Term Sheet*") entre a Orizon Meio Ambiente ("Credora") e a Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), objetivando a repactuação da 5ª Emissão de Debêntures Simples. Esta repactuação propõe alteração no fluxo de pagamento, cuja primeira parcela deverá ser quitada em 26 de dezembro de 2024 e a última em 26 de dezembro de 2032, mantendo-se as mesmas condições de remuneração e cláusulas restritivas, firmadas na Escritura Original destas debêntures. Em 29 de dezembro de 2022, foram assinados, pela controlada Orizon Meio Ambiente ("Credora") e pela controladora Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), termo de quitação integral da 4ª Emissão de Debêntures Simples, cujo quitação ocorreu pelo valor R$305.964. Na data da quitação, a dívida estava atualizada com valor de face de R$381.912, com efeito de redução do *AVJ* no montante de R$75.948. No ato da quitação, foram apurados os devidos impostos sobre a realização do *AVJ*, tratado na origem com efeitos de diferimento de temporalidade. O saldo de AVP e seu respectivos impostos diferidos foram revertidos no montante de R$59.060, sendo neutralizados no consolidado pelo lançamento da controlada. Arrendamentos (Consolidado): A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento mercantil firmados no curso normal de suas operações inerentes às suas atividades operacionais. A Companhia adota os seguintes expedientes práticos na mensuração dos impactos a serem produzidos quando da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16: • Aplicação de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características semelhantes. A Companhia adotou a taxa de 9,5% a.a. em consonância com o custo médio de capital. • Aplicação da isenção de não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos serão reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual. As despesas dos contratos não alcançados pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 estão alocadas na rubrica de locação de equipamentos. • Utilização de informação observável retrospectiva para determinar o prazo de arrendamento, considerando as opções de extensão ou rescisão contratual. *Orizon Meio Ambiente - Banco Safra (Consolidado):* Em 18 de outubro de 2022, a controlada Orizon Meio Ambiente assinou 2 Contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro com o Banco Safra, no montante total de R$9.667. Os objetos dos contratos são arrendamentos de unidades de tratamento de chorume procedente de aterro sanitário (ecoparque) por osmose reversa. A dívida será liquidada em 48 parcelas mensais, vencendo a primeira em novembro de 2022 e a última em outubro de 2026, com remuneração de 2,86% a.a. O Termo também possui clausula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento, tais como: ausência no pagamento de parcelas do contrato, obrigações de IPVA, multas por infração de trânsito, dentre outros. *Orizon Meio Ambiente -Société Générale Equipment Finance S.A. (Consolidado):* Em 17 de agosto de 2023, a OMA firmou com o Société Générale Equipment Finance S.A. contrato de financiamento para aquisição de central de sucção e queima de biogás no montante de 7.337. O financiamento será liquidado em 48 parcelas mensais de R$135, vencendo a primeira em 28 de outubro de 2023 e a última em 28 de setembro de 2028, com remuneração de CDI + 3% a.a.. A movimentação dos arrendamentos para 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	20.957
Adição de novos contratos no exercício - Leasing	9.667
Adição de novos contratos no exercício - IFRS 16	50.040
Pagamento de principal	(25.680)
Pagamento de juros	(2.849)
Juros apropriados no exercício	3.876
Saldo em 31 de dezembro de 2022	56.011
Adição de novos contratos no exercício - IFRS 16	**29.323**
Pagamento de principal	**(32.948)**
Pagamento de juros	**(4.433)**
Juros apropriados no exercício	**4.433**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**52.386**

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**29.057**	15.211
Não circulante	**23.329**	40.800

Cronograma de pagamentos (consolidado): Em 31 de dezembro de 2023, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2025	**17.686**
2026	**2.711**
2027	**1.234**
2028	**1.037**
2029 em diante	**661**
Total	**23.329**

Ativo de direito de uso (Consolidado): Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente à contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos, e possuem duração média de 1 a 7 anos, podendo ser os mesmos renovados no final destes contratos. Em 31 de dezembro de 2023, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

	Consolidado
Saldo em 1° de janeiro de 2022	18.810
Adições no exercício	50.040
Amortização do direito de uso no exercício	(26.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	42.658
Adição de novos contratos - IFRS 16	**29.323**
Amortização do direito de uso no exercício	**(31.311)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**40.670**

Direito de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado): A Companhia possui o direito de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2023 de R$3.048 (R$2.375 em 31 de dezembro de 2022).

13. FORNECEDORES

Os saldos em aberto referem-se principalmente à aquisição de materiais e serviços para operação em projetos da controladora e nos aterros sanitários das controladas. A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	**1.295**	312	**59.533**	65.821

14. OUTORGAS A PAGAR (CONSOLIDADO)

Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) para outros clientes que não o poder concedente.

Aterro sanitário	Percentual da outorga	31/12/2023	31/12/2022
Orizon Meio Ambiente	10%	**101**	101
CTRNI	10%	**5.856**	3.278
CTRAL	2%	**3.570**	4.686
CTRBM	6%	**4.442**	3.350
URE-JP	10%	**849**	261
Total		**14.818**	11.676

15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e honorários a pagar	**467**	458	**5.033**	4.759
INSS a recolher	**289**	140	**4.036**	4.849
FGTS a recolher	**-**	-	**935**	748
Provisão e encargos sobre férias	**-**	-	**12.976**	10.820
Provisão e encargos sobre 13º salário	**-**	-	**-**	980
IRRF sobre salários	**522**	514	**1.813**	1.519
Outros	**-**	-	**455**	1.174
Total	**1.278**	1.112	**25.248**	24.849

16. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF (2)	**9.767**	-	**9.777**	-
INSS (1)	**608**	678	**8.937**	9.027
ISS	**-**	-	**619**	130
ICMS	**-**	-	**1.437**	433
COFINS (1)	**3.470**	-	**23.174**	25.586
IRPJ (1)	**-**	-	**15.077**	17.072
CSLL (1)	**-**	-	**6.283**	7.097
PIS (1)	**564**	-	**5.948**	5.074
PERT (1)	**-**	-	**11.660**	9.891
Total	**14.409**	678	**82.912**	74.310
Circulante	**564**	-	**19.011**	17.904
Não circulante	**13.845**	678	**63.901**	56.406

(1) No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da controlada direta Orizon Meio Ambiente e controladas indiretas CTRNI, CTRBM, CTRA, ETR e URE-JP. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R$14.000, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelas. (2) No primeiro trimestre de 2023, a Companhia parcelou o IRRF sobre o pagamento baseado em ações, com saldo atualizado de R$9.767 em 31 de dezembro de 2023.

As informações referentes aos impostos parcelados do Consolidado estão apresentadas a seguir:

	Valor original	Quantidade de parcelas	Parcelas a vencer	Índices de correção
INSS	4.332	54	46	Selic
ISS	3.283	21 a 81	7	Mora + IPCA
ICMS	3.167	57	8	Mora + UFIR
IRPJ	15.134	57	6 a 43	Selic
CSLL	6.482	57	6 a 43	Selic
PIS	5.693	57	6 a 43	Selic
COFINS	27.386	57	6 a 43	Selic

Cronograma de pagamentos: Em 31 de dezembro de 2023, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

2025	**5.878**
2026	**2.884**
2027	**2.884**
2028 em diante	**52.255**
Total	**63.901**

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, foram registradas provisões para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	**11.210**	14.930
Cíveis	**2.945**	5.549
Tributárias	**7.322**	4.596
Total	**21.477**	25.075

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributários	Cível	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2022	20.963	188	12.009	33.160
Adições (Reversões)	(4.618)	4.408	(6.363)	(6.573)
Pagamentos	(1.415)	-	(97)	(1.512)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.930	4.596	5.549	25.075
Adições (Reversões)	**(2.331)**	**2.726**	**(300)**	**95**
Pagamentos	**(1.389)**	**-**	**(2.304)**	**(3.693)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**11.210**	**7.322**	**2.945**	**21.477**

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. Os processos cíveis provisionados, estão relacionados principalmente à controlada indireta Barueri Energia, referentes a lítigios com fornecedores na implantação de projeto para a planta de waste-to-energy, cujos saldos estão substancialmente suportados por depósitos judiciais. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a Companhia é impetrada (natureza passiva) dos processos. b) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas Demonstrações financeiras são conforme quadro abaixo:

	Consolidado	
Natureza dos Processos	31/12/2023	31/12/2022
Cível	**122.562**	90.313
Trabalhista	**11.681**	8.879
Tributário	**289.068**	238.396
Total	**431.431**	337.588

Abaixo, resumo dos principais processos e suas respectivas naturezas:

Tributário	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado.	**46.740**	43.059
Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos.	**34.377**	31.851
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%.	**27.321**	25.772
Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos.	**17.658**	16.324
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2015. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%.	**14.250**	13.108
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2012. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%.	**13.351**	11.398
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%.	**11.182**	10.590
Notificação da RFB sobre glosa do prejuízo fiscal utilizado no PERT.	**8.863**	-
Trata-se de pedido de compensação de saldo negativo de IRPJ ao final do ano calendário de 2013.	**7.066**	6.614
Notificação da RFB sobre glosa do prejuízo fiscal utilizado no PERT.	**6.194**	-
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, r eferente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%.	**5.636**	5.347
Auto de infração para a cobrança de contribuições previdenciárias parte patronal.	**5.387**	4.756
Auto de infração para cobrança de IOF sobre operação de mútuo, referente ao ano calendário 2015.	**4.724**	-
Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos, referente ao ano calendário de 2019.	**4.697**	-
Tutela provisória de urgência ajuizada com o objetivo de garantir, em caráter antecedente, para que supostos débitos de ISSQN não consubstanciem óbice à expedição de certidão de regularidade fiscal em nome da empresa	**4.505**	4.487
Auto de infração para a cobrança de contribuições previdenciárias parte patronal.	**4.579**	4.223

Cível	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal.	**26.781**	24.935
Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial.	**13.900**	13.351
Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório.	**9.228**	8.933
Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças.	**12.777**	7.329
Auto de Infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico.	**4.723**	4.000
Ação declaratória objetivando a suspensão dos apontamentos em cadastros restritivos de crédito, bem como a percepção de eventual indenização por danos morais e materiais.	**15**	3.157
Cobrança de multa oriunda de supostos descumprimentos de condicionantes de licença ambiental, resultando na interdição dos setores de funcionamento da empresa.	**2.177**	2.316

Trabalhista	Consolidado 30/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários.	**657**	636
Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários.	**605**	-

Além das causas já mencionadas acima, a Companhia é parte de varias outras demandas judiciais e administrativas de naturezas diversas (civil, trabalhista, tributária, concorrencial etc), cuja análise jurídica da companhia e de seus advogados externos apresentam prognóstico de perda remota. c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, à causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais	**-**	-	**10.398**	7.162

A Barueri Energia Renovável é objeto de Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por fornecedor, requerendo o pagamento decorrente de acordo comercial e contrato celebrado entre as partes.

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Os saldos em aberto referem-se principalmente à adiantamentos recebidos de clientes para prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos, cujas compensações ocorrem na medida em que os serviços são realizados e faturados. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	20.195
Saldo oriundo de aquisições	2.260
Adiantamentos recebidos	30.309
Compensações	(28.624)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.140
Adiantamentos recebidos	**26.136**
Compensações	**(46.300)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.976**

19. CONTAS A PAGAR

Arbitragem: Com base nos termos anteriormente firmados entre as controladas indiretas CTRNI e CTRA, foi acordado que valores devidos para a Gás Verde (NIEGAR/SGEGAR) no âmbito da arbitragem, seriam abatidos a razão de 30% de cada fatura devida pela mesma. Em 31 de dezembro de 2023, os valores são apresentados conforme abaixo:

	CTR NI	CTRA	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	6.096	8.658	14.754
Compensações com as faturas de biogás	(6.935)	(3.404)	(10.339)
Correções monetárias	864	314	1.178
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25	5.568	5.593
Compensações com as faturas de biogás	**(25)**	**(4.390)**	**(4.415)**
Correções monetárias	**-**	**1.485**	**1.485**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**2.663**	**2.663**

Aquisição de empresas: Aquisição SPEs - UPI Estre: Conforme detalhado na nota 1, em 19 de abril de 2022 a controlada Orizon Meio Ambiente concluiu o processo de aquisição da UPI Aterros. O valor de negociação foi firmado da seguinte forma: A movimentação do saldo está apresentada abaixo:

	Fluxo de pagamento - Aquisição SPEs UPI Estre					
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	Total
Preço de aquisição - Abril de 2022	125.000	8.482	195.000	75.000	113.455	516.937
Preço de aquisição - Dezembro de 2022	-	-	-	-	184.063	184.063
Pagamentos realizados de abril a dezembro/2022	(125.000)	(8.482)	(210.884)	(12.496)	-	(356.862)
Correções monetárias	-	-	15.884	-	-	15.884
Marcação a mercado de instrumento patrimonial	-	-	-	-	27.300	27.300
Ajuste a valor presente	-	-	-	(15.209)	-	(15.209)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	47.295	324.818	372.113
Pagamentos realizados no exercício	**-**	**-**	**-**	**(18.754)**	**(324.818)**	**(343.572)**
Ajuste a valor presente	**-**	**-**	**-**	**8.165**	**-**	**8.165**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**-**	**-**	**36.706**	**-**	**36.706**

(1) O montante foi liquidado por transferência de recursos na data de aquisição; (2) O montante foi liquidado pela transferência dos créditos detidos pela FIDC Orizon; (3) O montante deveria ser liquidado no prazo de 21 meses após a data de aquisição e corrigido pela variação do IPCA + 11% a.a. Contudo, em dezembro de 2022, a Companhia optou por antecipar o pagamento integral desta parcela através de recursos captados na emissão de debêntures. O evento não gerou custos de pré-pagamento. (4) O montante será liquidado em 48 parcelas fixas e irreajustáveis de R$1.562. Em 31 de dezembro 2023 havia 28 parcelas em aberto. Uma vez que estas parcelas de longo prazo não possuem incidência de juros, a Companhia calcula o ajuste a valor presente. (5) Até 31 de dezembro de 2022, este montante estava registrado na rubrica de Instrumentos Patrimoniais no Patrimônio líquido e era apresentado nesta nota para composição da dívida total pela aquisição das SPEs UPI Estre. Em fevereiro de 2023, foi homologado o aumento de capital da Orizon e parte das ações emitidas foram entregues a Jive para quitação do saldo em aberto. Abaixo, cronograma de pagamento da dívida aquisição das SPEs no passivo não circulante, com exceção da parcela classificada no patrimônio líquido.

2025	15.731
2026	5.244
Total	**20.975**

Aquisição da CTR Santa Luzia: Conforme divulgado na nota 1, a Companhia concluiu no primeiro semestre de 2023 a aquisição de 50% de parcicipação no capital social da CTR Santa Luzia, pelo valor de R$25.000. Abaixo, movimentação referente aquisição de participação societária:

Aquisição da CTR Santa Luzia - Abril/2023	**25.000**
Atualização monetária	**(190)**
Compensação de valores antecipados	**(23.322)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.488**

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R$1.091.127 (R$844.323 em 31 de dezembro de 2022), representado por 82.951 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas (71.500 em 31 de dezembro de 2022), com a seguinte composição acionária: A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31 de dezembro de 2023:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Acionistas de referência	**37.311**	**44,98%**
Equitas Administração de Fundos de Investimento Ltda. ("Equitas") - Free Float	**5.440**	**6,56%**
Hix Investimentos Ltda ("HIX") - Free Float	**4.203**	**5,07%**
Outros acionistas - Free Float	**35.997**	**43,40%**
Total	**82.951**	**100%**

A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31 de dezembro de 2022:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Inovatec Participações S.A. ("Inovatec)	**36.997**	**51,74%**
TPE Gestora de Recursos Ltda ("Tarpon")	**3.708**	**5,19%**
Equitas Administração de Fundos de Investimento Ltda ("Equitas")	**4.044**	**5,66%**
Truxt Investimentos Ltda ("Truxt")	**3.593**	**5,03%**
Free Float	**23.158**	**32,39%**
Total	**71.500**	**100%**

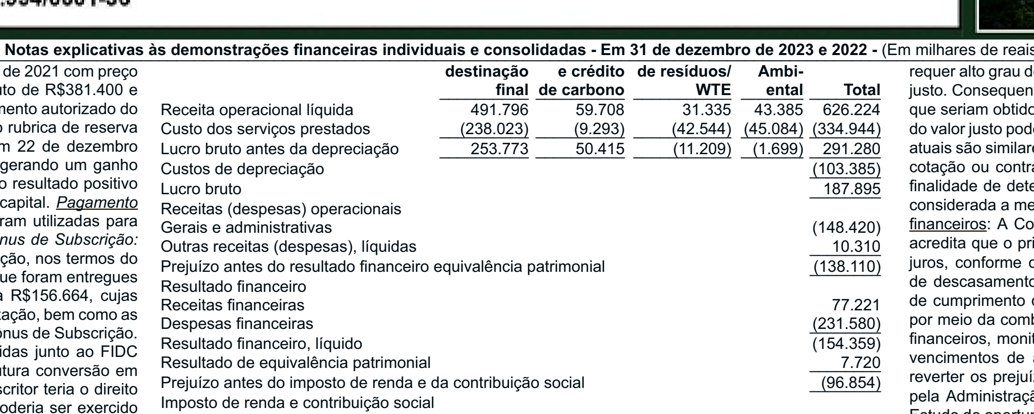
Aumento de capital: Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia homologou o aumento do capital social, no montante de R$348.205, mediante a emissão de 8.771 (mil) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Novas Ações"), ao preço de emissão de R$39,70 por ação. Do preço por ação: (i) R$17,75 foram destinados ao capital social, totalizando o montante de R$155.683; e (ii) o saldo de R$21,95 por ação foi destinado à formação de reserva de capital, totalizando o montante de R$192.521. Do total de ações emitidas, 8.181 (mil) ações, valorizadas a R$324.818 foram entregues à Jive para quitação de dívida pela aquisição da UPI aterros. *Oferta pública de novas ações:* Em 27 de abril de 2023, foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada nesta data: (i) o preço de subscrição/aquisição por Ação de R$34,00 ("Preço por Ação"); e (ii) o aumento de capital social da Companhia no âmbito da Oferta Primária, no montante de R$91.120 (R$87.488 líquido dos custos de emissão), dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia ("Aumento de Capital"). Em razão do Aumento do Capital, o capital social da Companhia passou de R$1.000.006, dividido em 80.271 (mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R$1.091.126, dividido em 82.951 (mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As Ações emitidas no âmbito da Oferta passaram a ser negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") a partir de 2 de maio de 2023, sendo que a liquidação física e financeira das Ações ocorreram no dia 3 de maio de 2023. b) Reserva de capital: b.1) Ágio na emissão de novas ações*:* Em 7 de fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu, por meio de troca de ações com a Inovatec S.A., participação integral na Foxx Holding. A mensuração do investimento foi feita levando-se em consideração o valor do patrimônio líquido da Foxx Holding em 31 de dezembro de 2012, que apresentava o montante de R$2.815. Contudo, quando do efetivo reconhecimento do investimento na Companhia, o patrimônio líquido da Foxx Holding passou a ser de R$5.838, gerando um aumento de R$3.023 em relação ao patrimônio líquido inicial. Este valor foi reconhecido nas demonstracões financeiras da Companhia como ágio na emissão de novas ações. b.2) *Outras reservas: Conversão de instrumentos patrimoniais - Debêntures Conversíveis:* Em 1° de janeiro a de 2013, a Companhia possuía o montante de R$133.898 de instrumentos patrimoniais - debêntures conversíveis. Em 07 de fevereiro de 2013, o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, na qualidade de debenturista da Companhia, converteu parcialmente em ações no valor de R$103.021 as debêntures de sua titularidade, remanescendo ainda o saldo de R$30.877. *Recursos excedentes captados na oferta pública de ações:* Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia formalizou o aumento de capital social no montante de R$381.400 mediante a emissão de 17.336 novas ações ordinárias, no valor unitário de R$22,00, passando a quantidade de ações de 54.164 para 71.500 e montante de R$544.323 para R$844.323. Estas novas ações foram objeto da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de

continua...



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

Ações Ordinárias. A Oferta Pública de Ações da Companhia ocorreu 17 de fevereiro de 2021 com preço de R$22,00 por ação ordinária (ORVR3), tendo a Companhia captado o valor bruto de R$381.400 e recebido o valor de R$359.977 líquido dos custos da transação. Uma vez que o aumento autorizado do capital social foi de R$300.000, o montante excedente de R$81.400 foi alocado no rubrica de reserva de capital no patrimônio líquido. *Ganho de capital em transação com sócios:* Em 22 de dezembro de 2022, a Orizon alienou 20% do capital social da Barueri Energia Renovável, gerando um ganho líquido de R$ 28.313. Uma vez que esta transação não gerou perda de controle, o resultado positivo da transação foi alocado no patrimônio líquido, na rubrica de outras reservas de capital. *Pagamento baseado em ações:* Adicionalmente, 589 (mil) ações, valorizadas a R$23.386, foram utilizadas para a quitação da dívida referente a pagamento baseado em ações (nota 7). b.3) *Bônus de Subscrição:* Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R$156.664, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficara registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP, representado pela sua gestora Jive Asset Gestão de Recursos Ltda., para futura conversão em capital social da Companhia. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez.O montante foi integralmente exercido pela Jive na emissão de novas ocorrida em abril de 2023. c) Ajuste de avaliação patrimonial: Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas Demonstrações financeiras Individuais na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R$1.304, foi reavaliado para R$16.999, gerando um efeito bruto de R$15.695 (R$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). d) Distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal. e) Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído por ação: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado por ação da Companhia é conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	40.115	(149.006)	50.167	(143.464)
Quantidade de ações ordinárias	82.951	71.500	82.951	71.500
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação*	0,48	(2,08)	0,60	(2,01)

* A Companhia não possui instrumentos com efeito diluidor no exercício

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	891.307	710.185
Deduções da receita bruta		
Programa de Integração Social - PIS	(13.240)	(8.116)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(54.072)	(37.402)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(36.578)	(30.120)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(3.235)	(3.048)
Outros	(3.705)	(5.238)
Total dos impostos incidentes	(110.830)	(83.924)
Vendas canceladas	(4.201)	(37)
Receita operacional líquida	776.276	626.224

22. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Controladora	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e adminis-trativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e adminis-trativas	Total
Pessoal	-	(13.395)	(13.395)	-	(22.291)	(22.291)
Serviços de terceiros	-	(7.673)	(7.673)	-	(4.286)	(4.286)
Outros	-	(679)	(679)	-	(766)	(766)
Total	-	(21.747)	(21.747)	-	(27.343)	(27.343)

Consolidado	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e adminis-trativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e adminis-trativas	Total
Pessoal	(126.332)	(55.163)	(181.495)	(92.347)	(61.578)	(153.925)
Materiais de produção e consumo	(90.620)	-	(90.620)	(70.768)	-	(70.768)
Depreciação e amortização	(155.508)	(10.152)	(165.660)	(98.214)	(37.132)	(135.346)
Provisão para fechamento de aterro	(1.863)	-	(1.863)	(5.171)	-	(5.171)
Serviços de terceiros	(74.351)	(46.755)	(121.106)	(62.967)	(22.632)	(85.599)
Aluguéis	(13.024)	(3.840)	(16.864)	(15.641)	(3.866)	(19.507)
Outorgas	(2.051)	(2.262)	(4.313)	(10.568)	(2.094)	(12.662)
Energia	(11.075)	(292)	(11.367)	(21.043)	(523)	(21.566)
Combustíveis	(35.279)	(1)	(35.280)	(37.828)	(186)	(38.014)
Fretes	(4.946)	-	(4.946)	(2.427)	(207)	(2.634)
Outros	(13.550)	(14.258)	(27.808)	(21.355)	(20.202)	(41.557)
Total	(528.599)	(132.723)	(661.322)	(438.329)	(148.420)	(586.749)

Abaixo, detalhamento dos custos e despesas de depreciação e provisão para fechamento de aterro por suas respectivas naturezas:

	31/12/2023	31/12/2022
Amortização Ecoparques	(77.925)	(72.901)
Amortização Mais Valia	(33.779)	(24.187)
Amortização IFRS 16	(31.311)	(26.192)
Demais depreciações	(24.508)	(17.237)
Total	(167.523)	(140.517)

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo	-	64.137	49.000	25.615
Marcação a valor de mercado FIDC	-	3.345	-	35.871
Variação cambial ativa	-	75	2	5.376
Rendimentos de aplicações financeiras	17.095	8.874	28.525	11.960
Descontos financeiros obtidos	2	2	-	180
Outras receitas financeiras	188	4.673	8.592	8.112
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.231)	(3.962)	(5.732)	(9.893)
Total	16.054	77.144	80.387	77.221
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo	-	(25.712)	(10.162)	(14.482)
Marcação a valor de mercado FIDC	-	-	-	(37.512)
Variação cambial passiva	(3)	-	(4.515)	(11.975)
Juros de empréstimos e financiamentos	(69.714)	(107.508)	(157.978)	(97.144)
Correções sobre saldos a pagar de aquisições de empresas	-	-	-	(43.184)
Multa e juros	(2.605)	(263)	(13.916)	(22.331)
Desconto concedido	-	-	(1.154)	-
Amortização de gastos na captação de recursos	-	(918)	-	(918)
Outras despesas financeiras	(373)	(1.188)	(11.466)	(4.034)
Total	(72.695)	(135.589)	(199.191)	(231.580)
Resultado financeiro, líquido	(56.641)	(58.445)	(118.804)	(154.359)

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ganho na alienação de participação societária (1)	50.507	-	135.000	-
Compra Vantajosa (2)	-	-	-	4.799
Redução ao valor recuperável de ativo (3)	-	-	(68.062)	-
Venda de ativo imobilizado (4)	-	-	8.270	-
Baixa de ativo mantido para venda (5)	-	-	(16.797)	-
Outros	19	(1.064)	5.295	5.511
Total	50.526	(1.064)	63.706	10.310

(1) Refere-se ao reconhecimento do ganho na alienação da participação societária na Biometano Verde Paulínia. (2) Refere-se ao reconhecimento de compra vantajosa apurada nas aquisições das SPEs adquiridas em 2022. (3) Refere-se à provisão para redução ao valor recuperável de ativos oriundos do segmento encerrado de engenharia. (4) Refere-se principalmente à venda do terreno de Santa Cruz da Orizon Meio Ambiente. (5) Refere-se ao reconhecimento no resultado de saldos oriundos do encerramento do segmento de incineração.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

Consolidado 31/12/2023	Trata-mento e destinação final	Energia, biogás e crédito de carbono	Benefi-ciamento de resíduos/ WTE	Enge-nharia Ambi-ental	Total
Receita operacional líquida	583.021	117.558	45.373	31.134	776.276
Custo dos serviços prestados	(263.673)	(14.890)	(58.684)	(33.980)	(373.091)
Lucro bruto antes da depreciação	319.348	102.668	(13.311)	(2.846)	403.185
Custos de depreciação					(155.508)
Lucro bruto					247.677
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas					(132.723)
Outras receitas (despesas), líquidas					63.706
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial					(69.017)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras					80.387
Despesas financeiras					(199.191)
Resultado financeiro, líquido					(118.804)
Resultado de equivalência patrimonial					11.060
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					70.916
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente					(34.665)
Diferido					13.916
Lucro líquido do exercício					50.167

Consolidado 31/12/2022	Trata-mento e destinação final	Energia, biogás e crédito de carbono	Benefi-ciamento de resíduos/ WTE	Enge-nharia Ambi-ental	Total
Receita operacional líquida	491.796	59.708	31.335	43.385	626.224
Custo dos serviços prestados	(238.023)	(9.293)	(42.544)	(45.084)	(334.944)
Lucro bruto antes da depreciação	253.773	50.415	(11.209)	(1.699)	291.280
Custos de depreciação					(103.385)
Lucro bruto					187.895
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas					(148.420)
Outras receitas (despesas), líquidas					10.310
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial					(138.110)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras					77.221
Despesas financeiras					(231.580)
Resultado financeiro, líquido					(154.359)
Resultado de equivalência patrimonial					7.720
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social					(96.854)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente					(38.691)
Diferido					(7.919)
Prejuízo do exercício					(143.464)

26. COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

Barueri Energia - Entrega de energia em atendimento à leilão: No exercício de 2021, a Barueri Energia Renovável participou e se sagrou vencedora do Leilão de Geração n° 8/2021-ANEEL de 2021. A partir de 01 de janeiro de 2026, a URE-BA comercializará anualmente 105 MWh, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço de R$549,35/MWh, totalizando R$1.155.745 (um bilhão, cento e cinquenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e cinco mil reais), corrigido anualmente pelo IPCA. O contrato possui vigência de 20 anos. A URE-BA terá uma potência instalada de 20 MWe, com capacidade de tratamento de 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. Créditos de cabono - Certificação e entrega de créditos de carbono: A Companhia através de suas controladas indiretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5. Fornecimento de Biogás: Investidas indiretas - CTRNI e CTRA: A Companhia através de suas controladas indiretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos ecoparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R$0,12 à R$0,14 por Nm3 (data-base: outubro- 2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás biquímico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. OMA - Biometano Verde Paulínia: A controlada OMA possui compromisso de fornecedor biogás com a Biometano Verde Paulínia, planta de purificação de biogás no Ecoparque de Paulínia com a produção diária estimada em 180.000 m³ podendo alcançar até 300.000 m³. Além desses, há outros compromissos, conforme relacionamos abaixo: • Earn-out: pelo Biogás entre 18.500 Nm³/h e 30.000 Nm³/h a ser verificado em ano específico, limitado ao 5º ano após o início de fornecimento. As Partes comprometem-se a expandir a capacidade da planta para esse novo volume. • Contrato de take or pay - Biogás: Orizon até a totalidade do biogás para a produção do biometano a preços de mercado por um pazo de 20 anos (com garantia de fornecimento, volumes definidos etc). • Contrato de take or pay - Biometano: Compass compra até a totalidade do biometano produzido pela planta de Paulínia a preços de mercado por um prazo de 10 anos. Opção para aquisição de participação societária: Por meio do contrato de Opção de Compra e Cessão de Direitos Sobre Quotas, a Companhia, através de suas subsidiárias OMA e Foxx, possui opção de compra da participação societária remanescente do Consórcio Pernambuco Asja Foxx e do Consórcio Paraíba Asja Foxx. Atualmente, a Companhia está avaliando o exercício da opção.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

31/12/2023	Categoria	Controladora Valor Contábil	Controladora Valor justo	Consolidado Valor contábil	Consolidado Valor Justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	36.299	16.991	289.426	289.426
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	16.506	35.814	33.608	33.608
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	-	232.740	232.740
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	360.011	360.011	3.006	3.006
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	-	-	10.938	10.938
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	1.295	1.295	59.533	59.533
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	487.076	487.076	1.125.389	1.125.389
Arrendamentos	Custo amortizado	-	-	52.386	52.386
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	44.045	44.045	-	-
Outorgas a pagar	Custo amortizado	-	-	14.818	14.818
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	-	-	3.976	3.976

31/12/2022	Categoria	Controladora Valor Contábil	Controladora Valor justo	Consolidado Valor contábil	Consolidado Valor Justo
Ativos financeiros					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	138.827	138.827	168.875	168.875
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	70.000	70.000	71.922	71.922
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	-	273.557	273.557
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	190.039	190.039	7.866	7.866
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	-	-	7.162	7.162
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	312	312	65.821	65.821
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	418.912	418.912	1.015.154	1.015.154
Arrendamentos	Custo amortizado	-	-	56.011	56.011
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	184.148	184.148	35.874	35.874
Outorgas a pagar	Custo amortizado	-	-	11.676	11.676
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	-	-	24.140	24.140

A Companhia não possui contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferentes das taxas de mercado. a) Hierarquia do valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 48/IFRS 9 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos três níveis dessa hierarquia: *Nível 1* - os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a capacidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 1. *Nível 2* - os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 são todos classificados como Nível 2. *Nível 3* - os inputs inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, a Companhia mensura suas aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas pelo seu valor justo. A tabela a seguir demonstra resumidamente os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2023:

Controladora	Hierarquia do valor justo	Valor Contábil 31/12/2023	Valor Contábil 31/12/2022	Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2) 31/12/2023	Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2) 31/12/2022
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	36.299	138.827	36.299	168.875
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	16.506	70.000	16.506	236.496
Contas a receber de partes relacionadas		360.011	190.039	360.011	190.039
Passivos financeiros					
Fornecedores		1.295	312	1.295	312
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	487.076	418.912	487.076	418.912
Contas a pagar a partes relacionadas		44.045	151.893	44.045	11.676

Consolidado	Hierarquia do valor justo	Valor Contábil 31/12/2023	Valor Contábil 31/12/2022	Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2) 31/12/2023	Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2) 31/12/2022
Ativos financeiros					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	289.426	2.917	289.426	2.917
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	33.608	407.499	33.608	407.499
Contas a receber de clientes		232.740	178.022	232.740	178.022
Contas a receber de partes relacionadas		3.006	7.866	3.006	7.866
Depósitos judiciais e cauções		10.938	6.579	10.938	6.579
Passivos financeiros					
Fornecedores		59.533	65.821	59.533	65.821
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	1.125.389	1.015.154	1.125.389	1.015.154
Arrendamentos		52.386	56.011	52.386	56.011
Contas a pagar a partes relacionadas		20.949	35.874	20.949	35.874
Outorgas a pagar		14.818	11.676	14.818	11.676
Adiantamento de clientes		3.976	24.140	3.976	24.140

Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo: A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes Orizon Meio Ambienteóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. c) Gestão dos riscos financeiros: A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: *Risco de liquidez:* O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos: Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa. • Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada indireta CTRA, no que tange à liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão. • Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios. Dentre eles, destacam-se (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados nos aterros sanitários de Nova Iguaçu, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a antiga Ecopesa (Incorporada pela OMA em maio de 2022) e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. • Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia. • Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais de longa duração (15 anos). Acordo de reperfilamento do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Ativos financeiros:

Controladora	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	36.299	-	-	-	-	36.299
Títulos e valores mobiliários	16.506	-	-	-	-	16.506
Partes relacionadas	360.011	-	-	-	-	360.011
Total	412.816	-	-	-	-	412.816

Ativos financeiros:

Consolidado	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	289.426	-	-	-	-	289.426
Títulos e valores mobiliarios	33.608	-	-	-	-	33.608
Contas a receber de clientes	-	142.800	35.448	5.920	48.572	232.740
Total	323.034	142.800	35.448	5.920	48.572	555.774

Passivos financeiros:

Controladora – Passivos financeiros	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	1.295	-	-	-	-	1.295
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	487.076	487.076
Partes relacionadas	-	-	-	-	44.045	44.045
Total	1.295	-	-	-	531.121	532.416

Consolidado – Passivos financeiros	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	56.547	2.331	655	-	-	59.533
Empréstimos e financiamentos	3.799	7.597	63.244	563.673	487.076	1.125.389
Arrendamentos	2.421	4.843	21.793	23.329	-	52.386
Outorgas a pagar	14.818	-	-	-	-	14.818
Adiantamento de clientes	3.976	-	-	-	-	3.976
Total	81.561	14.771	85.692	587.002	487.076	1.256.102

Risco de crédito: O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (*ratings*) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 havia saldo de provisão para perdas no contas a receber consolidado no montante de R$155.584 e R$162.610, respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 5). *Risco de preços:* Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso. *Risco de taxa de juros:* Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. *Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI:* A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, a partir da taxa efetiva anual levantada em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado a seguir:

Ativos (Consolidado) – Operação	Saldo 31/12/2023	Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - exerício findo em 31/12/2023 (*)	13,04%			
Aplicações financeiras (Nota 4)	33.608	37.990	40.181	42.373
Taxa anual estimada - exercício a findar-se em 31/12/2024		26,08%	32,60%	39,12%
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício a findar-se em 31/12/2024		4.382	6.573	8.765

Passivos (Consolidado) – Operação	Saldo 31/12/2023	Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - exerício findo em 31/12/2023 (*)	13,04%			
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	1.125.389	1.272.133	1.345.506	1.418.878
Taxa anual estimada - exercício a findar-se em 31/12/2024		26,08%	32,60%	39,12%
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício a findar-se em 31/12/2024		146.744	220.117	293.489

(*) Fonte: Site B3(https://www.calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora).

Risco de gerenciamento de capital: A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. d) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos: A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: *Caixa e equivalentes a caixa:* Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas:* Os saldos de aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Empréstimos e financiamentos:* A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo. *Contas a receber, fornecedores (terceiros) e créditos diversos:* Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. *Partes relacionadas:* Os saldos ativos e passivos com partes relacionadas não são remunerados. Não foi possível qualificar os valores justos já que não existem prazos contratuais de vencimento.

28. COBERTURA DE SEGUROS (CONSOLIDADO)

A Companhia adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos à riscos por montantes, considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2023, as principais coberturas de seguros vigentes da Companhia e de suas controladas, referem-se à coberturas dos aterros sanitários e unidades de tratamento de resíduos, além de administrativo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA (CONSOLIDADO)

Aumento de capital via instrumentos patrimoniais anteriormente registrados	324.818
Pagamento baseado em ações	31.537
Biometano Verde Paulínia - Aporte primário realizado pela Compass	100.000

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Exploração da produção de biometano nos Ecoparques: A Companhia submeteu ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, através de sua controlada Orizon Energia e Gás Renovável Limitada ("BioE"), a aprovação da operação que consiste na constituição de duas novas sociedades ("Sociedades") em parceria com a GN Verde Participações S.A. ("GN Verde"), para a produção de biometano nos Ecoparques Nova Iguaçu e São Gonçalo. A produção inicial estimada é de 180.000 m3/dia. As partes estão em fase avançada de discussão dos documentos finais da operação. Conclusão do registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque de João Pessoa (PB): Em 14 de março de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque João Pessoa (Foxx URE-JP), junto ao Gold Standard, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios sócio-ambientais. Adicionalmente, foram emitidos os créditos de carbono referentes aos períodos de 2021, 2022 e primeiro bimestre de 2023[1]. [1]Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia.

Leonardo Roberto Pereira dos Santos
Diretor - CPF 218.498.438-80
Jessé Gonçalves de Lima Andrade
Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Orizon Valorização de Resíduos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Orizon Valorização de Resíduos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Combinação de negócios: Conforme divulgado na nota explicativa 1.o às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia concluiu em 17 de janeiro de 2023, a aquisição de participação societária. A transação foi contabilizada pela aplicação do método de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3 - Business Combinations), que requer, dentre outros procedimentos, que a Companhia determine: a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração dos resultados auferidos na combinação de negócios. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a leitura dos documentos relacionados as transações, tais como contratos e atas e a obtenção de evidências que fundamentaram a determinação das datas de aquisição dos controles acionários das companhias adquiridas e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas; (ii) análise das informações financeiras das companhias adquiridas e discussão com a Administração acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e exame dos saldos contábeis significativos das adquiridas; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio de nossos especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (iv) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgação sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.o às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado, por meio de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., ágio por expectativa de rentabilidade futura, o qual deve ser testado anualmente para determinar se houve perda do valor recuperável, independentemente de indícios de deteriorização, conforme nota 11. Como resultado do teste, Orizon Valorização de Resíduos de S.A., reconheceu uma perda com redução ao valor recuperavel ("impairment"), no montante de R$ 32.670 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e de suas controladas para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: : (i) entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela diretoria para projetar os fluxos de caixa descontados; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios foram alocados; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ágios. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela diretoria, assim como as

continua...